



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

Comissão de
Seguridade
Social e Família

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E
FAMÍLIA

RELATÓRIO DE
ATIVIDADES 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



ANTONIO BRITO (PSD/BA)
Presidente



ALEXANDRE SERFIOTIS (PSD-RJ)
1º Vice-Presidente



MARX BELTRÃO (PSD-AL)
2º Vice-Presidente



MISAEEL VARELA (PSD-MG)
3º Vice-Presidente

SUMÁRIO

Sumário

I. CARTA DO PRESIDENTE	8
II. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EM 2019	9
III. APRESENTAÇÕES.....	14
DIA 20/03/2019 – MINISTRO MANDETTA PARTICIPA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE TRABALHO DA CSSF	14
DIA 16/04/2019 – OSMAR TERRA FAZ UM BALANÇO DOS PROGRAMAS DE CIDADANIA DO GOVERNO.....	15
DIA 22/05/2019 – CSSF DISCUTE PLANO DE EXPANSÃO DA RADIOTERAPIA	17
DIA 29/05/2019 – CSSF DISCUTE REFORMA DA PREVIDÊNCIA COM PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL	18
DIA 05/06/2019 – MINISTRA DAMARES ALVES FALA SOBRE DIREITOS HUMANOS NA CSSF	19
DIA 12/06/2019 – CONASEMS DEFENDE SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NA CSSF	20
DIA 26/06/2019 – COMISSÃO DISCUTE FINANCIAMENTO DA SAÚDE COM CONASS	21
DIA 03/07/2019 – CSSF DISCUTE PORTARIA QUE REGULA CONTRATOS COM OS'S	22
DIA 14/08/2019 –DEPUTADO HIRAN GONÇALVES APRESENTA A AGENDA PARLAMENTAR DA SAÚDE.....	23
DIA 28/08/2019 – CSSF DEBATE PROGRAMA MÉDICOS PELO BRASIL.....	23
DIA 04/09/2019 – FIOCRUZ NA CSSF	24
DIA 04/09/2019 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA NA CSSF	25
DIA 11/09/2019 – MINISTRO DA SAÚDE NA CSSF.....	26
DIA 18/09/2019 – SETOR HOSPITALAR BRASILEIRO FAZ BALANÇO NA CSSF	27
DIA 25/09/2019 – COMISSÃO RECEBE UNICEF E CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE	28
DIA 02/10/2019 – SECRETÁRIA DA FAMÍLIA FAZ APRESENTAÇÕES NA CSSF	29
DIA 09/10/2019 – CSSF DISCUTE CONSÓRCIO DE SAÚDE NO NORDESTE	30
DIA 23/10/2019 – INOVAÇÃO NO DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER	31
DIA 30/10/2019 – CSSF RECEBE PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS.....	32
DIA 06/11/2019 – NOVEMBRO AZUL NA PAUTA DA CSSF.....	33
DIA 04/12/2019 – PACTO FEDERATIVO EM PAUTA NA CSSF	34
DIA 11/12/2019 – UNAIDS LANÇA PESQUISA INÉDITA NA CSSF	35
IV. EVENTOS.....	37
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	39
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL “PROPOSTA DE REFORMA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO”	39
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A ALIENAÇÃO PARENTAL	40
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A LIBERAÇÃO DE REGISTROS DE AGROTÓXICOS	42
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPORTÂNCIA DO CONSEA.....	43
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA TABELA SUS.....	44
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO SOBRE HEPATITES VIRAIS NO BRASIL.....	46
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE MEDIDAS EFETIVAS PARA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	47
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DECRETO 9.759/2019 E A CONTINUIDADE DO CNDI	48
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA	49
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS FAMILIARES E A AGENDA 2030 DA ONU	51
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER	52
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE TUBERCULOSE EM CRIANÇAS NO BRASIL	53
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO GRUPO DE TRABALHO ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA TABELA SUS.....	54

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO PARA A DOENÇA DE CHAGAS NO BRASIL	56
REUNIÃO DE CONVOCAÇÃO DO MINISTRO DA ECONOMIA, PAULO GUEDES, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO E DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO	57
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO GRUPO DE TRABALHO ATUALIZAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DA TABELA SUS	58
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE PROGRAMA MAIS MÉDICOS.....	60
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A PROTEÇÃO DA VIDA DO NASCITURO.....	61
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O PANORAMA DA PESSOA COM DIABETES NO PAÍS	62
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA SÍNDROME DEMENCIAL.....	63
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO GRUPO DE TRABALHO ATUALIZAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DA TABELA SUS	64
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES BRASILEIRAS NO EXTERIOR.....	66
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO (PNI) DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	67
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE OS EFEITOS QUE OS JOGOS DE COMPUTADOR E VIDEOGAMES VIOLENTOS PODEM CAUSAR SOBRE JOVENS BRASILEIROS	69
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A SITUAÇÃO FISCAL DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL	70
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº 10.106/2018 E PROJETOS DE LEI DO SENADO Nº 192/2018 E Nº 140/2017	71
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULAMENTAÇÃO DA CANNABIS MEDICINAL NO BRASIL	72
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CRIAÇÃO DA SEMANA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CÂNCER DE PELE	74
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS RECENTES INSTRUÇÕES DADAS AO CORPO DIPLOMÁTICO NO SENTIDO DE VETAR NOS TEXTOS E RESOLUÇÕES DA ONU EXPRESSÕES RELATIVAS A GÊNERO, FEMINISMO E SAÚDE REPRODUTIVA	75
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER TRATAMENTO DA CRIANÇA COM TRAQUEOSTOMIA	76
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE DOENÇAS RARAS PARA DEBATER POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS	77
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO GRUPO DE TRABALHO ATUALIZAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DA TABELA SUS	78
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA SAÚDE PARA DEBATER O FINANCIAMENTO DA SAÚDE PELOS ENTES FEDERADOS	80
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A RESIDÊNCIA MÉDICA NO BRASIL	81
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PL 1605/2019, QUE INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER..	82
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA SAÚDE PARA DEBATER A REVISÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO SUS	83
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER ENSINO À DISTÂNCIA NA SAÚDE	84
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA SAÚDE PARA DEBATER A SITUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO PAÍS	86
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PL 3635/2019	87
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA SAÚDE CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CPD PARA DISCUTIR A CONCESSÃO DE ÓRTESES, PRÓTESES E MEIOS DE LOCOMOÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	88
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA SAÚDE PARA DEBATER O PLANEJAMENTO FEDERAL NA SAÚDE E CRIAÇÃO DO PLANO DECENAL DA SAÚDE	90
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA SAÚDE PARA DEBATER A REGIONALIZAÇÃO, CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE, HIERARQUIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E A INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO NO SUS	91
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA DEBATER A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	92
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS PERSPECTIVAS E O FUTURO DA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA NO PAÍS	94

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A LEI DE ARBITRAGEM E SEUS AVANÇOS PARA O PAÍS	95
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O NOME AFETIVO DURANTE A GUARDA PROVISÓRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	96
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER FLUXOS DE ATENDIMENTO EM CASOS DE INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ	97
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CARTEIRA DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	99
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NAS GRADUAÇÕES DOS CURSOS DA SAÚDE E DA ENGENHARIA CIVIL E AGRÔNOMICA	100
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA HIV/AIDS NO BRASIL	101
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CIRURGIA BARIÁTRICA E METABÓLICA NO BRASIL	103
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE DOENÇAS RARAS COM A SOCIEDADE CIVIL	104
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE EXERCÍCIO ILEGAL DA MEDICINA	105
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A DESNUTRIÇÃO DO PACIENTE ONCOLÓGICO	106
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS.....	107
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER FORMA DE FINANCIAMENTO DAS MAMOGRAFIAS DE RASTREAMENTO	109
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROGRAMA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME E OUTRAS HEMOGLOBINOPATIAS.....	111
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO: PRINCIPAIS RESULTADOS E DESAFIOS DESTE SISTEMA	112
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE AS POSSÍVEIS CAUSAS DA VOLTA DO SARAMPO E AS AÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA ELEVAR AS TAXAS DE IMUNIZAÇÃO	113
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CASTRAÇÃO DE ANIMAIS - CÃES E GATOS - COMO SAÚDE PÚBLICA	115
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE EMBRIÕES HUMANOS PRODUZIDOS POR FERTILIZAÇÃO IN VITRO COM INTUITO DE DOAÇÃO DE CÉLULAS OU TECIDOS PARA UTILIZAÇÃO TERAPÊUTICA EM IRMÃO	116
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O USO DA TELEMEDICINA	117
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NO BRASIL	119
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O USO NOCIVO DE ÁLCOOL E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA .	120
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPORTÂNCIA DA FURP NA PRODUÇÃO, PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS POPULARES.....	121
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA E AUMENTO DOS CASOS DE MICROCEFALIA .	122
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A RESOLUÇÃO DO CNAS 109 DE 2009	124
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS À PREVENÇÃO E AO COMBATE À PEDOFILIA E AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	125
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DAS MANIFESTAÇÕES PSICOGÊNICAS APÓS VACINAÇÃO HPV NO ESTADO DO ACRE	127
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A SITUAÇÃO DE PESSOAS LBGTI+ NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS.....	128
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE EXAMES FISIOLÓGICOS NÃO INVASIVOS DE TRIAGEM CARDIONEUROMETABÓLICA	130
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A TELEMEDICINA, NOVAS TECNOLOGIAS E INOVAÇÃO EM SAÚDE .	131
AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A CIDOSO PARA DEBATER SOBRE DOENÇAS DAS VÁLVULAS CARDÍACAS E FORMAS DE MITIGÁ-LAS	132
SEMINÁRIOS.....	134
SEMINÁRIO PARA DEBATER SOBRE PISO SALARIAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS, REALIZADO EM SALVADOR.....	134
SEMINÁRIO CONJUNTO COM AS COMISSÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DIREITOS HUMANOS E MINORIAS, DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, MINISTÉRIO DA CIDADANIA E FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA VIDA E DA FAMÍLIA PARA DEBATER SOBRE MÃES DE CRIANÇAS COM MICROCEFALIA: ENTENDENDO OS DESAFIOS E SUPERANDO O PRECONCEITO.....	135
SEMINÁRIO PARA DEBATER O INSTITUTO DA ADOÇÃO NO BRASIL.....	137

XVI SEMINÁRIO LGBT DO CONGRESSO NACIONAL (CONJUNTO DAS COMISSÕES CCULT, CDHM, CE, CIDOSO, CLP, CMULHER, CSSF E CTASP).....	138
SEMINÁRIO PARA DEBATER ENFRENTAMENTO DO SUICÍDIO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, EM PORTO ALEGRE	139
SEMINÁRIO PARA DEBATER SOBRE O CÂNCER DE CABEÇA E PESCOÇO.....	141
SEMINÁRIO CONJUNTO DAS COMISSÕES CDEICS, CDU, CFT, CMADS E CSSF SOBRE A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO	142
SEMINÁRIO CONJUNTO DAS COMISSÕES CMULHER E CSSF SOBRE A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.....	144
SEMINÁRIO CONJUNTO DAS COMISSÕES CPD E CSSF SOBRE AS ANOMALIAS CRANIOFACIAIS, FISSURA LABIOPALATINA E FENDA PALATINA	145
SEMINÁRIO PARA DEBATER SOBRE FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	146
SEMINÁRIO PARA DEBATER SOBRE OS 30 ANOS DA POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS	148
SEMINÁRIO PARA DEBATER NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE, EM SALVADOR	149
SEMINÁRIO DA COMISSÃO PARA DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO ENTRE BRASIL E PAÍSES VIZINHOS.....	151
SEMINÁRIO SOBRE A APLICAÇÃO, OS AVANÇOS E AS DIFICULDADES EXISTENTES NESSES 30 ANOS DE ATUAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA	152
FÓRUMS E OUTROS EVENTOS	154
VI FÓRUM NACIONAL DE SAÚDE OCULAR.....	154
FÓRUM DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE DOENÇAS RARAS SOBRE POLÍTICA DE ATENÇÃO A DOENÇAS RARAS ..	155
XII FÓRUM DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM.....	156
SIMPÓSIO CONJUNTO DAS COMISSÕES CMULHER E CSSF PARA TRATAR DA PREVENÇÃO AO SUICÍDIO E AUTOMUTILAÇÃO	157
REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E AS FRENTES PARLAMENTARES DA MEDICINA E MISTA DA SAÚDE COM O MINISTRO DA SAÚDE LUIZ HENRIQUE MANDETTA, PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL E NO MUNDO.	159
IV. EMENDAS LDO, LOA E PPA.....	160
EMENDAS DA COMISSÃO À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANUAL – LDO 2020:	160
EMENDAS DA COMISSÃO À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2020:	162
EMENDAS DA COMISSÃO AO PLANO PLURIANUAL – PPA 2020-2023:	163
VI. SUBCOMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	165
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE.....	165
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	174
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	176
SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE DOENÇAS RARAS.....	178
SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE SEGURIDADE DA MULHER.....	180
SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE ADOÇÃO, PEDOFILIA E FAMÍLIA	182
GRUPO DE TRABALHO DA TABELA DO SUS.....	184
GRUPO DE TRABALHO DA VIOLÊNCIA CONTRA BRASILEIRAS NO EXTERIOR	187
.....	188
GRUPO DE TRABALHO DA IMUNIZAÇÃO E COBERTURA VACINAL NO PAÍS	188
GRUPO DE TRABALHO DA PORTARIA 233/STN	189
VII. COMISSÃO EM NÚMEROS	190
PROJETOS APRECIADOS	192
REQUERIMENTOS APRECIADOS	222
EVENTOS REALIZADOS	254

I. CARTA DO PRESIDENTE

Ao iniciarmos a 1ª Sessão Legislativa, no ano de 2019, a primeira da 56ª Legislatura, fui designado pelo Partido Social Democrático - PSD e eleito pelos meus pares como Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, o segundo maior Colegiado da Câmara dos Deputados, com 104 (cento e quatro) membros titulares e suplentes.

Tivemos um ano de intenso trabalho, quando apreciamos 259 projetos de lei, aprovamos 332 requerimentos, bem como realizamos 67 Audiências Públicas e 6 Seminários.

Buscamos atuar com o objetivo de distribuir mais equanimente a atuação da Comissão entre os quatro pilares de nosso Colegiado: Saúde, Previdência Social, Assistência Social e Família.

Dentro desse contexto, foram constituídas três Subcomissões Permanentes: uma de Saúde, uma de Previdência Social e outra de Assistência Social, além de três Subcomissões Especiais: de Doenças Raras, de Seguridade da Mulher e de Adoção, Pedofilia e Família, todas com grande atuação em Brasília e nos estados. Elas realizaram Audiências Públicas, Seminários e Visitas Técnicas, com o intuito de aproximar o Colegiado do cidadão e de dar respostas às suas reais necessidades. As três Subcomissões Especiais e as Subcomissões Permanentes apresentaram relatórios com sugestões de ações a serem implementadas e trabalharam dentro de cada tema para a melhoria da vida dos brasileiros.

Ainda nessa linha de atuação, foram criados quatro Grupos de Trabalho para analisar temas específicos de grande impacto sobre a população brasileira: a Tabela do SUS, A Violência contra Brasileiras no Exterior, a Imunização e Cobertura Vacinal no País e a Portaria 233/STN.

Dando continuidade às atividades da Comissão e com o objetivo tanto de contribuir para o bom andamento dos trabalhos como de permitir uma maior objetividade e agilidade na apreciação da pauta, reservamos um espaço antes da Ordem do Dia das reuniões ordinárias para que o Colegiado recebesse diversas autoridades e especialistas para tratar de temas como financiamento da saúde e plano de expansão da radioterapia.

Dentre os convidados, encontram-se representantes dos Conselhos Nacional e Municipal da Saúde, Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Fiocruz, UNICEF, UNAIDS, Agência Nacional de Saúde, constituindo um legítimo fórum de debates sobre questões relevantes em discussão no Congresso Nacional no campo dos Direitos Humanos, Reforma da Previdência, SUS, Pacto Federativo, dentre outros.

Ao longo do ano recebemos, em audiências públicas e também nos momentos que antecederiam as Reuniões Deliberativas da Comissão, vários Ministros de Estado: Paulo Guedes, da Economia, Luiz Henrique Mandetta, da Saúde, Damare Alves, da Mulher, Família e Direito Humanos, Tereza Cristina, da Agricultura, Ernesto Araújo, das Relações Exteriores e Osmar Terra, da Cidadania, sinalizando a vontade do colegiado em ampliar o diálogo com o Executivo, no sentido de produzir melhores resultados nas ações propostas.

Encerramos, assim, a Sessão Legislativa na certeza da realização de um árduo trabalho que ratifica o comprometimento parlamentar na busca de soluções para melhorar significativamente a vida do cidadão brasileiro nas áreas de Saúde, Família, Previdência e Assistência Social no País.

Deputado Antônio Brito
Presidente da Comissão

II. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EM 2019

TITULARES



ADRIANA VENTURA
(NOVO-SP)



ALEXANDRE PADILHA
(PT-SP)



ALEXANDRE SERFIOTIS
(PSD-RJ)



ANDRÉ JANONES
(AVANTE-MG)



ANTONIO BRITO
(PSD-BA)



ASSIS CARVALHO
(PT-PI)



BENEDITA DA SILVA
(PT-RJ)



BOCA ABERTA
(PROS-PR)



CARMEN ZANOTTO
(CIDADANIA-SC)



CELINA LEÃO
(PP-DF)



CÉLIO SILVEIRA
(PSDB-GO)



DARCÍSIO PERONDI
(MDB-RS)



DR. FREDERICO
(PATRIOTA-MG)



DR. JAZIEL
(PL-CE)



DR. LUIZ ANTONIO
TEIXEIRA JR.
(PP-RJ)



DR. LUIZ OVANDO
(PSL-MS)



DR. ZACHARIAS CALIL
(DEM-GO)



DRA. SORAYA MANATO
(PSL-ES)



DULCE MIRANDA
(MDB-TO)



EDUARDO BARBOSA
(PSDB-MG)



EDUARDO BRAIDE
(PMN-MA)



EDUARDO COSTA
(PTB-PA)



ENÉIAS REIS
(PSL-MG)



FERNANDA
MELCHIONNA
(PSOL-RS)



FLORDELIS
(PSD-RJ)



GEOVANIA DE SÁ
(PSDB-SC)



JANDIRA FEGHALI
(PCdoB-RJ)



JORGE SOLLA
(PT-BA)



JUSCELINO FILHO
(DEM-MA)



LEANDRE
(PV-PR)



LIZIANE BAYER
(PSB-RS)



LUCIANO DUCCI
(PSB-PR)



MARCO BERTAIOLLI
(PSD-SP)



MARILIA ARRAES
(PT-PE)



MARINA SANTOS
(SOLIDARIEDADE-PI)



MARX BELTRÃO
(PSD-AL)



MIGUEL LOMBARDI
(PL-SP)



MILTON VIEIRA
(REPUBLICANOS-SP)



MISAEI VARELLA
(PSD-MG)



OLIVAL MARQUES
(DEM-PA)



OSSESIO SILVA
(REPUBLICANOS-PE)



PASTOR SARGENTO
ISIDÓRIO
(AVANTE-BA)



PEDRO WESTPHALEN
(PP-RS)



PINHEIRINHO
(PP-MG)



ROBERTO DE LUCENA
(PODE-SP)



RODRIGO COELHO
(PSB-SC)



ROSANGELA GOMES
(REPUBLICANOS-RJ)



SÍLVIA CRISTINA
(PDT-RO)



TEREZA NELMA
(PSDB-AL)

Suplentes



AFONSO HAMM
(PP-RS)



ALAN RICK
(DEM-AC)



ALCIDES RODRIGUES
(PATRIOTA-GO)



ALICE PORTUGAL
(PCdoB-BA)



ARLINDO CHINAGLIA
(PT-SP)



CHICO D'ANGELO
(PDT-RJ)



CHRIS TONETTO
(PSL-RJ)



DANIEL TRZECIAK
(PSDB-RS)



DANIELA DO WAGUINHO
(MDB-RJ)



DENIS BEZERRA
(PSB-CE)



DIEGO GARCIA
(PODE-PR)



DR. LEONARDO
(SOLIDARIEDADE-MT)



ERIKA KOKAY
(PT-DF)



FÁBIO MITIDIERI
(PSD-SE)



FLÁVIA MORAIS
(PDT-GO)



FLAVIANO MELO
(MDB-AC)



GILDENEMYR
(PL-MA)



HEITOR SCHUCH
(PSB-RS)



HENRIQUE FONTANA
(PT-RS)



HIRAN GONÇALVES
(PP-RR)



IRACEMA PORTELLA
(PP-PI)



JÉSSICA SALES
(MDB-AC)



JOÃO CAMPOS
(REPUBLICANOS-GO)



JOÃO ROMA
(REPUBLICANOS-BA)



JÚNIOR FERRARI
(PSD-PA)



LAURIETE
(PL-ES)



LÉO MOTTA
(PSL-MG)



LUÍZ LIMA
(PSL-RJ)



MARCIO ALVINO
(PL-SP)



MARIANA CARVALHO
(PSDB-RO)



MAURO NAZIF
(PSB-RO)



NORMA AYUB
(DEM-ES)



OTONI DE PAULA
(PSC-RJ)



OTTO ALENCAR FILHO
(PSD-BA)



PAULA BELMONTE
(CIDADANIA-DF)



POLICIAL KATIA SASTRE
(PL-SP)



POMPEO DE MATTOS
(PDT-RS)



PR. MARCO FELICIANO
(PODEMOS-SP)



PROFESSOR ALCIDES
(PP-GO)



PROFESSORA DAYANE
PIMENTEL
(PSL-BA)



PROFESSORA DORINHA
SEABRA REZENDE
(DEM-TO)



REJANE DIAS
(PT-PI)



RENATA ABREU
(PODE-SP)



RICARDO BARROS
(PP-PR)



ROMAN
(PSD-PR)



ROSE MODESTO
(PSDB-MS)



SANTINI
(PTB-RS)



SERGIO VIDIGAL
(PDT-ES)



SÓSTENES CAVALCANTE
(DEM-RJ)



TALÍRIA PETRONE
(PSOL-RJ)



ZÉ VITOR
(PL-MG)

III. APRESENTAÇÕES

Antecedendo a ordem do dia das reuniões deliberativas ordinárias das quartas-feiras, o Colegiado recebeu diversas autoridades e especialistas para tratar de temas relativos ao campo temático da Comissão, conforme registrado a seguir.

Dia 20/03/2019 – Ministro Mandetta participa da primeira Reunião de Trabalho da CSSF



Foto: Cláudio Araújo - CD

O Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, participou da abertura dos trabalhos da CSSF. Na condição de convidado, ele apresentou um balanço da pasta, respondeu as perguntas dos parlamentares e anunciou novas ações para a área. Mandetta informou que o Ministério estava reformulando sua estrutura. Como resultado disso, três novas Secretarias foram criadas. “Nossa prioridade serão os municípios com Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo”, explicou.

Mandetta também anunciou o lançamento de um aplicativo que permite aos parlamentares acompanhar o andamento de suas emendas. “A área já concentra a maioria das emendas parlamentares. Com o aplicativo, vamos agilizar os atendimentos dos prefeitos e permitir uma atuação política mais efetiva dos parlamentares”.

O Ministro informou, ainda, que a intenção é otimizar ao máximo o orçamento que o Ministério já dispõe. “Nosso objetivo é mesmo trabalhar integrado aos Deputados. Vamos nos reunir com os colegas da Comissão Mista de Orçamento para discutir a Lei Orgânica de Assistência Social e mostrar quais são os setores em que o SUS precisa avançar”, afirmou.

Ainda com o objetivo de trabalhar junto ao Congresso, Mandetta, que já foi Presidente da CSSF, informou que pretendia retornar com frequência à Comissão. “Os parlamentares sabem quais devem ser as prioridades porque têm informações privilegiadas nos estados e municípios. Sabem das realidades e de situações até mesmo antes da Vigilância Sanitária”, frisou.

Estrutura da saúde

Sobre a nova estrutura do Ministério, Mandetta falou da criação da Secretaria da Integridade, composta por membros da Controladoria Geral da União, da ouvidoria do Ministério e da corregedoria do Órgão. O Ministro informou que será um espaço não só para receber e avaliar reclamações e demandas, mas também para levantar informações sobre o andamento das políticas públicas de saúde.

Emenda 95

O Ministro tratou de temas como a Emenda Constitucional 95. SOalientou que a medida não congela os investimentos em saúde. “Ela restringe o teto global do governo. Se os parlamentares aqui reunidos decidirem aumentar os recursos para a saúde, eles têm autonomia para isso. Mas, precisarão apontar onde deixariam de fazer alocação de recursos”, explicou.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 16/04/2019 – Osmar Terra faz um balanço dos programas de cidadania do Governo



Foto: Cláudio Araújo - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família recebeu o Ministro da Cidadania, Osmar Terra. Ele falou sobre o funcionamento da pasta e os programas realizados pelo Ministério. “Agradeço demais a vinda do Ministro. Esta Comissão sempre ouve pessoas-chave para o andamento das políticas públicas no País e ficamos muito honrados em recebê-lo”, disse Antonio Brito, Presidente da CSSF.

Osmar Terra lembrou que o País tem hoje dois importantes programas de transferência de renda. O maior deles é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que dá um salário mínimo para famílias pobres que possuem membros deficientes físicos ou mentais e para idosos com mais de 65 anos que não têm renda. O custo para o País é de R\$ 60 bilhões.

O outro é o Bolsa Família, que segundo o Ministro, é fundamental para impedir que brasileiros caiam na extrema pobreza. “Hoje o programa atende 13.900 milhões de famílias. Fizemos um pente fino e conseguimos zerar a fila de espera”, anunciou o Ministro. Osmar Terra informou que o programa custa ao estado brasileiro R\$ 2.584 bilhões por mês e agora, cumprindo a palavra do Presidente Bolsonaro, haverá a 13ª parcela. “Muita gente acha que o Bolsa Família é um dinheirão e vai para gente que não trabalha. Isso não é verdade. É uma complementação de renda fundamental para muitas famílias brasileiras”, defendeu.

Programa Criança Feliz

"Esse programa surgiu para diminuir a desigualdade entre uma criança que nasce numa família rica e uma que nasce numa família pobre. As duas têm o mesmo potencial", explicou o Ministro. "Mas não terão os mesmos estímulos. E a ciência já provou que os estímulos certos nos primeiros anos de vida farão a diferença no aprendizado e na memória cognitiva". É um programa de acompanhamento semanal de crianças, na casa delas, onde agentes orientam as famílias. "É uma maneira de acabar com o abismo da desigualdade social, que começa na primeira infância. Nossa meta é atender 90% das crianças do Bolsa Família".

Bolsa Atleta

O Ministro falou sobre como é hoje a realidade dos atletas do País e anunciou mudanças. "Estamos trabalhando com entidades privadas para que os atletas tenham bolsa de estudo e levem os nomes das instituições para as competições. Isso já acontece em outros Países. Para os atletas de alto rendimento vamos concentrar e ampliar recursos em parceria com as Forças Armadas. E sabemos que precisamos também de mais recursos para os atletas de base".

Estação Cidadania

Osmar Terra apresentou projeto de um centro de atividades a ser instalado nas regiões mais violentas do País. "Vai ter ginásio de esporte, pista de atletismo, campo de futebol, centro de conveniência de idosos, parque infantil, biblioteca, espaço da juventude com banda larga e salas para capacitação profissional".

Cultura

A Lei de Incentivo à Cultura passa por uma revisão, informou o Ministro. "Existe uma excessiva concentração de recursos no eixo Rio - São Paulo. Estamos trabalhando pela democratização dos recursos. Os produtores do Norte e Nordeste têm que ser atendidos e queremos privilegiar novos talentos", informou ele.

Osmar Terra falou que os municípios precisam ser incentivados a participarem das políticas públicas. "O programa Município + Cidadão vai entregar a cada município um kit com vários programas e à medida que ele for realizando as metas, a prefeitura vai ganhar prêmios, inclusive em dinheiro".

Cinco Deputados usaram a palavra. Falaram de integração orçamentária, combate às drogas, paratletismo, orçamento para este ano, reforma da previdência, Benefício de Prestação Continuada, entre outros temas.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 22/05/2019 – CSSF discute Plano de Expansão da Radioterapia



Foto: Cláudio Araújo - CD

Por solicitação da Deputada Carmem Zanotto (Cidadania-SC), a Comissão de Seguridade Social e Família debateu o Plano de Expansão da Radioterapia do Governo Federal. “Um tema muito pertinente. Precisamos saber quais as pretensões do governo para a área para podermos propor melhorias”, disse Antonio Brito (PSD-BA).

De acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 60% dos tipos de câncer necessitam da radioterapia como auxílio ao tratamento. Thiago Rodrigues Santos, diretor do Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde é o responsável pelo plano. Ele disse que o objetivo é ampliar o acesso ao tratamento, integrá-lo num mesmo local, otimizar a utilização dos recursos humanos, cobrir os vazios assistenciais, otimizar a aplicação dos recursos e contextualizar compras públicas.

Ele explicou que para isso, o Ministério conta com um comitê executivo e um comitê gestor. “Existe um gargalo com relação ao acompanhamento do plano, em relação à parte documental, mas estamos aprendendo e melhorando os processos”, disse Thiago.

Humberto Izidoro, Presidente da empresa Varian América Latina fez um alerta sobre as mortes causadas por câncer. “A medicina está trabalhando com tecnologia de ponta para tratar cânceres difíceis, como o de fígado. Mas, há pessoas com câncer de mama morrendo porque não têm atendimento”, disse. Ele falou sobre o hipofracionamento, uma técnica de tratamento que entrega mais doses em menos sessões de radioterapia. “Temos filas enormes e estamos trabalhando com o Ministério e com o Legislativo para salvar vidas”.

Os Deputados discutiram sobre a meta de atender e tratar os pacientes com câncer num prazo de 60 dias, sobre prioridade de locais que possam receber os equipamentos, sobre equipamentos que seriam destinados, e ainda não foram, e sobre as filas crescentes de pacientes.

Dia 29/05/2019 – CSSF discute reforma da previdência com Presidente da Comissão Especial



Foto: Cláudio Araújo - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) recebeu o Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a PEC 06/2019, que trata da reforma da previdência, Deputado Marcelo Ramos (PL-AM). “Agradecemos a presença do parlamentar que, logo que foi convidado, prontamente se dispôs a vir a esta Comissão temática ouvir as perguntas dos colegas Deputados”, disse Antonio Brito, Presidente da CSSF.

O Deputado Marcelo Ramos falou sobre os trabalhos na Comissão Especial e defendeu que o estado precisa da reforma da previdência. “Precisamos readequar o orçamento federal ao tamanho do estado brasileiro. É uma questão matemática. Esse é o momento de nos debruçarmos sobre o texto, entendermos as propostas e debatermos as saídas possíveis”.

O parlamentar explicou que, na opinião dele, não dá para discutir previdência com a lógica de pessoas que têm recursos e retirar do debate mais de 16 milhões de brasileiros que, por enquanto, não têm renda alguma. “É preciso trabalhar para o crescimento econômico. Precisamos abarcar os com renda e os sem renda, para garantir uma aposentadoria mínima para todos, um montante que permita ao cidadão estar acima da linha da pobreza, num futuro próximo”.

Marcelo Ramos informou que, entre as questões em discussão na Comissão Especial, está a questão da aplicação das novas regras da previdência para estados e municípios. “Entre os entes federativos há muitas diferenças que são estruturantes. Não me parece razoável aplicarmos as novas regras como uma pílula que vai resolver as questões estaduais e municipais. Há um esforço de alguns partidos de construir o que chamam de uma regra de embarque. Já há duas propostas: uma que prevê um período de seis meses para adesão às regras nacionais e outra em que a União legislaria as normas gerais e remeteria ao estado a responsabilidade de legislar sobre normas específicas”, explicou.

Parlamentares que integram a Comissão de Seguridade Social e Família falaram sobre os critérios para criação de aposentadorias especiais, perguntaram sobre as regras de transição, sobre preservação dos direitos trabalhistas, tempo de contribuição, integralidade dos benefícios, previdência da mulher, acúmulo de aposentadorias, entre outros temas.

Dia 05/06/2019 – Ministra Damares Alves fala sobre Direitos Humanos na CSSF



Foto: Cláudio Araújo - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família recebeu a visita da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves. “Ficamos muito gratos pela presença da Ministra uma vez que o tema família é central na nossa Comissão”, disse o Presidente Antonio Brito (PSD-BA).

Acompanhada da Secretária Nacional da Família, Ângela Gandra, e da Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Petrucia de Melo Andrade, Damares Alves apresentou o Ministério e falou sobre assuntos com destaque na Pasta.

Família, Mulher e Direitos Humanos

“Nos espelhamos em outros Países para criar um Ministério voltado para a família e para o fortalecimento desses vínculos. Não dá mais para pensar em políticas públicas sem pensar a dinâmica familiar”, defendeu Damares. Para tratar o tema, além das duas Secretarias citadas acima, o Ministério conta com mais seis: a da juventude, de políticas para as mulheres, da pessoa idosa, Secretaria dos deficientes físicos, da desigualdade racial e a Secretaria da proteção global. “Estamos dando atenção especial às comunidades menos assistidas, como é o caso dos ciganos e incluindo temas como corrupção e acesso à água para abordar os direitos humanos”, informou.

Prevenção ao suicídio

“Foi aprovada, em tempo recorde nesta Casa, a Lei para tornar compulsório o registro de tentativas de suicídio e automutilação. As notificações serão feitas pelas unidades de saúde e de ensino”, disse a Ministra. Ela explicou que, com os números computados, será possível formular políticas públicas mais eficientes para combater esse mal. “Há estimativas de que, no Brasil, 14 milhões de jovens sofram com esse distúrbio. Estamos acompanhando os casos com equipes de psiquiatras e o que temos enfrentado é aterrador. Nossos adolescentes estão em profundo sofrimento e precisamos estimular debates sobre o tema em todos os estados. Precisamos de parcerias dos senhores para isso também”.

Violência contra crianças

“Os números de abusos têm crescido. A Secretaria Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente está trabalhando em parceria com a Polícia Federal para barrar os crimes contra menores no País”,

disse Damares. Ela alertou para os casos de abuso sexual contra bebês. “Vamos ter que dar atenção especial a isso. Precisamos dos médicos, enfermeiros e de toda a sociedade para observar esses bebês. Estamos trabalhando incansavelmente e precisamos de ajuda para mudar este quadro”. Os 16 parlamentares que usaram a palavra falaram sobre temas como adoção, combate à pedofilia, ao crime organizado, desenvolvimento da educação, a importância dos conselhos tutelares, a aprovação da reforma da previdência, o disque 100 e o disque 180, e os casos de tráfico de órgãos.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 12/06/2019 – CONASEMS defende Sistema Único de Saúde na CSSF



Foto: Cláudio Araújo - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) recebeu o Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Mauro Guimarães Junqueira. “A entidade sabe como é o serviço de saúde na ponta e faz importante relato de como está o Sistema Único de Saúde (SUS)”, disse Antonio Brito (PSD-BA), Presidente da CSSF.

SUS

Mauro iniciou a fala fazendo uma defesa do SUS. Disse que muita gente reclama do sistema que na verdade bate recordes de atendimento. Ele mostrou números de 2018: foram 1.7 milhões de partos; 19.9 milhões de procedimentos oncológicos; 11 milhões de internações, 185 milhões de doses de vacina aplicadas, 925 milhões de medicamentos de alto custo entregues, 1.4 bilhões de consultas e 4.5 milhões de procedimentos ambulatoriais.

Organizações Sociais

“Temos uma preocupação com as OS porque há um entendimento do Ministério da Economia de que os servidores dessas organizações vão entrar no cômputo dos servidores da saúde. Se isso ocorrer, vamos colher desassistência. Se hoje buscamos alternativas à contratação de pessoal é que já estamos num limite. E isso precisa ser discutido”, alertou Mauro.

Recursos

Mauro explicou que a União vai aplicar 43% do orçamento em saúde. “Em 2003 a União entrava com 72%. Os municípios que respondiam com 16% antes, hoje contribuem com 31%. Ao longo dos anos a União transferiu responsabilidades, mas, os recursos não chegaram”, explicou Mauro.

Desafios

Na opinião de Mauro, para avançar no desenvolvimento dos serviços prestados é preciso discutir o desfinanciamento da saúde, os subsídios fiscais que o governo concede e que tiram recursos da

saúde, a possível desvinculação das receitas da União e o pacto federativo. “Graças às políticas econômicas e sociais avançamos muito. Mas, precisamos avançar ainda mais”, disse Mauro Junqueira.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 26/06/2019 – Comissão discute financiamento da saúde com CONASS



Foto: Cláudio Araújo - CD

A CSSF recebeu na reunião deliberativa da quarta-feira (26) o ex-Ministro Alberto Beltrame, hoje Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS). “Estamos afinados com as entidades que estão na ponta, discutindo saúde”, disse Antonio Brito (PSD-BA) Presidente da Comissão.

Beltrame falou sobre as preocupações do Conass com relação à saúde e também sobre o financiamento do SUS. “Hoje, discutimos os princípios constitucionais do SUS, se deve ser gratuito, universal e se deve haver controle social. Isso é um risco”.

Sobre o financiamento da saúde, Beltrame salientou que há problemas desde a criação do SUS. “O orçamento era igual ao do Inamps que atendia 60 milhões de pessoas. O SUS veio para atender 150 milhões de cidadãos. Desde então discutimos o financiamento do SUS”, conta.

CPMF

Beltrame explicou que, em determinado momento, o governo cortou os recursos destinados ao financiamento do SUS. O Sistema virou responsabilidade do Tesouro e do orçamento da seguridade social. Foi criado então o imposto sobre o cheque (CPMF), que seria um recurso adicional. “Mas, não resolveu, porque na verdade ela substituiu uma fonte que foi cortada”.

Emenda 29

"Ela tentou estabelecer o mínimo constitucional para a saúde. Demorou anos para ser regulamentada. Estabeleceu os 15% dos municípios e os 12% dos estados, mas não consagrou os 10% do orçamento da União para o SUS. E jamais se chegou aos 10%".

Desvinculação do orçamento

"Não garantir o mínimo de recursos significa, na prática, redução de orçamento. Então, ou penalizamos ainda mais os municípios que já estão comprometidos, ou os estados, que também já investem acima do mínimo constitucional. Outra hipótese é redução de serviços", disse Beltrame.

Recursos x gestão

"Temos que discutir a eficiência da gestão e também os recursos. Para o que pretende o SUS, os recursos são insuficientes", defendeu Beltrame. Ele disse que o Ministério da Saúde deve equalizar a questão das diferenças regionais e para isso não pode ter o orçamento engessado. "A discussão do financiamento precisa ser feita no Congresso, que tem cada vez mais protagonismo quando o assunto é orçamento", defendeu Beltrame.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 03/07/2019 – CSSF discute portaria que regula contratos com OS's



Foto: Cláudio Araújo - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou reunião deliberativa na quarta-feira (3). Na pauta de discussões, a análise de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Portaria 233/19 que trata da relação do poder público com as Organizações Sociais, chamadas de OS's, no âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal. "Essa medida não vai atingir a área da assistência, mas, vai impactar as OS's que prestam serviço na área da saúde e também as prefeituras", lembrou o Deputado Antonio Brito (PSD-BA), Presidente da Comissão.

Para debater o assunto, o colegiado recebeu o consultor da Câmara dos Deputados, Aurélio Guimarães. Ele explicou que a regra que estabelece que a remuneração dos profissionais das OS's da área de saúde seja considerada como gastos com pessoal, estipulado pela lei de Responsabilidade Fiscal, já existe desde 2017. A CSSF criou um grupo de trabalho para analisar o tema.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 14/08/2019 –Deputado Hiran Gonçalves apresenta a Agenda Parlamentar da Saúde



Foto: Cláudio Araújo - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) recebeu na quarta-feira (14), o Conselho Federal de Medicina (CFM) e as demais entidades médicas que fazem parte da Comissão de Assuntos Parlamentares (CAP). O ato marcou o lançamento da Agenda Parlamentar da Saúde Responsável. A publicação reúne as proposições de interesse dos médicos em tramitação no Congresso Nacional. Participaram do lançamento, os Presidentes da Associação Médica Brasileira (AMB), Lincoln Ferreira; do CFM, Carlos Vital; da Federação Nacional dos Médicos, Guttemberg Fialho; e a representante da Federação Médica Brasileira (FMB), Malu Davi. Todos os representantes desses organismos ressaltaram a necessidade de trabalho conjunto em torno de pautas comuns.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 28/08/2019 – CSSF debate Programa Médicos pelo Brasil



Foto: Cláudio Araújo - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família recebeu o Secretário de Atenção Primária do Ministério da Saúde, Erno Harzhein, na quarta-feira (28). O tema tratado foi o programa Médicos pelo Brasil que já está em análise no Congresso (MP 890/19). “O Ministério é muito presente nessa Comissão e o tema é pertinente neste momento. Agradecemos a presença do Secretário aqui”, disse o Deputado Antonio Brito, Presidente da CSSF.

Novo programa

“O objetivo do programa é garantir médicos nas áreas mais remotas do Brasil e também nas áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica do nosso território. Desde 1994, temos o programa Estratégia e Saúde da Família que nos trouxe muitos avanços, mas, carece de uma modernização para conseguir entregar com mais qualidade o serviço de atenção primária”, disse Erno.

O Secretário elencou os principais eixos da Pasta que se relacionam com o novo programa: fortalecer atributos da Atenção Primária à Saúde; ampliação do acesso ao serviço; provimento e fixação de médicos; fortalecimento da clínica multiprofissional; novas formas de financiamento; e monitoramento e avaliação de resultados.

Programa Mais Médicos

O Secretário falou sobre o Programa Mais Médicos, instituído em 2013 e salientou a importância da existência de profissionais na estratégia de saúde da família. “A proposta desse programa era disponibilizar 18 mil médicos com diferentes especializações em todo território nacional. Mas, com fragilidades na concepção, como os critérios de alocação de profissionais, por exemplo, que pretendemos corrigir com o Médicos pelo Brasil”.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 04/09/2019 – Fiocruz na CSSF



Foto: Cláudio Araújo – CD

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) recebeu na quarta-feira (4) a Presidente da Fiocruz, Nísia Trindade, e o Ministro da Cidadania, Osmar Terra. “Duas pessoas-chave para nós da Comissão, que tratamos de temas como assistência social e saúde. Agradecemos muito a presença aqui”, disse Antônio Brito, Presidente da Comissão.

Fiocruz

A instituição está representada em todas as regiões brasileiras, presente em 10 estados, e tem a função de produzir e compartilhar tecnologias voltadas para o Sistema Único de Saúde (SUS). A luta contra a doença de Chagas, Zika e Febre Amarela, abrangendo diagnóstico, vacinas e educação de prevenção, são importantes frentes de trabalho da instituição. “Respondemos às crises sanitárias e fortalecemos o SUS, contribuindo também com políticas públicas através de pesquisas”, explicou Nísia Trindade.

Nísia lembrou que a Fiocruz foi responsável pela implantação de bancos de leite humano no Brasil, em Países de língua portuguesa e também em Países desenvolvidos, como Portugal. A instituição, na área de pós-graduação, é responsável pela formação de 180 médicos mestres em Saúde da Família. Nísia fez um alerta: “Muitos de nossos profissionais irão se aposentar em breve. Esse para nós é um grande desafio. Porque não temos uma legislação, como a existente nas universidades, que permita a reposição de vagas”.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 04/09/2019 – Ministério da Cidadania na CSSF



Foto: Cláudio Araújo – CD

Ministério da Cidadania

O Ministro Osmar Terra forneceu duas importantes informações: o Ministério ganhou o prêmio internacional Wise Awards (Word Innovation Summit Education) de inovação em educação devido ao Criança Feliz, considerado o maior programa do mundo em atendimento em saúde domiciliar para crianças. Osmar Terra também falou sobre a MP que vai destinar pensão vitalícia para crianças com danos cerebrais graves devido à micro-cefalia causada por Zika vírus.

O Ministro tratou do contingenciamento dos recursos da União e o ordenamento orçamentário do Ministério para 2019. “Foram vários períodos seguidos de queda de receita, desde 2014. O governo está se movimentando: além da busca pelo equilíbrio fiscal, há reformas em pauta no Legislativo. Precisamos discutir um novo pacto federativo”, defendeu. Ele apresentou números com as necessidades orçamentárias para 2020.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 11/09/2019 – Ministro da Saúde na CSSF



Foto: Cláudio Araújo – CD

O colegiado da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) recebeu o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, na reunião deliberativa (11). “Obrigado por aceitar mais esse convite, Ministro”, agradeceu Antonio Brito (PSD-BA), Presidente da Comissão.

Sobre o Sarampo, o Ministro explicou que houve aumento do número de casos. “Tivemos dificuldades com a vacina Pentavalente, fornecida para o Brasil. A fábrica teve instabilidade na certificação do medicamento e a Organização Panamericana de Saúde interrompeu o abastecimento. O calendário de outubro está mantido e a situação deve se normalizar no final do ano”.

Quando o assunto é Tuberculose, Mandetta informou que o SUS conseguiu tratar 70% dos casos. “É a doença de agente infeccioso que mais mata no mundo. Há poucos antibióticos e um crescente número de cepas resistentes aos medicamentos. Vamos presidir o Brics sobre o tema e vamos assumir a coordenação dos trabalhos do Mercosul. Isso vai auxiliar no planejamento global de ações eficazes de combate à doença”.

Sobre o programa Médicos pelo Brasil, o Ministro disse que a medida provisória aponta um caminho com várias possibilidades. “Os médicos terão um vínculo empregatício via CLT e poderão formar residência nos lugares onde atuarem, não mais de maneira provisória. Espero que o Congresso faça um bom debate sobre o tema”.

O Ministro frisou que a atenção primária continua sendo o foco do Ministério da Saúde. “Temos mil equipes de Saúde da Família e temos cadastrados no programa 80 milhões de pessoas. Se cruzarmos os indicadores de vulnerabilidade, quase 30 milhões estão fora do programa. Um dos pilares para o financiamento será o cadastramento”.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 18/09/2019 – Setor Hospitalar Brasileiro faz Balanço na CSSF



Foto: Cláudio Araújo – CD

A Comissão de Seguridade Social e Família reuniu, na quarta-feira (18), representantes do setor hospitalar brasileiro. O objetivo foi traçar um panorama da área e unir forças em prol da saúde no Brasil. "É a primeira vez que reunimos as principais entidades nacionais do setor, na mesma mesa", disse o Deputado Antonio Brito, Presidente da Comissão.

Breno Monteiro, da Confederação Nacional de Saúde, apresentou números do setor e disse que de 2010 a 2018 foram fechados 2.127 hospitais no Brasil e perdidos 34 mil leitos. "Enquanto os planos de saúde aumentaram consideravelmente nos últimos anos, o nosso custo de internação aumentou apenas 0,5%." Breno salientou que no primeiro trimestre desse ano o setor empregou mais de 65 mil pessoas. "Essas pessoas precisam de treinamento e nós é que fazemos esse investimento".

O representante da Federação Brasileira dos Hospitais, Adelvanio Morato, falou sobre a situação tributária da rede hospitalar brasileira. "A arrecadação tributária do setor hospitalar dá mais de 18 bilhões. Precisamos discutir o que representa o setor para a saúde e falar sobre a tabela defasada do SUS. Se entendermos melhor o financiamento, teremos condições de fazer uma remuneração adequada."

Marco Aurélio Ferreira, da Associação Nacional dos Hospitais Privados, falou sobre o Sinar, um programa inovador de informação adotado por todas as entidades associadas. "Precisamos fazer uma leitura dos dados gerados nesses hospitais. Inclusive, aprovamos a inclusão de hospitais não associados ao sistema. Para melhorar a gestão é preciso trabalhar com indicadores".

Mário César Homsy, da Confederação das Santas Casas de Misericórdia disse que as linhas de crédito recém-criadas para auxiliar o setor ainda não funcionam. "Por parte do Banco do Brasil não verificamos ações para abrir a linha de crédito. A Caixa começa a operar, mas, com a concorrência do Caixa Hospitais, passa a fazer exigências que não estavam previstas, como a adesão a outros seguros comercializados pelo Banco. O BNDES tem uma outra linha de crédito e hospitais em São Paulo já estão aderindo. São recursos que só podem ser usados em parte para reestruturação financeira das entidades".

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 25/09/2019 – Comissão recebe UNICEF e Conselho Nacional de Saúde



Foto: Cláudio Araújo – CD

A Comissão de Seguridade Social e Família recebeu na quarta-feira (25) duas importantes visitas: Liliana Chopitea, que é chefe de Políticas Sociais do UNICEF Brasil e Fernando Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

UNICEF

Chopitea apresentou o estudo intitulado Bem-Estar e Privações na Infância e Adolescência no Brasil, baseada na Pnad 2015. Ela explicou que uma criança com bem-estar não é apenas aquela que não sofre privações monetárias, mas a que além disso tem acesso à educação, à fonte de água segura, acesso à informação, moradia adequada com saneamento básico e é protegida do trabalho infantil.

“No Brasil, em 2015, 26 milhões de crianças e adolescentes sofriam com privações múltiplas: monetária e de acesso ao saneamento básico e à educação. No Norte e no Nordeste estão os principais desafios. É importante dizer que, nos últimos 10 anos as diferenças monetárias têm diminuído graças aos programas de transferência de renda. Mas, os acessos aos serviços não. É preciso atacar as políticas públicas com mais afinco”.

CNS

O Presidente do Conselho, Fernando Pigatto, fez a entrega das resoluções aprovadas na 16ª Conferência Nacional de Saúde e uma recomendação sobre o Plano Plurianual e sobre o Plano Nacional de Saúde. “Definimos 31 diretrizes, 329 propostas e 56 moções”, disse. Ele lembrou que o tema da última conferência foi Democracia e Saúde, dividida em três eixos centrais: Saúde como Direito, Consolidação dos Princípios do SUS e Financiamento Adequado para o SUS. “Queremos agradecer porque sempre somos chamados aos debates aqui na Câmara. Em outubro vamos discutir orçamento da saúde e serão todos convidados”.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 02/10/2019 – Secretária da Família faz apresentações na CSSF



Foto: Cláudio Araújo – CD

A CSSF, presidida pelo Deputado Antonio Brito (BA), recebeu a Secretária de Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ângela Gandra, que veio apresentar as ações da Secretaria para destacar a importância da família na sociedade.

Ângela falou do programa Reconecte que consiste em ações de promoção do uso inteligente da tecnologia. “São vídeos de especialistas, cartilhas e cursos, materiais publicitários e eventos destinados a educadores e famílias, como por exemplo o ‘Desafio Detox Digital Brasil’ que propõe atividades em família sem o uso de tecnologias”.

Já o programa Famílias Fortes será lançado nas cinco cidades mais violentas do País. “Queremos fortalecer os vínculos familiares através de aulas para pais e filhos, separadamente, que com isso poderão perceber seus desafios familiares. Essa proposta combate à evasão escolar e visa a diminuição do consumo de álcool e drogas”, informou a Secretária.

O Selo Empresa Amiga da Família vai fomentar a adoção voluntária de práticas organizacionais familiarmente responsáveis. “Não queremos impor nada. Queremos apenas que as empresas pensem se estão sendo justas com os funcionários. Queremos que eles pensem que as pessoas precisam estar felizes, que são pessoas que produzem, mas, voltam para suas casas todos os dias”.

A campanha Acolha a Vida vai atuar na conscientização e disseminação de informações para prevenção da automutilação e suicídio. Para isso, haverá site com materiais de conscientização sobre o tema, eventos, cursos para famílias e educadores, líderes comunitários e religiosos, profissionais da saúde, segurança e assistência social. Foi veiculado um vídeo de lançamento da campanha durante a reunião da Comissão.

“Gostaria de deixar registrado a fala dos nossos Deputados sobre a corrente positiva de prevenção ao suicídio, que é um problema que existe inclusive entre os profissionais de saúde. Eles precisam ser

capacitados para lidar com a situação”, finalizou o Deputado Antonio Brito, agradecendo a presença da Secretária na CSSF.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 09/10/2019 – CSSF discute Consórcio de Saúde no Nordeste



Foto: Cláudio Araújo – CD

A Comissão de Seguridade Social e Família, presidida pelo Deputado Antonio Brito (BA), recebeu a visita do Secretário de Saúde do Maranhão, Carlos Eduardo de Oliveira Lula. Esteve presente também o Secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas Boas. “É uma honra receber esses dois grandes gestores que estão fazendo um trabalho de excelência”, disse Brito.

Na pauta de discussões, a experiência do Consórcio de Saúde do Nordeste, que envolve nove estados da região (MA, PI, CE, RN, PE, SE, AL, BA e PB) e é presidido pelo atual governador da Bahia.

Com 59 milhões de habitantes os estados consorciados investem em saúde cerca de R\$ 800 milhões por mês. “Juntos temos condições de pautar temas que separadamente não conseguiríamos. Por exemplo, podemos comprar medicamentos direto da fábrica”, explicou Carlos Eduardo.

“Já temos avanços para mostrar. Vamos fazer a primeira grande compra de 12 medicamentos de maior impacto na gestão dos estados. O custo estimado é de R\$ 150 milhões/ano no Consórcio, o que representa uma economia de 30% a 40% nos valores praticados atualmente”, explicou Carlos.

Ele salientou que a parceria entre os estados funciona muito bem, sem disputas, e esse modelo pode funcionar também em outros setores da administração. “Mas, sem dúvida na saúde tem dado resultados positivos. Sabemos que temos que encontrar soluções para fazer mais e melhor com menos recursos”.

Ele elencou as vantagens do Consórcio do Nordeste: compra conjunta de produtos ou serviços contratados; cooperação e parceria em questões emergenciais; atração de mais investidores;

integração da infraestrutura; trocas de tecnologia e conhecimento de maneira mais veloz; possibilita a reunião de indústrias e empresas para reduzir custos e incentivar geração de emprego.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 23/10/2019 – Inovação no Diagnóstico Precoce do Câncer



Foto: Cláudio Araújo – CD

A CSSF recebeu o coordenador de Pesquisa do Laboratório de Química da Universidade Federal de Goiás, Doutor Nelson Antoniosi e a Doutora Melissa Avelina, Otorrinolaringologista e pediatra também da UFG. “Eles vieram apresentar uma pesquisa pioneira, desenvolvida naquela universidade, que permite em cinco horas saber se um paciente tem câncer ou não. Sabemos que o diagnóstico precoce pode salvar vidas”, disse o Deputado Antonio Brito (PSD-BA) que preside a Comissão.

Antoniosini explicou que o cerumenograma é um teste que pode diagnosticar, a partir da cera do ouvido, muitas doenças e não apenas o câncer. “Mas no ranking das que mais matam, o câncer figura em segundo lugar”. Uma pesquisa mostrou que em 2018, no Brasil, houve 225 mil mortes (IAR/ONU). Isso representa um custo estimado de R\$ 30 a 50 bilhões. “Chegamos à conclusão que teríamos que melhorar o diagnóstico, uma vez que ele é determinante para a vida do paciente”.

“Na cera do ouvido encontramos glândulas sudoríparas, ceruminosas e sebáceas, material muito rico para pesquisa”. O equipamento que separa as substâncias voláteis da cera do ouvido é produzido no Japão e nos Estados Unidos, custa na ordem de R\$400 a 450 mil.

“Nesse modelo de diagnóstico inovador é possível saber também se após o tratamento o paciente está definitivamente livre do câncer”, explicou Antoniosi. Atualmente, os pesquisadores trabalham para discriminar os tipos de câncer e fazer análises com técnicas diferentes para que surjam outros importantes marcadores. “Estamos buscando R\$ 10 milhões para podermos criar uma infraestrutura e dar continuidade aos trabalhos. Se tivermos no ano que vem cada parlamentar comprometido com emendas de R\$ 100 mil reais para esse trabalho, já conseguiremos instalar 150 equipamentos no Brasil, o que vai permitir algo em torno de 520 mil diagnósticos só no primeiro ano”.

Dra. Melissa defendeu a valorização do pesquisador brasileiro. “Precisamos de investimentos para avançar. Um diagnóstico fácil e rápido muda a história do câncer”.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 30/10/2019 – CSSF recebe Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS



Foto: Cláudio Araújo – CD

Leandro Fonseca da Silva, atual Presidente da Agência Nacional de Saúde (ANS), foi o convidado da reunião deliberativa ordinária da Comissão de Seguridade Social e Família, que aconteceu na quarta-feira (30). “Leandro tem feito um bom trabalho à frente da Agência, sempre aberto ao diálogo com esta Casa. Obrigado por comparecer a esta Comissão”, disse Antonio Brito (PSD-BA).

Leandro começou falando dos planos de saúde. Disse que o setor tem desafios a serem enfrentados, mas que é importante mostrar como ao longo do tempo os serviços prestados evoluíram positivamente. “Quando não existia o marco regulatório, muitas condutas eram prejudiciais aos consumidores. Eles podiam, por exemplo, limitar o tempo de cobertura de internação de um paciente, redigir contratos inelegíveis ou até arrecadar dinheiro e em seguida fechar as portas deixando pessoas desassistidas. Com o marco regulatório, o setor foi saneado e a cobertura, que é o hall de procedimentos que a ANS estabelece, é de conhecimento de todos e obrigação de todas as agências de saúde”.

Fonseca frisou que no início da regulação havia 30 milhões de beneficiários. Hoje já são mais de 47 milhões. “O marco regulatório viabilizou o mercado e ajudou a dar segurança jurídica aos usuários”. Porém, disse Leandro, não dá para negar que ainda existem desafios pela frente. O Presidente da ANS citou o financiamento dos serviços de saúde, que estão ficando cada vez mais caros, como o principal deles. “As tecnologias, que aumentaram a expectativa de vida dos brasileiros, precisam ser incorporadas na saúde de maneira sustentável”. Ele ainda falou sobre o envelhecimento da população. “Temos que buscar soluções para financiar os serviços de atenção à pessoa idosa”.

Leandro disse que a regulação do setor se desenvolveu em dois principais pilares. O primeiro é o econômico e financeiro. “Em grande medida as operações de planos privados coletam dinheiro nosso para garantir os serviços de saúde quando necessários, mas as empresas não podem fazer com esses recursos o que quiserem. É uma lógica chamada de mutualismo. Forçamos uma gestão prudente desse recurso”. Outro pilar é a regulação assistencial. “Ela estabelece um acesso do beneficiário aos

serviços em tempo oportuno. Estabelecemos prazos máximos de atendimentos para consultas, exames, internações que as operadoras são obrigadas a cumprir”. Leandro falou ainda sobre mecanismos de mediação de conflitos entre as operadoras e os beneficiários. “Criamos o NIP - Notificação de Intermediação Preliminar – em que o beneficiário acessa a ANS e tentamos resolver problemas de comunicação. Fomos premiados pela FGV, pois o nível de resolubilidade é altíssimo”.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 06/11/2019 – Novembro Azul na pauta da CSSF



Foto: Cláudio Araújo – CD

O colegiado da CSSF recebeu o Coordenador do Serviço de Urologia do Hospital de Base de Brasília, Dr. Guilherme Veloso. “O Novembro Azul é uma campanha mundial. É preciso que o homem tenha consciência da importância do exame”, disse Antonio Brito, Presidente da CSSF.

A estimativa do Instituto Nacional do Câncer é que neste ano sejam diagnosticados 68 mil novos casos no Brasil. O câncer de próstata é o segundo mais frequente nos homens. Só perde para tumores de pele. No País, um homem é diagnosticado a cada sete minutos e há um óbito a cada quarenta minutos. Cerca de 25% dos portadores da doença morrem. Isso porque 20% dos pacientes são diagnosticados com o câncer já em estado avançado. Por isso, o estímulo ao diagnóstico precoce.

Fatores de risco

Dr. Guilherme disse que, mesmo não tendo prevenção, existem sim fatores de risco: histórico familiar, homens da raça negra, obesos e maus hábitos alimentares. “A dieta saudável está associada a um índice menor de câncer”.

Diagnóstico

“Sempre bom lembrar que o homem não tem como apalpar a próstata. Por isso a necessidade do exame retal junto com o exame que mede o nível de PSA no sangue. Com os dois é possível aumentar para quase 100% a chance de detecção precoce”. Guilherme lembrou que também existe o exame de ressonância multiparamétrica, mas que o método ainda não está, em larga escala, disponível no SUS. Quando os exames indicarem presença de caroço na região é necessário realizar a biopsia.

Tratamento

Depende de onde está localizado o câncer, se somente na próstata ou em outros órgãos adjacentes. “A metástase é o risco da doença avançada”. Para tratar um câncer na próstata, há diferentes processos: prostatectomia, radioterapia, bloqueio androgênico e quimioterapia.

Em agosto deste ano, a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem completou 10 anos. “Mas ainda não foi implementada totalmente. São 60 milhões de homens entre 20 e 60 anos que provavelmente não encontram acolhimento adequado no SUS quando precisam fazer exames de prevenção. E a qualificação dos profissionais é, na minha opinião, o maior desafio”, disse Guilherme.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 04/12/2019 – Pacto Federativo em Pauta na CSSF



Foto: Cláudio Araújo – CD

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) recebeu na quarta-feira (4) o Secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. É a primeira vez que o Secretário vem ao parlamento falar das propostas de emenda à Constituição que tramitam no Congresso tendo o pacto federativo como tema central.

O que é

“A república brasileira está sob fortíssimo estresse fiscal e financeiro. Mesmo estados ricos e sólidos, como Minas e São Paulo, estão com fortíssimas dificuldades. Entendemos que alguns estados têm dimensões de Países e deveriam ter a capacidade de responder demandas, como na área de educação e saúde, diretamente na ponta, independente do Governo Federal. A União está passando pelo sexto ano de déficit primário”. Ele explicou que as contas não se sustentam porque as despesas do Estado não cabem nas receitas. Ele informou ainda que o déficit estimado na LDO para o ano que vem é de R\$ 124 bilhões. “Isso dá mais de quatro vezes o Bolsa Família, por exemplo”.

Waldery falou também dos municípios. “Nosso Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) está muito além do considerado satisfatório. Na década de 90 eram cerca de 4 mil municípios. Do final da década de 90 até os dias atuais foram criadas mais de 1.700 cidades e uma parte considerável não tem capacidade nem de pagar os gastos com as prefeituras e câmaras de vereadores. Então, quando olhamos a situação federativa, temos uma fratura. Dos 27 estados, 14 estão em emergência fiscal”.

Soluções efetivas

“Nosso Produto Interno Bruto cresceu e isso é muito bom. O investimento também cresceu e houve reação do mercado de trabalho. Isso se deve ao fato de termos colocado a política fiscal como prioritária, de maneira que se mantenha nos próximos anos. O Governo Federal quer mais dinheiro na ponta e quer também que os estados e municípios se responsabilizem mais”. Waldery explicou que atualmente, de cada R\$ 100 reais que o Estado gasta, R\$ 93 são engessados em despesas obrigatórias e R\$ 65 são para folha de pagamento dos aposentados. “Para se ter uma ideia, no ano que vem haverá disponibilidade de investimento de apenas R\$ 19 bilhões. É o menor número da série histórica que começou em 2007, pode chegar a zero e não termos o problema resolvido do

ponto de vista de termos recursos para áreas que são entendidas como prioritárias. Por isso o orçamento precisa mudar”.

O Plano Mais Brasil do Governo Federal, contido no Pacto Federativo, prevê um marco institucional da nova ordem fiscal; autonomia com responsabilidade; fortalecimento da federação; novas regras para as contas públicas; segurança jurídica e análise de estados de emergência fiscal para controle de despesas.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Dia 11/12/2019 – UNAIDS lança pesquisa inédita na CSSF



Foto: Cláudio Araújo – CD

A Comissão de Seguridade Social e Família recebeu, a pedido do Deputado Alexandre Padilha (PT-SP), o diretor Interino do Unids (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS no Brasil), Cleiton Euzébio de Lima. Ele apresentou o resultado de uma pesquisa inédita sobre o estigma e a discriminação de pessoas que vivem com HIV/Aids no País, realizada com diversas instituições como Pnud, PucRS e ONG Gestos.

Mais de 1.700 pessoas foram entrevistadas em sete capitais brasileiras. O questionário foi aplicado por e entre pessoas vivendo com HIV e Aids. “No Brasil ainda temos de 10 a 12 mil mortes, todos os anos, em decorrência do vírus. Na saúde existe o combate à doença, o atendimento via SUS e também programas de prevenção. Mas, no campo dos direitos humanos a pesquisa mostrou que temos muito a avançar”.

A maioria das pessoas que responderam à pesquisa é negra, a média de tempo com a doença é de dez anos, possui parceiros fixos, tem estudo e 30% informou que está fora do mercado de trabalho. “Dos ouvidos, 47% já tiveram oferta de trabalho negada por conta do HIV. O que prova a necessidade de uma política específica para inclusão dessa população no mercado de trabalho”, alertou Cleiton.

Foi investigado também como as pessoas ficam sabendo que estão doentes e para quem elas contam. “De cada dez afetados pelo vírus, quatro pais não contam aos seus filhos que são soropositivos para o HIV por causa do preconceito familiar e social. “A pesquisa mostrou que cerca de 46% das pessoas com HIV sabem de familiares que fazem chacota por conta de sua sorologia”, contou Cleiton.

A pesquisa levantou ainda que 64% das pessoas soropositivas para o vírus já sofreram algum tipo de discriminação que afeta a autoestima delas. Cerca de 10% alegou que por isso não procura um atendimento médico. “Outro dado alarmante com impacto na saúde é que 75,5% das pessoas disseram que escondem o fato de serem portadores do vírus”.

A pesquisa mostrou que no atendimento à saúde também há discriminação. Mais de 6% dos entrevistados disseram que foram forçados a divulgar a sorologia positiva para o HIV publicamente ou tiveram a informação divulgada sem consentimento prévio.

Ainda no atendimento à saúde, 7% dos ouvidos informaram que nos últimos 12 meses profissionais fizeram comentários discriminatórios por conta da sorologia. “Mais de 48% dos pacientes tem certeza de que seus prontuários não são sigilosos. Isso é um problema principalmente em cidades pequenas”.

“Cerca de 27% dos transexuais e travestis já evitaram buscar serviços de saúde porque se preocuparam que alguém pudesse descobrir sua preferência sexual”. O estudo mostrou que dessa população, 90% já sofreu alguma forma de discriminação. “Das pessoas com HIV, 6% já foram agredidas fisicamente por serem soropositivas. Precisamos de políticas intersetoriais para mudar essa situação”, finalizou Cleiton.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

IV. EVENTOS

A Comissão de Seguridade Social e Família, no ano de 2019, realizou 80 eventos: sendo 59 audiências públicas, 8 audiências públicas conjuntas com outras comissões, 7 audiências com Ministros de Estado e 6 seminários e fóruns. Todos esses eventos tiveram como objetivo debater temas de interesses da Comissão e da Sociedade. Seguem abaixo os temas que foram debatidos aqui na Comissão.

- Reforma da Previdência
- Reforma do SUS
- Agrotóxicos
- Alienação parental
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)
- Política criminal nos casos de sociopatia e psicopatia
- Hepatites virais
- Suicídio de crianças e adolescentes
- Piso salarial dos assistentes sociais
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI)
- Microcefalia
- Adoção
- Plano de Expansão da Radioterapia
- Políticas familiares para o desenvolvimento sustentável
- Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer
- Tuberculose em crianças
- Doença de Chagas
- Saúde ocular
- Programa Mais Médicos
- 50 anos de luta LGBT
- Diabetes
- Síndrome demencial
- Violência contra brasileiras no exterior
- Programa Nacional de Imunização (PNI)
- Jogos de computador e videogames violentos – efeitos sobre os jovens brasileiros
- Situação fiscal da previdência social
- Regulamentação da *cannabis* medicinal
- Semana de Prevenção e Combate ao Câncer de Pele
- Câncer de cabeça e pescoço
- Traqueostomia em crianças
- Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras
- Residência médica
- Estatuto da Pessoa com Câncer
- Calendário nacional de imunização e cobertura vacinal
- Ensino à distância na saúde
- Acesso ao saneamento
- Assistência farmacêutica
- Parto cesariano
- Órteses, próteses e meios de locomoção das pessoas com deficiência
- Prevenção, suicídio e automutilação
- Gravidez na adolescência
- Futuro da ortopedia no País
- Lei da arbitragem aplicada à saúde
- Nome afetivo e guarda provisória

- Interrupção da gravidez
- Carteira de serviço da atenção primária
- Anomalias craniofaciais, fissura labiopalatina e fenda palatina
- Situação HIV/Aids no Brasil
- Cirurgia bariátrica
- Exercício ilegal da medicina
- Desnutrição do paciente oncológico
- Alimentação adequada e saudável
- Financiamento das mamografias de rastreamento
- Programa Nacional de Atenção Integral à Pessoas com Doença Falciforme
- Família e desenvolvimento social
- Castração de animais como saúde pública
- Embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro*
- Telemedicina
- Uso nocivo do álcool
- Política de Redução de Danos
- Produção, pesquisa, desenvolvimento e distribuição de medicamentos populares
- Contaminação da água e microcefalia
- Prevenção e combate à pedofilia e ao abuso sexual
- Manifestações psicogênicas após vacinação HPV
- Situação das pessoas LGBTI nos presídios
- Exames fisiológicos não invasivos de triagem cardioneurometabólica
- Vacinação entre o Brasil e Países vizinhos
- Doenças sobre válvulas cardíacas
- 30 anos do ECA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Audiência Pública para discutir a apresentação do Relatório do Banco Mundial “Proposta de Reforma do Sistema Único de Saúde Brasileiro”

Data da reunião: 04/04/2019

Requerimento nº 14, do Deputado Ricardo Barros.



Foto: Pablo Valadares - CD

No dia quatro de abril de 2019, a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), realizou audiência pública para discutir a apresentação do Relatório do Banco Mundial que defende mais presença do setor privado na saúde brasileira e o aumento de gastos com a atenção primária de saúde, com redução de recursos para os serviços de média e alta complexidade. O relatório do banco sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) foi apresentado em audiência pública (4/4) na Comissão de Seguridade Social da Câmara pelo economista sênior da instituição Edson Araújo.

Mais polêmica, segundo o próprio representante do Banco Mundial, é a proposta de fechar hospitais pequenos em municípios, para aumentar a oferta de serviços hospitalares em grande escala. Conforme Edson Araújo, os hospitais pequenos são ineficientes, e neles a qualidade é menor.

O Secretário executivo do Ministério da Saúde, João Gabbardo, concorda com o relatório do Banco Mundial, que, segundo ele, está sendo guia para o governo brasileiro. Ele concorda, por exemplo, com a expansão do modelo de hospitais geridos por organizações sociais.

Porém, para o Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Mauro Junqueira, o problema principal do sistema de saúde brasileiro não é a gestão, mas o subfinanciamento.

Para alguns Deputados como o ex-Ministro da Saúde, Ricardo Barros, do PP do Paraná, que pediu a audiência, a capacidade de arrecadação do governo não sustenta um sistema de saúde universal e integral. Também ex-Ministro da Saúde, o Deputado Alexandre Padilha, acredita que o esforço do

governo deve ser de ampliar o acesso aos serviços de saúde, e não de economizar na saúde e direcionar recursos para outros setores.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- João Gabbardo dos Reis (Secretário Executivo do Ministério da Saúde)
- Carlos Augusto de Melo Ferraz (Secretário da SECEXSAUDE - TCU)
- Edson Araújo (Economista Sênior do Banco Mundial)
- Leonardo Moura Vilela (Presidente do CONASS)
- Mauro Guimarães Junqueira (Presidente do CONASEMS)

Audiência Pública para debater a Alienação Parental

Data da reunião: 09/04/2019

Requerimento nº 22, da Deputada Jandira Feghali



Foto: Vinícius Loures – CD

Audiência realizada no dia nove de abril de 2019 na Comissão de Seguridade Social e Família discutiu o projeto 10.712/2018 que altera artigos da Lei da Alienação Parental, Lei nº 12.318, de 2010 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 1990. A Alienação Parental refere-se à atitude de um dos pais, avós ou adultos que detêm a guarda de crianças e adolescentes de difamar o pai ou a mãe perante os filhos.

Juliana Ahn, representante da ONG Vozes de Anjos, afirmou que várias famílias estão sofrendo as consequências da lei de Alienação Parental, que durante a audiência foi relacionada ao abuso sexual de menores. Ela exibiu um vídeo sobre o criador da teoria da Síndrome da Alienação Parental, o norte-americano Richard Gardner, para demonstrar as imperfeições na legislação. Exibiu também alguns depoimentos em áudio de crianças molestadas sexualmente, mas a veiculação foi interrompida depois de protestos de parte do público presente.

A preocupação é que a lei acolha denúncias de alienação parental feitas por abusadores ou quem comete violência doméstica.

Todos os debatedores salientaram que o foco da discussão deveria ser a proteção à criança e ao adolescente. Para a representante do Conselho Federal de Psicologia, Iolete Ribeiro da Silva, judicializar os problemas familiares nem sempre ajuda na solução dos conflitos. Ela lembrou o direito da criança de ser ouvida e reiterou que as políticas públicas devem proteger também a família.

Renata Cysne, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família, defendeu a Lei da Alienação Parental, mas disse que todas as sugestões do projeto em debate já estão contempladas na Constituição e em outras leis. A advogada apontou dificuldades na aplicação da lei, como a falta de profissionais qualificados na Justiça para lidar com a alienação parental.

Para a Deputada Doutora Soraya Manato, tanto o projeto em discussão quanto a própria Lei da Alienação Parental merecem ser revistos.

Iolete Ribeiro da Silva, do Conselho Federal de Psicologia, lembrou que existe um Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, criado em 2006, cujas diretrizes devem ser seguidas para analisar questões como a Alienação Parental.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Renata Nepomuceno e Cysne (Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família - DF)
- Juliana Ahn (Representante da ONG Vozes de Anjos)
- Tanise de Siqueira (Representante da ONG Vozes de Anjos)
- Iolete Ribeiro da Silva (Representante do Conselho Federal de Psicologia)

Audiência Pública para prestação de informações sobre a liberação de registros de agrotóxicos

Data da reunião: 09/04/2019

Requerimento nº 41/2019-CSSF do Deputado Alexandre Padilha; Requerimento nº 2/2019-CMADS do Deputado Camilo Capiberibe e outros; Requerimento nº 4/2019–CDC do Deputado Célio Moura



Foto: Vinicius Loures - CD

Para a Ministra da agricultura, Tereza Cristina, a regulamentação dos defensivos agrícolas é uma forma de acompanhar os avanços que estão ocorrendo na indústria, além de garantir a segurança dos produtores evitando a entrada de produtos contrabandeados no País.

A Ministra participou de audiência conjunta das comissões de agricultura, seguridade social e de meio ambiente para discutir as recentes liberações de agrotóxicos por parte do Ministério. Nos primeiros dois meses de governo, o Ministério da Agricultura publicou a autorização de 86 novos produtos elaborados com agrotóxicos.

A Ministra Tereza Cristina lembrou que o processo é realizado em conjunto com a Anvisa e com o Ministério do Meio Ambiente e disse ainda que o maior risco na utilização de defensivos agrícolas ocorre justamente entre os pequenos produtores, que não usam equipamentos de proteção individual.

Para a Ministra, a demora na aprovação dos defensivos no Brasil levou a um aumento no uso do produto contrabandeado que não tem nenhum tipo de controle e, portanto, podem causar prejuízos para a saúde de quem utiliza o produto. Segundo dados do Ministério da Agricultura, o uso desses defensivos contrabandeados de outros Países já representa 20% do uso no campo.

Mas, para o Deputado Alexandre Padilha, essa liberação ostensiva de produtos que são proibidos em outros Países vai colocar em risco a saúde da população. Já o Deputado Domingos Sávio, do PSDB de Minas Gerais, pediu cautela na discussão sobre o uso de defensivos, lembrando que, sem eles, a agricultura de larga escala pode ser inviabilizada.

Audiência Pública para debater a importância do CONSEA

Data da reunião: 16/04/2019

Requerimento nº 8, do Deputado Jorge Solla



Foto: Vinicius Loures CD

A importância do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi colocada em debate na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. O órgão tinha o papel de fazer propostas para assegurar o direito dos cidadãos a uma alimentação adequada, mas foi extinto por medida provisória (MP 870/19), que reduziu o número de Ministérios logo no início de 2019.

A representante da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, Ana Carolina Feldenheimer, destacou que o Consea, por meio de políticas públicas avançadas, colocou o Brasil em posição de exemplo no quesito alimentar.

Os participantes da audiência reforçaram que o Consea servia como espaço de debates e qualificação de políticas públicas. Ana Carolina Feldenheimer lembra que os debates não eram pacíficos. “Não era um espaço de acordo ocupado por pessoas que tinham uma agenda única. Cada um vinha com seu ponto de vista disputar a ação coletiva, havia embate entre governo e sociedade civil”, explicou.

A representante do Conselho Federal de Nutricionistas, Nayara Côrtes, ressaltou que a alimentação é um tema complexo e intersetorial. “A gente não tem ainda uma estrutura formal tradicional para fazer esse diálogo. O Consea era o lugar de fazer essa discussão, onde todo mundo de vários setores sentava para discutir o que precisa para a gente proporcionar alimentação adequada e saudável”, destacou.

O Deputado Alexandre Padilha, integrante da Comissão de Seguridade Social e Família e autor de emenda à medida provisória para reestruturar o Consea, disse ter pensado primeiramente que o Presidente Jair Bolsonaro tivesse cometido um erro, “por ignorância”. “No afã da MP da destruição, o

Presidente Bolsonaro resolveu atacar uma das políticas mais importantes, mais transversais do último período do nosso País”, afirmou.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Valeria Burity (Representante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - FBSSAN)
- Elaine Pasquim (Representante da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - PENSSAN)
- Ana Carolina Feldenheimer da Silva (Representante da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável)
- Nayara Côrtes Rocha (Representante do Conselho Federal de Nutricionistas)

Audiência Pública para debater sobre a atualização e modernização da Tabela SUS

Data da reunião: 23/04/2019

Requerimento nº 84, do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.



Foto: Cléia Viana - CD

Os participantes da audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família debateram sobre a atualização e modernização da tabela do SUS, Sistema Único de Saúde, que não é reajustada há 17 anos.

O Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Leonardo Vilela, foi um dos convidados que salientou o que foi chamado de "sub-financiamento" do SUS. Ele diz que os baixos valores da tabela do Sistema Único de Saúde obrigam os governos estaduais a recorrerem ao orçamento próprio para garantir a continuidade dos serviços.

O financiamento do SUS tem participação da União, dos estados e dos municípios. Leonardo Vilela afirma, no entanto, que o percentual da União tem diminuído gradativamente. O Deputado Doutor

Luiz Antonio Teixeira Júnior, que pediu a audiência pública, explicou a consequência da falta de reajuste da tabela.

"A gente vê pessoas aguardando dois anos numa fila para fazer uma prótese de joelho, pessoas aguardando um ano para fazer uma cirurgia de vesícula que é uma cirurgia simples e aí complicando, então a gente quer apontar aonde existe orçamentos dentro do Ministério da Saúde, para a gente trazer esses recursos pra dentro da tabela SUS, pra facilitar e ampliar o número de atendimentos à população".

Para a representante do Ministério da Saúde, Maria Inez Gadelha, mais do que o reajuste na tabela, a discussão principal é sobre financiamento. Ela acha fundamental que os recursos disponibilizados por estados e municípios para a saúde pública tenham a mesma transparência dos recursos federais.

A Comissão de Seguridade Social e Família criou um Grupo de Trabalho para estudar a atualização da tabela do SUS. O objetivo é identificar os gargalos e estabelecer as prioridades dentro do rol de procedimentos médico-hospitalares financiados pelo Sistema Único de Saúde.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Charles Cezar Tocantins de Souza (Vice-Presidente do COSEMS do Pará, representando o CONASEMS)
- Leonardo Moura Vilela (Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS)
- Luiz Antonio Munhoz da Cunha (Presidente da Comissão de Políticas Médicas da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOT)
- Donizetti Filho (Coordenador da Comissão Nacional Pró SUS do Conselho Federal de Medicina)
- Adriano Ribeiro (Assessor da Confederação Nacional de Saúde)
- Maria Inez Pordeu Gadelha (Chefe de Gabinete – Ministério da Saúde)

Audiência Pública para discussão sobre hepatites virais no Brasil

Data da reunião: 25/04/2019

Requerimento nº 79, do Deputado Alexandre Padilha



Foto: Antonio Augusto - CD

Participantes de reunião na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara relataram dificuldade no acesso de pacientes a medicamentos contra a hepatite C – a única das hepatites virais que tem cura em 95% dos casos.

O representante do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira de Integração dos Povos, Pedro Villardi, cobrou do governo uma postura firme em relação às empresas que produzem os medicamentos usados para o tratamento da doença e que detêm o monopólio da patente. A representante do Fórum das Ongs-Aids do estado de São Paulo, Lucrécia Lopes, afirmou que os pacientes não podem ficar à mercê da ganância da indústria por lucros cada vez maiores.

O Deputado Alexandre Padilha afirmou que cabe ao Congresso fiscalizar as ações do Poder Executivo para garantir que programas de atendimento à população não sejam descontinuados mesmo com o corte no orçamento. O representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, Nereu Henrique, também defendeu que o Brasil recupere seus índices de cobertura vacinal para garantir, além do tratamento das hepatites virais, a prevenção dessas doenças.

Gerson Ferreira, do Ministério da Saúde, informou que há um empenho por parte da pasta tanto na identificação quanto na continuidade do tratamento desses pacientes.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Gerson Fernando Mendes Ferreira (Diretor do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais - MS)
- Nereu Henrique Mansano (Representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS)

- Pedro Villardi (Representante do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira de Integração dos Povos)

Audiência Pública para debater sobre medidas efetivas para prevenção do suicídio de crianças e adolescentes

Data da reunião: 09/05/2019

Requerimento nº 78, do Deputado Rodrigo Coelho



Foto: Vinícius Loures CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados reuniu-se para discutir políticas para a prevenção do suicídio de crianças e adolescentes. Foram convidados a assessora do Ministério da Saúde Cinthia Lociks de Araújo; a Secretária Nacional da Família, Angela Vidal Gandra da Silva Martins; o Coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes da Unicef Brasil, Mário Volpi; e o Diretor de Desafios Sociais no Âmbito Familiar da Secretaria Nacional da Família, Marcel Edvar Simões.

Autor do requerimento para a realização da audiência, o Deputado Rodrigo Coelho destacou o aumento de suicídios registrado nos últimos anos. Segundo ele, pais, professores e profissionais de saúde precisam estar alertas para atuar na prevenção dos suicídios e de doenças mentais.

No final de abril, foi sancionada a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Lei 13.819/19). A lei estabelece, por exemplo, a notificação de conselhos tutelares sobre suspeita ou ocorrência de violência autoprovocada.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Cinthia Lociks de Araújo (Assessora do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Ministério da Saúde)
- Angela Vidal Gandra da Silva Martins (Secretária Nacional da Família – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Mario Volpi (Coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes do UNICEF Brasil)
- Marcel Edvar Simões (Diretor de Desafios Sociais no Âmbito Familiar da Secretaria Nacional da Família)

Audiência Pública para debater sobre o decreto 9.759/2019 e a continuidade do CNDI

Data da reunião: 14/05/2019

Requerimento nº 29, da Deputada Leandre e Requerimento nº 30-CIDOSO, da Deputada Lídice da Mata



Foto: Will Shutter - CD

As comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados discutiram o decreto que possibilita a extinção do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI). O Decreto 9.759/19, de 11 de abril, extinguiu mais de 700 conselhos, comitês e outros colegiados de participação social, mas concedeu prazo até 28 de maio para que os órgãos apresentassem ao governo proposta justificada de recriação. Na Câmara tramitam várias propostas de decreto legislativo para sustar o decreto (PDL 113/19 e outros).

“A medida vai totalmente contra o estado democrático de direito, instituído pela Constituição de 1988, que, por si só, pressupõe participação popular. O empoderamento e participação da sociedade civil são uma conquista da qual não se deve abrir mão”, afirma a Deputada Leandre (PV-PR), uma das requerentes do debate.

A Presidente do colegiado, Deputada Lídice da Mata, que também pediu a realização da audiência, afirma que o Conselho dos Direitos do Idoso tem atuado para garantir a efetivação das políticas

públicas em prol das pessoas idosas e que “o fortalecimento desses conselhos vai ao encontro dos anseios de uma sociedade verdadeiramente democrática”.

Lídice da Mata acredita que a audiência desta terça propiciará “o estreitamento do diálogo sobre as consequências políticas, programáticas e sociais de uma possível dissolução do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso”.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Antonio Fernandes Toninho Costa (Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – MMFDH)
- Antonio José Barreto de Araújo Júnior (Sub-chefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil)
- Maria Lúcia Secoti (Presidente do CNDI)
- Maria Socorro Medeiros Moraes (Ex-Presidente do CNDI)
- Luiz Legnani (Ex-Presidente do CNDI)
- Karla Cristina Giacomini (Ex-Presidente do CNDI)
- Carla de Paiva Bezerra (Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo)

Audiência Pública para debater sobre a Reforma da Previdência

Data da reunião: 16/05/2019

Requerimento nº 39, do Deputado Eduardo Costa



Foto: Cleia Viana - CD

Em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família, debatedores criticaram números da reforma da Previdência e modelo de capitalização proposto, mas Ministério da Economia defende que leitura é equivocada e que economia prevista precisa ser feita pelo governo.

A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, afirmou que a reforma da Previdência foi proposta para resolver uma falsa crise provocada pelo Banco Central, que promove

despesas com juros. Ela explica que desde 1995 o Brasil produziu R\$ 1 trilhão em superávit primário. Apesar disso, a dívida interna subiu de R\$ 86 bilhões para quase R\$ 4 trilhões. A atual crise, segundo Fattorelli, foi fabricada pelo custo da política monetária. Para ela, a economia de 1 trilhão de reais pretendida pela reforma da Previdência é apenas um valor que deixará de ser pago em aposentadorias, a maior parte (cerca de R\$ 870 bilhões) do regime geral da Previdência, no qual 9 entre 10 aposentados recebem até 2 salários mínimos. Fattorelli acredita que ao tirar R\$ 1 trilhão de nossa economia, o atual governo vai aprofundar a crise.

Representante da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal, Floriano Martins de Sá Neto ressaltou que o Brasil tem 13 milhões de desempregados e conta com 37 milhões de trabalhadores na informalidade, que não contribuem para o sistema. Uma reforma tributária, segundo ele, corrigiria essas distorções do regime. Um sistema previdenciário com capitalização forma um caixa para cada contribuinte, a fim de financiar a aposentadoria no futuro. O sistema é criticado também pelo professor de direito previdenciário Ivan Kertzman. Ele afirma que o sistema previdenciário deve ser “solidário, não solitário”. O Chile foi citado como exemplo de País onde o regime de capitalização não funcionou.

Floriano Martins de Sá Neto afirmou ainda que o custo da transição entre o sistema solidário e o de capitalização vai na contramão da redução de gastos. No Chile, segundo o auditor, a transição teria custado 136% do PIB, após 34 anos de reforma. Mas o Secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, discorda, afirmando que problemas enfrentados pelo Chile estão sendo ajustados. Rolim destacou ainda que o Chile tem hoje o dobro da renda per capita do Brasil.

A Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público da Bahia, Janina Schwenk, defende que mudanças na Constituição precisam respeitar os princípios dos constituintes originários. As regras de base da Previdência, segundo ela, não podem ser modificadas por uma Lei Complementar.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Leonardo Rolim (Representante do Ministério da Economia)
- Floriano Martins de Sá Neto (Presidente da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil)
- Janina Schuenck Brantes Sacramento (Presidente da Associação do Ministério Público da Bahia)
- Maria Lucia Fattorelli (Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã)
- Ivan Kertzman (Professor – Faculdade Baiana de Direito)

Audiência Pública para debater Políticas Familiares e a Agenda 2030 da ONU

Data da reunião: 22/05/2019

Requerimento nº 112, do Deputado Alexandre Serfiotis



Foto: Cleia Viana - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados discutiu a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento sustentável e políticas familiares.

A Agenda 2030, lançada em 2015, define objetivos e traça metas para estimular a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta. O documento foi assinado por 193 Países, entre eles o Brasil.

O Deputado Alexandre Serfiotis, que pediu a realização do debate, afirmou que entre os principais objetivos dessa agenda da ONU estão o desenvolvimento de políticas familiares para a redução da pobreza e da fome, políticas públicas de educação, e ações para garantir o bem-estar da juventude e dos idosos junto à família.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Angela Gandra (Secretária Nacional da Família - MMFDH)
- Dominic Richardson (Pesquisador em políticas sociais do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF)
- Ignácio Socias (Diretor de Relações internacionais da Federação Internacional para o Desenvolvimento da Família)
- Renata Kaczmariska (Porta-voz do Secretariado da ONU para questões de família)

Audiência Pública para debater sobre Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer

Data da reunião: 23/05/2019

Requerimento nº 93, da Deputada Tereza Nelma



Foto: Vinicius Loures - CD

Apesar de ter havido um aumento nas despesas do SUS com o tratamento de câncer em mais de 50% entre 2002 e 2010, o diagnóstico de pacientes no estágio um da doença, onde o tratamento é mais eficaz, chega só a 20%. O dado foi fornecido por Carlos Augusto Ferraz, representante do Tribunal de Contas da União, em audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família para discutir a Política Nacional de Combate ao Câncer. Para além do financiamento, Carlos Augusto defende que é preciso reorganizar o atendimento com a criação de centros regionais de média complexidade e com a identificação de onde estão os gargalos no atendimento.

Já Leonardo Vilela, representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), defendeu o aporte de recursos e lembrou que, no caso do câncer, o diagnóstico precoce é fundamental para o sucesso do tratamento e para a economia de recursos.

O representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Carmino de Souza, lembrou que os vários tipos de câncer afetam anualmente cerca de 25 milhões de pessoas em todo o mundo; deste total, quase um quarto morre. Para ele, é preciso implementar ações num programa que seja de Estado, e não apenas de um governo.

A autora do requerimento para a realização da audiência pública, Deputada Tereza Nelma, afirmou que o câncer precisa ser amplamente discutido para que as políticas de prevenção e tratamento sejam implementadas de forma eficaz, uma vez que a cada ano são registrados 600 mil novos casos da doença no Brasil. A Deputada, que já teve a doença três vezes, destacou a importância do diagnóstico precoce.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Carmino Antonio de Souza (Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS)
- Leonardo Moura Vilela (Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS)
- Carlos Augusto de Melo Ferraz (Representante do Tribunal de Contas da União - TCU)
- Maria Beatriz Kneipp Dias (Representante do Instituto Nacional do Câncer - INCA)

Audiência Pública para debater sobre tuberculose em crianças no Brasil

Data da reunião: 28/05/2019

Requerimento nº 50/2019, do Deputado Antonio Brito



Foto: Jailson Sam - CD

Em audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família que tratou da tuberculose, especialistas relataram os problemas para detectar e tratar a doença. 71% dos casos suspeitos não confirmados são de pessoas com menos de 14 anos. Denise Arakaki, coordenadora do Programa Nacional de Controle da Tuberculose, ressaltou as dificuldades nesta faixa etária.

Além da representante do Ministério da Saúde, outros debatedores enfatizaram a conexão entre a incidência da tuberculose e as condições socioeconômicas da população. Márcia Leão, advogada da Parceria Brasileira Contra a Tuberculose, lamentou a falta de políticas públicas específicas, para que se aborde a doença para além dos determinantes biomédicos. Ela diz que a pobreza afeta até a adesão aos medicamentos.

Clemax Santana, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), listou os desafios para o combate da tuberculose entre as crianças: novos medicamentos e testes diagnósticos, capacitação de pessoal, estudos genéticos e novas vacinas. Para o Deputado Chico d'Ángelo, da Comissão de Seguridade Social, é preciso que as suspeitas da doença nas faixas etárias mais jovens sejam investigadas com mais rigor.

Denise Arakaki, do Ministério da Saúde, informou que, desde 2016, está diminuindo a cobertura vacinal da BCG, que previne contra a tuberculose. O índice recomendado é de 95% do público-alvo, mas os números repassados pelos estados variam de 95% a 60%, que é o caso da Bahia. A coordenadora do Programa Nacional de Controle da Tuberculose disse que, apesar dos riscos da doença, há um movimento global contra a vacinação de crianças, o que pode ter afetado a cobertura vacinal da BCG no País.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Denise Arakaki (Representante do Ministério da Saúde)
- Márcia Leão (Advogada – Representante da Parceria Brasileira contra Tuberculose)
- Clemax Couto Santana (Representante da Rede Brasileira em pesquisa em Tuberculose)

Audiência Pública do Grupo de Trabalho Atualização e Modernização da Tabela SUS

Data da reunião: 28/05/2019



Foto: Will Shutter- CD.

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados discutiu a atualização e a modernização da tabela SUS. Arnaldo Bartalo, representante da Associação Nacional dos Hospitais Privados, argumentou que há inconsistências existentes na forma de remuneração dos hospitais, e apontou a necessidade de se pensar em qualidade, além da quantidade.

José Luiz Spigolon, representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, defendeu uma reestruturação do Sistema Único de Saúde, com foco na qualidade, além da revisão da tabela SUS. Apontou a relevância dos hospitais filantrópicos no SUS, e sugeriu a adoção do modelo de Santas Casas atualmente vigente no estado de São Paulo.

Olympio Távora, representante da Federação Brasileira Dos Hospitais, criticou o que chamou de progressiva desfiguração da tabela de procedimentos, desde o período antes da criação do SUS.

Demonstrou a dificuldade que estaria associada a uma atualização da tabela, por estar muito defasada. Defendeu mudanças na forma de remuneração das entidades filantrópicas.

Yussif Ali Mere Junior, representante da Confederação Nacional de Saúde e da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante, apresentou a situação da terapia de substituição renal em todo o Brasil, de grande predomínio de serviços privados, com alto percentual de financiamento público. Afirmou que a remuneração via tabela SUS está muito defasada, abaixo da realidade encontrada em outros Países da América Latina.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Olympio Távora (Representante da Federação Brasileira dos Hospitais)
- Arnaldo Bartalo (Representante da Associação Nacional dos Hospitais Privados)
- José Luiz Spigolon (Representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas)
- Yussif Ali Mere Junior (Representante da Confederação Nacional De Saúde)

Audiência Pública para debater sobre a ampliação do acesso ao diagnóstico e tratamento para a Doença de Chagas no Brasil

Data da reunião: 04/06/2019

Requerimento nº 63/2019, do Deputado Ricardo Barros



Foto: Vinicius Loures - CD

O Brasil registrou mais de dois milhões de casos da doença de Chagas de 2014 a 2018. No mesmo período, foram realizados 1.600 tratamentos, segundo o representante do Ministério da Saúde em audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, Júlio Henrique Croda.

Croda destacou que desde o ano passado o Ministério vem adotando um protocolo para rastreamento e tratamento desses pacientes. Ele lembrou que o tratamento da doença de Chagas no estágio inicial é barato e eficaz e que um 1,5 milhão de pacientes infectados estão aptos para o tratamento.

A representante da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Tânia Cremonini, lembrou que em 2015 a instituição já havia sugerido ao governo que atualizasse os profissionais e realizasse a notificação compulsória e a busca para rastreamento dos portadores da doença.

Atualmente, o estado de Pernambuco enfrenta um surto agudo de doença de Chagas em vários municípios. O problema está sendo enfrentado graças a uma rede de atendimento a esses pacientes que vem sendo constituída desde 1987, com a capacitação de médicos em todo o estado numa rede descentralizada e interligada.

Joanda Araújo é pernambucana, tem 51 anos e convive com a Doença de Chagas desde os 12. Para ela, a descentralização do atendimento representa a chance de que novas pessoas descubram a doença e realizem o tratamento antes da fase crônica.

O Deputado Ricardo Barros destacou que é preciso realizar a notificação compulsória, garantir o acesso ao exame de detecção e investir em pesquisa para que a doença de Chagas deixe de afetar milhões de pessoas em todo o País.

Convidados:

- Júlio Henrique Rosa Croda (Diretor do Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde)
- Tânia Cremonini de Araújo-Jorge (Representante da Fundação Osvaldo Cruz)
- Joanda Araújo (Associação dos Pacientes Portadores de Doença de Chagas, Insuficiência Cardíaca e Miocardiopatia de Pernambuco)
- Vitória Ramos (Representante dos Médicos Sem Fronteiras)

Reunião de convocação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, em conjunto com as Comissões de Educação e de Finanças e Tributação

Data da reunião: 04/06/2019

Requerimento nº 46/2019-CSSF, das Deputadas Fernanda Melchionna e Marília Arraes e Requerimentos nºs 43/2019 e 44/2019-CFT, dos Deputados Fernando Monteiro e Enio Verri



Foto: Comissão de Finanças e Tributação - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família participou de reunião de convocação do Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Guedes, em conjunto com a Comissão de Educação e a Comissão de Finanças e Tributação.

A reunião contou com a presença de mais de 80 parlamentares, dos quais 64 deputados debateram com o Ministro os possíveis impactos da aprovação da Reforma da Previdência e os reflexos imediatos que trará para a economia do País.

Fonte: Comissão de Finanças e Tributação – CD

Audiência Pública do Grupo de Trabalho Atualização e a Modernização da Tabela SUS

Data da reunião: 11/06/2019

Requerimento nº 84/2019, do Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr.



Foto: Cleia Viana/CD

O Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr., coordenador do GT Tabela SUS, abriu a audiência apontando a defasagem da Tabela SUS, o que tem levado a uma redução progressiva na oferta de serviços de média e alta complexidade para os usuários da saúde pública.

Foram apresentadas pelas entidades médicas propostas para atualização da Tabela, descrevendo o que poderia ser melhorado, para embasar os trabalhos deste grupo de trabalho.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Dr. Luiz Carlos Sobania (Representante da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia)
- Dr. Mestrinho (Representante da Associação Médica Brasileira)
- Dra. Viviana de Mello (Representante da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista)
- Dr. Breno Monteiro (Representante da Confederação Nacional de Saúde)
- Dr. Sérgio Palma (Representante da Sociedade Brasileira de Dermatologia)
- Dr. Marcelo Mudo (Representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia da Coluna)
- Dr. Leandro da Silva (Representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica)
- Dr. Antônio de Moraes Júnior (Representante da Sociedade Brasileira de Urologia)
- Dr. Denis Kobayashi (Representante da Sociedade Brasileira de Patologia)
- Dr. Emilio Cesar Zilli (Representante da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro)
- Dr. Melchior Luiz Lima (Representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular)
- Dra. Francisca Goreth Fantin (Representante da Academia Brasileira de Neurologia)
- Dr. João Neves de Medeiros (Representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia)

- Dr. Marcelo Moraes (Representante da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular)
- Dra. Liliana Mendes (Representante da Sociedade Brasileira de Hepatologia)
- Dr. Rafael Gadia (Representante da Sociedade Brasileira de Radioterapia)
- Dr. Tolomeu Artur Casali (Representante da Sociedade Brasileira de Anestesiologia)
- Dra. Viviane Rezende (Representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica)
- Dr. Jorge Darze (Presidente da Federação Nacional dos Médicos)
- Dr. Neuton Dornelas (Representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia)
- Dr. Luiz Carlos Von Bahten (Representante Colégio Brasileiro de Cirurgiões)

Audiência Pública para debater sobre Programa Mais Médicos

Data da reunião: 13/06/2019

Requerimento nº 91/2019-CSSF, do Deputado Alexandre Padilha e Requerimento nº 89/2019-CE, do Deputado Zeca Dirceu



Foto: Cleia Viana/CD

Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Erno Harzheim afirmou, na Câmara dos Deputados, que o programa Mais Médicos fere a liberdade individual dos profissionais que dele participam e que outro programa já está sendo estudado pelo órgão. Ele participou de debate promovido pelas comissões de Educação e de Seguridade Social e Família.

O Secretário disse ainda que a ruptura de Cuba com o Mais Médicos partiu do governo cubano. Conforme afirmou ele, hoje há 14,1 mil médicos ativos no programa, com a expectativa de mais 2.149 ocuparem vagas em julho. Com a ocupação dessas vagas, haverá, ao todo, 16,1 mil vagas do programa ocupadas e 4.139 vagas não ocupadas. Ele observou ainda que o Mais Médicos representa 40% do Programa Saúde da Família.

Representante da Frente Nacional dos Prefeitos e Secretário municipal de Saúde de Campinas, Carmino de Souza destacou que o Mais Médicos foi demanda dos prefeitos e defendeu a continuidade do programa.

A mesma cobrança também foi feita por internautas que participaram do debate, inclusive um médico cubano, e por parlamentares. O Deputado Jorge Solla ressaltou que o governo cubano optou por não participar mais do programa por conta de declarações do Presidente Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral. Bolsonaro questionou a preparação dos médicos cubanos e condicionou sua permanência no programa à revalidação do diploma.

Já o Deputado Airton Faleiro questionou a afirmação do Secretário de que o Mais Médicos fere a liberdade. Na visão dele, para os municípios da Amazônia, o programa foi “fantástico”, levando médicos a comunidades que antes não contavam com profissionais.

Representante da Associação Médica Brasileira, Francisco Mendes defendeu a criação de uma carreira médica de Estado. Para ele, a lei não pode ser diferente para os cubanos e para os brasileiros formados no exterior.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Erno Harzeheim (Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde)
- Ataíde Alves (Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação)
- Francisco Diogo Rios Mendes (Representante da Associação Médica Brasileira)
- Carmino Antonio de Souza (Secretário Municipal de Saúde de Campinas – Frente Nacional dos Prefeitos)

Audiência Pública para debater sobre a proteção da vida do nascituro

Requerimento nº 72/2019, da Deputada Chris Tonietto

Data da reunião: 18/06/2019



Foto: TV CÂMARA

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre a proteção à vida do nascituro. O pedido para o debate é de autoria da Deputada Chris Tonietto.

A Deputada ouviu especialistas e profissionais que lidam com a realidade do aborto no dia-a-dia para prestar auxílio aos membros da Comissão. Para Tonietto, a vida do nascituro “tem sido muito atacada em razão dos casos de aborto”.

Ela lembrou ainda que tanto a Constituição Federal, como o Pacto San José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário, tratam da inviolabilidade do direito à vida. “Da mesma forma, o Código Civil, em seu artigo 2º, garante os direitos do nascituro que devem ser protegidos e zelados”, completou.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Lília Nunes (Advogada, Diretora do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher – vinculado ao MMFDH)
- Rodrigo Pedroso (Advogado, Assessor Especial - MMFDH)
- Lílina Bittencourt (Juíza de Direito do Estado de Goiás)
- Angela Gandra Martins (Secretária Nacional da Família - MMFDH)

Audiência Pública para debater sobre o panorama da pessoa com Diabetes no País

Data da reunião: 25/06/2019

Requerimento nº 18, da Deputada Flávia Morais



Foto: Vinícius Loures - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou audiência pública para debater o “Atual panorama da pessoa com diabetes no País”. O encontro atendeu requerimento da Deputada Flávia Morais.

Flávia Morais lembrou que há décadas o diabetes é reconhecido e enfrentado como um grave problema de saúde pública, tanto pela sua grande prevalência (há, atualmente, cerca de 12,5 milhões de brasileiros diabéticos) quanto pelas suas graves repercussões a médio e longo prazo sobre a saúde humana.

A Deputada lembrou também que, segundo a Fundação Oswaldo Cruz, o índice de diabetes no Brasil aumentou 61,8% nos últimos dez anos, um aumento que se projeta também para anos futuros, prevendo-se, para o ano de 2040, um número de diabéticos 60% maior que o atual. “Interessa ao cidadão brasileiro, e a esta Casa como sua representante, conhecer a questão e o panorama atual da assistência ao paciente diabético no Sistema Único de Saúde, responsável pela atenção à maior parte da população”, observou Flávia Morais.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Sandra de Castro Barros (Representante do Ministério da Saúde)
- Hermelinda Cordeiro Pedrosa (Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes)
- Vanessa Pirolo (Coordenadora de Advocacy da ADJ – Diabetes Brasil)

Audiência Pública para debater sobre políticas públicas voltadas para Síndrome Demencial

Data da reunião: 26/06/2019

Requerimento nº 25, da Deputada Flávia Morais



Foto: Vinicius Loures - CD

Especialistas médicos defenderam a necessidade de se criar um Plano Nacional de Demência, doença mal diagnosticada, e nem sempre compreendida, que atinge os idosos. A criação do plano foi adotada por Deputados de duas comissões da Câmara: a de Defesa dos Direitos do Idoso e a de Seguridade Social e Família.

Presidente da Comissão do Idoso, a Deputada Lídice da Mata, do PSB da Bahia, adianta o que a Câmara poderá fazer:

"Acho que nós podemos constituir um grupo de trabalho das duas comissões, quero propor, com Deputados e Deputadas que se dedicassem um pouco a isso, em contato com os especialistas, nós elaborarmos uma legislação que constituísse um plano geral nacional de prevenção à demência."

Atualmente, 1 milhão e 700 mil pessoas convivem com algum tipo de demência no País, e 77% dessas pessoas não foram diagnosticadas. O número de novos casos em pessoas com 65 anos ou mais deve aumentar para quase sete milhões até 2050. Esses dados foram apresentados pelo médico Ricardo Nitrini, que é coordenador do grupo de Neurologia Cognitiva e do Comportamento e da Academia Brasileira de Neurologia.

O Presidente da Associação Brasileira de Alzheimer, médico Rodrigo Rizek Schultz, detalha outros aspectos do plano nacional, além da prevenção: "Como há também o estigma, a conscientização sobre a doença, o tratamento, a orientação dada às instituições de longa permanência, como cuidar dos pacientes em casa. Envolve vários e inúmeros aspectos: pesquisa, novas drogas, análise dos nossos pacientes e cuidadores. Nós devemos determinar, definir qual é a prioridade do Brasil, porque cada País tem a sua, e elaborarmos o nosso próprio plano."

A Deputada Flávia Moraes, que propôs o debate, tem uma proposta de emenda à Constituição (PEC 348/17) que cria o Plano Nacional do Cuidado, que pode ajudar no plano contra a demência.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Ricardo Nitrini (Coordenador do Grupo de Neurologia Cognitiva e do comportamento e da Academia Brasileira de Neurologia)
- Carlos André Uehara (Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia)
- Rodrigo Rizek Schultz (Representante da Associação Brasileira de Alzheimer)

Audiência Pública do Grupo de Trabalho Atualização e a Modernização da Tabela SUS

Data da reunião: 25/06/2019



Foto: Cleia VianaCD

O Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr., coordenador do GT Tabela SUS, abriu a audiência, e colocou como objetivo entender quais as principais demandas judiciais relacionadas à não realização de procedimentos relacionados à Tabela SUS.

Bárbara da Silva Pires, representante da Defensoria Pública da União, defendeu a atualização da Tabela SUS e revisão do teto constitucional de gastos. Criticou a tabela de tratamento fora do domicílio, por ter valores insuficientes para pessoas de baixa renda que precisam se deslocar para outro município ou estado.

Thaís Guerreiro de Souza, representante da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, afirmou que o governo federal vem reduzindo sua participação proporcional no investimento em saúde pública, apesar da arrecadação da União ser muito superior à dos estados e municípios. Apontou que a emenda constitucional 95, de 2016, levará à perda estimada de 400 bilhões para o SUS. Citou estudos que mostraram uma grande espera para ter acesso a medicamentos já disponíveis em outros países, filas imensas para cirurgias eletivas, e grande defasagem de leitos de UTI.

Participaram da discussão: Deputado Dr. Frederico, Deputada Flávia Moraes, Deputado Santini, Deputado Miguel Lombardi, Deputada Soraya Manato.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Bárbara da Silva Pires (Representante da Defensoria Pública da União)
- Thaís Guerreiro de Souza (Representante da Defensoria Pública do Rio de Janeiro)

Audiência Pública para debater sobre a situação de violência contra mulheres brasileiras no exterior

Data da reunião: 26/06/2019

Requerimento nº 74/2019-CSSF, da Deputada Flávia Moraes e Requerimento nº 17/2019-CMULHER, da Deputada Flávia Moraes



Foto: Cleia Viana - CD

Legislativo e Executivo buscam soluções para combater violência contra mulheres brasileiras no exterior. O tema foi debatido em audiência conjunta das Comissões de Seguridade Social e Família e de Defesa dos Direitos da Mulher.

Segundo o Ministério de Relações Exteriores, cerca de 1,8 milhão de brasileiras vivem fora do Brasil, principalmente na América do Norte. Muitas delas estão expostas à violência ligada a uma situação de vulnerabilidade, como imigração irregular, analfabetismo e relacionamentos afetivos abusivos.

Por meio de vídeo, a advogada do consulado do Brasil na cidade do Porto, Daiana Azevedo, traçou o perfil do número crescente de brasileiras vítimas da violência em Portugal. "Em regra, essas mulheres apresentam uma grande dependência econômica em relação ao marido ou companheiro, que é mais um fator de manutenção dessa violência e dessa ascensão que o agressor tem sobre a vítima. Essas vítimas receiam ser expulsas do País e principalmente perder os filhos".

Diretora do Departamento Consular do Itamaraty, a embaixadora Luiza Lopes da Silva informou que o Executivo tem reforçado o atendimento às vítimas nos consulados, oferecido o apoio de psicólogos e assistentes sociais, e incentivado as brasileiras no exterior a estudar e a buscar alternativas de independência financeira.

A embaixadora teme pela falta de recursos orçamentários para ações desse tipo e já busca reforço por meio de parcerias. "Há 10 anos, nós temos feito um trabalho para expandir esses consulados para que eles não sejam só mais uma repartição pública, mas um espaço social de acolhimento. E eu devo dizer que isso não está refletido no nosso orçamento", lamentou. O chefe da unidade de repressão ao tráfico de pessoas da Polícia Federal, Joziel de Barros, disse que "inovações legislativas"

seriam bem-vindas no apoio às vítimas e nas formas de investigação. Segundo Joziel, existem 40 investigações em curso na Polícia Federal quanto ao tráfico de pessoas. Mais da metade das vítimas é de mulheres e transexuais.

A Secretária nacional de políticas para as mulheres, Cristiane Britto, quer ampliar a divulgação do serviço ligue 180 internacional, presente hoje em 17 Países. Em seis anos de funcionamento, esse serviço recebeu apenas 105 denúncias de violência contra mulheres brasileiras, o que demonstra o quadro de subnotificação de casos.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Cristiane Rodrigues Britto (Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres - MMFDH)
- Luiza Lopes da Silva (Embaixadora e Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior - MRE)
- Eutália Coutinho (Departamento de Promoção de Políticas de Justiça - SENAJUS)
- Joziel Brito de Barros (Delegado – Chefe da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas – URTF/DDH/CGDI/DICOR/PF)

Audiência Pública para debater sobre o Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde

Data da reunião: 02/07/2019

Requerimento nº 87/2019, do Deputado Pedro Westphalen



Foto: Cleia Viana - CD

O Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, demonstrou resultados do programa e analisou, junto aos parlamentares, a atual situação da imunização dos brasileiros, em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família. Para o Ministro, os pais e responsáveis que entraram em um movimento antivacina, precisam tomar consciência dos perigos de não se vacinar.

A ampliação de movimentos antivacina tem preocupado organizações de saúde do mundo todo. E, nos últimos dois anos, o Ministério da Saúde alerta que não foi possível atingir a meta de ter 95% da população-alvo vacinada no Brasil. O movimento antivacina acredita, por meio de notícias falsas, que vacinas podem causar doenças ou trazer reações adversas, o que é descartado pelo Ministério da Saúde.

A população brasileira tem hoje acesso gratuito a todas as vacinas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Quase 180 milhões de brasileiros convivem em um ambiente de saúde pública com ocorrência reduzida de mortes por doenças evitáveis com vacinação (imunopreveníveis), segundo dados do Ministério da Saúde.

O Brasil conta atualmente com mais de 36 mil salas de vacinação espalhadas pelo território nacional, que aplicam por ano 300 mil imunobiológicos. Entre eles estão 27 vacinas, 13 soros e 4 imunoglobulinas, que são anticorpos sintéticos. Segundo Franciele Fantinato, o programa atende a toda a população, sem distinção de qualquer natureza.

O Deputado Pedro Westphalen, do PP do Rio Grande do Sul, que solicitou a audiência, destacou que é importante acompanhar o desenvolvimento do Programa Nacional de Imunizações, ainda mais com casos isolados de doenças que podem voltar ao País, como o surto de sarampo que aconteceu este ano.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Francieli Fontana Sutile Tardetti Fantinato (Coordenadora Substituta do Programa Nacional de Imunizações)
- Juarez Cunha (Presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações)
- Alessandro Aldrin Pinheiro Chagas (Representante do CONASEMS)
- Nereu Henrique Mansano (Técnico Especialista em Imunização de Referência - CONASS)

Audiência Pública para debater sobre os efeitos que os jogos de computador e videogames violentos podem causar sobre jovens brasileiros

Data da reunião: 02/07/2019

Requerimento nº 21, da Deputada Flávia Moraes



Foto: Cleia Viana - CD

Autor do livro Videogame e Violência, Salah Khaled Junior afirmou, durante audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família, que a única ajuda que um game pode dar para uma ação - como o assassinato seguido de suicídio que ocorreu na cidade de Suzano (SP) no início deste ano - é em relação à sua apresentação estética.

O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul disse, ainda, que proibir os videogames fere o princípio da liberdade de manifestação artística, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, e é irrelevante no combate à violência.

"As pesquisas que dizem que os games provocam agressividade e perda de sensibilização à violência são manifestamente inconclusivas, não merecem crédito. Olha, se existe essa relação, ela é muito fraca e a gente nem deve considerar isso como algo que mereça a nossa preocupação", garantiu.

Já o Presidente do Conselho Federal de Educadores e Pedagogos, Geraldo de Paiva, afirmou que é preciso realizar campanhas educativas junto aos pais para que as crianças com menos de sete anos de idade não sejam expostas a conteúdo violento. Ele defende apoio psicológico dentro das escolas para que as crianças que sofrem bullying não atentem conta a própria vida, e nem contra a vida de outros.

A autora do requerimento para a realização da audiência pública, Deputada Flávia Moraes, não está convencida de que os games não fazem mal: "É importante que a gente tenha condições de fazer uma restrição maior em relação ao uso desses jogos, principalmente para os jovens de uma idade menor. A gente precisa avaliar como isso seria feito."

Salah Khaled Junior diz que foram criados 30 mil jogos nos últimos 40 anos. Eles são classificados pelo Ministério da Justiça por faixa etária. Os mais violentos, segundo ele, são jogados, em sua maioria, por pessoas com mais de 32 anos de idade.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Geraldo de Paiva Gonçalves (Presidente do Conselho Federal de Educadores e Pedagogos)
- Salah H. Khaled Júnior (Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e autor do livro “Videogame e Violência”)

Audiência Pública para debater sobre a situação fiscal do Sistema de Previdência Social do Brasil

Data da reunião: 04/07/2019

Requerimento nº 136/2019, do Deputado Sérgio Vidigal



Foto: Luís Macedo - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família debateu a situação fiscal do Sistema de Previdência Social do Brasil. A audiência pública foi pedida pelo Deputado Sérgio Vidigal.

O Deputado Sérgio Vidigal buscou esclarecer dados do relatório divulgado recentemente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com críticas ao modelo atualmente vigente no Brasil.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- José Luiz Rossi (Representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil)
- Floriano Martins de Sá Neto (Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil)

Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 10.106/2018 e Projetos de Lei do Senado nº 192/2018 e nº 140/2017

Data da reunião: 09/07/2019

Requerimento nº 219/2019, das Deputadas Carmen Zanotto e Adriana Ventura



Foto: Pablo Valadares CD

A Comissão de Seguridade Social e Família promoveu um debate sobre proposta que obriga os governos a publicar na internet as listas de pacientes das cirurgias eletivas em hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde. Além de cirurgias, o projeto também obriga a divulgação da lista de consultas e exames complementares.

A audiência pública atendeu a requerimento das Deputadas Carmen Zanotto (Cidadania-SC) e Adriana Ventura (Novo-SP). “Sabemos que a transparência nas listas de espera por consultas, exames e cirurgias envolve relevante complexidade administrativa, normativa e tecnológica, por isso é importante que possamos discutir o tema”, disseram as parlamentares. Atualmente, o projeto está em análise na Comissão.

Elas destacam que em Santa Catarina já há uma lei que trata da transparência dos serviços públicos de saúde. A lei determina que qualquer estabelecimento que ofereça serviços pelo SUS disponibilize na internet as listas de espera para consultas, exames, cirurgias, entre outros procedimentos.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Douglas Roberto Martins (Coordenador do Centro de Apoio dos Direitos Humanos e Terceiro Setor do Ministério Público Estadual de Santa Catarina)
- Mauro Junqueira (Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde)
- Leonardo Moura Vilela (Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde)
- Tiago Matos (Diretor Jurídico do Instituto Oncoguia)

- Ramon Tártari (Superintendente de Serviços Especializados e Regulação na Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina)
- Jairo Bisol (Representante da Comissão Extraordinária da Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público)

Audiência Pública para debater a regulamentação da Cannabis Medicinal no Brasil

Data da reunião: 09/07/2019

Requerimento nº 55, do Deputado Eduardo Costa



Foto: Cleia Viana CD

O uso medicinal da cannabis foi debatido em audiência da Comissão de Seguridade Social e Família. O Presidente da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal, Leandro Ramires, informou que a cannabis é eficaz no tratamento de epilepsia, autismo, Alzheimer, Parkinson, dor neuropática e câncer. No entanto, Ramires se queixou que a falta de regulamentação transforma os pacientes em “criminosos”.

O Presidente da Anvisa, William Dib, explicou que a futura regulamentação vai tratar de plantio residencial, produção e monitoramento de cannabis, com foco no controle de qualidade para a saúde pública.

O representante do Ministério da Cidadania, Quirino Cordeiro, criticou pontos da futura regulamentação da Anvisa que permitem o plantio de cannabis e facilitam a importação de medicamentos em casos que, segundo ele, ainda não haveria comprovação dos efeitos benéficos dessa substância. Quirino disse admitir apenas o uso do canabidiol sintético. Ele também alertou para o risco de a flexibilização das atuais regras levar ao aumento do consumo recreativo da droga, sobretudo entre os jovens.

O Conselho Federal de Medicina, que também tem restrições ao uso medicinal da cannabis, quer que a regulamentação use conceitos mais claros para que o uso medicinal não se confunda com a utilização recreativa da cannabis, explicou João Paulo Lotufo. Já o Deputado Dr. Luiz Ovando (PSL-

MS) cobrou mais estudos científicos quanto ao alcance terapêutico da cannabis, sobretudo em relação aos efeitos colaterais.

Médico e organizador do debate, o Deputado Eduardo Costa (PTB-PA) também pediu foco científico na regulamentação do tema tanto pela Anvisa quanto pela Câmara. Ele defendeu o uso medicinal da cannabis inclusive no Sistema Único de Saúde e lembrou que a Organização Mundial de Saúde já se manifestou favorável ao assunto.

Também presente à audiência pública, o diretor do departamento de sanidade vegetal e insumos agrícolas do Ministério da Agricultura, Carlos Goulart, informou que a pasta não tem objeção ao uso medicinal da cannabis. No entanto, pediu que o atual processo de regulamentação deixe bem claro quais os órgãos que efetivamente vão controlar o plantio e a produção para fins de medicamento.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Quirino Cordeiro (Secretário Nacional de Cuidados e Prevenção de Drogas do Ministério da Cidadania)
- Carlos Goulart (Representante do Ministério da Agricultura)
- William Dib (Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária)
- Leandro Ramires (Representante da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal – AMA+ME)
- João Paulo Lotufo (Representante do Conselho Federal de Medicina)
- Ricardo Ferreira (Representante da Sociedade Brasileira de Estudos da Cannabis)

Audiência Pública para debater a criação da Semana de Prevenção e Combate ao Câncer de Pele

Data da reunião: 11/07/2019

Requerimentos nºs 96/2019 e 134/2019, ambos do Deputado Dr. Frederico



Foto: Pablo Valadares - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou audiência pública para discutir a criação da Semana de Prevenção e Combate ao Câncer de Pele.

O debate atendeu a requerimento do Deputado Dr. Frederico. O parlamentar é relator do PL 4234/08, que está em análise na Comissão e, entre outras medidas, propõe a criação da semana de prevenção ao câncer de pele, a ser definida pelo Ministério da Saúde, com a realização de campanhas de esclarecimento e exames preventivos.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Jaqueline Silva Misael (Representante do Ministério da Saúde)
- Sérgio Palma (Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia)
- Gustavo dos Santos Fernandes (Representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica)

Audiência Pública para debater as recentes instruções dadas ao corpo diplomático no sentido de vetar nos textos e resoluções da ONU expressões relativas a gênero, feminismo e saúde reprodutiva

Data da reunião: 07/08/2019

Requerimento nº 228, das Deputadas Fernanda Melchionna e Talíria Petrone



Foto: Cleia Viana - CD

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, confirmou que a diretriz da política externa brasileira é contrária ao uso da palavra gênero e disse querer excluir o direito ao aborto na discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos no âmbito internacional.

As Deputadas do Psol que pediram o debate, Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Talíria Petrone (PSOL-RJ), apontaram retrocesso no alinhamento do Brasil a Países islâmicos em votações em sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organizações das Nações Unidas (ONU), em Genebra, no final de junho.

Ernesto Araújo alegou que a discussão na ONU foi sobre aspectos conceituais, mas garantiu que o Brasil trabalha pela igualdade entre homens e mulheres e pela saúde de mulheres e meninas. Segundo ele, esses compromissos estão expressos no documento de candidatura a uma nova vaga no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para o período de 2020 - 2022.

Porém, para a Deputada Fernanda Melchionna, a posição brasileira sobre essas questões não apenas coloca o Brasil ao lado de Países com práticas medievais relativas a mulheres, como rompe com tratados internacionais sobre direitos das mulheres e direitos humanos dos últimos 25 anos dos quais o Brasil é signatário.

Ernesto Araújo alegou que as mudanças na política externa seguem os valores expressos pela vontade popular, a partir do projeto aprovado nas eleições democráticas. A Deputada Chris Tonietto (PSL-RJ) também acredita que o governo se alinha ao que o povo deseja. O líder do governo, Major Vitor Hugo (PSL-GO), salientou que o Estado é laico, mas o Brasil é majoritariamente cristão, e que o governo segue a visão da população.

Já a Deputada Talíria Petrone defendeu que o Brasil não pode retroceder em direitos da mulher, destacando que a taxa de feminicídios é a quinta maior do mundo e que o País tem um dos piores índices de mortalidade materna do mundo, sendo que quase 100% dessas mortes são evitáveis.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidado:

- Ernesto Araújo (Ministro de Estado das Relações Exteriores)

Audiência Pública para debater tratamento da criança com traqueostomia

Data da reunião: 08/08/2019

Requerimento nº 106, do Deputado Dr. Zacharias Calil



Foto: Michel Jesus - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados discutiu o tratamento de crianças com traqueostomia.

A traqueostomia é um procedimento cirúrgico que estabelece uma comunicação direta entre a traqueia e o meio externo por meio de uma cânula. “Esse procedimento na criança, em especial no lactente e no recém-nascido, tem sido associado a maior morbidade e mortalidade quando comparado aos adultos”, afirma o Deputado Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), que pediu a realização do debate.

Dada a complexidade dos cuidados que os pacientes traqueostomizados necessitam, é fundamental um acompanhamento intensivo. “Entretanto, nota-se que, tanto no Brasil como no mundo, existe uma enorme dificuldade de todos os profissionais de saúde em lidar com essa condição e uma falta de padronização dos cuidados”, observa Calil.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Maximiliano das Chagas Marques (Representante do Ministério da Saúde)

- Eduardo Baptistella (Representante da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial – ABORL-CCF)
- Vinícius Ribas Fonseca (Presidente da Academia Brasileira de Otorrinolaringologia Pediátrica - ABOPe)
- Renata Cantisani di Francesco (Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP)
- Melissa A. G. Avelino (Ex- Presidente da Academia Brasileira de Otorrinolaringologia Pediátrica - ABOPe e Otorrino Pediatra do Hospital Materno Infantil de Goiânia)

Audiência Pública da Subcomissão Especial de Doenças Raras para debater Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras

Data da reunião: 13/08/2019

Requerimento nº 215, do Deputado Sérgio Vidigal



Foto: Cláudio Basílio de Araújo - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou audiência pública para debater a Política Nacional de Atenção integral às Pessoas com Doenças Raras.

O debate foi proposto pelo Deputado Sérgio Vidigal (PDT-ES), e foi discutido com representantes do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Sociedade Brasileira de Genética Médica.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Jorgiany Souza Emerik Ebeidala (Representante do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologia e inovação em Saúde do Ministério da Saúde)
- Lucas Wollmann (Representante da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde)
- Jaqueline Silva Mirael (Representante da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde)

- Gustavo Mendes Lima Santos (Gerente geral da Agência de vigilância Sanitária – ANVISA)
- Maria Terezinha Oliveira Cardoso (Médica geneticista – Membro da Sociedade Brasileira de Genética Médica)

Audiência Pública do Grupo de Trabalho Atualização e a Modernização da Tabela SUS

Data da reunião: 13/08/2019

Requerimento nº 84/2019, do Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr.



Foto: Cláudio Basílio de Araújo - CD

O Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr., coordenador do GT Tabela SUS, abriu a audiência pública convidando vários profissionais da área médica para expor suas opiniões a respeito dos problemas por eles vivenciados com relação à utilização da tabela SUS.

Dr. Henrique Prata, diretor do Hospital do Amor de Barretos, criticou o que chamou de congelamento da tabela SUS, e apontou que várias pessoas migram para a saúde privada devido a este motivo. Afirmou que o investimento é adequado na atenção primária, porém é inviável conduzir a média e alta complexidade com os recursos que são disponibilizados. Disse ainda que os procedimentos mais rentáveis do SUS estão geralmente com serviços privados.

Dra. Miyuki Goto, representante da Associação Médica Brasileira, apresentou a definição e o histórico da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), explicando que a mesma ordena os métodos e procedimentos de terapia e diagnóstico, estabelecendo portes de acordo com a complexidade, tecnologia e técnicas envolvidas em cada ato. Afirmou que a CBHPM considera vários fatores para classificar o ato médico, incluindo a necessidade de formação do profissional, os riscos, tempo médio de duração, cuidados subsequentes, entre outros.

Dr. Cláudio José Allgayer, representante da Federação dos Hospitais do Rio Grande do Sul, iniciou sua fala dizendo que o atual sistema de remuneração do SUS teve sua origem há 40 anos, com a criação da AIH e simplificação da tabela de procedimentos, que era muito extensa. Afirmou que o modelo

criado teve poucas alterações e está ineficiente, sendo necessária uma revolução. Defendeu um sistema que esteja alinhado com o conceito de valor em saúde.

Dra. Maria Inês Gadelha, representante do Ministério da Saúde, apresentou o sistema Sigtap, que reuniu os procedimentos ambulatoriais e hospitalares, facilitando o uso da tabela e reduzindo o número de códigos. Afirmou que o sistema é atualizado periodicamente, com inclusão e exclusão de procedimentos. Alertou que a tabela cita apenas os valores relativos à responsabilidade federal do financiamento, sem incluir as parcelas de estados e municípios. Também citou que 35% do orçamento de média e alta complexidade estão fora da tabela, em programas de incentivos, cuja produção não é considerada. Lembrou também que na média complexidade, a participação de serviços não públicos é de 45%, e que na alta complexidade, esse percentual chega a 75%.

Dr. Emílio César Zilli, representante da Associação Médica Brasileira, lembrou que a CBHPM é uma tabela de valor, e não de preço. Afirmou ainda que a Associação Médica Brasileira tem modernizado e “enxugado” a CBHPM periodicamente. Defendeu ainda a racionalização e modernização da tabela SUS.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Henrique Prata (Diretor do Hospital do Câncer de Barretos)
- Claudio José Allgayer (Presidente da Federação dos Hospitais do Rio Grande do Sul)
- Maria Inês Gadelha (Representante do Ministério da Saúde)
- Emílio César Zillig (Representante da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro)
- Miyuki Goto (Representante da Associação Médica Brasileira)

Audiência Pública da SubComissão Permanente da Saúde para debater o Financiamento da Saúde pelos Entes Federados

Data da reunião: 15/08/2019

Requerimento nº 250, da Deputada Carmem Zanotto, oriundo do Requerimento nº 03 da Deputada Adriana Ventura



Foto: Cleia Viana - CD

A SubComissão Permanente de Saúde debateu o financiamento da saúde pelos entes federados. O colegiado é vinculado à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

Para a Deputada Adriana Ventura (Novo-SP), que solicitou a audiência pública, essa discussão promoverá a atualização dos dados sobre o financiamento da saúde nos três níveis da federação.

"O debate sobre o subfinanciamento do SUS poderá ser qualificado por um melhor conhecimento dos recursos aplicados por estados e municípios, nos vários níveis de atenção, visto que os dados da União são os mais usados e validados", disse Ventura.

"O que queremos é todos os cidadãos com direito à cidadania", afirmou o assessor da Fiocruz Brasília, Agenor Álvares, durante audiência proposta pela SubComissão Permanente da Saúde".

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Fernando Zasso Pigatto (Presidente do Conselho Nacional de Saúde - CNS)
- René José Moreira Dos Santos (Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS)
- Wilames Freire Bezerra (Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS)
- José Agenor Álvares Da Silva (Representante da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ)

Audiência Pública para debater sobre a residência médica no Brasil

Data da reunião: 20/08/2019

Requerimento nº 82, do Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr



Foto: Michel Jesus - CD

Debatedores denunciaram o grande número de vagas ociosas em residência médica no Brasil, em debate na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. A Diretora de Desenvolvimento da Educação e Saúde do Ministério da Educação (MEC), Aldira Teixeira destacou que há 21,5 mil vagas de residência ociosas em todo o País, entre as 63,2 mil vagas autorizadas.

Segundo ela, o nível de ociosidade – hoje de 33% - vem se mantendo ao longo dos anos. “Estamos trabalhando o estímulo à ocupação das vagas, para reverter a situação”, disse. Porém, observou que, se todas as vagas ociosas fossem ocupadas, não haveria orçamento suficiente no órgão para o pagamento de bolsas - que são em parte financiadas pelo MEC, em parte pelo Ministério da Saúde.

Para o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ), que pediu a audiência, o baixo valor das bolsas pagas aos residentes é um dos motivos para a ociosidade das vagas.

Conforme o diretor do Departamento de Gestão do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde, Alessandro Glauco Vasconcelos, o valor atual da bolsa de residência médica é R\$ 3.330. As áreas com mais vagas ociosas seriam medicina intensiva, medicina da família e da comunidade, de emergência e neonatologia.

“Entendemos que o valor da bolsa precisa ser repensado. Precisamos conversar com o MEC sobre isso porque é uma portaria interministerial. Lembro que estamos cumprindo orçamento aprovado no ano passado, então este ano não está previsto aumento da bolsa de residência”, disse. Ele destacou que é necessária a parceria do Congresso Nacional para garantir orçamento que permita o aumento das bolsas.

O Deputado Dr. Luiz Antonio ressaltou que das 6.404 vagas na área de medicina da família e da comunidade existentes no País, 4.069 estão ociosas. Para ele, essa área concentra vagas ociosas também por conta da competição do Programa Mais Médicos.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Douglas Muniz Barbosa (Representante da Associação Nacional de Médicos)
- Alessandro Glauco dos Anjos de Vasconcelos (Diretor do Departamento de Gestão do Trabalho em Saúde - MS)
- Aldira Samantha Teixeira (Diretora Desenvolvimento da Educação e Saúde - ME)
- Nayara Côrtes Rocha (Representante do Conselho Federal de Nutrição)

Audiência Pública para debater o PL 1605/2019, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer

Data da reunião: 22/08/2019

Requerimento nº 124, da Deputada Sílvia Cristina



Foto: Vinicius Loures - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou audiência pública para debater o PL 1605/19, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer. O projeto é de autoria do Deputado Eduardo Braide (PMN-MA).

O debate foi solicitado pela Deputada Sílvia Cristina (PDT-TO). De acordo com ela, o projeto de lei é "destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o acesso ao tratamento adequado e o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com câncer, visando garantir o respeito à dignidade, à cidadania e à inclusão social."

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Gelcio Luiz Quintella Mendes (Diretor-Geral Substituto e Coordenador de Assistência INCA/SAES/MS do Ministério da Saúde)
- Maria Yvelônica Barbosa (Representante do Ministério da Cidadania)
- Tiago Farina Matos (Representante do Instituto Oncoguia)
- Andrea Karolina Bento (Representante do Instituto Vencer o Câncer)
- Eduardo Fróes (Representante do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer)

Audiência Pública da SubComissão Permanente da Saúde para debater a Revisão de Instrumentos de Gestão SUS

Data da reunião: 22/08/2019

Requerimento nº 251, da Deputada Carmem Zanotto, oriundo do Requerimento nº 04 da Deputada Adriana Ventura



Foto: Michel Jesus - CD

A SubComissão Permanente da Saúde da Comissão de Seguridade Social e Família promoveu audiência pública sobre a Revisão de Instrumentos de Gestão do SUS. O pedido para o debate foi feito pela relatora da subComissão, Deputada Adriana Ventura (Novo-SP)

Foram discutidas propostas para melhorar os instrumentos de gestão do SUS, que necessitam de revisão, a exemplo daqueles relacionados ao Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), a tetos de assistência à Programação Pactuada e Integrada (PPI) e ao gasto com pessoal por organizações sociais.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Josafá dos Santos (Representante do Ministério da Saúde)
- Moysés Longuinho Toniolo de Souza (Representante do Conselho Nacional de Saúde – CNS)

- Leonardo Moura Vilela (Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS)
- Nilo Bretas (Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS)

Audiência Pública para debater ensino à distância na saúde

Data da reunião: 27/08/2019

Requerimentos nº 207, 216 e 222, dos Deputados Santini e Pinheirinho



Foto: Michel Jesus CD

A oferta do Ensino a Distância em cursos da área de saúde dividiu opiniões durante audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família. O representante do Ministério da Educação, Marcos Heleno Guerson de Oliveira Júnior, citou duas metas do Plano Nacional de Educação: aumentar a escolaridade da população excluída e elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior, para justificar os investimentos em EaD. Segundo ele, dados do Inep, de 2017, mostram que 39% dos jovens entre 18 e 24 anos tinham o ensino médio completo e estavam fora da universidade.

A vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Elizabeth Guedes, defendeu a modalidade de ensino para os cursos de graduação da área da saúde. Ela ressaltou que, exceto nos casos das aulas práticas, o EaD é vantajoso por promover a inclusão de pessoas que moram em lugares onde não há instituições de ensino superior.

Essa modalidade de ensino também foi defendida pelo Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância, Frederic Michael Litto, que lembrou que esse modelo não é novidade no Brasil, que teve o seu primeiro curso por correspondência ainda nos anos 1970.

Já o Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Francisco Cavalcanti de Almeida, afirmou ter baixado uma resolução que punia seus colegas de profissão que dessem aula em cursos a distância, sob a justificativa de que isso feriria a ética e as diretrizes curriculares.

Assessora da presidência do Conselho Federal de Farmácia, Zilamar Camargo Costa sustentou que a entidade não é contra o EaD, mas que discorda da forma que a modalidade vem sendo desenvolvida na área da saúde.

O autor do requerimento da audiência, Deputado Santini (PTB-RS), frisou a importância de se discutir o assunto com a participação do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação. O Deputado considera inegável que a tecnologia está presente na vida de todos, e que seria bom se fosse possível aliá-la à formação acadêmica.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Marcos Heleno Guerson de Oliveira Júnior (Representante do Ministro da Educação)
- Luiz Roberto Liza Curi (Presidente do CNE)
- Edvaldo Alves da Silva Júnior (Representante da ABE)
- Elizabeth Guedes (Presidente da ANUP)
- Walkírio Costa Almeida (Representante do COFEN)
- Francisco Cavalcanti de Almeida (Presidente do CFMV)
- Dalvélio De Paiva Madruga (Representante do CFM)
- Sólon Hormidas Caldas (Representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular)
- Cássio Fernando Oliveira Da Silva (Representante do COFFITO)
- Zilamar Camargo Costa (Assessora da Presidência do CFF)
- Fredric Michael Litto (Presidente da ABED)

Audiência Pública da Subcomissão Permanente da Saúde para debater a Situação da Assistência Farmacêutica no País

Data da reunião: 29/08/2019

Requerimento nº 254/19, da Deputada Carmem Zanotto, oriundo do Requerimento 07/19 do Deputado Dr. Frederico



Foto: Michel Jesus - CD

A SubComissão Permanente da Saúde da Comissão de Seguridade Social e Família promoveu audiência pública sobre a situação da assistência farmacêutica no País. Assim, promovendo o uso racional de medicamentos e dos recursos destinados à área, bem como esclarecer dúvidas sobre o sistema público de saúde.

Um dos temas abordados foi a atenção que deve ser dada à farmacovigilância. Através dela, é possível monitorar o uso das substâncias ao longo da vida do medicamento. “É fácil controlar as variáveis de um medicamento durante estudos clínicos. Porém, na vida real, onde o paciente usa suas medicações corriqueiras, segue sua alimentação e seu estilo de vida normais, temos que observar as variáveis do medicamento mais de perto. Afinal, será que o medicamento tem os mesmos efeitos colaterais e é eficaz da mesma forma que foi comprovado nos estudos clínicos?”, questiona o representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Gustavo Santos.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Alvimar Botega (Representante do Ministério da Saúde)
- Gustavo Mendes Lima Santos (Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA)
- Francisco Batista Junior (Representante da Conselho Federal de Farmácia)

Audiência Pública para debater o PL 3635/2019

Data da reunião: 03/09/2019

Requerimento nº 238, do Deputado Alexandre Padilha



Foto: Vinicius Loures - CD

Diversos especialistas debateram, em audiência na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, o projeto de lei (PL 3635/19) que garante à gestante a possibilidade de optar pelo parto cesariano a partir da 39ª semana de gestação. A proposta também garante o direito à analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal.

O diretor de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde, Maximiliano das Chagas Marques, lembrou que a cesárea é um procedimento cirúrgico necessário em situações de risco para a vida da mulher ou do bebê, se houver recomendação médica. Por isso, para ele, o projeto de lei não é o melhor instrumento para tratar do assunto.

O Deputado Alexandre Padilha (PT-SP), que sugeriu a audiência, também se disse preocupado com o projeto de lei. "Nós ficamos sensíveis em relação ao sofrimento das mulheres, mas esperamos que a ideia de resolver o sofrimento o mais rapidamente possível não leve a mais sofrimento", disse.

Também contrária à proposta, a médica ginecologista Marianne Pinotti defendeu que a gestante seja olhada em sua integralidade durante toda a gravidez e que a decisão pelo parto normal ou cesariano seja tomada em conjunto por médico e paciente durante o pré-natal.

Representando o Conselho Federal de Medicina, o ginecologista Etelvino Trindade disse que o colegiado é contrário a projetos de lei que regulamentem assuntos médicos. Mas, no caso de o projeto ser aprovado, ele sugeriu que ele se refira à gestante, e não à parturiente.

Defensora do parto normal humanizado, a Deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF) defendeu que a cesárea, se não for pela saúde da mulher ou da criança, deve ser paga. "A cesárea é bem-vinda, mas quando é necessária", disse.

Apresentado pela Deputada Carla Zambelli (PSL-SP), o projeto tem o objetivo de garantir a autonomia da mulher sobre o próprio corpo.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Maximiliano das Chagas Marques (Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atendimento Primário à Saúde - MS)
- Etelvino de Souza Trindade (Membro da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia - CFM)
- Daphne Rattner (Presidente da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento e Professora - UnB)
- Marianne Pinotti (Médica Ginecologista/Mastologista - Clínica Ginecológica J. A. Pinotti)
- Roselane Gonçalves Feliciano (Professora Curso Obstetrícia - USP)
- Lília Nunes dos Santos (Diretora do Departamento de Promoção da Dignidade à Mulher - MMFDH)

Audiência Pública da Subcomissão Permanente da Saúde conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CPD para discutir a Concessão de Órteses, Próteses e Meios de Locomoção das Pessoas com Deficiência

Data da reunião: 05/09/2019

Requerimentos nº 43/19 e 51/19-CPD, nº 214/19-CSSF da Deputada Tereza Nelma



Foto: Will Shutter - CD

A SubComissão Permanente da Saúde da Comissão de Seguridade Social e Família realizou Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CPD. O tema da discussão foi a concessão de órteses, próteses e meios de locomoção das pessoas com deficiência, no âmbito da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência.

Segundo a Coordenação-Geral da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, o Brasil conta com 1.015 (mil e quinze) estabelecimentos credenciados pelo gestor Municipal/Estadual do Sistema Único

de Saúde (SUS) como serviço de dispensação, de confecção, de adaptação e de manutenção de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), 29 (vinte e nove) estabelecimentos habilitados pelo Ministério da Saúde como Oficina Ortopédica Fixa e 08 (oito) como Oficina Ortopédica Itinerante, sendo 03 (três) Oficinas Ortopédicas Fixas localizadas no Estado de Alagoas.

Considerando a baixa cobertura populacional, a insuficiente oferta de serviços com estrutura e funcionamento adequados para o atendimento à pessoa com deficiência, bem como a necessidade de expandir o acesso aos serviços de saúde à pessoa com deficiência, de forma integral, a Deputada Tereza Nelma, autora do requerimento, solicitou o evento visando a construção de soluções para esta parcela da população, especialmente no que diz respeito a capacitação e treinamento no âmbito da Rede de Atenção aos profissionais que atuam com órteses e próteses.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Angelo Roberto Gonçalves (Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde)
- Maria Aparecida Ferreira de Mello (Doutora em Ciências da Reabilitação/Tecnologia Assistida)
- Marco Antônio Castilho Carneiro (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE)

Audiência Pública da Subcomissão Permanente da Saúde para debater o Planejamento Federal na Saúde e Criação do Plano Decenal da Saúde

Data da reunião: 10/09/2019

Requerimentos nº 43/19 e 51/19-CPD, nº 214/19-CSSF da Deputada Adriana Ventura



Foto: TV CÂMARA

A SubComissão Permanente de Saúde debate hoje o tema "Planejamento Federal na Saúde e Criação do Plano Decenal da Saúde". O colegiado é vinculado à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

Para a Deputada Adriana Ventura (Novo-SP), que solicitou a audiência pública, essa discussão permitirá a avaliação de instrumentos federais de monitoramento e planejamento, como o Plano Plurianual (PPA), o Plano Nacional de Saúde (PNS), o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do SUS (RQPC), e seus resultados.

"Esses instrumentos têm sido pouco utilizados para monitorar as ações de saúde na esfera federal do SUS. O insuficiente e irregular monitoramento de metas da saúde em instrumentos federais no Brasil pelo Legislativo tem reduzido a transparência para a sociedade sobre as políticas do setor", afirma Ventura.

Plano Decenal

Com relação à criação de um plano decenal, o objetivo é analisar o PL 1375/19, do Deputado Júnior Ferrari (PSD-PA), que propõe a criação do plano. "A falta de um instrumento de planejamento de mais longo prazo tem dispersado os esforços para o desenvolvimento do sistema de saúde", disse a Deputada, lembrando que um projeto com o mesmo objetivo já havia sido aprovado na Comissão na legislatura anterior.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Lourdes Lemos Almeida (Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS)

- Blenda Pereira (Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS)
- Marcos Moreira (Representante do Ministério da Saúde)
- André Luiz de Oliveira (Representante do Conselho Nacional de Saúde - CNS)

Audiência Pública da Subcomissão Permanente da Saúde para debater a Regionalização, Consórcios Públicos de Saúde, Hierarquização de Procedimentos e a Informação da Atenção no SUS

Data da reunião: 12/09/2019

Requerimento nº 252/19 oriundo do Req. 5/19 da Deputada Adriana Ventura



Foto: Vinicius Loures - CD

A SubComissão Permanente de Saúde realizou audiência pública para debater a Regionalização, Consórcios Públicos de Saúde, Hierarquização de Procedimentos e a Informação da Atenção no SUS.

O colegiado é vinculado à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

“Essa audiência promoveu o debate sobre instrumentos de pactuação regional no SUS. O gargalo nessa área foi destacado pela subComissão especial de 2015, a qual apresentou proposta de legislação nesse sentido, associada a incremento no financiamento, decorrente de pactuação. O debate sobre consórcios de saúde também é relevante na regionalização da saúde. Ademais a audiência também debateu a hierarquização de procedimentos no SUS e a informatização do sistema, essenciais para aumentar a efetividade do setor”, explicou a Presidente do colegiado, Deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), que propôs o debate.

Foram convidados para discutir o assunto com os parlamentares, representantes do Ministério da Saúde; do Conselho Nacional de Saúde (CNS); do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems); e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Convidados:

- Renê José Moreira dos Santos (Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS)
- Nilo Bretas (Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS)
- Ana Lucia de Assis Gurgel (Representante do Ministério da Saúde)
- Leandro Manassi Panitz (Representante do Ministério da Saúde)
- Moyses Longuinho Toniolo de Sousa (Representante do Conselho Nacional de Saúde - CNS)
- Carlos Augusto de Melo Ferraz (Representante do Tribunal de Contas da União - TCU)

Audiência Pública da SubComissão Permanente de Assistência Social para debater a Política de Assistência Social no Brasil

Data da reunião: 12/09/2019

Requerimento nº 147/19 do Deputado Eduardo Barbosa



Foto: Vinicius Loures - CD

A Subcomissão Permanente de Assistência Social, realizou audiência pública para “debater a Política de Assistência Social no Brasil”. A audiência falou sobre a situação dos municípios brasileiros dentro do cenário atual de restrição fiscal.

Foi chamada atenção para o déficit orçamentário da Assistência Social e foram apresentados dados que refletem os impactos da descontinuidade do cofinanciamento federal nos serviços socioassistenciais.

O Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência social (CONGEMAS) fez um alerta quanto a redução de 17 mil serviços socioassistenciais, ofertados nos CRAS, CREAS, CENTRO-POP e Unidades de Acolhimento Institucional, que atuam diretamente em situações de vulnerabilidade ou risco social, por ocorrência de abuso sexual, abandono, situação de dependência, violência

doméstica, maus tratos físicos e/ou psíquicos, situação de trabalho infantil, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas, entre outras situações de violação dos direitos.

Mariana Neris, Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania – SNAS, demonstrou aspectos positivos do SUAS, e ressaltou o avanço do sistema nos últimos anos. Destacou o volume das ofertas no País e dos municípios alcançados. A Secretária falou sobre pesquisa elaborada para avaliação dos usuários e usuárias dos CRAS e expôs alguns números do PPA 2016-2019: Programa de 2037 – Consolidação do SUAS e do PPA 2020 – 2023: Programa 5031 – Proteção Social no âmbito do SUAS. Por fim, informou que o Ministério da Cidadania está realizando um estudo para aprimorar a Política de Assistência Social sob a justificativa de que “uma política pública não avança sem acompanhar as mudanças da sociedade”.

Vanda Anselmo, Presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Ceará (COEGEMAS CE) e representante do CONGEMAS no CNAS, observou que, em relação ao cofinanciamento, existe um “esforço grandioso dos gestores municipais para manter a rede socioassistencial”. Disse que o SUAS é um grande sistema de proteção social que integra benefícios e serviços e que não adianta só transferência de renda, é preciso garantir a proteção social dos beneficiários e usuários. “Nós precisamos fortalecer e ampliar a rede socioassistencial, principalmente neste momento de crise econômica onde há um aumento das demandas socioassistenciais”.

O Deputado federal, Eduardo Barbosa (PSDB - MG), Presidente da SubComissão Permanente de Assistência Social, disse que trabalha no sentido de sensibilizar o governo para reverter a situação, e alega já estar “na hora exata de começar a trabalhar influenciando a Comissão Mista de Orçamento”. Além disso, reafirmou a necessidade do custeio e do funcionamento dos equipamentos.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- José de Arimatéia de Oliveira (Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social-CONGEMAS)
- Elisa Cleia P. Rodrigues Nobre (Presidente do Fórum Nacional de Secretários - FONSEAS)
- Aldenora Gonzales (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social)
- Mariana de Souza Machado Neris (Secretária da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania - SNAS)

Audiência Pública para debater as perspectivas e o futuro da Ortopedia e Traumatologia no País

Data da reunião: 17/09/2019

Requerimento nº 268, do Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr.



Foto: Autor desconhecido

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre o futuro da ortopedia no País. O pedido para o debate é do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ).

"Agradeço a presença de todos nesse dia de valorização do profissional da ortopedia. Acho que temos que ter uma presença efetiva, toda a classe médica precisa participar da política. É fundamental porque o País não muda se a gente não participar. ", disse o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.

Moises Cohen, Presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia (SBOT), entidade que foi homenageada em Sessão Solene na Câmara, disse que o setor quer somar junto ao Legislativo. "Não queremos ficar apenas reclamando, queremos tomar a atitude da participação ativa." Ele falou também sobre a criação do comitê de jovens ortopedistas que fortalece o movimento de profissionais da área.

Paulo Lobo Junior, diretor de Regionais da SBOT, disse que esse é um momento histórico para a entidade. "Hoje contamos aqui nessa discussão com a participação de 24 regionais. Em todos os estados brasileiros temos representação e isso é fundamental para o desenvolvimento da profissão".

Sérgio Okane, representante da Comissão de Políticas Médicas da SBOT, disse que as regionais precisam ter participação nas Câmaras Legislativas estaduais. "Cabe a nós estarmos atentos e presentes para orientar o Legislativo sobre qual é o melhor caminho para a saúde do País".

Fernando Façanha, Presidente do 51º Congresso Brasileiro de Ortopedia falou sobre o evento marcado para acontecer em Fortaleza, no mês de novembro. "Queremos fortalecer os profissionais e

resgatar o que é o Congresso de Ortopedia perante a sociedade. Já batemos recorde de inscrições. A grade científica vai contar com 23 profissionais internacionais, tudo feito com muito cuidado”.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Moises Cohen (Presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOT)
- Paulo Lobo Júnior (Diretor de Regionais - SBOT)
- Sérgio Yoshimasa Okane (Representante e membro da Comissão de Políticas Médicas - SBOT)
- Fernando Antônio M. Façanha Filho (Frente Parlamentar/Presidente da 51ª CBOT)
- Rafael Ortiz (Representante - SBOT)
- Fernando Oliveira (Representante - SBOT)

Audiência Pública para debater a lei de Arbitragem e seus avanços para o País

Data da reunião: 18/09/2019

Requerimento nº 271, do Deputado Antonio Brito



Foto: Cleia Viana - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater a Lei de Arbitragem (Lei 9.307/96) e seus avanços para o País.

O debate foi solicitado pelo Presidente da Comissão, Deputado Antonio Brito (PSD-BA). "A arbitragem é um mecanismo privado de solução de litígios, por meio do qual um terceiro, escolhido pelos litigantes, impõe sua decisão, que deverá ser cumprida pelas partes. É uma alternativa à via judicial, por conceder maior liberdade aos envolvidos, através de um processo mais barato, ágil e eficiente", disse o Deputado.

O Deputado discutiu especialmente a utilização do processo arbitral em conflitos envolvendo contratos sobre saúde e previdência, entre quais os de seguros de saúde e de previdência privada.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Paulo Dias de Moura Ribeiro (Ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ)
- Daniel Tavela Luis (Representante do Comitê Brasileiro de Arbitragem)
- Marcus Vinicius Vita Ferreira (Representante do Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil)
- Nuno Rebelo de Sousa (Presidente da Federação das Câmaras Portuguesas de Comércio no Brasil)

Audiência Pública para debater sobre o nome afetivo durante a guarda provisória de crianças e adolescentes

Data da reunião: 19/09/2019

Requerimento nº 278, do Deputado Diego Garcia



Foto: Michel Jesus- CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara realizou audiência pública para debater o uso do nome afetivo na guarda provisória. O Deputado Diego Garcia (Pode-PR), que pediu o debate, é o relator do Projeto de Lei 10027/18, de autoria do Deputado Glauber Braga (Psol-RJ). A proposta obriga as instituições escolares, de saúde e de cultura e lazer a registrarem com destaque, em seus cadastros, os nomes afetivos de crianças e adolescentes que estejam em processo de adoção.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Angela Gandra Martins (Secretária Nacional da Família)
- Luciana Oliveira (Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente)
- Antonio Jorge Pereira Júnior (Doutor, Professor, Pesquisador e Escritor na área de Direito da Criança e do Adolescente e em Direito de Família)

Audiência Pública para debater fluxos de atendimento em casos de interrupção da gravidez

Data da reunião: 24/09/2019

Requerimentos nº 218 e 230, das Deputadas Fernanda Melchionna e Talíria Petrone



Foto: Cleia Viana - CD

Participantes criticaram, em audiência das Comissões de Seguridade Social e Família e de Defesa dos Direitos da Mulher, o que chamaram de omissão do Estado no que diz respeito ao aborto previsto em lei. No Brasil, a interrupção da gravidez é permitida em três casos: de estupro, de risco de vida para a gestante e de feto anencéfalo. Nessas circunstâncias, o aborto pode ocorrer até a 22ª semana de gestação e desde que o feto tenha menos de meio quilo. Segundo as participantes, falta justamente informar os cidadãos brasileiros – principalmente a mulher – sobre esse direito e capacitar o serviço de saúde a acolher a mulher.

“Mesmo nos três casos previstos, o atendimento pelo SUS é insuficiente. Muitos médicos alegam objeção de consciência. Mulheres quando vão ao hospital, após uma violência sexual, são criminalizadas. É um ciclo que precisa ser interrompido”, defendeu a Deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), uma das parlamentares que sugeriram a audiência.

Há ainda as situações em que médicos se negam a realizar aborto por motivos religiosos. Nesses casos, disse Júlia Rocha, o hospital tem obrigação de achar outro profissional que realize o serviço. Já Paula Santana afirmou que a política tem que acontecer de forma uniforme de segunda a segunda.

A defensora Paula Santana defendeu a desburocratização do sistema, lembrando que não há necessidade de boletim de ocorrência nos casos de aborto por estupro. Luciana Boiteux, por sua vez, apontou uma precariedade no atendimento da mulher estuprada e disse haver, por parte dos atendentes, uma presunção de que ela esteja mentindo para conseguir abortar. A psicóloga Daniela Pedroso acrescentou que o papel do serviço de saúde não é investigativo.

Para a Deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP), o assunto sequer é polêmico. “Estamos amparadas por uma lei de 1940. Estamos falando de pessoas que deveriam estar sendo amparadas pelo Estado. Estamos falando de meninas que estão sendo estupradas”, observou.

O debate não contou com a participação de representantes do governo federal. A Deputada Talíria Petrone informou, no entanto, que deverá encaminhar aos Ministérios da Saúde; e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos requerimento de informações acerca do atendimento nesses casos, do orçamento e da capacitação de profissionais.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Julia Rocha (Equipe de Acesso à Informação – ARTIGO 19)
- Sinara Gumieri (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS)
- Paula Santana (Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado de São Paulo)
- Luciana Boiteux (Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro)
- Daniela Pedroso (Psicóloga do Núcleo de Violência Sexual e Aborto)
- Sandra Bazzo Barwinski (CLADEM/BRASIL)

Audiência Pública para debater a Carteira de Serviços de Atenção Primária

Data da reunião: 01/10/2019

Requerimento nº 287, do Deputado Alexandre Padilha e outros



Foto: Cleia Viana - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou audiência pública para debater o novo financiamento da atenção básica e a "Carteira de Serviços da Atenção Primária", propostos pelo Ministério da Saúde.

O debate atendeu requerimento de cinco Deputados do PT: Alexandre Padilha (SP), Benedita da Silva (RJ), Marília Arraes (PE), Assis Carvalho (PI) e Jorge Solla (BA). Os parlamentares argumentaram que, em meio ao déficit de recursos e retrocessos nos investimentos públicos, o estabelecimento de um rol de ações e procedimentos e o financiamento com base na quantidade de usuários cadastrados, será, muito provavelmente, um fator de restrição do acesso, além de impactar na integralidade da atenção à saúde.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Shirley Marshall (Representante do Conselho Nacional de Saúde - CNS)
- Maria José Oliveira Evangelista (Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS)
- Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca (Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn)
- Carla Pinta Marques (Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen)
- Erno Harzheim (Secretário da Atenção Primária - MS)

Audiência Pública para debater sobre a educação a distância nas graduações dos cursos da saúde e da engenharia civil e agrônômica

Data da reunião: 03/10/2019

Requerimento nº 235, do Deputado Dr. Zacharias Calil



Foto: Cleia Viana - CD

Audiência reuniu representantes de conselhos profissionais para debater mudanças na legislação que regula a Educação à Distância. Projetos em discussão na Câmara visam restringir cursos de EAD nas áreas de saúde e engenharia. Representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, João Carlos Correia defendeu mudanças.

O diretor de Política Regulatória do Ministério da Educação, Marcos Heleno Guerson, reconhece que há deficiências na fiscalização. Mas garante que a maioria tem qualidade. Segundo dados do Censo da Educação Superior, em comparação com Ensino Presencial a proporção de alunos que ingressam na modalidade EAD dobrou em dez anos. Em 2008 representava 20% das matrículas. No ano passado saltaram para 40% do total, com quase um milhão e quatrocentos mil alunos.

Mesmo reconhecidos pelo MEC, alguns conselhos só concedem o registro profissional aos formados por Ensino à Distância por decisão judicial.

A legislação só restringe EAD para cursos de Medicina - limitados a 20% do conteúdo curricular. Mas, segundo o diretor de Educação do Ministério da Saúde, Helio Angotti Neto, os outros cursos na área de saúde também preocupam.

“Você pode ter quantidade para talvez você atingir determinadas metas. Mas você tem que ter qualidade. Principalmente, por exemplo, na área da saúde. O paciente é o principal prejudicado, porque ele está sendo atendido por um profissional que às vezes não tem essa qualificação”, afirmou o Deputado Dr. Zacharias Calil, relator da matéria.

Dados do Ministério da Educação mostram que, em 2018, foram credenciados na pasta 231 cursos de saúde à distância nas áreas de educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, gestão hospitalar, dentre outros.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Iguatemy Maria de Lucena Martins (Vice-Presidente do Conselho Federal de Educação Física)
- João Carlos Correia (Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo e Representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - Cau/Br)
- Juarez Calil Alexandre (Coordenador da Unidade Técnica do Conselho Federal de Nutricionista)
- Marcos Heleno Guerson de Oliveira Júnior (Diretor De Política Regulatória da Seres - Ministério Da Educação)
- Hélio Angotti Neto (Diretor de Gestão e Educação na Saúde - Ministério da Saúde)
- Pedro Luiz Delgado Assad (Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – Crea)
- Salomão Rodrigues Filho (Conselheiro Federal do Conselho Federal de Medicina – CFM)

Audiência Pública para debater a situação das políticas públicas para HIV/aids no Brasil

Data da reunião: 08/10/2019

Requerimentos nº 171 e 291, da Deputada Fernanda Melchionna



Foto: Cleia Viana CD

O programa brasileiro de combate à disseminação do vírus HIV foi, durante décadas, referência internacional na luta contra a Aids. No início do ano, o Ministério da Saúde decidiu fundir o Departamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis com outros programas de doenças crônicas. Para a Deputada Fernanda Melchionna, do Psol do Rio Grande do Sul, a decisão trouxe preocupações. Ex-Ministro da Saúde, o Deputado Alexandre Padilha, do PT de São Paulo, fez coro às críticas.

O diretor do Departamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde, Gerson Mendes Pereira, garantiu que o orçamento para o combate ao HIV não diminuiu. E que, ao juntar os programas de tuberculose e hanseníase ao de DST/Aids e Hepatite, o objetivo foi dar mais racionalidade às ações.

Levantamento divulgado em audiência da Comissão de Seguridade Social e Família indica que os travestis são o grupo mais atingido. Tathiane Araújo, representante da Rede Trans Brasil, acusou as autoridades de omissão.

Segundo Alexandre Boer, representante da ONG Somos, que atua na prevenção e atenção aos pacientes com Aids, o preconceito e a discriminação são ingredientes que pressionam a expansão da doença. Para Carla Almeida, da Articulação Nacional de Luta contra a Aids, as vitórias do programa de combate à Aids no passado, fizeram o Brasil se acomodar.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Alexandre Boer (Representante da ONG SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)
- Carla Almeida (Representante da Articulação Nacional de Luta Contra a aids, do Fórum Ong Aids/RS e do Grupo de Apoio e Prevenção da Aids - GAPA)
- Gerson Fernando Mendes Pereira (Diretor do Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde)
- Jorge Beloqui (Representante da Secretaria de Articulação Política da RNP+Brasil e da ABIA/Aids)
- Tathiane Araújo (Representante da Rede Trans Brasil)

Audiência Pública para debater a cirurgia bariátrica e metabólica no Brasil

Data da reunião: 08/10/2019

Requerimento nº 128, do Deputado Antonio Brito



15,9 Foto: Vinicius Loures CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados discutiu a cirurgia bariátrica e metabólica no Brasil. O debate atendeu a requerimento do Deputado Antonio Brito (PSB-BA) e Carmen Zanotto (Cidadania - SC).

O Deputado Antonio Brito destacou que o índice de obesidade é crescente no Brasil. Ele cita dados do Ministério da Saúde que indicam que o número de pessoas com excesso de peso (Índice de massa corporal - IMC igual ou maior que 25 kg/m²) cresceu 26,3% nos últimos 10 anos. "No mesmo sentido, aumenta o custo relacionado a ela, cerca de 2% a 7% de todos os gastos da saúde, de acordo com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica", afirma.

Os parlamentares afirmam ainda que os resultados da cirurgia bariátrica demonstram benefícios consistentes e significativos no controle e remissão das doenças relacionadas à obesidade.

"Os tratamentos para a obesidade ainda não são suficientes para o número de pessoas que necessitam de atenção no Brasil. Hoje são realizadas 100 mil cirurgias bariátricas por ano na saúde complementar e 11 mil no SUS, número bastante aquém do ideal."

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Marcio Irita Haro (Representante do Ministério da Saúde)
- Marcos Leão Vilas Boas (Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica)
- Ricardo Cohen (Coordenador do Centro de Obesidade e Diabetes do Hospital Oswaldo Cruz)
- Teófilo José Machado Rodrigues (Gerente de Assistência à Saúde - ANS)
- James Câmara de Andrade (Representante do Conselho Federal de Medicina – CFM)

Audiência Pública para debater sobre doenças raras com a sociedade civil

Data da reunião: 10/10/2019

Requerimento nº 298, do Deputado Sérgio Vidigal



Foto: Vinicius Loures CD

A mucopolissacaridose é um exemplo de doença rara de origem genética, caracterizada pelo acúmulo de açúcar em diversas partes do organismo, o que causa danos a órgãos como pulmões, coração e cérebro.

Dois dos filhos de Regina Próspero nasceram com a síndrome de Maroteaux-Lamy (um tipo de mucopolissacaridose), sendo que um deles morreu ainda na infância. Regina esteve na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados na última quinta-feira (10), em audiência pública para debater a situação de portadores de doenças raras no Brasil.

Ela é representante do Instituto Vidas Raras e destacou a importância da triagem neonatal para o diagnóstico precoce dessas doenças, que geralmente têm os diagnósticos dificultados por muitas terem sintomas semelhantes aos de doenças comuns.

Os exames que englobam a triagem neonatal são os testes do pezinho, da orelhinha, do coraçãozinho e do olhinho. De acordo com o Ministério da Saúde, 80% dos casos de doenças raras são de origem genética.

O médico pediatra e geneticista Francis Marcial, que atua na área há 27 anos, ressaltou a necessidade do aprimoramento das políticas públicas voltadas para portadores de enfermidades raras no Brasil.

O autor do requerimento da audiência, Deputado Sergio Vidigal (PDT-ES), lembrou que no Brasil ainda existem muitas deficiências na assistência às pessoas com doenças raras, desde o diagnóstico até o tratamento.

A Câmara analisa um projeto de lei (PL 1606/11) que obriga o Ministério da Saúde a fornecer medicamentos para doenças raras e graves, mesmo que não constem na lista de medicamentos excepcionais do Sistema Único de Saúde. A proposta está em análise na Comissão de Seguridade Social e Família.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Raphael Boiati (Representante da Febrararas)
- Maria Cecília Oliveira (Presidente da Associação de Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves - AFAG)
- Francis Marcial Galera (Médico Pediatra e Geneticista)
- Regina Próspero (Representante do Instituto Unidos pela Vida)

Audiência Pública para debater sobre exercício ilegal da medicina

Data da reunião: 15/10/2019

Requerimento nº 217, do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr



Foto: Vinicius Loures - CD

O exercício ilegal da medicina foi tema de debate em audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara. O debate foi solicitado pelo Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ).

Segundo o Código Penal, incorre no crime de exercício ilegal da medicina quem exerce, ainda que de graça, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites. O crime é passível de detenção de 6 meses a 2 anos.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Leonardo Nóbrega (Representante da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Cardiovascular - SBACV)
- Níveo Steffen (Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica)
- Neuton Dornelas Gomes (Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia - SBEM)
- Sergio Luiz Lira Palma (Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia)

Audiência Pública para debater sobre a desnutrição do paciente oncológico

Data da reunião: 15/10/2019

Requerimento nº 180, da Deputada Silvia Cristina



Foto: Cleia Viana - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir a desnutrição do paciente oncológico.

De acordo com a Deputada Silvia Cristina (PDT-RO), o debate é necessário porque mais de 50% dos pacientes internados sofrem deste mal. "A audiência pública permitirá a sensibilização das autoridades públicas sobre a importância da nutrição alimentar em pacientes oncológicos", afirmou.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Diogo Toledo (Presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição Enteral e Parenteral)
- Denizard Ferreira (Presidente Regional da Associação Brasileira de Nutrologia/ABRAN)
- Jaqueline Silva Misael (Representante do Departamento de Atenção Especializada e Temática - MS)
- Nivaldo Barroso Pinho (Nutricionista e Coordenador da Divisão Técnica do HCI-INCA)
- Eduardo Fróes (Movimento Todos Juntos Contra o Câncer)

Audiência Pública para debater sobre alimentação saudável nas escolas

Data da reunião: 17/10/2019

Requerimento nº 292, do Deputado Jorge Solla e da Deputada Érika Kokay



Foto: Vinicius Loures - CD

Requerimento do Deputado Jorge Solla (PT-BA) e da Deputada Érika Kokay (PT-DF) possibilitou a discussão sobre alimentação saudável nas escolas. Nancy Aguiar, vice-Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas, disse que 1/3 das crianças brasileiras estão acima do peso e 1/7 são obesas. A projeção para 2022, é que 46,5% dos meninos entre 5 e 9 anos sofram com a doença. Nancy explicou que os brasileiros estão diminuindo o consumo de alimentos básicos e aumentando o consumo de ultra processados. “Lanchonetes nas escolas são muitas vezes ambientes que chamamos de obesogênicos”.

Virgínia Weffort que é médica e membro da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) falou sobre a importância do hábito alimentar saudável na primeira infância. “Quando a criança vai para a creche, ela ingere uma série de produtos diferentes. Os grandes vilões são o suco artificial e o refrigerante”. Laura Ohana Marques também da SBP explicou os diferentes tipos de alimentos, seus benefícios e malefícios. “Depois que uma criança é apresentada a um salgadinho com hipersabor, dificilmente ela vai gostar de fruta, por exemplo”.

Desirée Ruas, do movimento BH pela Infância alertou que é preciso defender as crianças do marketing abusivo. “A quem interessa manter alimentos ruins em ambiente escolar? A infância é a parte mais importante da vida de um ser humano. Não adianta fazermos um trabalho de conscientização em sala de aula se depois a criança tem acesso a alimentos nocivos durante o recreio”.

Patrícia Gentil, do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) apresentou estudos recentes demonstrando o impacto da obesidade infantil no mundo. “Todos os estudos mostram que é preciso criar políticas públicas para controlar esse mal. As normas que o Brasil tem hoje não são suficientes”.

Paula Johns, diretora executiva da ACT Promoção da Saúde disse não entender o porquê de projetos que tratam o tema estarem parados há anos no Congresso. “Como colocar a responsabilidade nas costas dos pais quando não conseguimos regular o ambiente escolar? Precisamos do Legislativo para isso”.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Paula Ohana Marques (Pediatra da Sociedade de Pediatria do estado do Rio de Janeiro - SOPERJ)
- Patrícia Chaves Gentil (Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC)
- Virgínia Weffort (Médica Pediatra - Sociedade Brasileira de Pediatria)
- Desirée Ruas (Representante do Movimento BH pela Infância)
- Paula Johns (Diretora Executiva da ACT Promoção da Saúde)
- Nancy de Araujo Aguiar (Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas)

Audiência Pública para debater forma de financiamento das mamografias de rastreamento

Data da reunião: 22/10/2019

Requerimento nº 279, da Deputada Carmen Zanotto



Foto: Luis Macedo - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara promoveu audiência pública para discutir a forma de financiamento de mamografias pelo SUS. O pedido para o debate é da Deputada Carmem Zanotto (Cidadania-SC).

O representante do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer, Tiago Lobo informou a Deputados que, apesar da quantidade de mamógrafos existentes no Brasil, menos da metade estão disponíveis para atendimento público. "Infelizmente, dos 5.849 mamógrafos, apenas 46% estão disponíveis para o SUS", alertou.

Ele participou de audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Tiago Lobo lembra que 65% das mulheres dependem exclusivamente do SUS para tratar da saúde. Representante do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass), Leonardo Moura afirmou que o principal problema é o custo elevado dos mamógrafos para os estados.

Em 2008, foi sancionada a lei que assegura o exame mamográfico para as mulheres com idade superior a 40 anos (Lei 11664/08). Autora do projeto que deu origem à lei, a Deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) questionou a decisão do Ministério da Saúde de não ampliar as mamografias de rastreamento para mulheres que não apresentam sintomas e que estão fora da faixa etária recomendada pelo SUS, de 50 a 69 anos.

Representante do Ministério da Saúde, Jaqueline Misael defendeu a diretriz e informou que os exames podem ser realizados nas unidades de saúde independentemente da idade, caso a mulher identifique algum sinal preocupante.

O rastreamento do câncer de mama assegura que o diagnóstico da doença seja feito no estágio inicial. A OMS recomenda que pelo menos 70% das mulheres na faixa de 50 a 69 anos façam

mamografias a cada dois anos. No entanto, segundo dados do DataSUS, apenas São Paulo atende ao indicado com 74% de mulheres atendidas

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Leonardo Moura Vilela (Representante do CONASS)
- Jaqueline Silva Misael (Representante do Departamento de Atenção Especializada CGAE/DAET - MS)
- Tiago Cepas Lobo (Representante do Observatório de Oncologia do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer)
- Ana Lucia Kefalas Oliveira (Representante do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem)

Audiência Pública para debater o Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias

Data da reunião: 23/10/2019

Requerimento nº 266, da Deputada Carmen Zanotto



Foto: Cleia Viana - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para discutir o Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias, instituído em 2005. O debate atende a requerimento da Deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC).

A anemia falciforme é uma das doenças hereditárias mais prevalentes no Brasil, mais comum entre a população afrodescendente. Ela se caracteriza pela alteração nos glóbulos vermelhos do sangue, o que pode provocar anemia, fadiga intensa, fortes dores, infecções e problemas neurológicos, cardiovasculares, pulmonares e renais.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Elvis Silva Magalhães (Representante da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme)
- Silma Maria Alves de Melo (Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados - MS)

Audiência Pública para debater sobre o Cadastro Nacional de Adoção: principais resultados e desafios deste Sistema

Data da reunião: 24/10/2019

Requerimento nº 194–CSSF, da Deputada Liziane Bayer e Requerimento nº 54–CTASP, do Deputado Lucas Gonzalez



Foto: Cleia Viana - CD

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está unificando o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. O objetivo é garantir maior sucesso nos processos de adoção. A Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público e a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados convidaram representantes do judiciário e de movimentos ligados à adoção para discutir os resultados desse processo.

Atualmente, o Brasil possui aproximadamente 43.600 famílias que desejam adotar, e 9 mil crianças à espera de uma família. Segundo o Secretário de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ, o juiz Richard Pae Kim, a unificação desses cadastros dá mais transparência e mais rapidez ao processo de adoção.

Uma das autoras do pedido para a realização da audiência, a Deputada Liziane Bayer (PSB-RS), criticou o tempo longo de espera, já que o número de crianças inscritas é menor do que os interessados em adotar. Para ela, é preciso realizar um trabalho com os pretendentes para mudar o perfil da criança idealizada pela maioria.

Segundo pesquisa no cadastro, a maioria dos pretendentes buscam filhos até no máximo quatro anos de idade, porém a maioria das crianças aptas à adoção tem entre 6 e 17 anos. Outra barreira é o fato de possuírem irmãos, apesar de, muitas vezes, existir a possibilidade de desmembrar o grupo familiar.

Representante de grupos de apoio à adoção, Hugo Damasceno, que é pai adotivo desde 2011, afirma que os grupos de apoio ajudam nesse processo. Entre as questões a serem debatidas, Damasceno

cita, por exemplo, os vários tipos de adoção: adoção inter-racial; adoção tardia; adoção de grupos de irmãos; e adoção de crianças com problemas de saúde.

Durante o debate, os Deputados conheceram o projeto “Em Busca de um Lar”, da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal. Lançado em 2018, a iniciativa busca colocar o maior número de pessoas com experiência em adoção em contato com os adotantes para viabilizar a inserção das crianças e adolescentes na família substituta.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Richard Pae Kim (Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ, representante da Presidência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ)
- Mário-Zam Belmiro Rosa (Desembargador do TJDFT)
- Hugo Damasceno Teles (Representando a ANGAAD e ACONCHEGODF)
- Andrea de Paula Porto (Vara da Infância e Juventude - TJDFT)

Audiência Pública para debater sobre as possíveis causas da volta do sarampo e as ações do Ministério da Saúde para elevar as taxas de imunização

Data da reunião: 24/10/2019

Requerimentos nº 67 e 77, do Deputado Jorge Solla



Foto: Michel Jesus - CD

Pesquisadores apontaram na Câmara dos Deputados uma série de fatores que impactam na queda nas taxas de vacinação no Brasil. Esses fatores estariam relacionados com a crise no financiamento da saúde no Brasil, segundo especialistas ouvidos pela Comissão de Seguridade Social e Família.

A queda nas taxas de vacinação é a principal causa para a volta do sarampo no Brasil. A única forma de prevenir a doença é a vacina. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde, este ano já foram registrados 9.304 casos de sarampo no Brasil, 93,5% deles no estado de São Paulo. Desses, 13 resultaram em morte.

Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Cláudio Maierovitch alerta que a previsão orçamentária para 2020 na área de saúde, incluindo a área da vigilância em saúde, é inferior a 2019. O Deputado Jorge Solla (PT-BA), que pediu o debate, concorda que o aumento do número de casos de sarampo tem relação com as dificuldades que vem enfrentando a atenção básica de saúde. Ele destacou que o setor não teve perda de postos de trabalho, mas houve alta rotatividade de profissionais na área.

Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Gulnar Azevedo e Silva elogiou o Programa Nacional de Imunizações, mas afirmou que alguns setores vulneráveis da população não estão sendo atingidos. Segundo dados do Ministério da Saúde, a vacinação da 1ª dose de tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, caiu de 96,1% para 86,7% entre 2015 e 2017. A queda da cobertura vacinal atinge também outras doenças.

A crise de financiamento e a piora dos serviços do Sistema Único de Saúde, agravada com a Emenda Constitucional 95 (Teto de Gastos), tem hoje papel determinante na limitação do acesso à vacinação, conforme a especialista. Ela destacou ainda que a questão dos horários de funcionamento das unidades que estão fazendo a vacina é fundamental.

Embora observe que o movimento antivacina, com a divulgação de informações falsas sobre a efetividade das vacinas, contribua para o surto de sarampo em vários Países do mundo, a pesquisadora destaca que no Brasil, ele não é tão importante. Para ela, aqui, um problema maior são as estratégias de comunicação.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Gulnar Azevedo e Silva (Presidente da ABRASCO)
- Wanderson Kleber e Silva (Secretário de Vigilância em Saúde- SVS/MS)
- Cláudio Maierovitch (Representante da FIOCRUZ)
- Lely Guzman (Representante da OPAS)

Audiência Pública para debater a castração de animais - cães e gatos - como saúde pública

Data da reunião: 29/10/2019

Requerimentos nº 48 e 326, do Deputado Marx Beltrão



Foto: Vinicius Loures - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara promoveu audiência pública sobre a castração de cães e gatos como saúde pública. O pedido para o debate é do Deputado Marx Beltrão (PSD-AL).

Para ele, a castração de cães e gatos é uma questão de saúde pública, apesar de ainda não estar ao alcance de todos e também não ser muito bem compreendida por gestores públicos e a sociedade em geral. "Embora mais profissionais realizem o procedimento, os custos continuam sendo altos, e de difícil acesso à maioria da população", destacou.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Annelise Castanha Barreto Tenório (Vice-Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Alagoas - CRMVAL)
- Marcelo Yoshito Wada (Coordenador Geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial - MS)
- Carla Sassi (Representante da ONG ALPA)
- Evelyne Hildegard Marques de Melo (Médica Veterinária Mestre em Ciência Animal)
- Rosana Jambo de Oliveira (Presidente da Comissão de Bem-Estar Animal da OAB/AL)
- Rodrigo Montezuma (Representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária)

Audiência Pública para debater sobre a implantação de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro com intuito de doação de células ou tecidos para utilização terapêutica em irmão

Data da reunião: 31/10/2019

Requerimentos nº 206 e 240, do Deputado Dr. Luiz Ovando



Foto: Vinicius Loures - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para discutir a implantação de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro com o intuito de doação de células ou tecidos para utilização terapêutica em irmão.

A iniciativa do debate é do Deputado Dr. Luiz Ovando (PSL-MS). Ele lembrou que a medida a ser discutida é polêmica e está prevista no Projeto de Lei 7880/17, do Deputado Carlos Bezerra (MDB-MT).

"Estamos tratando inicialmente da utilização de técnicas de reprodução assistida, não para tratar a infertilidade de um casal, mas para produzir uma vida cujo valor em tese se mede apenas por sua aptidão a ser doadora de células", diz Dr. Luiz Ovando.

"Além disso, há a questão de qual destinação dar aos embriões fertilizados, que, apesar de sadios, não apresentam histocompatibilidade suficiente para permitir a doação de órgãos ou tecidos ao irmão", acrescenta.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Lenise Garcia (Professora Doutora – Representante da CNBB)
- Hitomi Miura Nakagava (Representante do Conselho Federal de Medicina)
- Regina Beatriz Tavares da Silva (Presidente Nacional da Associação de Direito de Família e das Sucessões - ADFAS)

- Deivid Carvalho Lorenzo (Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Salvador)
- Melissa de Castro Abelha Rosado (Ginecologista e Obstetra)
- Lília Nunes dos Santos (Diretora do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher – MMFDH)

Audiência Pública para debater o uso da telemedicina

Data da reunião: 05/11/2019

Requerimento nº 263, da Deputada Flávia Moraes e Requerimento nº 12, do Deputado Dr. Jaziel



Foto: Cleia Viana - CD

Deputados da Comissão de Seguridade Social e Família apresentaram diferentes avaliações sobre o uso da telemedicina e da teleassistência médica para minimizar os problemas de saúde pública no País. O assunto foi debatido em audiência da Comissão.

Para o Deputado Dr. Jaziel (PL-CE), as novas tecnologias podem beneficiar populações do interior do Brasil. Já o Deputado Dr. Zacharias Calil (DEM-GO) vê a nova tecnologia com preocupação. Para ele, o interesse econômico não pode se sobrepor à relação entre médico e paciente.

Em fevereiro de 2019, o Conselho Federal de Medicina publicou uma resolução disciplinando a realização de consultas on-line, assim como telecirurgias, telediagnóstico, teleorientação e telemonitoramento, entre outras formas de atendimento médico à distância. No entanto, uma nova resolução revogou as regras. Assim, voltaram a valer as regras de 2002 sobre o tema, que definem que a telemedicina pode ser usada para assistência, educação e pesquisa em saúde, mas não pode ser usada na prevenção de doenças, tratamento de lesões e promoções de saúde.

O integrante da Câmara Técnica de Informática em Saúde do Conselho Federal de Medicina, Chao Lung Wen, ressaltou que a telemedicina não pode ser confundida com uma simples videoconferência. Ele afirmou que o procedimento é muito mais abrangente e visa conveniência, menor custo e maior acesso da população.

"No Brasil, há focos dispersos no uso e na aplicação de telemedicina, seja para telediagnóstico, para teleinterconsulta ou para teleavaliação especializada. Nós ainda não temos uma linha de orientação convergente para integrar o expertise de diversas áreas em uma construção do que nós vamos chamar de medicina conectada", declarou.

"O que também está dificultando a organização de uma telemedicina eficiente é que nós não iniciamos a formação da graduação em telemedicina nem da residência médica. Se essas duas áreas avançarem bem, a telemedicina tem uma tendência a ter um bom crescimento", disse Wen.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Orlando Faria (Diretor Científico e de Ensino Médico Continuoado Associação Médica de Brasília)
- Carlos Henrique Sartorato Pedrotti (Representante - Anahp)
- Mário César Homsí Bernardes (Diretor Geral da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos)
- Chao Lung Wen (Membro da Câmara Técnica de Informática em Saúde - CFM)
- Adriana da Silva e Sousa (Diretora do Departamento de Saúde Digital da Secretaria Executiva - MS)

Audiência Pública para debater alimentação adequada e saudável no Brasil

Data da reunião: 05/11/2019

Requerimento nº 68, da Deputada Paula Belmonte



Foto: Cleia Viana - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara promoveu audiência pública para discutir a alimentação adequada e saudável no Brasil. O pedido para o debate foi da Deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF).

O objetivo é tratar do enfrentamento e da prevenção da obesidade infantil e das doenças crônicas não transmissíveis a ela associadas, além das medidas legislativas e regulatórias necessárias nesse sentido.

A Deputada Paula Belmonte destacou, por exemplo, propostas relacionadas à revisão das normas de rotulagem nutricional; restrição das publicidades de alimentos dirigidas ao público infantil; proteção do ambiente escolar saudável e tributação das bebidas adoçadas.

"Com o consumo crescente e cada vez mais precoce de alimentos não saudáveis, a saúde e o bem-estar das crianças brasileiras estão ameaçados", alertou.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Gisele Ane Bortolini (Coordenadora Geral de Alimentação e Nutrição - MS)
- Tiago Rauber (Gerente de Padrões e Regulação de Alimentos da ANVISA)
- Ana Paula Bortoletto (Líder do Programa de Alimentação Saudável do IDEC)

Audiência Pública para debater o uso nocivo de álcool e seus impactos na sociedade brasileira

Data da reunião: 07/11/2019



Requerimento nº 284, da Deputada Adriana Ventura

Foto: Michel Jesus - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados debateu o uso nocivo do álcool e seus impactos na sociedade brasileira. O encontro atendeu requerimento da Deputada Adriana Ventura (Novo-SP).

A parlamentar lembrou que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o uso nocivo de álcool é causa de 5% da carga global de doenças e acarreta 1 em cada 20 mortes no mundo.

"O relatório deixou claro que a redução do uso nocivo do álcool permitirá o alcance de várias metas relacionadas à saúde dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo mortes maternas e infantis, por doenças infecciosas e não transmissíveis, saúde mental, lesões e intoxicações", observou Adriana Ventura.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Guilherme Messas (Psiquiatra especializado em Álcool e Presidente do Comitê de Regulação do Álcool)
- Zila Van Der Meer Sanchez Dutenhofner (Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva - UNIFESP)
- Mário Sérgio Sobrinho (Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo)
- Roberto Cavalcanti (Representante da Federação do Amor Exigente)

Audiência Pública para debater a importância da FURP na produção, pesquisa, desenvolvimento e distribuição de medicamentos populares

Data da reunião: 07/11/2019

Requerimentos nº 317 e nº 325, do Deputado Alexandre Padilha e Requerimento nº 309, dos Deputados Alexandre Padilha e Alencar Santana Braga



Foto: Vinicius Loures - CD

Representantes de associações da indústria farmacêutica, do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde defenderam a manutenção da Fundação para o Remédio Popular (Furp), maior fabricante estatal de remédios do Brasil, que há 47 anos produz, pesquisa, desenvolve e distribui medicamentos populares. O papel da Furp foi discutido em audiência pública das comissões de Ciência e Tecnologia e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. A empresa, uma estatal paulista, corre o risco de ser extinta pelo governo de São Paulo.

A conselheira Nacional de Saúde, Lenise Garcia, afirma que a Furp é fundamental para a Saúde no País, porque fabrica medicamentos para as chamadas doenças negligenciadas, aquelas para as quais a indústria farmacêutica não se dedica, porque os remédios não dão lucro. Ela explica que a Furp é a única produtora de medicamentos contra a tuberculose, brucelose, hanseníase, meningite e toxoplasmose; e que os medicamentos são distribuídos para mais de 3 mil cidades brasileiras.

O representante do Ministério da Saúde, Sydney Roriz, elogiou o papel das fábricas estatais de medicamento, mas afirmou que a pasta respeita a autonomia do estado de São Paulo em decidir sobre o futuro da fundação. Presente à audiência pública, a Deputada Luiza Erundina (Psol-SP) pediu que as comissões promovam um encontro com Deputados estaduais e com o governador de São Paulo para discutir o assunto.

O Deputado e ex-Ministro da Saúde Alexandre Padilha (PT-SP) sugeriu ainda um encontro com o relator ou Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de São Paulo que identificou irregularidades em parcerias da Furp.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Sidney Richardson Roriz (Técnico da Coordenação de Assistência Farmacêutica e Medicamentos Estratégicos - MS)
- Lenise Aparecida Martins Garcia (Conselheira Nacional de Saúde)
- Artur Roberto Couto (Presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil)
- Fábio Basílio (Vice-Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos)
- Tarcísio José Palhano (Assessor da Presidência do Conselho Federal de Farmácia)

Audiência Pública para debater a contaminação da água e aumento dos casos de microcefalia

Data da reunião: 11/11/2019

Requerimento nº 294, dos Deputados Dr. Leonardo e Augusto Coutinho



Foto: Cleia Viana - CD

Pesquisadores ouvidos pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados não descartam o risco de novos casos de microcefalia causados por zika vírus no País. Eles apontam que a gravidade dos casos registrados, principalmente no Nordeste, tem relação com a bactéria saxitoxina (que se reproduz na água) associada à dengue e à desnutrição.

Mesmo após quatro anos da epidemia de zika, o Brasil continua com índices de incidência de microcefalia acima dos níveis mundiais nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Em 2018, a cidade de Belo Vale, em Minas Gerais, registrou 50 casos por 10 mil habitantes, enquanto no restante do mundo esse índice é de dois casos por 10 mil.

Para o pesquisador em microbiologia celular Flávio Lara, os fatores responsáveis pela gravidade dos casos de microcefalia ainda não foram sanados e podem voltar a ocorrer. "A saxitoxina provavelmente é um deles, restrição proteica também, a desnutrição", enumerou.

Lara afirmou que o próximo passo da pesquisa é identificar fatores ambientais que contribuem para maior incidência de dengue e zika no Nordeste. "Fatores evitáveis para a gente poder se preparar para uma possível futura epidemia de zika na região".

Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Renato Molica considera as condições de saneamento no País mais um agravante. Ele lembra que no Brasil apenas 52% do esgoto são coletados e desse total somente 46% são tratados, o que leva a condições ideais para a reprodução da saxitoxina, bactéria que não é retirada da água através do processo de tratamento atual.

A coordenadora geral de vigilância em saúde ambiental do Ministério da Saúde, Thais Cavendish, explicou que já existe um protocolo de tratamento da água potável que é atualizado a cada cinco anos, mas reconhece que os níveis de saneamento no Brasil ainda são muito baixos, dificultando esse controle.

Para o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade-MT), autor do pedido para realização da audiência, a pesquisa demonstra que a situação é preocupante. "Demonstra a necessidade de mais recursos em pesquisa e de ampliar a discussão social, isso é papel da Câmara", destacou.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Renato Molica (Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco)
- Flávio Alves Lara (Pesquisador)
- Thais Araujo Cavendish (Coordenadora Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde)

Audiência Pública para debater sobre a resolução do CNAS 109 de 2009

Data da reunião: 12/11/2019

Requerimento nº 316, do Deputado Eduardo Barbosa



Foto: Vinicius Loures - CD

Especialistas se reuniram para debater os dez anos da tipificação dos serviços de assistência social no Brasil (Resolução CNAS 109/2009). “Precisamos compreender quem executa a política de assistência social em cada unidade da federação. A política de assistência é a primeira a ser acionada sempre que há um problema social de emergência”, disse o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), Presidente da SubComissão Permanente de Assistência Social da CSSF.

O Deputado Marx Beltrão (PSD-AL), vice-Presidente da CSSF e relator setorial da Assistência Social no Orçamento 2020, participou dos debates. “Estamos afinados com a pauta, tenho discutido nos estados e estou disposto a garantir o serviço tão essencial para os menos favorecidos”.

“De Norte a Sul do País oferecemos serviços de assistência social. Precisamos unir esforços e temos feito isso junto aos estados, todos estão comprometidos para o sistema não entrar em colapso”, disse Mariana Neris, Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania.

Andreia Lauande, Presidente do CONGEMAS, disse que ainda existe um desafio para 2019: a quantia de mais de R\$ 2 milhões de dívidas do setor. “É importante discutirmos a Resolução do CNAS, mas, a política de assistência nunca vai se materializar se não houver orçamento. O que vemos hoje é o fechamento de CRAS e uma baixa nos atendimentos à população, apesar de todos os avanços dos últimos 10 anos”!

Maria Cristina da Conceição, representante do CNAS disse que os serviços de assistência, sistematizados, são uma conquista do povo brasileiro e defendeu a importância do orçamento para continuidade dos trabalhos. Já Simone Albuquerque, especialista em gestão da assistência social, citou 5 pontos fundamentais no debate da tipificação e lembrou que é nesse momento de crise que a rede de assistência social precisa estar mais forte.

Convidados:

- Maria Cristina dos Anjos da Conceição (Representante do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS)
- Andreia Carla Santana Everton Lauande (Presidente do CONGEMAS)
- Mariana Neris (Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania)
- Simone Albuquerque (Especialista em gestão da assistência social)

Audiência Pública para debater ações e políticas públicas relativas à prevenção e ao combate à pedofilia e ao abuso sexual de crianças e adolescentes

Data da reunião: 19/11/2019

Requerimento nº 184, da SubComissão Especial da Adoção, Combate à Pedofilia e Política Voltadas para a Família



Foto: Luis Macedo - CD

Especialistas ouvidos pela Comissão de Seguridade Social e Família disseram que a legislação brasileira de combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes é branda. O delegado Alessandro Barreto ressaltou que o compartilhamento de material relativo à pedofilia, por exemplo, pode resultar em pena de três a seis anos de prisão. Na visão de Barreto, ainda é preciso mudar a legislação para que os provedores de internet não apenas retirem conteúdo abusivo da rede, como também repassem essas informações para que as autoridades policiais possam investigar. Alessandro Barreto explicou que o sistema de endereços atual está esgotado e, por isso, um mesmo protocolo é compartilhado por vários usuários, o que dificulta a investigação.

Alessandro Barreto acrescentou que, em geral, os pais não têm controle do que os filhos fazem na internet, muitas vezes por não saber como configurar os sistemas. O representante do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Clayton Bezerra, informou que apenas 28% dos pais de crianças de até 12 anos que usam *smartphones* afirmam fiscalizar o uso do aparelho pelos filhos.

Por sua vez, o promotor de Roraima André Nova condenou o que ele chamou de "ativismo pedófilo", que buscava a legitimidade do abuso sexual contra crianças. A Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica a pedofilia, ou a atração sexual por crianças, como uma doença. Professor de Direito e juiz federal na Bahia, Leonardo Pauperio criticou a adesão do País a recomendações internacionais relativas à introdução de temas como identidade de gênero e orientação sexual na educação básica.

A Deputada Erika Kokay (PT-DF) declarou que a maioria dos casos é de meninas abusadas por homens, o que, segundo ela, eliminaria uma relação direta entre a pedofilia e a homossexualidade, como defendem algumas pessoas. E afirmou que a impunidade dos abusadores de classes mais altas é um problema a ser enfrentado. A Deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF) destacou que o abuso sexual contra crianças deverá fazer parte da pauta da recém-criada Comissão Externa da Primeira Infância.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Alesandro Barreto (Delegado da Polícia Civil do Piauí)
- Leonardo Tocchetto Pauperio (Juiz Federal e Presidente da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região - AJUFER)
- Márcio de Aguiar Riberio (Procurador do Ministério Público do Trabalho)
- Clayton da Silva Bezerra (Diretor de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente- MMFDH)
- André Nova (Promotor de Justiça do Ministério Público de Roraima)

Audiência Pública para discussão das manifestações psicogênicas após vacinação HPV no estado do Acre

Data da reunião: 20/11/2019

Requerimento nº 333, das Deputadas Jéssica Sales, Perpétua Almeida e Mara Rocha



Foto: Cleia Viana - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família promoveu audiência pública para discutir a ocorrência de manifestações psicogênicas após a vacinação contra HPV no estado do Acre. O debate atende requerimento das Deputadas Jéssica Sales (MDB), Perpétua Almeida (PCdoB) e Mara Rocha (PSDB), todas da bancada do Acre.

As autoras lembraram que desde 2014 o Ministério da Saúde disponibiliza a vacina contra o HPV no Sistema Único de Saúde (SUS) para meninas com idade entre 9 e 14 anos e meninos de 11 a 14 anos. O objetivo da vacinação contra HPV no Brasil é prevenir câncer de colo do útero e outros, refletindo na redução da incidência e da mortalidade pelas enfermidades.

"Apesar do reconhecimento da eficácia e segurança da vacina pelos órgãos e autoridades em saúde, a partir do ano de 2018, no Estado do Acre, cerca de 60 meninas apresentaram manifestações psicogênicas, segundo familiares, apresentados após a vacinação contra HPV", observaram as autoras do requerimento. São casos de convulsões, desmaios e fraqueza, que levaram o Ministério da Saúde a decidir por um plano de ação com o governo do Acre e a Universidade de São Paulo (USP) para averiguar se as manifestações estão correlacionadas à vacina.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- José Galluci Neto (Diretor do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP)
- Inah Carolina Galatro Faria Proença (Médica Psiquiatra do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP)
- Renato Luiz Marchetti (Coordenador de Pesquisa do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP)

- Ana Goretti Kalume Maranhão (Representante – MS)
- Dilza Teresinha Ambros Ribeiro (Representante da Secretaria de Saúde do estado do Acre)
- Maria Emilia Gadelha Serra (Médica pós-graduanda em Perícias Médicas e Medicina Legal pela Santa Casa de São Paulo)
- Élcio da Silveira Machado (Médico Neuro Cirurgião da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais)
- Alita Bruna da Silva (Mãe de uma Adolescente Sequelada pela Vacina)
- Edilene Conceição (Mãe de uma Adolescente Sequelada pela Vacina)

Audiência Pública para debater sobre a situação de pessoas LGBTI+ nos presídios brasileiros

Data da reunião: 26/11/2019

Requerimento nº 224, da Deputada Fernanda Melchionna



Foto: Vinicius Loures - CD

Em audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família, participantes denunciaram tortura e maus tratos à população LGBTI que está cumprindo pena no sistema penitenciário nacional. Especialistas informaram que a violação de direitos humanos para esse grupo começa no espaço ocupado por ele nas prisões.

Uma resolução de 2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação determina áreas exclusivas, mas a norma não tem sido cumprida. Pesquisa do próprio Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos mostra que das 508 unidades que responderam a um questionário online, em um universo de 1.499 presídios em todo o País, apenas 106 tinham pelo menos uma cela para os presos que se declaram LGBTI.

A Deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), que pediu a realização do debate, lamentou a situação: “olha a violência que essas travestis e transexuais estão sofrendo ao serem destinadas a um pavilhão para pessoas que estão privadas de liberdade por cometer crime sexual? Possivelmente serão vítimas de outras violações. Isso é gravíssimo”.

O representante do Ministério na audiência, Gustavo Passos, apontou outro indício da maior vulnerabilidade desta população no sistema carcerário. “No momento de rebelião, essas pessoas são as primeiras buscadas para a tortura e para serem mortas”.

Representante da Associação de Prevenção à Tortura, Sylvia Dias denunciou também a ausência de dados sobre os presos LGBTI. A organização internacional cobrou uma ação efetiva das autoridades e ressaltou que é responsabilidade do Estado garantir a segurança dessas pessoas. A ONG SOMOS visitou 13 presídios em 5 estados recolhendo algumas expressões ditas por agentes penitenciários em relação à população LGBTI. Representante da entidade, Caio Klein citou alguns desses relatos: “a lei não vai me obrigar a tratar bem” e “eles querem privilégios dentro da prisão”.

Chefe de Divisão de Atenção aos Grupos Específicos do Departamento Penitenciário Nacional, Carlos Dias, informou que o órgão está capacitando servidores para melhorar a atuação dos agentes penitenciários em questões como a revista íntima e o trabalho com esse segmento.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Caio Cesar Klein (Representante - SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)
- Carlos Dias (Chefe de Divisão de Atenção aos Grupos Específicos do Departamento Penitenciário Nacional)
- Sylvia Dias (Associação de Prevenção à Tortura)
- Taynah Ignacio (Representante da Deputada Estadual/RS, Luciana Genro)
- Gustavo Passos (Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)

Audiência Pública para debater sobre exames fisiológicos não invasivos de triagem cardioneurometabólica

Data da reunião: 27/11/2019

Requerimento nº 340/19-CSSF, da Deputada Dra. Soraya Manato e Requerimento nº 72/19-CIDOSO, do Deputado Felício Laterça



Foto: Vinicius Loures - CD

As comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Seguridade Social e Família realizaram audiência pública para discutir a inclusão de exames fisiológicos de triagem cardioneurometabólica na rede pública de saúde.

Esses exames são indolores, não invasivos e feitos por meio de tecnologia que afere padrões fisiológicos do paciente, detectando, por exemplo, aspectos específicos como diabetes, resistência à insulina, síndrome metabólica, intolerância à glicose, hipertensão, fisiopatologia da hipertensão, rigidez arterial, débito cardíaco, resistência vascular sistêmica e neuropatia autonômica cardiovascular.

O autor do requerimento para a realização da audiência, Deputado Felício Laterça (PSL-RJ), destaca que investir em diagnóstico e tratamento precoce de doenças é muito mais barato e eficaz que arcar com políticas curativas caras em estágios tardios.

"Doenças cardiovasculares causam o dobro de mortes que aquelas devidas a todos os tipos de câncer juntos, 2,3 vezes mais que todas as causas externas (acidentes e violência), 3 vezes mais que as doenças respiratórias e 6,5 vezes mais que todas as infecções incluindo a AIDS. A identificação das pessoas com este risco, o mapeamento e georreferenciamento e a partir daí, o planejamento de medidas preventivas e o tratamento adequado dos fatores de risco e das doenças cardiovasculares podem reverter essa grave situação", destacou o Deputado.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Daniel Ianni Filho (Doutor pela Unicamp Ciência Médica e pesquisador em Tecnologias de exames não invasivos)
- Eduardo David Gomes de Sousa (Analista Técnico de Políticas Sociais, Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde)

Audiência Pública para debater sobre a Telemedicina, Novas Tecnologias e Inovação em Saúde

Data da reunião: 28/11/2019

Requerimento nº 306, da Deputada Adriana Ventura



Foto: Michel Jesus - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família promove audiência pública hoje sobre telemedicina, o uso de novas tecnologias e inovação em saúde.

O debate foi motivado por resolução do Conselho Federal de Medicina de 3 de fevereiro deste ano, revogada menos de um mês depois, que autorizava a realização de consultas online, assim como telecirurgias e telediagnóstico, entre outras formas de atendimento médico a distância. O evento foi solicitado pela Deputada Adriana Ventura (Novo-SP).

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Antonio Luiz Pinho Ribeiro (Coordenador da Rede de Teleassistência de Minas Gerais e do Centro de Telessaúde do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG).
- Luiz Ary Messina (Membro do eTAG eHealth Technical Advisory, Grupo Rede e Capacitação - Organização Mundial da Saúde - OMS)
- Chao Lung Wen (Coordenador de telemedicina e telessaúde da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - USP)
- Jefferson Gomes Fernandes (Representante da Associação Paulista de Medicina - APM)

- Carlos Aita Schmitz (Coordenador de Tecnologia da Informação do Núcleo de Telessaúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

Audiência Pública Conjunta com a CIDOSO para debater sobre Doenças das Válvulas Cardíacas e Formas de Mitigá-las

Data da reunião: 04/12/2019

Requerimento nº 342/19-CSSF e 73/19-CIDOSO, ambos do Deputado Alexandre Padilha



Foto: Vinicius Lourdes - CD

A audiência pública foi requerida pelo Deputado Alexandre Padilha (PT- SP) e uniu a Comissão de Defesa dos Direitos do Idoso e a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) para tratar das doenças das válvulas cardíacas e as formas de mitigá-las.

Marcelo Sampaio, cardiologista e chefe do pronto atendimento da Beneficência Portuguesa deu um panorama do problema. “Cerca de 3 a 5% dos pacientes são idosos. A expectativa de vida após diagnosticadas as doenças é de 2 a 3 anos. Há cirurgia como prescrição e até transplante em casos mais graves”.

José Antônio Marin, chefe da Cardiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, disse que a humanidade tem passado por vários estágios da transição epidemiológica. “A mortalidade agora por doenças não transmissíveis aumentou. Hoje as doenças que matam decorrem dos maus tratos do corpo e seu consequente desgaste. Obesidade e falta de exercícios, aliados a uma maior longevidade, trouxeram à tona doenças cardíacas que matam”.

Participaram também das discussões representante do Ministério da Saúde; do Conselho Federal de Medicina; da Pastoral da Pessoa Idosa do Distrito Federal; e da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Convidados:

- Marcelo Sampaio (Membro do Comitê Científico do Instituto Lado a Lado)
- José Antônio Marin (Chefe da Cardiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto)
- Fernanda Marinho Mangione (Futura Diretora de Avaliação de Tecnologia em Saúde)
- Mauricio Jaramillo Hincapie (Atual Diretor de Intervenções e Cardiopatias Congênitas)
- Ana Maria Ferreira Mello (Coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa do Distrito Federal)
- Denizar Vianna (Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos em Saúde – SCTIE, do Ministério da Saúde)
- Júlio Cesar Vieira Braga (Presidente do Conselho Federal de Medicina)

SEMINÁRIOS

Seminário para debater sobre piso salarial dos assistentes sociais, realizado em Salvador

Data da reunião: 13/05/2019

Requerimento nº 122/19, do Deputado Jorge Solla



Foto: Autor desconhecido

A Câmara de Deputados realizou na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), em Salvador, um debate sobre o Projeto de Lei 5278/09. A matéria trata do piso salarial das assistentes sociais. O Deputado federal Jorge Solla (PT-BA) foi quem propôs o evento, aprovado via requerimento na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara. “É uma categoria fundamental em nosso País, mais notadamente na esfera pública, no SUS e no SUAS, mas que infelizmente sofre com a pouca valorização de sua atividade. Em tempos de negação de direitos sociais e assistenciais, reconhecer a importância das assistentes sociais é uma resposta interessante que o Congresso pode dar. Está na ordem do dia e acho que chegou a hora de pautarmos o debate do piso”, defendeu Solla.

O PL 5278/09, que tramita na Câmara há dez anos, propõe fixar o piso da categoria em R\$ 3.720 para uma jornada de 30 horas semanais, com reajustes anuais vinculados ao INPC. O piso proposto correspondia, no ano da apresentação do PL, a oito salários mínimos.

Fonte: Boletim Informativo Plenário 7

Convidados:

- Marleide Castro (Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais da Bahia)
- Marcos Sampaio (Membro do Conselho Estadual de Saúde)
- Cedro Silva (Presidente da CUT - Bahia)
- Taíse dos Santos Viana (Representante da Superintendência de Assistente Social da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do estado da Bahia)
- Dilma Franclin (Presidente do Conselho Estadual de Serviço Social da Bahia)

Seminário Conjunto com as Comissões dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Direitos Humanos e Minorias, Defesa dos Direitos da Mulher, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ministério da Cidadania e Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família para debater sobre mães de crianças com microcefalia: entendendo os desafios e superando o preconceito

Data da reunião: 20/05/2019

Requerimentos nº 20/19 - CPD, nº 118/19 - CSSF, nº 27/19 – CMULHER, do Deputado Diego Garcia e nº 58/19 – CDHM, do Deputado Sóstenes Cavalcante



Foto: Michel Jesus - CD

As comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Comissão de Seguridade Social e Família; e de Direitos Humanos e Minorias promoveram o seminário “Mães de Crianças com Microcefalia: Entendendo os Desafios e Superando o Preconceito”. O debate atende a requerimento de diversos parlamentares.

De acordo com o Deputado Diego Garcia (Pode-PR) um dos propósitos do debate era entender os desafios da mãe e da família de crianças com microcefalia decorrentes da contaminação da gestante pelo zika vírus, apontar soluções e desmistificar o preconceito a respeito dessas crianças.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Mesa de Abertura

Convidados:

- Michelle Bolsonaro (Primeira-Dama)
- Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Osmar Terra (Ministro da Cidadania)
- Diego Garcia (Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família)
- Gilberto Nascimento (Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência)
- Liziane Bayer (Secretária de Políticas para as Mulheres da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família)

Mesa 1: Coordenador Deputado Gilberto Nascimento

Convidados:

- Viviane Lima (Secretária Estadual da Pessoa com Deficiência do Estado do Amazonas e fundadora do Movimento Mães de Anjos Unidas)
- Joana Passos (Mãe e representante da Associação Abraço à Microcefalia da Bahia)
- Alessandra Santos (Representante da Associação Famílias de Anjos - AFAEAL)
- Francisca Elizete Souza Magalhães Romero (Representante das mães do Centro DIA)
- Marcus Vinícius Pereira Alves (Pessoa com deficiência microcefalia)
- Luzinete Pereira Alves (Mãe de dois filhos com microcefalia)
- Germana Soares (Representante da UMA - União de Mães de Anjos, de Pernambuco)

Mesa 2: Coordenador Deputado Diego Garcia

Convidados:

- Roseane Estrela (Secretária Nacional de Políticas para Mulheres)
- Priscilla de Oliveira (Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência)
- Angêla Gandra (Secretária Nacional da Família)

Mesa 3: Coordenador Senador Eduardo Girão

Convidados:

- Mariana Neris (Secretária Nacional de Assistência Social - Ministério da Cidadania)
- Petrucia De Melo Andrade (Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente)

Mesa 4: Coordenadora Deputada Liziane Bayer

Convidados

- Adriana Suely de Oliveira Melo (Médica Obstetra, especialista em saúde materno-infantil, Presidente do Instituto de Pesquisa Professor Joaquim Amorim Neto (Ipesq) - Campina Grande/PB)
- Gabriela Lopes Gama - Fisioterapeuta do Instituto de Pesquisa Professor Joaquim Amorim Neto (Ipesq) - Campina Grande/PB).

Mesa 5: Coordenador Deputado Diego Garcia

Convidados

- Patrícia Raposo (Diretora de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e apoio às pessoas com deficiência)
- Lenise Garcia (professora do Departamento de Biologia celular na UnB.)
- Lília Nunes (Diretora do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher - MMFDH)
- Alynne Franca (Representante do Estado de Sergipe fala sobre política pública que instituiu local específico para atendimento de mães e crianças com microcefalia (caso modelo).)

Seminário para debater o Instituto da Adoção no Brasil

Data da reunião: 21/05/2019

Requerimento nº 102/19, da Deputada Flordelis



Foto: Claudio Andrade - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizou um seminário sobre a adoção no Brasil. O objetivo do evento é buscar uma melhor compreensão de todo cenário no processo de adoção, como os processos de guarda, a desconstituição do poder familiar, medidas protetivas de acolhimento.

A discussão foi proposta pela Deputada Flordelis (PSD-RJ), mãe de 55 filhos, sendo 4 biológicos. “Foi morando na favela do Jacarezinho que adotei, de uma vez só, 37 crianças que sobreviveram a uma chacina que aconteceu na [estação] Central do Brasil”, já explicou Flordelis.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente cerca de 9 mil crianças aguardam por adoção em instituições de acolhimento de todo o País, mas apenas 7,3% dos pretendentes à adoção aceitariam crianças com mais de 5 anos.

“Assim, as chances de encontrar uma família substituta para aquelas crianças que entram tardiamente no sistema de adoção são bem reduzidas”, lamenta Flordelis, ressaltando que muitas crianças entram no sistema de adoção antes dos 5 anos, mas os entraves processuais são muito demorados.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Vasti Ferreira (Advogada da Família)
- Silvana Moreira (Advogada Especialista em Direito da Criança e Adolescente)
- Pedro Wernek (Presidente do Instituto da Criança no Rio de Janeiro)
- Ângela Gandra (Secretária Nacional da Família)
- Elba Ramalho (Cantora de Música Popular e Ativista)

- Bruna Karla (Cantora Evangélica)
- Damares Alves (Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- André de Paula (Deputado Federal – Líder do Partido Social Democrático - PSD)
- Arolde de Oliveira (Senador da República)

XVI Seminário LGBT do Congresso Nacional (Conjunto das Comissões CCULT, CDHM, CE, CIDOSO, CLP, CMULHER, CSSF e CTASP)

Data da reunião: 25/06/2019

Requerimento nº 105/19-CSSF, da Deputada Fernanda Melchionna



Foto: Pablo Valadares – CD

Foi realizado na Câmara dos Deputados, o “XVI Seminário LGBT do Congresso Nacional”. O evento é promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com a participação das comissões de Legislação Participativa; de Cultura; de Direitos Humanos e Minorias; de Seguridade Social e Família; e de Educação.

O seminário discutiu o tema da memória (De onde viemos? Resgate histórico do contexto do Levante de Stonewall, nos Estados Unidos); a resistência à ditadura civil-militar; e a constituição e organização dos coletivos precursores do movimento LGBT no Brasil e em outras partes do mundo, entre outros assuntos.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Jane Di Castro (Cantora e Atriz)
- Claudio Nascimento (Filósofo Movimento LGBT)
- Wellington Andrade (Presidente de Honra do “Adamor Cores da Vida”)
- Marcelly Malta (Presidente da ONG Igualdade/RS)
- Heliana Emeterio (Vice Presidente da AGLBT)
- Dalcira Falcão (Psicóloga e Militante LGBT)

- Helena Vieira (Historiadora)
- Beto de Jesus (AHF BRASIL E ILGA)
- Fernanda Lima (Vice Presidente da UNA LGBT)
- Erika Hilton (CO- DEPUTADA ESTADUAL SP)
- Daniele Brigida (Articulação Brasileira de Lésbicas)
- Robeyoncé Lima (CO- DEPUTADA ESTADUAL PE)
- David Miranda (DEPUTADO FEDERAL PSOL-RJ)
- Erica Malunguinho (DEPUTADA ESTADUAL SP)
- Gessica Castro (Coletivo Juntas e Juntos/LGBT)
- Dione Freitas (Coordenadora da Área de Intersexuais da Aliança Nacional LGBTI)
- Raffa Carmo (Rede Paraense de Pessoas Trans)
- Barbara Aires (Secretária Parlamentar)

Seminário para debater enfrentamento do suicídio na infância e adolescência, em Porto Alegre

Data da reunião: 08/07/2019

Requerimento nº 182/19, da Deputada Liziane Bayer



Foto: Autor desconhecido

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou, em Porto Alegre (RS), o seminário “Enfrentamento do suicídio na infância e adolescência”. O evento atendeu requerimento da Deputada Liziane Bayer (PSB-RS).

Segundo ela, o suicídio é hoje no Rio Grande do Sul a principal causa de morte entre meninas de 14 a 19 anos e a terceira causa entre os garotos, atrás do homicídio e do trânsito. Liziane Bayer citou a Lei 13.819/19, sancionada recentemente, que prevê a notificação compulsória, de caráter sigiloso, para os casos de tentativa de suicídio e automutilação por estabelecimentos de saúde, segurança, escolas e conselhos tutelares.

“Além de medidas de notificação, o normativo incluiu a criação de um sistema nacional, envolvendo estados e municípios, para prevenção da automutilação e do suicídio, bem como um serviço telefônico gratuito para atendimento do público”, observou a Deputada.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

Painel 1

- Dr. Christian Kieling (Professor de Psiquiatria da Infância e da Adolescência da UFRGS)
- Claudia Weyne Cruz (Escola de Saúde Pública/SES/RS - Observatório de Análise de Situação do Suicídio do RS - Comitê Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio do RS)

Painel 2

- Dra. Marilise Fraga de Souza (Enfermeira, Especialista em Saúde da SES-RS Coordenação Estadual de Saúde Mental/DAS/SES-RS Comitê Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio)
- Alethéa Sperb (Voluntária do Centro de Valorização da Vida - CVV desde 2015)
- Marcelo Perpétuo (Presidente Nacional do Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos/CPPC - Rede de Apoio Psicossocial/RAP)

Painel 3

- Ministério da Saúde

Painel 4

- Sônia Maria Dall'igna (Representando a Polícia Civil, Divisão de Prevenção e Educação do Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil – DPGV)
- Jeferson Leon (Presidente da Associação dos Conselheiros e Ex- Conselheiros Tutelares do RS)
- Patrícia Sanchotene (Coordenadora do Programa CIPAVE - Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar SEDUC/RS)
- Eliane Soares (Coordenadora do Centro de Referência Atendimento Infantis - CRAI RS)

Painel5

- Nglacir Dornelles Clós Delavedova (Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre MP/RS)
- Nara Cristina Neumann (Juíza Corregedora, Coordenadora da Coordenaria da Infância e Juventude TJ/RS o Secretaria de Saúde RS)
- Dep. Franciane Bayer (Frente Parlamentar de Combate ao Suicídio AL/RS)
- Dep. Liziane Bayer (Câmara Federal)

Seminário para debater sobre o câncer de cabeça e pescoço

Data da reunião: 11/07/2019

Requerimento nº 150/19, da Deputada Carmen Zanotto



Foto: Pablo Valadares - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família promoveu seminário sobre políticas públicas para o câncer de cabeça e pescoço.

O objetivo do evento, proposto pela Deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), foi debater a necessidade de atualização da Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas do Câncer de Cabeça e Pescoço (Portaria 516/15) e dar mais visibilidade a essa doença.

“Apesar da incidência, o câncer de cabeça e pescoço ainda é pouco falado e é uma doença socialmente carregada de estigmas. Em muitos casos, há a necessidade de mutilação do paciente e isso faz com que muitas pessoas se afastem do convívio e sejam discriminadas pela sociedade”, disse Zanotto, que é coordenadora da Frente Parlamentar Mista da Saúde.

Câncer de cabeça e pescoço é a denominação genérica de tumores que se originam de várias regiões das vias aéreo-digestivas, como boca, língua, gengivas, bochechas, amígdalas, faringe, laringe, seios paranasais.

Em 2014, a Federação Internacional de Sociedades Oncológicas de Cabeça e Pescoço instituiu o dia 27 de julho como o Dia Mundial do Câncer de Cabeça e Pescoço, para conscientizar a população sobre fatores de risco, prevenção, diagnóstico e tratamento da doença.

No final do ano passado, a Câmara aprovou proposta que institui julho como Mês Nacional de Combate ao Câncer de Cabeça e Pescoço. O texto está agora em análise no Senado

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Aline Leal Gonçalves Creder Lopes (Coordenação Geral de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde – MS)
- Melissa Ribeiro (Presidente da Associação de Câncer de Boca e Garganta-ACBG)
- Paula Johns (Diretora-Geral da ACT Promoção da Saúde)
- Gilberto Castro (Representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica- SBOC)
- Marco Aurélio Vamont (Primeiro Secretário da Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço-SBCCP)
- Cristina Lemos Barbosa Furia (Representante da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia – SBF)
- Marcelo Marucci (Representante da Associação Brasileira de Odontologia)

Seminário Conjunto das Comissões CDEICS, CDU, CFT, CMADS e CSSF sobre a Universalização do Acesso ao Saneamento

Data da reunião: 29/08/2019

Requerimentos nºs 30/19-CDU, do Dep. Adriano do Baldy, 54/19-CFT, do Dep. Evair Vieira de Melo, 196/19-CSSF, do Dep. Eduardo Costa, 61/19-CMADS, do Dep. Celso Maldaner, 38/19-CDEICS, do Dep. Alexis Fonteyne



Foto: Pablo Valadares - CD

A Câmara sediou um seminário sobre a universalização do acesso ao saneamento. O evento, proposto pelo Deputado Adriano do Baldy (PP-GO), foi promovido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, em conjunto com as comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Seguridade Social e Família; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Finanças e Tributação.

"O tema é latente e torna-se cada vez mais difícil prescindir de sua discussão, uma vez que esta é uma área fundamental para a redução das desigualdades sociais, ambientais e econômicas, tanto

intra e inter-regionais, como internacionais", disse Baldy. "Há um desafio de proporções históricas que teremos de enfrentar rapidamente para definir que tipo de futuro queremos para o País – são 100 milhões de brasileiros que não têm acesso à coleta e tratamento de esgoto e 35 milhões não recebem nas suas casas água tratada" ressaltou.

"Apesar da posição ocupada pelo Brasil no cenário internacional em termos econômicos – 9ª economia do mundo –, o País detém a vergonhosa 62ª posição no ranking de saneamento que apura as condições do serviço em 82 Países, o que é inadmissível para uma nação dessas proporções", acrescentou o Deputado.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Abelardo de Oliveira Filho (Observatório Nacional dos Direitos a Água e ao Saneamento - ONDAS)
- Alexandre Lopes (Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de água e Esgoto - SINDICON)
- Aparecido Hojaij (Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE)
- Arilson Wunsch (Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental)
- Diogo Mac Cord De Faria (Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia - ME)
- Edson Aparecido da Silva (Representante da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental - FNSA)
- Geraldo Melo (Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Regional)
- Percy Soares Neto (Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços de Água e Esgoto - ABCON)
- Roberval Tavares (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES)
- Rogério Tavares (Associação Brasileira da infraestrutura e indústrias de Base - ABDIB)
- Verônica Sanches (Secretária de Fomento e Apoio e Parcerias e Entes Federativos do Programa de Parceria de Investimentos)

Seminário Conjunto das Comissões CMULHER E CSSF sobre a Gravidez na Adolescência

Data da reunião: 11/09/2019

Requerimento nº 282/19-CSSF e Requerimento nº 50/19-CMULHER, ambos da Deputada Carmen Zanotto



Foto: Will Shutter - CD

Seminário foi realizado na Câmara dos Deputados, debateu a gravidez não intencional na adolescência sob uma perspectiva de direitos humanos e desenvolvimento. A convite da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Seguridade Social e Família com requerimento de autoria da Deputada Carmen Zanotto, parlamentares, integrantes do setor público e do setor privado — representado pela Aliança pela Saúde e pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil — e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) discutiram os impactos de uma gravidez não planejada na adolescência e o que fazer para garantir o acesso aos direitos reprodutivos às adolescentes brasileiras.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Júnia Quiroga (Representante Auxiliar do Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA)
- Sheila Carvalho (Coordenadora de Práticas Empresariais do Instituto Ethos)
- Kelly Aguiar (Especialista Senior para Relações Governamentais)
- Anna Cunha (Oficial de Programas no Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA)
- Ericka Filippelli (Secretária de Políticas para as Políticas para as Mulheres do DF)
- Maria Luisa Eluf (Fundadora do Semina Indústria e Comércio)
- Laila Moraes da Silva (Liderança Jovem Salesiana)
- Priscila Carvalho (Representante do Ministério da Saúde)

Seminário Conjunto das Comissões CPD E CSSF sobre as Anomalias Craniofaciais, Fissura Labiopalatina e Fenda Palatina

Data da reunião: 02/10/2019

Requerimento nº 192/19-CSSF e Requerimento nº 40/19-CPD, ambos da Deputada Carmem Zanotto



Foto: Cleia Viana - CD

As Comissões dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Seguridade Social e Família promoveram seminário para debater a formulação de política nacional de reabilitação das anomalias craniofaciais e a situação das pessoas com fissura labiopalatina e fenda palatina.

As lesões ou fissuras labiopalatais são malformações congênitas caracterizadas por aberturas ou descontinuidade das estruturas do lábio e/ou palato, de localização e extensão variáveis. Além dos aspectos estético, funcional e emocional, a malformação deforma o semblante do paciente e acarreta dificuldades para sucção, deglutição, mastigação, respiração, fonação e audição.

“Este seminário é de suma importância para que possamos colher sugestões dos especialistas para avançarmos na formulação de uma política nacional que beneficie o cenário dos nascidos com malformação congênita neste País”, argumentou Carmem Zanotto.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Thyago Cezar (Presidente da Rede Nacional de Associações de Pais e Pessoas com Fissura Labiopalatina Rede Profis)
- Flávia Martinez de Carvalho (Representante do Laboratório de Epidemiologia de Malformações Congênitas do Instituto Oswaldo Cruz – IOC/Fiocruz)
- Rodrigo Cesar Faleiro de Lacerda (Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - Conasems)
- Fabiana Navarro (Advogada)

- Jeniffer de Cássia Rillo Dutka (Pós Doutorado Children's Health Care of Atlanta Pediatric Hospital - CHOA, Estados Unidos. Professora Doutora na Faculdade de Odontologia de Bauru FOB/ USP & Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais)
- Luíza Pannunzio (Fundadora da Organização Civil: As Fissuradas)
- Paulo Mayon (Conselheiro da Operação Sorriso)
- Eduardo David Gomes De Sousa (Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde)

Seminário para debater sobre família e desenvolvimento social

Seminário em conjunto com as Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD, de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, de Educação, de Defesa dos Direitos da Mulher, e de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Data da reunião: 29/10/2019

Requerimento nº 274/19-CSSF, da Deputada Liziane Bayer e do Deputado Alexandre Padilha, e Requerimento nº 48/19-CMULHER, da Deputada Daniela do Waguinho



Foto: Michel Jesus - CD

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados promoveu seminário sobre família e desenvolvimento social. O evento teve a participação das comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Seguridade Social e Família, de Educação, e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Autora do pedido para realização do seminário, a Deputada Daniela do Waguinho (MDB-RJ) informa que foco do debate foi a promoção do equilíbrio trabalho-família, maternidade e primeira infância.

A Deputada destaca estudos recentes na área da neurociência que indicam a primeira infância (da gestação aos três anos de idade) como período fundamental para o desenvolvimento pessoal, cognitivo e afetivo. "A família tem um papel fundamental na educação da criança dessa faixa etária", afirmou.

Convidados:

Painel Equilíbrio Trabalho-Família: Desafios e Perspectivas

- Girlene Ribeiro de Jesus (Representante da Secretaria Nacional da Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Mariana Eugênio Almeida (Representante da Secretaria de Trabalho, do Ministério da Economia)
- Martin Hahn (Representante da Organização Internacional do Trabalho)
- Heloiza Egas (Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério da Cidadania)
- Marcela Rezende (Representante da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - DISOC, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA)

Painel Cuidado e Promoção de um Modelo de Responsabilidade Compartilhada

- Eduardo Schwarz (Representante da Rede Nacional Primeira Infância)
- Gilberto Haddad Jabur (Presidente da Cátedra de Família, associada à Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP)
- Grácia Elisabeth Fragalá (Representante do Comitê de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP)
- Anna Chiesa (Representante da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal)
- Leandra Vilela (Representante da Defensoria Pública do DF)

Painel de Boas Práticas

- Joselma Fonseca Oliveira (Representante da Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades – SOBRATT)
- Luciana Cattony (Representante do Projeto Maternidade nas Empresas)
- Natasha Martins (Representante da Merck Brasil)
- Francisco Djalma de Oliveira (Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade – APABB)
- Meg Gomes Martins de Ávila (Coordenadora do Comitê de Qualidade de Vida no Trabalho do CNJ)

Seminário para debater sobre os 30 anos da Política de Redução de Danos

Seminário em Conjunto com as Comissões e Seguridade Social e Família, de Desenvolvimento Urbano, de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, de Educação, de Cultura, de Legislação Participativa, e de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Data da reunião: 07/11/2019

Requerimento nº 89/19–CCULT, da Deputada Áurea Carolina, Requerimento nº 109/19–CLP, do Deputado Glauber Braga e outros, Requerimento nº 283/19–CE, do Deputado Glauber Braga e outros, Requerimento nº 313/19–CSSF, da Deputada Talíria Petrone e outros, Requerimento nº 135/19–CTASP, da Deputada Erika Kokay, Requerimento nº 69/19–CIDOSO, do Deputado Marcelo Freixo, Requerimento nº 56/19–CDU, do Deputado Edmilson Rodrigues



Foto: Michel Jesus - CD

Sete comissões permanentes da Câmara dos Deputados realizaram um seminário conjunto para debater os 30 anos da Política de Redução de Danos. Essa política, conhecida pela sigla RD, foi criada no início da década de 1990 pelo Ministério da Saúde em resposta à epidemia de HIV/Aids.

Entre os convidados para o seminário estavam o representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos e da Associação Brasileira de Saúde Mental Leonardo Pinho, o representante da Organização Mundial da Saúde (OMS) Marcelo Vila e o representante da Associação Brasileira de Redução de Danos Marcos Guimarães.

Para os Deputados que pediram o seminário, a RD "vem tomando corpo como um conjunto de estratégias para reduzir os efeitos negativos do uso de drogas respeitando os direitos dos cidadãos, com resultados reconhecidos em todo o mundo como a prevenção de doenças como a hepatite, além da própria Aids".

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Leonardo Pinho (Representante da Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME e do Conselho Nacional de Direitos Humanos)
- Marcelo Vila (Representante da Organização Mundial da Saúde)
- Luana Malheiro (Representante da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas)
- Marcos Guimarães (Representante da Rede Brasileira de Redução de Danos)
- Denis Petuco (Representante da Fundação Oswaldo Cruz)
- Ester Maria Oliveira de Sousa (Associação Brasileira de Redução de Danos e Rede Nacional Internucleos da Luta Antimanicomial)
- Raquel Gouveia (Professora da UFRJ e Representante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial no Rio de Janeiro)
- Dayana Rosa (Instituto de Medicina Social da UERJ)
- Nathalia Oliveira (Representante da Iniciativa Negra por uma nova política de drogas)
- Andrea Domanico (Representante do Centro de Convivência "É de Lei")
- Domiciano José Ribeiro Siqueira (Representante da Associação Brasileira de Redução de Danos)
- Juma Santos (Representante da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas)
- Kleidson Oliveira Beserra (Coletivo da Luta Antimanicomial e membro do Observatório da Saúde Mental do DF)

Seminário para debater novo modelo de financiamento da Atenção Básica de Saúde, em Salvador

Data da reunião: 25/11/2019

Requerimento nº 338/19, do Deputado Jorge Solla



Foto: Jailson Sam - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou o seminário "Novo modelo de financiamento da atenção básica de saúde". O Deputado Jorge Solla (PT-BA), autor do requerimento para a realização do evento, explicou que recentemente o governo federal anunciou que mudará a forma do

financiamento da atenção básica à saúde, passando a considerar, para o repasse de verbas, o número de usuários cadastrados no sistema e o desempenho das equipes dos postos. O atual financiamento das equipes da Estratégia Saúde da Família leva em consideração o total de habitantes de cada região e município atendido.

"É preocupante a perspectiva de considerar somente os usuários cadastrados para repasse de recursos, conforme proposta apresentada pelo Ministério da Saúde. Teme-se que haja uma grande restrição da população atendida".

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Erno Harzheim (Secretário de Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde)
- Wilames Freire Bezerra (Presidente do CONASEMS)
- Fábio Vilas-Boas (Secretário Estadual da Saúde da Bahia - SESAB)
- Eures Ribeiro (Presidente da União dos Municípios da Bahia - UPB)
- José Cristiano Soster (Diretor de Atenção Básica da SESAB)
- Stela Souza (Presidente do COSEMS-BA)
- Marília Fontoura (Escola Técnica Jorge Novis/SESAB)
- Marivalda Dos Santos Pereira (1ª Vice-Presidente da CONACS)
- Elane Alves (Assessoria Jurídica da categoria dos ACS e ACE)
- Marcos Sampaio Gêmeos (Conselho Estadual de Saúde da Bahia)

Seminário da Comissão para debater sobre a importância da vacinação entre Brasil e Países vizinhos

Data da reunião: 27/11/2019

Requerimento nº 329/19, do Deputado Pedro Westphalen



Foto: Cleia Viana - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizou seminário para discutir estratégias de imunização para a região do Mercosul. A representante da Organização Pan Americana de Saúde no debate, Maria Tereza da Costa Oliveira, destacou que, por meio de um fundo comum, os Países da região estão conseguindo garantir a compra de vacinas para um bom número de doenças.

A representante do Ministério da Saúde, Franciele Fontana, disse que, apesar dos esforços do Programa Nacional de Imunização, os índices de cobertura vêm diminuindo ano a ano, e doenças que já tinham sido erradicadas, como o sarampo, voltaram a atingir a população. Em 2018, o Brasil registrou 10.274 casos confirmados da doença. Para Franciele, a sensação de desaparecimento de algumas doenças levou à falsa conclusão de que elas não voltariam a acometer a população.

O Ministério da Saúde está realizando campanhas de vacinação contra o sarampo por meio da vacina tríplice viral, que atualmente está disponível para jovens de 20 a 29 anos, que representam mais de 9 milhões de pessoas que não foram vacinadas ou não tomaram todas as doses.

O surto de sarampo continua neste ano. Já foram confirmados 5.660 casos, e em 19 estados há transmissão ativa, que ocorre quando o vetor é infectado e então infecta outra espécie de organismo.

O parlamentar paraguaio Manoel Moringo defendeu que, para reduzir as desigualdades regionais, é preciso ajudar os Países com menor grau de desenvolvimento. Ele lamentou que em seu País os índices de cobertura vacinal sejam ainda muito baixos, o que coloca em risco a saúde das pessoas com menos de 15 anos, que correspondem a 37% da população.

O Presidente da Comissão de Saúde do Parlamento do Mercosul (Parlasul), Deputado Carlos Gomes (Republicanos-RS), disse que é preciso um esforço coletivo para garantir a erradicação de doenças preveníveis com vacinas.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Manoel Gaona Morinigo (Parlamentar do Paraguai, membro do Parlasul)
- Maria Tereza da Costa Oliveira (Representante da OPS/OMS)
- Marcela Lemgruber Nunes da Silva (Representante do Unicef)
- Franciele Fontana Sutile Tardetti (Coordenadora do Programa Nacional de Imunização – MS)
- Carlos Gomes (Presidente da Comissão de Saúde do Parlasul)

Seminário sobre a aplicação, os avanços e as dificuldades existentes nesses 30 anos de atuação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

Data da reunião: 10/12/2019

Requerimento nº 302, da Deputada Paula Belmonte



Foto: Luis Macedo CD

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu seminário sobre o tema “A aplicação, avanços e as dificuldades existentes nos 30 anos de ECA”.

Aprovado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente completa três décadas em 2020. O debate foi pedido pela Deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF).

Para a Deputada, os temas que poderão ser abordados no seminário são: o papel dos conselhos tutelares e suas dificuldades, a eficácia das medidas sócio-educativas, a maioria penal, o financiamento das ações e experiências exitosas na aplicação do ECA.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Andréa de Paula Porto Fernandes Peixoto (Psicóloga psicossocial da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal)
- Glicia Thais Salmeron (Presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente da OAB Nacional)
- Raquel Fuzaro (Vice-Presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/DF)
- Andréa Teixeira (Representante da Comissão da Infância e da Juventude no CNMP)
- Juliane Freire Marques (Vice-Presidente de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros)
- Petrócia de Melo Andrade (Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente)

FÓRUNS E OUTROS EVENTOS

VI Fórum Nacional de Saúde Ocular

Data da reunião: 12/06/2019

Requerimento nº 104, do Deputado Hiran Gonçalves



Foto: Luis Macedo CD

Por iniciativa do Deputado Hiran Gonçalves, a CSSF sediou o VI Fórum Nacional de Saúde Ocular. O evento contou com a participação de representantes do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), do Ministério da Saúde (MS) e de mais de 20 Deputados federais.

José Ottaiano, Presidente do CBO, falou das condições de saúde ocular no Brasil. “Elas são melhores quanto maiores forem os recursos. Na classe A, 2.8% tem comprometimento de cegueira. Nas classes D e E esse índice sobe para 28%”, mostrou. Ele disse que há também uma relação entre cegueira e idade. “Acima dos 60 anos temos mais de 80% dos indivíduos portadores de cegueira”.

Cristiano Caixeta, Secretário-geral do CBO, falou sobre deficiência visual. Apresentou dados da OMS: há no mundo 76 milhões de pessoas cegas. “Quanto mais cedo é o diagnóstico, mais chances de cura”, lembrou. João Neves, também da CBO, apresentou um estudo sobre as redes de atenção à saúde ocular.

José Beniz, vice-Presidente da CBO falou da importância da Política Nacional de Atenção em Oftalmologia. “Avançar na implantação das redes de atendimento ainda é um desafio”. Eduardo David Gomes de Souza, do MS, disse que a coordenação geral de atenção especializada trabalha em sintonia com o CBO, Conass e Conasems. “Estamos revisando as Portarias editadas em 2008”.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Eduardo David Gomes de Souza (Representante do Ministério da Saúde)
- José Augusto Otaiano (Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia)
- Cristiano Caixeta (Secretário-Geral do Conselho Brasileiro de Oftalmologia)
- José Benz (Vice-Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia)
- João Neves (Conselho Brasileiro de Oftalmologia)
- Marcos Ávila (Conselho Brasileiro de Oftalmologia)

Fórum da SubComissão Especial de Doenças Raras sobre Política de Atenção a Doenças Raras

Data da reunião: 13/09/2019

Requerimento nº 139/19, do Deputado Sérgio Vidigal



Foto: Tati Beling - CD

A necessidade de políticas públicas de atenção integral às pessoas com doenças raras foi debatida em fórum promovido sobre o tema no Plenário Dirceu Cardoso da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales). O evento reuniu autoridades e representantes da sociedade civil.

Acesso a tratamento e falta de diagnóstico foram problemas apontados na reunião.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Dr. Hécules (Deputado Estadual ES)
- Nésio Fernandes de Medeiros Júnior (Secretário Estadual de Saúde)
- Hector Yuri Conti Wanderley (Médico geneticista - SESA)
- Bartolomeu Martins Lima (Representante do Ministério da Saúde)
- Inês Thomé Poldi Taddei (Representante do Ministério Público Estadual)
- Phelipe França Vieira (Representante da Defensoria Pública Estadual)

XII Fórum de Atenção Integral à Saúde do Homem

Data da reunião: 26/11/2019

Requerimento nº 289, do Deputado Sérgio Vidigal



Foto: Agência Câmara Notícias

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou o 12º Fórum de Atenção Integral à Saúde do Homem. O encontro atende requerimento apresentado pelo Deputado Sergio Vidigal (PDT-ES).

A edição deste ano teve como tema a saúde do homem trabalhador dos transportes e as políticas públicas para garantir cuidados a esses profissionais e aos homens em geral.

Segundo Sérgio Vidigal, esses profissionais têm a vida mais sedentária, característica que pode favorecer o surgimento de doenças como câncer de próstata.

Vidigal é médico e coordenador da Frente Parlamentar de Atenção à Saúde do Homem. Ele considera que, somando-se ao sedentarismo da categoria, os homens, naturalmente, já costumam dar menos atenção à própria saúde e fazem menos consultas médicas que as mulheres.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Katiene Holanda (Representante do SEST/SENAT)
- Arilson de Souza Carvalho Júnior (Representante da Sociedade Brasileira de Urologia)
- Ricardo Irajá Hegele (Representante da Associação brasileira de Medicina do Tráfego)
- Luiz Anibal Vieira Machado (Presidente do Sindicato do Trabalhador Rodoviário)
- Danilo Campos da Luz e Silva (Coordenador de Saúde do homem DAPES/SAPS, Ministério da Saúde)
- Heloiza Helena Casagrande Bastos (Representante da Coordenação Nacional de Saúde do Trabalhador, Ministério da Saúde)

Simpósio Conjunto das Comissões CMULHER e CSSF para tratar da Prevenção ao Suicídio e Automutilação

Data da reunião: 10/09/2019

Requerimentos nº 185/19, 259/19 da CSSF, da Deputada Liziane Bayer



Foto: Pablo Valadares - CD

Olhar para a pessoa ao lado, acolher, perceber sinais e comportamentos diferentes. Essas foram orientações dadas por psiquiatras, parlamentares e Ministros do governo federal em simpósio que discutiu, na Câmara dos Deputados, a prevenção do suicídio e da automutilação, no Dia Mundial de Prevenção do Suicídio.

A cada ano, 800 mil pessoas no mundo todo tiram a própria vida segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). Entre jovens de 15 a 29 anos, o suicídio já é a segunda causa mais comum de mortes. E afeta ainda outros grupos, como indígenas e pessoas com deficiência.

Presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Suicídio e à Automutilação, o Deputado Lucas Gonzalez (Novo-MG) defendeu a militância na causa por acreditar que o suicídio pode ser prevenido. "Cada um de nós sairá com esta responsabilidade de assumir o papel de proteger a vida, a esperança."

A Deputada Liziane Bayer (PSB-RS), Secretária da frente, também apoiou atitudes mais humanas para lidar com o assunto. "Não podemos pensar só no capital, na economia. Temos de olhar mais uns para os outros. Infelizmente, vivemos um tempo de pessoas mais egocêntricas e egoístas, que se esquecem de olhar ao lado", disse.

O Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, admitiu que o Brasil possui uma rede de saúde mental pequena, com centros de atenção psicossocial (CAPs) concentrados nas cidades grandes e médias. Ele observou, por outro lado, que o País conta com um "exército" de agentes comunitários de saúde, professores e assistentes sociais que podem identificar possíveis suicidas.

Segundo a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, a valorização da vida é prioridade no governo. Ela disse que ela própria tentou se matar aos dez anos de idade, em razão de ter sido estuprada aos seis.

Aos estudantes presentes no simpósio, fez um pedido: "Comecem a olhar para os lados, a falar com seu colega que está em sofrimento. Falem com um professor, não se omitam. Conversem com um adulto. Se não encontrarem ninguém com quem falar, disquem 100, liguem para o Ministério".

A pasta de Damares lançou neste ano a campanha "Acolha a Vida", de prevenção do suicídio e automutilação.

O Centro de Valorização da Vida (CVV) se coloca à disposição para ouvir pessoas que se sentem sozinhas e querem compartilhar seus sentimentos com alguém, por meio do número de telefone 188 ou pelo chat online: www.cvv.org.br. Ajuda profissional pode ainda ser buscada nos CAPS.

O Brasil também conta hoje com a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Lei 13.819/19), a ser implementada pela União, em cooperação com os estados, o Distrito Federal e os municípios. O Ministro da Cidadania, Osmar Terra, informou que a norma está em fase de regulamentação no Ministério, a fim de se tornar mais efetiva.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Ângela Gandra (Secretaria Nacional da Família)
- Esequiel Roque (Secretaria Nacional da Igualdade Racial)
- Jayana Nacaretta (Secretária Nacional da Juventude)
- Priscila Gaspar (Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência)
- Maria Dilma Teodoro (Coordenadora Geral de Saúde Mental, Álcool e outras drogas do Ministério da Saúde)
- Humberto Correa (Presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Suicídio e Associação Latino-americana de Suicidologia)
- Antonio Geraldo (Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina)
- Elias Lacerda (Presidente da Comissão de Prevenção de Automutilação, Bullying e Suicídio da Riex/DF)
- Kennedy Nunes (Presidente da UNALE)
- Damares Alves (Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos)
- Osmar Terra (Ministro da Cidadania)
- Luiz Henrique Mandetta (Ministro da Saúde)
- Bernardinho (Ex-Técnico de vôlei da Seleção Brasileira)

Reunião da Comissão de Seguridade Social e Família e as frentes parlamentares da Medicina e Mista da Saúde com o Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, para discutir a situação epidemiológica do Coronavírus no Brasil e no mundo.

Data da reunião: 05/02/2020



Foto: Michel Jesus - CD

A Comissão de Seguridade Social e Família e as frentes parlamentares da Medicina e Mista da Saúde discutiram a situação epidemiológica do coronavírus no Brasil, no mundo, e ações do SUS.

O Ministro da Saúde, Henrique Mandetta, participou do debate.

Após o Plenário da Câmara aprovar o Projeto de Lei 23/20, que estabelece as medidas a serem adotadas pelas autoridades sanitárias em caso de emergência de saúde pública provocada pelo coronavírus. A matéria foi enviada ao Senado, que deve votar o texto.

A proposta prevê isolamento, quarentena e fechamento de portos, rodovias e aeroportos para entrada e saída do País.

Fonte: Assessoria da CSSF

Convidado:

- Luiz Henrique Mandetta (Ministro da Saúde)

IV. EMENDAS LDO, LOA E PPA

A Comissão de Seguridade Social e Família, na reunião realizada dia 3 de julho de 2019, aprovou, para o PL nº 05/2019-CN (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020), 2 Emendas de Inclusão de Metas e 13 Emendas ao Texto.

Na reunião realizada no dia 23 de outubro de 2019, a Comissão de Seguridade aprovou, para o PL nº 22/2019-CN (Lei Orçamentária Anual para 2020) 4 Emendas de Apropriação. Na mesma reunião, aprovou também, para o PL 21/2019-CN (Plano Plurianual para 2020-2023) 4 Emendas de Texto e 3 Emendas de Programa.



Foto: Cláudio Basílio de Araújo - CD

EMENDAS DA COMISSÃO À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANUAL – LDO 2020:

Emendas de Inclusão de Meta

- **Programa** – 2037 – Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Ação – 219E – Ações de Proteção Social Básica
Acréscimo de meta – 5.595 entes federados
SUGESTÃO DOS DEP. CÉLIO SILVEIRA, CARMEN ZANOTTO, FLÁVIA MORAIS, EDUARDO BARBOSA, PROFESSORA DORINHA E DULCE MIRANDA
- **Programa** – 2015 – Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)
Ação – 2E90 – Incremento temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas
Acréscimo de meta – 100.000 unidades apoiadas
SUGESTÃO DOS DEP. CÉLIO SILVEIRA, CARMEN ZANOTTO, FLÁVIA MORAIS, EDUARDO BARBOSA, PROFESSORA DORINHA E DULCE MIRANDA

Emendas de texto da lei

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência - Corpo da lei - Artigo 36
Texto Proposto: §6º Os recursos derivados de emendas parlamentares que adicionarem valores aos tetos transferidos à Rede do Sistema Único de Saúde - SUS, nos termos do que dispõe o inciso II do §5º, quando se destinarem ao atendimento de consórcios públicos municipais, não ficarão sujeitos a limites fixados para repasses aos municípios sede das respectivas entidades.
SUGESTÃO DO DEP. DR. LEONARDO, COM ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELO DEP. DR. LUIZ ANTÔNIO TEIXEIRA JR
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Corpo da Lei Artigo 36
Texto Proposto: V - no âmbito da programação do Ministério da Saúde, são fixadas como diretrizes para elaboração e execução do orçamento de 2020:
§1º - Atendidas as exigências previstas em ato próprio do Ministério da Saúde, pedidos de habilitação ou credenciamento para custeio obrigatório de unidades do Sistema Único de Saúde que apresentam déficit per capita serão apreciados e aprovados dentro do exercício de 2020, cabendo ao órgão adotar as medidas cabíveis para prover os recursos orçamentários e financeiros necessários.
§2º - Os pedidos de habilitação ou credenciamento para custeio obrigatório definidos através da Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde em conformidade no que estabelece a Portaria de Nº 1.097 DE 22 DE MAIO DE 2006 e a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, serão apreciados e aprovados no final de cada semestre do exercício de 2020.
SUGESTÃO DA DEP. CARMEN ZANOTTO
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Corpo da Lei Artigo 69 Inciso I
Texto Proposto: construção, ampliação e reforma.
SUGESTÃO DO DEP. DIEGO GARCIA
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência – Anexo III Inciso I item 63
Texto Proposto: 64. Atendimento ao Programa Mais Médicos (Lei nº 12.871, e 22/10/2013)
SUGESTÃO DO DEP. JORGE SOLLÁ
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência - Corpo da Lei artigo 69 inciso I alínea b
Texto Proposto: 1. Em entidades privadas que atendam ao disposto no inciso II do caput do art. 65 ou em seu parágrafo único, nas áreas de saúde, assistência social ou educação especial.
SUGESTÃO DO DEP. JORGE SOLLÁ
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 36 Parágrafo 5 Inciso II
Texto Proposto: § 6º Compõem a programação do Ministério da Saúde eventuais recursos decorrentes de medidas judiciais da União para ressarcimento de despesas com o tratamento de usuários de fumo e tabaco.
SUGESTÃO DO DEP. JORGE SOLLÁ
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Corpo da Lei Artigo 69 Inciso I
Texto Proposto: ampliação e reforma.
SUGESTÃO DO DEP. DIEGO GARCIA
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 72

Texto Proposto: A assinatura de convênios e instrumentos congêneres, como também a transferência dos respectivos recursos financeiros independerá da adimplência de municípios de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais.

SUGESTÃO DO DEP. HIRAN GONÇALVES

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 36 Parágrafo 5

Texto Proposto: § 6º Para a execução orçamentária de 2020, é fixada como diretriz no âmbito das ações e serviços públicos de saúde de que trata o § 2º do art. 198 da Constituição a garantia de aplicação equivalente, no mínimo, ao montante apurado na forma do inciso II do art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescido da taxa de crescimento populacional estimada pelo IBGE para 2019.

SUGESTÃO DO DEP. JORGE SOLLA

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 11

Texto Proposto: XXVI – às ações específicas que atendam as normas da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

SUGESTÃO DA DEP. MARINA SANTOS

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Corpo da Lei Artigo 36 Parágrafo 5

Texto Proposto: Art. O Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e a respectiva Lei destinarão recursos para as ações discricionárias do Fundo Nacional de Assistência Social em montante, no mínimo, igual ao empenhado em 2016, corrigido na forma do inciso II do § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

SUGESTÃO DO DEP. EDUARDO BARBOSA

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Corpo da Lei Artigo 69 Inciso I Alínea b

Texto Proposto: ampliação e construção.

SUGESTÃO DO DEP. EDUARDO BARBOSA

- **Tipo de emenda:** Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 137 Inciso IV

Texto Proposto: Trata-se de alteração no inciso IV do art. 137 do PLDO 2020 enviado pelo Poder Executivo, conforme segue: Art. 137. Para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal: IV - os valores e metas constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e no Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 poderão ser utilizados, até a sanção das respectivas Leis, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação, bem como para o atendimento ao disposto no inciso I do caput do art. 57 da Lei no 8.666, de 1993.

SUGESTÃO DA DEP. CARMEN ZANOTTO

EMENDAS DA COMISSÃO À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2020:

Emendas de Apropriação

- **Programa:** 5031 – proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Ação: 219E – Ações de Proteção Social Básica

Funcional Programática: 08.244.5031.219E.0001

Valor: 1.045.000.000

SUGESTÃO DA DEP. JANDIRA FEGHALI

- **Programa:** 5031 – proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Ação: 219F – Ações de Proteção Social Especial
Funcional Programática: 08.244.5031.219F.0001
Valor: 1.000.000.000
SUGESTÃO DE EMENDA DA DEP. ROSÂNGELA GOMES
- **Programa:** 5023 – Vigilância em Saúde
Ação: 9999 – Ação Atípica
Funcional Programática: 10.305.5023.9999
Valor: 300.000.000
SUGESTÃO DA DEP. CARMEN ZANOTTO
- **Programa:** 5018 – Atenção Especializada à Saúde
Ação: 2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas
Funcional Programática: 10.302.5018.2E90
Valor: 1.500.000.000
SUGESTÃO DA DEP. CARMEN ZANOTTO

EMENDAS DA COMISSÃO AO PLANO PLURIANUAL – PPA 2020-2023:

Emendas de Texto da Lei

- **Tipo de emenda:** substitutiva
Referência: Corpo da Lei, Cap I, Art. 3, Inciso VI
Texto Proposto: VI – ampliação da cobertura e da resolutividade da atenção básica, com prioridade a atividades preventivas, e o fortalecimento de sua integração com os demais serviços de saúde.
SUGESTÃO DO DEP. LUCIANO DUCCI
- **Tipo de emenda:** substitutiva
Referência: Corpo da Lei, Cap I, Art. 3, Inciso VI
Texto Proposto: VI – Ampliação da cobertura e da resolutividade da atenção primária à saúde e fortalecimento da integração entre os serviços de saúde.
SUGESTÃO DA DEP. CARMEN ZANOTTO
- **Programa:** 5018 - Atenção Especializada à Saúde
Ementa: Alteração do Objetivo do Programa 5018 – Atenção Especializada
Texto Proposto: Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vistas à ampliação e à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.
SUGESTÃO DA DEP. CARMEN ZANOTTO
- **Programa:** 5023 – Vigilância em Saúde
Ementa: Alteração da Meta do Programa 5023 – Vigilância em Saúde
Texto Proposto: Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle
SUGESTÃO DA DEP. CARMEN ZANOTTO

Emendas de Programa

- **Tipo de emenda:** gestão e manutenção
Programa: Implantação e Implementação de políticas de atenção integral à saúde da mulher, crianças, adolescentes e idosos vítimas de violência doméstica.
Órgão Proposto: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Valor Proposto: 800.000.000
SUGESTÃO DA DEP. REJANE DIAS

- **Tipo de emenda:** finalístico
Programa: 5031 – proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Órgão Proposto: Ministério da Cidadania
Valor Proposto: 1.000.000.000
SUGESTÃO DA DEP. REJANE DIAS
- **Tipo de emenda:** gestão e manutenção
Programa: aquisição de alimentos da agricultura familiar
Órgão Proposto: Ministério da Cidadania
Valor Proposto: 1.000.000.000
SUGESTÃO DA DEP. REJANE DIAS

VI. SUBCOMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados no seu artigo 29 prevê que as Comissões Permanentes poderão constituir, sem poder decisório, três Subcomissões Permanentes e três Subcomissões Especiais, estas para o desempenho de atividades específicas, aquelas para o trato de parte das matérias do respectivo campo temático ou área de atuação da Comissão.

No âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família existem três Subcomissões Permanentes criadas em 2015, sendo elas:

- SubComissão Permanente de Saúde;
- SubComissão Permanente de Assistência Social; e
- SubComissão Permanente de Previdência Social.

No ano de 2019, essas três Subcomissões Permanentes foram instaladas, além de três Subcomissões Especiais: (I) Doenças Raras, (II) Seguridade da Mulher e (III) Adoção, Pedofilia e Família. Também foram criados quatro Grupos de Trabalho para debater: (I) a Tabela do SUS; (II) a violência contra brasileiras no exterior; (III) a imunização e cobertura vacinal no País; e (IV) a Portaria 233/STN. A composição e as atividades realizadas pelas subcomissões e pelos grupos encontram-se relacionados neste relatório.

SubComissão Permanente de SAÚDE



Vinicius Loures - CD

Presidente: Deputada CARMEN ZANOTTO - Cidadania/SC

Relator-Geral: Dep. Luiz Antônio de Souza Teixeira Jr. - PP/RJ

Relatores Parciais:

- Gestão, Recursos e Planejamento

Relatora: Dep. Adriana Ventura - NOVO/SP

- Prevenção e Promoção da Saúde

Relatora: Dep. Leandre - PV/PR

Relator Substituto: Dep. Enéias Reis - PSL/MG

- Atenção Básica

Relatora: Dep. Dra. Soraya Manato - PSL/ES

Relator Substituto: Dep. Pompeo de Mattos - PDT/RS

- Assistência de Média e Alta Complexidade - MAC

Relatora: Dep. Tereza Nelma - PSDB/AL

Relator Substituto: Dep. Dr. Zacharias Calil - DEM/GO

- Assistência Farmacêutica

Relator: Dep. Dr. Frederico de Castro – PATRI/MG

Relator Substituto: Dep. Pastor Gildenemyr - PMN/MA

Membros:

TITULARES	GAB	SUPLENTE	GAB
Carmen Zanotto – PPS/SC	418	Sérgio Vidigal - PDT/ES	812
Tereza Nelma - PSDB/AL	322	Dr. Luiz Antônio Teixeira Junior - PP/RJ	577
Eduardo Braide - PMN/MA	578	Dra. Soraya Manato - PSL/ES	313
Adriana Ventura - NOVO/SP	802	André Janones - AVANTE/MG	580
Dr. Luiz Ovando - PSL/MG	644	Pastor Gildenemyr - PMN/MA	660
Célio Silveira – PSDB/GO	511	Pompeo de Mattos- PDT/RS	704
Olival Marques – DEM/PA	382	Celina Leão - PP/DF	260
Enéias Reis – PSL/MG	824	Policia Katia Sastre – PR/SP	428
Dr. Frederico - PATRI/MG	568	Ricardo Barros – PP/PR	412
Milton Vieira - PRB/SP	344	Afonso Hamm – PP/RS	604

Leandre - PV/PR	454	Dr. Zacharias Calil - DEM/GO	616
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	438	Luciano Ducci	427

Atividades realizadas

1ª - Reunião Deliberativa - 07.05.2019

Resultado:

(I)-Designação do Dep. Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr. (PP-RJ) como relator-geral da Subcomissão; e designação dos relatores parciais dos seguintes eixos temáticos, sendo eles:

Eixo da Gestão, Recursos e Planejamento – relatora parcial Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP);

Eixo da Atenção Básica – relatora parcial Deputada Dra. Soraya Manato (PSL/ES);

Eixo da Assistência de Média e Alta Complexidade/MAC: relatora parcial Deputada Tereza Nelma (PSDB/AL); e o Deputado Dr. Zacharias Kalil (DEM/GO) como relator parcial substituto.

(II) Aprovação da criação de novo eixo temático da Subcomissão, o eixo da Assistência Farmacêutica. Restaram pendentes de designação de relatores parciais do eixo temático da Prevenção e Promoção da Saúde e o eixo da Assistência Farmacêutica.

(III) Aprovação do Plano de Trabalho da Subcomissão, com alterações propostas pelos membros da Subcomissão.

2ª - Reunião Deliberativa – 14.05.2019

Resultado:

(I) Aprovação de Requerimento de autoria da Deputada Carmem Zanotto para realização de reunião com Sr. Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde, e os Secretários do Ministério da Saúde para debater sobre as propostas constantes das prioridades da pasta em consonância com os eixos temáticos do Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente da Saúde; e

(II) Designação de relator parcial do eixo temático da Assistência Farmacêutica, Deputado Frederico (Patri/MG) e como relator parcial substituto Deputado Pastor Gildenemyr (PMN/MA); e designação de relator parcial substituto para o eixo temático de Gestão, Recursos e Planejamento, Deputado Alexandre Padilha (PT/SP), este que, a partir de julho de 2019, deixou de integrar a Subcomissão;

3ª - Reunião Deliberativa – 21.05.2019

Resultado:

(I) Aprovação de Requerimento da Dep. Carmen Zanotto que sugere ao Ministério da Saúde a prorrogação dos contratos dos médicos intercambistas e dos médicos brasileiros do programa Mais Médicos que estão prestes a terminar.

(II) Designação do Deputado Pompeo de Mattos como relator parcial substituto do eixo temático da Atenção Básica;

(III) Apresentação dos consultores da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados que irão assessorar os relatores da Subcomissão de acordo com cada eixo temático.

4ª - Reunião Deliberativa – 18.06.2019

Resultados:

(I) Aprovação do Requerimento nº 1/2019 da Dep. Tereza Nelma para a realização de audiência pública conjunta, no âmbito desta Comissão, com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para debater a concessão de órteses e próteses e meios de locomoção das pessoas com deficiência, no âmbito da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência; e

(II) Aprovação do Requerimento nº 2/2019 da Dep. Adriana Ventura e Dep. Carmen Zanotto para a realização de audiência pública para debater sobre a Portaria nº 233, de 15 de abril de 2019, da STN do Ministério da Economia, que "estabelece regra transitória em razão da necessidade de definição de rotinas e contas contábeis, bem como classificações orçamentárias para operacionalização do

item 04.01.02.01 (3) da 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 389, de 14 de junho de 2018.

(III) Aprovação de calendário e nova formatação das reuniões de trabalho da Subcomissão com o Ministério da Saúde, em atendimento ao Requerimento 148/2019, da Subcomissão Permanente da Saúde. Decidiu-se que as reuniões de trabalho seriam realizadas na Câmara dos Deputados com os Secretários do Ministério da Saúde e os relatores dos eixos temáticos da Subcomissão.

5ª - Evento – 26.06.2019 –

Resultado:

Realizado café da manhã da Subcomissão Permanente da Saúde com a Frente Parlamentar Mista da Saúde

6ª - Reunião de Trabalho da Subcomissão Permanente da Saúde com Ministério da Saúde – em 04.07.2019

Resultado:

Tema: Debateu as prioridades do Ministério da Saúde relativas aos eixos temáticos definidos no Plano de Trabalho da Subcomissão da Saúde.

Eixo Temático: Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

Relatora: Dep. Tereza Nelma (PSDB/AL)

Relator Substituto: Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM/GO)

Participaram da reunião:

- Marcelo Oliveira, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde;
- Neide Glória Garrido, do Departamento de Regulação Avaliação e Controle do Ministério da Saúde.

Eixo Temático: Atenção Básica

Relatora: Dep. Dra. Soraya Manato (PSL/ES)

Relator Substituto: Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)

Participaram da reunião:

- Erno Harzheim, Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde;
- Caroline Martins José dos Santos, Diretora de Programa da Secretaria de Atenção Primária de Saúde a Família, do Ministério da Saúde.

7ª - Reunião Deliberativa – 07.08.2019

Resultado:

(I) Aprovação do Requerimento nº 3/2019 da Dep. Adriana Ventura para realização de Reunião de Audiência Pública para discutir o financiamento da saúde pelos entes federados;

(II) Aprovação do Requerimento nº 4/2019 da Dep. Adriana Ventura para realização de Reunião de Audiência Pública para discutir a revisão de instrumentos de gestão do SUS;

(III) Aprovação do Requerimento nº 5/2019 da Dep. Adriana Ventura para realização de Reunião de Audiência Pública para discutir a regionalização, consórcios públicos de saúde, hierarquização de procedimentos e a informatização da atenção no SUS;

(IV) Aprovação do Requerimento nº 6/2019 da Dep. Adriana Ventura para realização de Reunião de Audiência Pública para discutir a avaliação de instrumentos de planejamento federais na saúde e a criação de plano decenal da saúde;

(V) Aprovação do Requerimento nº 7/2019 do Dep. Dr. Frederico para realização de Reunião de Audiência Pública para discutir a situação da Assistência Farmacêutica no País.

8ª - Reunião de trabalho da Subcomissão Permanente da Saúde com Ministério da Saúde – em 08.08.2019

Resultado:

Tema: Debateu as prioridades do Ministério da Saúde relativas aos eixos temáticos definidos no Plano de Trabalho da Subcomissão da Saúde.

Eixo Temático da Assistência Farmacêutica

Relator: Dep. Dr. Frederico de Castro (PATRI_MG),

Relator Substituto: Dep. Pastor Gildenemyr (PMN/MA).

Participou da reunião:

- Sandra de Castro Barros, Diretora do Departamento de Assistência Farmacêutica

Eixo Temático: Gestão, Recursos e Planejamento

Relatora: Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)

Participou da reunião:

- Arionaldo Bomfim Rosendo, SubSecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde

9ª - Reunião de Audiência Pública em 15/08/2019 - Eixo Temático da Gestão, Recurso e Planejamento

Resultado:

Tema: Financiamento da Saúde pelos Entes Federados

Relatora: Dep. Adriana Ventura

Participaram da reunião:

- Fernando Zasso Pigatto, Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- René José Moreira dos Santos, Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);
- Wilames Freire Bezerra, Representante do Conselho Nacional de Secretarias de Saúde (CONASEMS)
- José Agenor Álvares da Silva, Representante da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

10ª - Reunião de Audiência Pública em 22/08/2019 - Eixo Temático da Gestão, Recurso e Planejamento

Resultado:

Tema: Revisão de Instrumentos de Gestão do SUS

Relatora: Dep. Adriana Ventura

Participaram da reunião:

- Josafá dos Santos, Representante do Ministério da Saúde;
- Moysés Longuinho Toniolo de Souza, Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- Leonardo Moura Vilela, Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);
- Nilo Bretas, Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).

11ª - Reunião de Audiência Pública em 29/08/2019 - Eixo Temático da Assistência Farmacêutica

Resultado:

Tema: Situação da Assistência Farmacêutica no País

Relator Dep. Dr. Frederico

Relator Substituto: Dep. Pastor Gildenemyr

Participaram da reunião:

- •Alvimar Botega, Representante do Ministério da Saúde,
- •Gustavo Mendes Lima Santos, Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA;
- •Dr. Francisco Batista Junior, Representante do Conselho Federal de Farmácia.

12ª - Reunião de Audiência Pública conjunta com Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência em 05/09/2019 - Eixo Temático da Assistência de Média e Alta Complexidade

Resultado:

Tema: Concessão de órteses e próteses e meios de locomoção das pessoas com deficiência.

Relatora Dep. Tereza Nelma

Relator Substituto: Dep. Dr. Zacharias Calil

Participaram da reunião:

- •Ângelo Roberto Gonçalves, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde;
- •Marco Antônio Castilho Carneiro, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE;
- •Maria Aparecida Ferreira de Mello, Pós-doutora em Ciências da Reabilitação/Tecnologia Assistiva.

13ª - Reunião de Audiência Pública em 10/09/2019 - Eixo Temático da Gestão, Recurso e Planejamento

Resultado:

Tema: Avaliação de instrumentos de planejamento federais na saúde e a criação de Plano Decenal da saúde

Relatora Dep. Adriana Ventura

Participaram da reunião:

- •Marcos Moreira, Representante do Ministério da Saúde;
- •Dr. André Luiz de Oliveira, Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- •Lourdes Lemos Almeida, Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);
- •Blenda Pereira, Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).

14ª - Reunião de Audiência Pública em 12/09/2019 - Eixo Temático da Gestão, Recurso e Planejamento

Resultado:

Tema: Regionalização consórcios públicos de saúde, hierarquização de procedimentos e informatização da atenção no SUS

Relatora Dep. Adriana Ventura

Participaram da reunião:

- Ana Lucia de Assis Gurguel, Representante do Ministério da Saúde;
- Leandro Manassi Panitz, Representante do Ministério da Saúde;
- Moyses Longuinho Toniolo de Sousa, Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- Renê José Moreira dos Santos, Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);
- Nilo Bretas, Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS);
- Carlos Augusto de Melo Ferraz, Tribunal de Contas de União (TCU).

15ª - Reunião de trabalho da Subcomissão Permanente da Saúde com Ministério da Saúde – em 17/09/2019

Resultado

Tema: Prevenção e Promoção da Saúde

Relatora: Dep. Leandre

Relator Substituto: Dep. Enéias Reis

Participou da reunião:

- Wanderson Kleber de Oliveira, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

16ª - Reunião de Trabalho – 15.10.2019

Resultado:

Apresentação dos Relatórios Parciais dos seguintes eixos temáticos:

- Gestão, Recursos e Planejamento

Relatora: Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)

- Atenção Básica

Relatora: Dep. Dra. Soraya Manato (PSL/ES)

Relator Substituto: Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)

- Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

Relatora: Dep. Tereza Nelma (PSDB/AL)

Relator Substituto: Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM/GO)

- Assistência Farmacêutica

Relator: Dep. Dr. Frederico de Castro (PATRI_MG),

Relator Substituto: Dep. Pastor Gildenemyr (PMN/MA).

- Prevenção e Promoção da Saúde

Relator: Dep. Leandre

Relator Substituto: Dep. Enéias Reis

(relatório entregue após o encerramento da reunião)

17ª - Reunião Deliberativa – 05.11.2019

Resultado:

Apresentação do Relatório Geral da Subcomissão contendo informações de todos os relatórios parciais de todos os eixos temáticos. Concessão de vista conjunta a todos os membros da Subcomissão Permanente de Saúde.

18ª - Reunião Deliberativa – 19.11.2019

Resultado:

Aprovação do Relatório Final nº 2/2019 da Subcomissão Permanente de Saúde, do Sr. Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr, Relator-Geral.

19ª - Evento – Visita Técnica – 26.11.2019

Resultado:

Visita Técnica realizada por membros da Subcomissão Permanente da Saúde ao Conep a fim de acompanhar o andamento das pesquisas clínicas realizadas pela instituição à luz do PL 7982/17 que prevê um novo marco legal para orientar pesquisas clínicas com seres humanos no Brasil.

SubComissão Permanente de Assistência Social



Fonte: Site da Câmara

Presidente: Deputado Eduardo Barbosa – PSDB/MG

Relatora: Deputada Daniela do Waguinho – MDB/RJ

Membros:

TITULARES	GAB	SUPLENTES	GAB
Eduardo Barbosa – PSDB/MG	540	Dra. Soraya Manato – PSL/ES	616
Flávia Moraes PDT/GO	738	Leandre – PV/PR	454
Miguel Lombardi PR/SP	835	Marina Santos - SOLIDARIEDADE/PI	434
Benedita da Silva PT/RJ	330	Marcio Alvino - PR/SP	331
Olival Marques – DEM/PA	382		
Daniela do Waguinho – MDB/RJ	950		
Dulce Miranda – MDB/TO	530		
Pastor Sgto. Isidório – AVANTE/BA	817		

Atividades realizadas

1ª Reunião - 07.05.2019

Resultado: Deliberação do Plano de Trabalho

2ª Reunião - 21.05.2019

Resultado: Discussão dos membros da SubComissão Permanente de Assistência Social

Participaram da reunião:

- Lelo Coimbra (Secretário Especial do Desenvolvimento Social);

- Mariana Neris (Secretária Nacional de Assistência Social);
- Ely Harasawa (Secretária Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano).

3ª Reunião - 26.06.2019

Resultados:

- (I) Discussão com a Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para tratar de assuntos de interesse da SubComissão e do Conselho;
- (II) Apresentação do Plano de Trabalho às conselheiras presentes;
- (III) Comunicação dos eventos, com os respectivos temas, que a SubComissão pretende realizar no segundo semestre de 2019.

4ª Reunião - 11.12.2019

Resultado:

Aprovação do Relatório Final da SubComissão

SubComissão Permanente de Previdência Social



Fonte: Site da Câmara

Presidente: Deputado Juscelino Filho – DEM/MA

Relator: Deputado Eduardo Costa - PTB/PA

Membros:

TITULARES	GAB	SUPLENTE	GAB
Juscelino Filho – DEM/MA	222	Pompeo de Matos - PDT/RS	704
Marília Arraes - PT/PE	654	Rodrigo Coelho - PSB/SC	329
Gil Cutrim – PDT/MA	385	Sérgio Vidigal - PDT/ES	812
Geovânia de Sá - PSDB/SC	606	Miguel Lombardi - PR/SP	835
Eduardo Costa - PTB/PA	286	Policia Katia Sastre - PR/SP	428
Dr. Luiz Ovando – PSL/MS	644	Denis Bezerra - PSB/CE	625
Enéias Reis – PSL/MG	824	Dr. Frederico - Patriota/MG	568
Celina Leão - PP/DF	260		
Alexandre Serfotis - PSD/RJ	554		

Atividades realizadas

Reuniões da SubComissão:

1ª Reunião – 23.04.2019

Resultado:

Designado o Deputado Eduardo Costa (PTB/PA) como relator da SubComissão.

2ª Reunião - 14.05.2019

Resultados:

- (I) Aprovação do Requerimento nº 1/2019 do Sr. Eduardo Costa para a realização de Reunião de Audiência Pública para debater a Previdência Social dos Estados e Municípios no Brasil;
- (II) Aprovação do Requerimento nº 2/2019 do Sr. Eduardo Costa para realização de Reunião de Audiência Pública para debater o Déficit da Previdência Social no Brasil;
- (III) Aprovação do Requerimento nº 3/2019 do Sr. Eduardo Costa para realização de Reunião de Audiência Pública para debater sobre a Transparência dos Dados de Arrecadação das Contribuições e das Despesas - Semelhanças e Diferenças entre os Regimes - Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no Brasil;
- (IV) Aprovação do Requerimento nº 4/2019 do Sr. Juscelino Filho para discutir a reforma previdenciária, com o envolvimento das entidades federativas descentralizadas;
- (V) Aprovação do Requerimento nº 5/2019 do Sr. Eduardo Costa para discutir a reforma previdenciária, com o envolvimento das entidades federativas descentralizadas.

3ª Reunião - 10.06.2019

Seminário na Assembleia Legislativa do Maranhão para discutir a reforma previdenciária, com o envolvimento das entidades federativas descentralizadas.

4ª Reunião - 18.12.2019

Resultado:

Aprovação do Relatório final 2019 da SubComissão Permanente de Previdência Social.

Subcomissão Especial de Doenças Raras



Fonte: Site da Câmara

Presidente: Deputado SERGIO VIDIGAL – PDT/ES

Relator: Deputado Diego Garcia - PODE/PR

Relator parcial: Deputado Dr. Zacharias Calil

Membros:

TITULARES	GAB	SUPLENTES	GAB
Sérgio Vidigal – PDT/ES	812	Enéias Reis – PSL/MG	824
Célio Silveira – PSDB/GO	511	Dr. Frederico – PATRIOTA/MG	568
Celina Leão - PP/DF	260	Dr. Zacharias Calil - DEM/GO	616
Alexandre Padilha - PT/SP	956	Dra. Soraya Manato - PSL/GO	313
Diego Garcia - PODE/PR	910	Lauriete - PR/ES	223
Darcísio Perondi - MDB/RS	927	Mauro Nazif - PSB/RO	818
Policial Katia Sastre – PR/SP	428	Tereza Nelma - PSDB/AL	322
Otoni de Paula – PSC/RJ	484		

Atividades realizadas

1ª Reunião - 08.05.2019

Resultados:

- (I) Escolha do Relator – Dep. Diego Garcia;
- (II) Aprovação do Plano de Trabalho da SubComissão;
- (III) Aprovação de audiências públicas nas regiões do Brasil;
- (IV) Aprovação de audiência pública no Estado do Espírito Santo.

2ª Reunião - 11.06.2019

Resultados:

- (I) Aprovação da Ata da reunião anterior;
- (II) Designação de relator parcial – Dep. Dr. Zacharias Calil;
- (III) Definição de calendários para realização de audiências públicas;
- (IV) Distribuição de Nota Técnica do Consultor da SUBRARAS aos Deputados.

3ª Reunião - 18.06.2019

Resultado:

Aprovação do Requerimento nº 1/2019 - do Sr. Sergio Vidigal - que "requer a realização de audiência pública no âmbito da SubComissão Especial de Doenças Raras para debater a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras".

4ª Reunião - 25.09.2019

Resultados:

- (I) Aprovação do Requerimento nº 2/2019 - do Sr. Diego Garcia - que "requer informações sobre a assistência a pessoas atendidas pela Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, do Sistema Único de Saúde".
- (II) Aprovação Requerimento nº 3/2019 - do Sr. Diego Garcia - que "requer informações sobre as doenças respiratórias "Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica" e "Bronquiectasia", segundo o Sistema Único de Saúde".

5ª Reunião - 05.11.2019

Resultado:

Apresentação de dados sobre doenças raras ao Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do MS, Denizar Vianna Araujo.

6ª Reunião - 12.11.2019

Resultado:

Reunião Técnica de Trabalho com o Coordenador Geral de Sangue e Hemoderivados do MS, Dr. Rodolfo Duarte Firmino.

7ª Reunião - 27.11.2019

Resultado:

- (I) Aprovação do Relatório nº 1/2019 - do Sr. Diego Garcia - "relatório Final 2019 da SubComissão Especial de Doenças Raras da Comissão de Seguridade Social e Família"

SubComissão Especial de Seguridade da Mulher



Fonte: Site da Câmara

Presidente: Deputada Fernanda Melchionna – PSOL/RS

Relator: Deputada Marília Arraes – PT/PE

Membros:

TITULARES	GAB	SUPLENTES	GAB
Fernanda Melchionna – PSOL/RS	621	Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	438
Marília Arraes PT/PE	654	Ossesio Silva - REPUBLICANOS/PE	328
Benedita da Silva PT/RJ	330		
Jandira Feghali PCdoB/RJ	622		
Jorge Solla – PT/BA	571		
Alexandre Padilha - PT/SP	956		
Alexandre Serfiotis - PSD/RJ	554		

Atividades realizadas

1ª Reunião - 17.04.2019

Resultados:

- (I) Escolha da Relatora – Dep. Marília Arraes;
- (II) Aprovação do Plano de Trabalho da SubComissão;
- (III) Aprovação de requerimento para realização de audiências públicas no âmbito da Câmara dos Deputados e de eventos nos Estados e no Distrito Federal;
- (IV) Aprovação de oitiva de entidades ligadas à temática da SubComissão para a próxima reunião.

2ª Reunião - 24.04.2019

Resultados:

- (I) Apreciação de sugestões de alteração no Plano de Trabalho;
- (II) Deliberação de propostas para realização de Audiências Públicas e de outros eventos.

3ª Reunião - 03.07.2019

Resultado:

Apresentação do relatório das atividades da SubComissão Especial da Seguridade da Mulher.

4ª Reunião - 26.11.2019

Resultado:

Aprovação do Relatório nº 3/2019 - da Sra. Marília Arraes "relatório da SubComissão Especial de Seguridade da Mulher na Comissão de Seguridade Social e Família".

Subcomissão Especial de Adoção, Pedofilia e Família



Cláudio Andrade - CD

Presidente: Deputado Alexandre Serfotis PSD/RJ

Relator Geral: Diego Garcia– PODE/PR

Relatora Setorial (adoção): Flordelis – PSD/RJ

Relatora Setorial (combate à pedofilia): Paula Belmonte – CIDADANIA/DF

Relatora Setorial (família/suicídio): Liziane Bayer – PSB/RS

Membros:

TITULARES	GAB	SUPLENTES	GAB
Paula Belmonte – CIDADANIA/DF	440	Otoni de Paula - PSC/RJ	484
Alexandre Padilha PT/SP	956	Dr. Jaziel - PR/CE	705
Liziane Bayer PSB/RS	538	Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	438
Diego Garcia PODE/PR	910	Ossesio Silva - REPUBLICANOS/PE	328
Policial Katia Sastre – PR/SP	428	Sóstenes Cavalcante - DEM/RJ	560
Pastor Gildenemyr PMN/MA	660	Alan Rick - DEM/AC	650

Dr. Leonardo SD/MT	445	Enéias Reis - PSL/MG	824
Flordelis – PSD/RJ	612		

Atividades realizadas

1ª Reunião - 23.04.2019

Resultados:

(I) Definição dos Relatores Setoriais e Relator Geral;

(II) Definição do cronograma de trabalho.

2ª Reunião - 27.08.2019

Resultados:

(I) Atualização do calendário dos trabalhos;

(II) Apreciação da Ata da 1ª Reunião Deliberativa;

(III) Encaminhamentos do PL nº 10.027/2018.

3ª Reunião - 03.10.2019

Resultado:

Apresentação de resultados preliminares.

4ª Reunião - 10.12.2019

Resultado:

Discussão e votação do relatório final da Subcomissão

Grupo de Trabalho da Tabela do SUS



Fonte: Site da Câmara

A proposta de criação do “Grupo de Trabalho Destinado a Discutir a Tabela SUS” (GT Tabela SUS) foi apresentada pelo Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., por meio do Requerimento nº 16, de 2019, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família. O Requerimento foi aprovado nesta Comissão no dia 27 de março de 2019, momento no qual foram definidos o coordenador e a relatora.

Coordenador: Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. PP/RJ

Membros:

Nr. Ord.	Deputado(a)	Gabinete
1	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. PP/RJ	577
2	Sílvia Cristina - PDT/RO	524
3	Marco Bertaiolli - PSD/SP	401
4	Enéias Reis - PSL/MG	824
5	Afonso Hamm - PP/RS	604
6	Eduardo Braide - PMN/MA	578
7	Miguel Lombardi - PR/SP	835
8	Adriana Ventura - NOVO/SP	802
9	Jorge Solla - PT/BA	571
10	Eduardo Costa - PTB/PA	286
11	Célio Silveira – PSDB/GO	511

12	Flávia Moraes - PDT/GO	738
13	Celina Leão – PP/DF	260
14	Dr. Frederico - PATRI/MG	568
15	Juscelino Filho - DEM/MA	222
16	Alexandre Padilha - PT/SP	956
17	Dra. Soraya Manato - PSL/ES	313
18	Pinheirinho - PP/MG	584
19	Pedro Westphalen - PP/RS	526
20	Hiran Gonçalves - PP/RR	478
21	Dr. Zacharias Calil - DEM/GO	616
22	Tereza Nelma – PSDB/AL	322
23	Santini - PTB/RS	228
24	Dr. Jaziel - PR/CE	705

Atividades realizadas

1ª Reunião - 09.04.2019

Resultado:

Discussões gerais sobre o funcionamento do Grupo de Trabalho.

2ª Reunião - 23.04.2019

Resultado:

Apresentação do cronograma de trabalho e discussão com membros do Grupo de Trabalho.

3ª Reunião - 07.05.2019

Resultado:

Discussão sobre o financiamento via Tabela SUS, com a participação de membros do GT e de representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).

Eventos do Grupo de Trabalho:

Audiência Pública de 23 de Abril de 2019

Resultado:

Discussão sobre o financiamento da tabela SUS com representantes do CONASS, CONASEMS, Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT, Conselho Federal de Medicina, Confederação Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Audiência Pública de 28 de Maio de 2019

Resultado:

Discussão sobre o financiamento da tabela SUS com representantes da Federação Brasileira dos Hospitais, da Associação Nacional dos Hospitais Privados, da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, dos Hospitais e Entidades Filantrópicas e da Confederação Nacional De Saúde.

Audiência Pública de 11 de Junho de 2019

Resultado:

Discussão sobre o financiamento da tabela SUS com vários representantes das entidades médicas, dentre elas, a Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica e a Federação Nacional dos Médicos;

Audiência Pública de 25 de Junho de 2019

Resultado:

Discussão sobre o financiamento da tabela SUS com representantes da Defensoria Pública da União e do Rio de Janeiro.

Audiência Pública de 13 de Agosto de 2019

Resultado:

Discussão sobre o financiamento da tabela SUS com representantes da área médica como o Diretor do Hospital do Câncer de Barretos e o Presidente da Federação dos Hospitais do Rio Grande do Sul, que apresentaram as dificuldades por eles vivenciadas na utilização da tabela SUS.

Grupo de Trabalho da Violência contra Brasileiras no Exterior



Fonte: Site da Câmara

Coordenadora: Deputada Leandre – PV/PR

Membros:

Nr. Ord.	Deputado(a)	Gabinete
1	Leandre – PV/PR	454
2	Geovânia de Sá – PSDB/SC	606
3	Dr. Zacarias Calil - DEM/GO	616
4	Dulce Miranda - MDB/TO	530
5	Flávia Arruda - PR/DF	646
6	Sílvia Cristina - PDT/RO	524

O Grupo de Trabalho realizou eventos conjuntos com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e com a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Grupo de Trabalho da Imunização e Cobertura Vacinal no País



Fonte: Site da Câmara

Coordenador: Deputado Pedro Westphalen – PP/RS

O Grupo de Trabalho destinado a discutir a imunização e cobertura vacinal no País foi constituído com base no Requerimento 232, de 2019, aprovado em 10 de julho do corrente ano no Plenário da Comissão de Seguridade Social e Família.

Atividades realizadas

1ª Reunião – 27.08.2019

Resultado:

Tema: Calendário nacional de imunização e cobertura vacinal no País.

2ª Reunião – 26.09.2019

Tema: Aquisições e abastecimento de vacinas

3ª Reunião – 10.10.2018

Tema: PDP's – Perspectivas a curto, médio e longo prazo.

Grupo de Trabalho da Portaria 233/STN

Coordenador: Deputado Eduardo Barbosa – PSDB/MG

Relator: Deputado Jorge Solla – PT/BA

Membros:

DEPUTADO(A)
Adriana Ventura - NOVO/SP
Carmen Zanotto – CIDADANIA/SC
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. PP/RJ
Eduardo Barbosa – PSDB/MG
Jorge Solla – PT/BA
Pastor Sargento Isidório – AVANTE/BA

Atividades realizadas

O Grupo de Trabalho realizou reunião interna no dia 11/09/2019, na Sala de Reuniões da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), e concluiu pela não solicitação de revisão do despacho do PDC 219/2019 para apreciação pela CSSF. Optou pelo acompanhamento da tramitação do PDC na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Na CFT, o PDC 219/2019 foi votado em 10/12/2019 com parecer pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária. A matéria encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

VII. COMISSÃO EM NÚMEROS

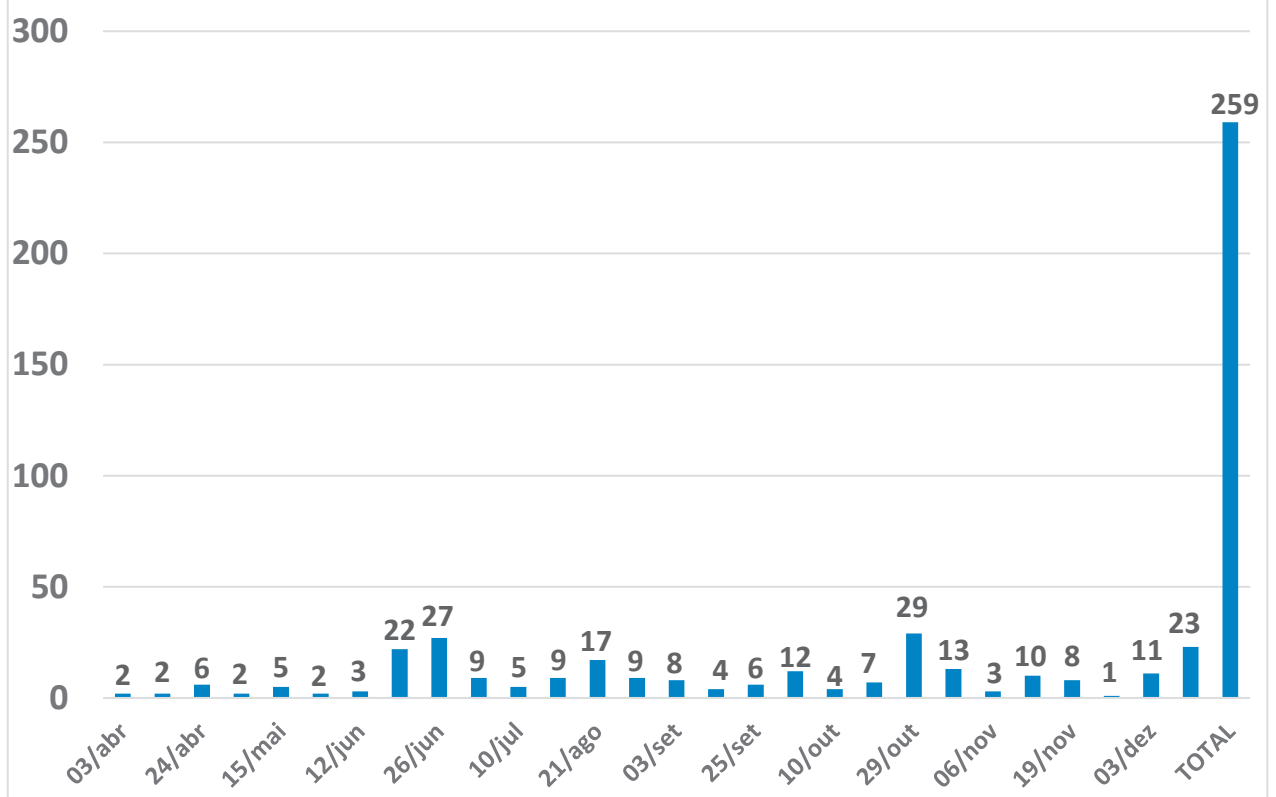
A Comissão de Seguridade Social e Família, no ano de 2019, sob a presidência do Deputado Antônio Brito (PSD/BA), apreciou 259 projetos, tendo aprovado 237 e rejeitado 22, considerando os apensados; aprovou ainda 332 requerimentos, que, em sua maioria, propunham a realização de audiências públicas, seminários, fóruns, debates, visitas técnicas, criação de Grupos de Trabalho, além de moções de apoio e Indicação a outros órgãos.

O Colegiado da Comissão teve a oportunidade, nessa seção legislativa, de discutir e aprovar matérias de interesse relevante da sociedade, que se encontram relacionadas em itens específicos a seguir.

Data	Aprovados	Rejeitados	Apensados	Total PLs Apreciados	Total Requerimentos Aprovados	Rejeitados	Prejudicados	Total
20/mar	0	0	0	0	0	0	0	0
27/mar	0	0	0	0	49	0	7	56
03/abr	2	0	0	2	17	0	0	17
10/abr	2	0	0	2	8	0	0	8
16/abr	0	0	0	0	4	0	0	4
24/abr	1	1	4	6	16	0	1	17
08/mai	1	0	1	2	10	0	0	10
15/mai	2	0	3	5	29	1	0	30
22/mai	2	0	0	2	9	0	0	9
29/mai	0	0	0	0	0	0	0	0
05/jun	0	0	0	0	0	0	0	0
12/jun	3	0	0	3	31	0	0	31
18/jun	9	1	12	22	9	1	1	11
26/jun	7	1	19	27	11	0	0	11
03/jul	6	0	3	9	11	0	0	11
10/jul	3	0	2	5	5	0	0	5
14/ago	4	0	5	9	23	0	0	23
21/ago	3	0	14	17	10	0	0	10
28/ago	7	0	2	9	8	0	0	8
03/set	3	2	3	8	0	0	0	0
04/set	3	1	0	4	5	0	0	5
11/set	0	0	0	0	0	0	0	0
18/set	0	0	0	0	10	0	0	10
25/set	5	0	1	6	10	0	0	10
02/out	5	1	6	12	7	0	0	7
10/out	2	0	2	4	9	0	0	9
16/out	0	0	0	0	9	0	0	9
23/out	5	0	2	7	7	0	1	8
29/out	11	0	18	29	0	0	0	0
30/out	5	1	7	13	3	0	0	3
06/nov	3	0	0	3	8	0	0	8
12/nov	5	3	2	10	0	0	0	0

19/nov	6	0	2	8	0	0	0	0
20/nov	1	0	0	1	14	0	0	14
03/dez	5	1	5	11	0	0	0	0
04/dez	0	0	0	0	0	0	0	0
11/dez	0	0	0	0	0	0	0	0
18/dez	11	2	10	23	0	0	0	0
	Aprovados	Rejeitados	Apensados	Total PLs Apreciados	Total Requerimentos Aprovados	Rejeitados	Prejudicados	Total
Total	122	14	123	259	332	2	10	330

PROJETOS APRECIADOS - 2019



PROJETOS APRECIADOS

PROJETO	AUTOR	EMENTA	PARECER	RESULTADO	DATA
PDC 846/2017 Principal	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.	Insitui o "Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde". (EMENDA/SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL)	Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação.	Aprovado	03/04/2019
PL 1816/1999 Principal	Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE)	Insitui o "Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde". (EMENDA/SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL)	Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal.	Aprovado	03/04/2019
PL 1162/2007 Principal	Mário Heringer (PDT-MG)	Disciplina a prevenção de acidentes em piscinas, e dá outras providências. (EMENDA/SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL) EXPLICAÇÃO: Estabelece normas para prevenção de acidentes por mergulho. Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para determinar a inclusão no currículo da educação básica a difusão de valores à segurança pessoal e coletiva.	Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela: - aprovação da ementa do substitutivo do Senado Federal, ao PL nº 1.162, de 2007; -aprovação dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do substitutivo do Senado Federal, ao PL nº 1.162, de 2007; -aprovação do caput do artigo 8º do substitutivo do Senado, ao PL nº 1.162, de 2007, rejeição dos incisos I, II e III, do mesmo artigo, restabelecendo-se, em consequência, em seu lugar, os incisos I, II, do artigo 11, do Substitutivo da Câmara dos Deputados, ao PL nº 1.162, de 2007; -aprovação dos incisos IV e V do artigo 8º do substitutivo do Senado Federal, ao PL nº 1.162, de 2007, que passa a figurar como incisos III e IV do mesmo artigo; -aprovação do § 1º do artigo 8º do Substitutivo do Senado, ao PL nº 1.162, de 2007; -rejeição do § 2º do artigo 8º do Substitutivo do Senado, ao PL nº 1.162, de 2007, restabelecendo-se, em consequência, em seu lugar, o §2º do artigo 13 do Substitutivo da Câmara dos Deputados, ao PL nº 1.162, de 2007; -aprovação dos artigos 9º, 10 e 11 do substitutivo do Senado Federal, ao PL nº 1.162, de 2007.	Aprovado	10/04/2019

PL 6527/2016 Principal	Helder Salomão (PT-ES)	Institui a Política Nacional de Combate à Dopagem Esportiva.	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação, com emendas.	Aprovado	10/04/2019
PL 6707/2009 Principal	Senado Federal - Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	Concede anistia das contribuições devidas e não recolhidas à Seguridade Social, a cargo do empregador doméstico. EXPLICAÇÃO: Altera a Lei nº 8.213, de 1991.	Parecer do Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela rejeição do PL 6707/2009, e pela aprovação do PL 8681/2017, apensado.	Rejeitado	24/04/2019
PL 8681/2017 Apensado	André Figueiredo (PDT-CE)	Institui o Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos e dá outras providências.		Aprovado	24/04/2019
PL 1907/2011 Principal	Andre Moura (PSC-SE)	Assegura o fornecimento de óculos de grau às famílias carentes, cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a um salário mínimo mensal.	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação deste, do PL 2997/2011, do PL 3257/2015, e do PL 4026/2015, apensados, com substitutivo.	Aprovado	24/04/2019
PL 2997/2011 Apensado	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)	Dispõe sobre a doação de óculos e aparelhos auditivos aos alunos carentes matriculados na rede pública.		Aprovado	24/04/2019
PL 3257/2015 Apensado	Aureo (SD-RJ)	Torna obrigatório o fornecimento de óculos ao portador de deficiência visual carente, pelo Sistema Único de Saúde - SUS.		Aprovado	24/04/2019
PL 4026/2015 Apensado	Marcelo Belinati (PP-PR)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, para garantir direitos das crianças e adolescentes portadores de deficiência auditiva, o recebimento de aparelhos auditivos.		Aprovado	24/04/2019
PL 10282/2018 Principal	Senado Federal - Waldemir Moka (PMDB-MS)	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre o símbolo a ser utilizado para referência a direito do idoso.	Parecer do Relator, Dep. Eduardo Braide (PMN-MA), pela aprovação do PL 10282/2018, e pela rejeição do PL 6191/2013, apensado, e da Emenda 1/2019 da CSSF.	Aprovado	08/05/2019
PL 6191/2013 Apensado	Celso Jacob (PMDB-RJ)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso). EXPLICAÇÃO: Proíbe a divulgação de imagem representativa do idoso portando bengala em locais indicativos de atendimento prioritário.		Rejeitado	08/05/2019

PL 4743/2012 Principal	Senado Federal - Humberto Costa (PT-PE)	Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências", para determinar a obrigatoriedade de disponibilização de unidade de tratamento intensivo móvel (UTI móvel) durante as competições.	Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação deste, do PL 2000/2015, do PL 3083/2008, e do PL 11182/2018, apensados, com substitutivo.	Aprovado	15/05/2019
PL 11182/2018 Apensado	Comissão de Legislação Participativa	Tornar obrigatória à instalação de ambulatório médico móvel ou fixo em shows e competições esportivas e outros eventos públicos, tanto ao ar livre como em ambientes fechados.		Aprovado	15/05/2019
PL 2000/2015 Apensado	Luciano Ducci (PSB-PR)	Torna obrigatória a disponibilização de postos de atendimento médico em locais de realização de vestibulares, concursos públicos ou privados e demais eventos similares.		Aprovado	15/05/2019
PL 3083/2008 Apensado	Takayama (PSC-PR)	Dispõe sobre o pronto atendimento de saúde em eventos públicos e dá outras providências.		Aprovado	15/05/2019
PL 5239/2016 Principal	Senado Federal - Davi Alcolumbre (DEM-AP)	Acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, para tornar obrigatório para os estabelecimentos que especifica alertar sobre os riscos do uso de substâncias anabolizantes sem indicação médica.	Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.	Aprovado	15/05/2019
PL 10096/2018 Principal	Laura Carneiro (DEM-RJ) Carmen Zanotto (PPS-SC)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a produção nacional de insumos farmacêuticos ativos estratégicos para o tratamento de doenças negligenciadas.	Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.	Aprovado	22/05/2019
PL 1812/2019 Principal	Schiavinato (PP-PR)	Institui o Dia Nacional de Prevenção Contra o Uso e o Abuso do Consumo de Bebida Alcoólica, a ser promovido, anualmente, no dia 10 de junho.	Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação.	Aprovado	22/05/2019
PL 3037/2011 Principal	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, sobre a concessão de desconto de cinquenta por cento nas tarifas de passagens aéreas para atletas portadores de deficiência nos deslocamentos destinados à participação em competições nacionais e internacionais.	Parecer do Relator, Dep. Eduardo Braide (PMN-MA), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	12/06/2019
PL 9595/2018 Principal	Renata Abreu (PODE-SP)	Institui o "Abril Marrom" como mês de conscientização e prevenção à cegueira.	Parecer do Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	12/06/2019

PL 10592/2018 Principal	Soraya Santos (PR-RJ)	Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir a Neuromielite Óptica/Espectro da Neuromielite Óptica - NMO/ENMO entre as doenças que permitem a concessão, sem período de carência, de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez; altera o inciso XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de neuromielite óptica e do espectro da neuromielite ótica; e dispõe que a Neuromielite Óptica/Espectro da Neuromielite Óptica - NMO/ENMO seja considerada doença grave, nos termos do inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e do § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Parecer do Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação.	Aprovado	12/06/2019
PL 7082/2017 Principal	Senado Federal - Ana Amélia (PP-RS)	Dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos.	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação do PL 7082/2017 e das Emendas Adotadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com substitutivo.	Aprovado	18/06/2019
PL 5019/2013 Principal	Senado Federal - Jayme Campos (DEM-MT)	Institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA), acrescenta § 3º ao art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação, com duas emendas.	Aprovado	18/06/2019
PL 7216/2014 Principal	Senado Federal - Ana Amélia (PP-RS)	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para atribuir ao auxílio-doença a nomenclatura de auxílio por incapacidade laborativa.	Parecer do Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	18/06/2019

PL 1265/2011 Principal	Alessandro Molon (PT-RJ)	Dá nova redação ao art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente", acrescentando parágrafos para definir quantidade e distribuição dos Conselhos Tutelares.	Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação do PL 1265/2011, do PL 5865/2013, do PL 7452/2014, do PL 10962/2018, e do PL 3844/2015, apensados, com substitutivo e pela rejeição do PL 1552/2011, do PL 5746/2016, do PL 1701/2019, do PL 7294/2017, do PL 7603/2017, do PL 10036/2018, e do PL 10154/2018, apensados.	Aprovado	18/06/2019
PL 10962/2018 Apensado	Flávia Moraes (PDT-GO)	Acrescenta dispositivos na Lei nº 9.069, de 13 de julho de 1990. EXPLICAÇÃO: Estabelece que, na ausência do Conselheiro Tutelar titular por período igual ou superior a trinta dias, será chamado o suplente pela ordem decrescente de votação.		Aprovado	18/06/2019
PL 1552/2011 Apensado	Assis Melo (PCdoB-RS)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. EXPLICAÇÃO: Possibilita a livre recondução dos membros do conselho tutelar.		Aprovado	18/06/2019
PL 5746/2016 Apensado	Marx Beltrão (PMDB-AL)	Dispõe sobre recondução de conselheiro tutelar. EXPLICAÇÃO: Altera a Lei nº 8.069, de 1990.		Aprovado	18/06/2019
PL 10036/2018 Apensado	Dr. Sinval Malheiros (PODE-SP)	Altera o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com redação dada pela Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, para dispor sobre o mandato dos conselheiros tutelares.		Aprovado	18/06/2019
PL 10154/2018 Apensado	Heitor Schuch (PSB-RS)	Altera o Art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para permitir 2 (duas) reconduções ao cargo de Conselheiro Tutelar.		Aprovado	18/06/2019
PL 7294/2017 Apensado	Tenente Lúcio (PSB-MG)	Modifica a redação do art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. EXPLICAÇÃO: Permite a recondução sem limites ao cargo de Conselheiro Tutelar.		Aprovado	18/06/2019
PL 7603/2017 Apensado	Benjamin Maranhão (SD-PB)	Altera o art. 132 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. EXPLICAÇÃO: Trata da recondução no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.		Aprovado	18/06/2019
PL 5865/2013 Apensado	Onofre Santo Agostini (PSD-SC)	Modifica o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". EXPLICAÇÃO: Estabelece que o Conselho Tutelar é órgão integrante da administração pública local composto de até 05 (cinco) membros com mandato de 02 (dois) anos.		Aprovado	18/06/2019

PL 7452/2014 Apensado	Onyx Lorenzoni (DEM-RS)	Altera os arts. 131, 132, 133, 134 e 135; revogando-se o art. 139, §§ 1º, 2º e 3º; da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - para dispor sobre os Conselhos Tutelares e a forma de escolha de seus conselheiros.		Aprovado	18/06/2019
PL 1701/2019 Apensado	José Medeiros (PODE-MT)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar mais rígido o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.		Aprovado	18/06/2019
PL 3844/2015 Apensado	Laura Carneiro (PMDB-RJ) Carmen Zanotto (PPS-SC)	Acresce dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". EXPLICAÇÃO: Trata de capacitação dos membros do Conselho Tutelar.		Aprovado	18/06/2019
PL 9282/2017 Principal	Pedro Uczai (PT-SC)	Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Fissura Labiopalatina.	Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela aprovação.	Aprovado	18/06/2019
PL 9593/2018 Principal	Carmen Zanotto (PPS-SC)	Dispõe sobre restrições à exposição, comercialização e rotulagem da soda cáustica, e dá outras providências.	Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).	Aprovado	18/06/2019
PL 10617/2018 Principal	Padre João (PT-MG)	Cria o Dia Nacional de Conscientização sobre a Hemoglobinúria Paroxística Noturna-HPN e o Dia Nacional de Conscientização sobre Síndrome Hemolítico-Urêmica Atípica - SHUA e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Luciano Ducci (PSB-PR), pela aprovação.	Aprovado	18/06/2019
PL 11045/2018 Principal	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Estabelece a Semana Nacional de Conscientização Sobre as Doenças Negligenciadas.	Parecer do Relator, Dep. Antonio Brito (PSD-BA), pela aprovação deste, e do PL 1775/2019, apensado, com substitutivo.	Aprovado	18/06/2019
PL 1175/2019 Apensado	Lincoln Portela (PR-MG)	Inseri nova causa de aumento de pena no crime de estelionato, consistente na prática criminosa em virtude de calamidade pública. EXPLICAÇÃO: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.		Aprovado	18/06/2019
PL 175/2019 Principal	Igor Timo (PODE-MG)	Modifica a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso, para favorecer a inserção e a participação cultural dos idosos brasileiros.	Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação.	Aprovado	18/06/2019
PL 919/2019 Principal	Juninho do Pneu (DEM-RJ)	Cria postos itinerantes para coletas de sangue.	Parecer do Relator, Dep. Alexandre Padilha (PT-SP), pela rejeição.	Aprovado	18/06/2019

PL 2093/2003 Principal	Júlio Delgado (PPS-MG)	Dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina. (EMENDA/SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL)	Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela rejeição do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei de 2093, de 2003	Aprovado	26/06/2019
PL 6897/2017 Principal	Senado Federal - Dário Berger (PMDB-SC)	Altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para obrigar que maternidades de referência mantenham banco de leite humano.	Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela aprovação.	Aprovado	26/06/2019
PL 10024/2018 Principal	Senado Federal - Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso de dispositivo móvel de segurança para conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência.	Parecer do Relator, Dep. Célio Silveira (PSDB-GO), pela aprovação do PL 10024/2018, do PL 5161/2013, do PL 5222/2016, do PL 588/2019, do PL 903/2019, do PL 1119/2019, do PL 1337/2019, do PL 6895/2013, do PL 1180/2015, do PL 4623/2016, do PL 1382/2019, do PL 1819/2019, do PL 2041/2019, do PL 4972/2013, do PL 1806/2019, e do PL 2802/2019, apensados, com substitutivo.	Aprovado	26/06/2019
PL 5161/2013 Apensado	Ronaldo Caiado (DEM-GO)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, dando nova redação aos arts. 20, caput, e 22, § 3º, com a finalidade de monitorar e assegurar o cumprimento de medidas protetivas de urgência que determinem o afastamento físico entre agressor, vítima e testemunhas nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.		Aprovado	26/06/2019
PL 5222/2016 Apensado	Rômulo Gouveia (PSD-PB)	Dispõe sobre o uso de monitoração eletrônica como medida preventiva de violência doméstica e familiar.		Aprovado	26/06/2019
PL 588/2019 Apensado	Capitão Alberto Neto (PRB-AM)	Modifica a Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para estabelecer o uso de monitoramento eletrônico como meio de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas, bem como para disponibilizar mecanismo com "Botão de Pânico" para as vítimas.		Aprovado	26/06/2019

PL 903/2019 Apensado	Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE)	Altera a Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha) para estabelecer o uso de monitoração eletrônica pelo agressor e uso de rastreador pela vítima dentre as medidas protetivas de urgência.		Aprovado	26/06/2019
PL 1119/2019 Apensado	Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT)	Cria novos mecanismos para coibir a violência contra a mulher.		Aprovado	26/06/2019
PL 1337/2019 Apensado	Rose Modesto (PSDB-MS)	Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, com a finalidade de criar mecanismos para dar maior efetividade ao cumprimento de medidas protetivas de urgência que determinem o afastamento físico entre agressor e vítima nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.		Aprovado	26/06/2019
PL 6895/2013 Apensado	Gonzaga Patriota (PSB-PE)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, criando o art. 11-A, que dispõe sobre o fornecimento do "botão do pânico" para as mulheres em situação de risco, nas condições que especifica.		Aprovado	26/06/2019
PL 1180/2015 Apensado	Tia Eron (PRB-BA)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso do "botão do pânico" como serviço de fiscalização das medidas protetivas de urgência.		Aprovado	26/06/2019
PL 4623/2016 Apensado	Carlos Henrique Gaguim (PMB-TO)	Estabelece o uso de botão de pânico, tornozeleira eletrônica ou outro dispositivo de monitoração eletrônica para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. EXPLICAÇÃO: Altera a Lei nº 11.340, de 2006.		Aprovado	26/06/2019
PL 1382/2019 Apensado	Júnior Bozzella (PSL-SP)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas fabricantes de aparelhos celulares introduzirem aplicativo permanente nos aparelhos celulares que saem de fábrica e nos antigos para acionar a polícia em caso de violência contra a mulher.		Aprovado	26/06/2019
PL 1819/2019 Apensado	Rejane Dias (PT-PI) Margarete Coelho (PP-PI)	Dispõe sobre a implantação, em todo o território nacional, de aplicativo informatizado de fiscalização, em tempo real, das condições em que se encontram as mulheres sob ameaça ou em situação de flagrante violência.		Aprovado	26/06/2019
PL 2041/2019 Apensado	Hugo Leal (PSD-RJ)	Altera a Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para prever como medida protetiva de urgência que obrigam o agressor a utilização de tornozeleira eletrônica e altera a da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984,		Aprovado	26/06/2019

		Lei de Execução Penal, determinando que a utilização dos equipamentos de monitoramento eletrônico seja custeada pelos condenados.			
PL 4972/2013 Apensado	Davi Alcolumbre (DEM-AP)	Modifica a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para estabelecer o uso de monitoramento eletrônico como meio de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor.		Aprovado	26/06/2019
PL 1806/2019 Apensado	Bia Cavassa (PSDB-MS)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer a monitoração eletrônica do agressor como uma medida protetiva de urgência.		Aprovado	26/06/2019
PL 2802/2019 Apensado	Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE)	Obriga que homens que estejam cumprindo medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha façam uso de tornozeleiras eletrônicas e ressarcam ao Estado os gastos com o equipamento.		Aprovado	26/06/2019
PL 9964/2018 Principal	Senado Federal - Zeze Perrella (PMDB-MG)	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para determinar que as bulas de medicamentos definidos em regulamento tenham advertência dirigida a atletas.	Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Ovando (PSL-MS), pela aprovação.	Aprovado	26/06/2019
PL 2263/2011 Principal	Luiza Erundina (PSB-SP)	Dispõe sobre o acesso à população de baixa renda a "kit" contendo escova de dente, creme dental fluoretado e fio dental. EXPLICAÇÃO: Altera a Lei nº 10.925, de 2004.	Parecer da Relatora, Dep. Fernanda Melchionna (PSOL-RS), pela aprovação deste, e do PL 6892/2013, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 8096/2014, apensado.	Aprovado	26/06/2019
PL 6892/2013 Apensado	Takayama (PSC-PR)	Obriga a inclusão na cesta básica de escova, creme dental e fio dental e dá outras providências.		Aprovado	26/06/2019
PL 8096/2014 Apensado	Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS)	Altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para incluir escovas dentais, protetores solares e óculos de sol no rol dos bens de consumo com alíquota do PIS/PASEP e da COFINS reduzida a zero. EXPLICAÇÃO:		Aprovado	26/06/2019
PL 2973/2015 Principal	Rômulo Gouveia (PSD-PB)	Acrescenta inciso ao art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para conferir ao juiz poderes para determinar a matrícula dos dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, em escolas próximas do novo domicílio, em caso de necessidade de afastamento do lar.	Parecer do Relator, Dep. Eduardo Braide (PMN-MA), pela aprovação deste, do PL 3370/2015, e do PL 4620/2016, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação, com substitutivo.	Aprovado	26/06/2019

PL 3370/2015 Apensado	Rosangela Gomes (PRB-RJ)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para conferir ao juiz poderes para determinar a matrícula dos dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar em escolas próximas do novo domicílio, em caso de necessidade de afastamento do lar.		Aprovado	26/06/2019
PL 4620/2016 Apensado	Carlos Henrique Gaguim (PMB-TO)	Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para assegurar aos dependentes em idade escolar de mulher vítima de violência doméstica ou familiar, em caso de mudança de domicílio por ordem judicial, o direito à matrícula em escolas de educação básica mais próximas da nova residência.		Aprovado	26/06/2019
PL 1771/2019 Principal	Professora Dayane Pimentel (PSL-BA)	Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que "Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)."	Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação.	Aprovado	26/06/2019
PL 2239/2019 Principal	Luciano Bivar (PSL-PE)	Institui o Dia Nacional de Cuidados com as Mãos, a ser celebrado anualmente no dia 11 de junho.	Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação, com emenda.	Aprovado	26/06/2019
PL 8038/2014 Principal	Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa.	Dispõe sobre escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes.	Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação do PL 8038/2014, do PL 8287/2014 e do PL 5928/2016, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Esporte, com substitutivo.	Aprovado	03/07/2019
PL 8287/2014 Apensado	Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil e dá outras providências	Altera o art. 29 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, a fim de dispor sobre o trabalho desportivo e sobre a formação desportiva do adolescente. EXPLICAÇÃO: Normas para seleção e formação desportiva de menores entre quatorze e vinte anos.		Aprovado	03/07/2019
PL 5928/2016 Apensado	Luciana Santos (PCdoB-PE)	Altera o art. 29 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, a fim de dispor sobre o trabalho desportivo e sobre a formação desportiva do adolescente.		Aprovado	03/07/2019
PL 2940/2011 Principal	Ronaldo Benedet (PMDB-SC)	Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 - Isenção de IRPF para Deficientes.	Parecer do Relator, Dep. Juscelino Filho (DEM-MA), pela aprovação deste, e do PL 10878/2018, apensado, com substitutivo.	Aprovado	03/07/2019

PL 10878/2018 Apensado	Erika Kokay (PT-DF)	Altera as Leis nº 7.713, de 22 de dezembro de 1989 e nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar, do Imposto de Renda da Pessoa Física - IRPF, parcela dos rendimentos percebidos por pessoas com deficiência acentuada, provenientes de trabalho assalariado, de aposentadoria, de pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma.		Aprovado	03/07/2019
PL 4455/2012 Principal	Giovani Cherini (PDT-RS)	Dispõe sobre o uso da Terapia Assistida por Animais (TAA) nos hospitais públicos, contratados, conveniados e cadastrados no Sistema Único de Saúde - SUS.	Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação.	Aprovado	03/07/2019
PL 6204/2013 Principal	Flávia Moraes (PDT-GO)	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui as normas gerais do desporto, com o objetivo de garantir a presença de profissionais idôneos durante vinte e quatro horas por dia nos alojamentos dos centros de treinamento das categorias de base.	Parecer do Relator, Dep. Sergio Vidigal (PDT-ES), pela aprovação.	Aprovado	03/07/2019
PL 4922/2016 Principal	Vinicius Carvalho (PRB-SP)	Altera a Lei 6.360/76 para obrigar a fabricação de medicamentos sem corantes, como opção para o consumidor.	Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela aprovação.	Aprovado	03/07/2019
PL 1277/2011 Principal	Flávia Moraes (PDT-GO)	Aumenta as alíquotas da Contribuição para o Pis/Pasep e Cofins incidentes sobre operações com brinquedos relacionados a produtos bélicos.	Parecer do Relator, Dep. Sergio Vidigal (PDT-ES), pela aprovação.	Aprovado	03/07/2019
PL 7079/2017 Principal	Angelim (PT-AC)	Projeto de Lei, do Deputado Angelim, que "determina que a Administração Pública Municipal, Estadual e do Distrito Federal ofereçam equipamentos eletrônicos portáteis para registro e transmissão "on-line" de dados recolhidos pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias".	Parecer do Relator, Dep. Gil Cutrim (PDT-MA), pela aprovação deste, do PL 10989/2018, e do PL 849/2019, apensados, com substitutivo.	Aprovado	10/07/2019
PL 10989/2018 Apensado	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Dispõe que a Administração Pública Municipal, Estadual e do Distrito Federal ofereçam equipamentos eletrônicos portáteis como tablets e/ou smartphones para registro e transmissão em tempo real de dados recolhidos pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias.		Aprovado	10/07/2019
PL 849/2019 Apensado	Jesus Sérgio (PDT-AC)	Determina que a Administração Pública Municipal, Estadual e do Distrito Federal ofereçam equipamentos eletrônicos portáteis para registro e transmissão "on-line" de dados recolhidos pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias.		Aprovado	10/07/2019

PL 2759/2011 Principal	Edson Pimenta (PSD-BA)	Altera o Estatuto do Idoso em relação à prioridade na tramitação dos processos judiciais. EXPLICAÇÃO: Altera a Lei nº 10.741, de 2003.	Parecer do Relator, Dep. Sergio Vidigal (PDT-ES), pela aprovação do PL 2759/2011, do PL 5206/2013, e do PL 1829/2015, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 6972/2013, apensado.	Aprovado	14/08/2019
PL 5206/2013 Apensado	Flávia Moraes (PDT-GO)	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.		Aprovado	14/08/2019
PL 1829/2015 Apensado	Marcos Reategui (PSC-AP)	Altera o Estatuto do Idoso em relação à prioridade na tramitação dos processos judiciais.		Aprovado	14/08/2019
PL 6972/2013 Apensado	Manoel Junior (PMDB-PB)	Dá nova redação ao art. 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências." EXPLICAÇÃO: Fixa prazo para a movimentação e conclusão de processo administrativo ou judicial de interesse de pessoa idosa.		rejeitado	14/08/2019
PL 1938/2015 Principal	Paulo Foletto (PSB-ES)	Institui a "Semana Nacional de Luta e Conscientização sobre a depressão"	Parecer da Relatora, Dep. Liziane Bayer (PSB-RS), pela aprovação deste, do PL 8530/2017, e do PL 2635/2019, apensados, com substitutivo.	Aprovado	14/08/2019
PL 8530/2017 Apensado	Sergio Vidigal (PDT-ES)	Institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Depressão.	Parecer do Relator, Dep. Dr. Sinval Malheiros (PODE-SP), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	14/08/2019
PL 2635/2019 Apensado	Expedito Netto (PSD-RO)	Cria a Política de Diagnóstico e Tratamento da Síndrome da depressão nas redes públicas de saúde e dá outras providências.		Aprovado	14/08/2019
PL 1836/2019 Principal	Assis Carvalho (PT-PI)	Institui a campanha janeiro branco, dedicada à promoção da saúde mental.	Parecer da Relatora, Dep. Tereza Nelma (PSDB-AL), pela aprovação.	Aprovado	14/08/2019
PL 10547/2018 Principal	Janete Capiberibe (PSB-AP) Glauber Braga (PSOL-RJ)	Prevê a concessão de pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível às vítimas de escarpelamento provocado por volantes, eixos ou partes moveis de motores de embarcações	Parecer da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PDT-RO), pela aprovação, com emenda.	Aprovado	14/08/2019
PL 2100/2011 Principal	Nelson Bornier (PMDB-RJ)	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sistema de vigilância eletrônica nas escolas públicas em todo território nacional e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Otto Alencar Filho (PSD-BA), pela aprovação deste, do PL 2904/2011, do PL 5540/2013, do PL 7040/2014, do PL 7415/2014, do PL 500/2015, do PL 2780/2015, do PL 1460/2019, do PL 2058/2019, do PL 627/2019, do PL 3539/2015, do PL 1725/2019, do PL 3341/2019, e do PL 3569/2019, apensados, com substitutivo.	Aprovado	21/08/2019
PL 2904/2011 Apensado	Roberto de Lucena (PV-SP)	Autoriza o Poder Executivo a instalar câmeras de segurança em todas as escolas públicas do País.		Aprovado	21/08/2019
PL 5540/2013 Apensado	Júlio Campos (DEM-MT)	Torna obrigatória a adoção de sistema de segurança no interior dos estabelecimentos		Aprovado	21/08/2019

		de ensino, na forma que especifica.			
PL 7040/2014 Apensado	Gladson Cameli (PP-AC)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras de vídeo nas escolas públicas em todo território nacional e dá outras providências.		Aprovado	21/08/2019
PL 7415/2014 Apensado	Jaqueline Roriz (PMN-DF)	Dispõe sobre a instalação de sistema de Circuito Fechado de TV - CFTV de monitoramento em tempo real em todas as escolas, creches e hospitais públicos.		Aprovado	21/08/2019
PL 500/2015 Apensado	Roberto Britto (PP-BA)	Trata da obrigação da instalação de câmeras de vídeo nas escolas públicas em todo território nacional e dá outras providências.		Aprovado	21/08/2019
PL 2780/2015 Apensado	Goulart (PSD-SP)	Dispõe sobre a segurança e a proteção à infância e à juventude no ambiente educacional.		Aprovado	21/08/2019
PL 1460/2019 Apensado	Vinicius Farah (MDB-RJ)	"Torna obrigatório a utilização de detectores de metal nas escolas publicas e privadas e dá outras providências.			
PL 2058/2019 Apensado	Glaustin Fokus (PSC-GO)	Dispõe sobre o controle de entrada indevida de objetos, instrumentos e substâncias perigosos nos estabelecimentos de ensino EXPLICAÇÃO: Agrupador: Tragédia na Escola em Suzano (2019)		Aprovado	21/08/2019
PL 627/2019 Apensado	Capitão Wagner (PROS-CE)	Torna obrigatória a adoção de sistema de segurança no interior dos estabelecimentos de ensino, na forma que especifica.		Aprovado	21/08/2019
PL 3539/2015 Apensado	Laura Carneiro (PMDB-RJ) Carmen Zanotto (PPS-SC)	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sistema de vigilância eletrônica nos estabelecimentos de educação infantil.		Aprovado	21/08/2019
PL 1725/2019 Apensado	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL)	Torna obrigatória a instalação de detector de metal nas entradas das instituições de ensino públicas e particulares.		Aprovado	21/08/2019
PL 3341/2019 Apensado	Enéias Reis (PSL-MG)	Autoriza medidas de controle de acesso aos estabelecimentos de ensino.		Aprovado	21/08/2019
PL 3569/2019 Apensado	Helio Lopes (PSL-RJ)	Torna obrigatória a existência de um detector de metais em cada escola pública do País.		Aprovado	21/08/2019
PL 1534/2015 Principal	Chico D'Angelo (PT-RJ)	Determina a instalação de fraldários nos banheiros de uso público masculinos.	Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação deste, e do PL 1754/2015, apensado, com substitutivo.	Aprovado	21/08/2019
PL 1754/2015 Apensado	Luis Tibé (PTdoB-MG)	Dispõe sobre a instalação de fraldários em estabelecimentos públicos masculinos de espaços públicos de grande circulação.		Aprovado	21/08/2019
PL 1026/2019 Principal	Rejane Dias (PT-PI)	Dispõe sobre incentivos fiscais para fabricação, produção e comercialização do leite hidrolisado.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Barros (PP-PR), pela aprovação, com emenda.	Aprovado	21/08/2019
PL 2997/2015 Principal	Senado Federal - Zeze Perrella (PDT-MG)	Altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de	Parecer do Relator, Dep. Luciano Ducci (PSB-PR), pela aprovação deste, do PL 7622/2014, e do PL	Aprovado	28/08/2019

		seguro como condição para participação de atletas e de treinadores de futebol nas competições que especifica.	7514/2014, apensados, com substitutivo.		
PL 7514/2014 Apensado	Romário (PSB-RJ)	Altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais.	Parecer do Relator, Dep. Luciano Ducci (PSB-PR), pela aprovação deste, e do PL 7622/2014, apensado, com substitutivo.	Aprovado	28/08/2019
PL 7622/2014 Apensado	Mara Gabrilli (PSDB-SP)	Dispõe sobre seguro de vida e contra acidentes pessoais de atletas olímpicos e paralímpicos. EXPLICAÇÃO: Altera as Leis nºs 9.615, de 1998 e 10.891, de 2004.		Aprovado	28/08/2019
PL 7545/2017 Principal	Leandre (PV-PR)	Institui o mês de Junho, como o mês que estimula a participação da população em práticas solidárias.	Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação.	Aprovado	28/08/2019
PL 760/2019 Principal	Bacelar (PODE-BA)	Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	28/08/2019
PL 973/2019 Principal	Flávia Moraes (PDT-GO)	Permite à genitora requerer a provisão de alimentos para o filho desde o nascimento quando o nome do pai constar na Declaração de Nascido Vivo, bem como no Registro de Nascimento. O Congresso Nacional decreta: EXPLICAÇÃO: Altera a Lei nº 6.015, de 1973.	Parecer do Relator, Dep. Marco Bertaiolli (PSD-SP), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	28/08/2019
PL 2077/2019 Principal	Jorge Solla (PT-BA)	Dispõe sobre o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública a ser concedido a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos prestadoras de relevantes e notórios serviços à saúde pública e o concede à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).	Parecer do Relator, Dep. Alexandre Padilha (PT-SP), pela aprovação.	Aprovado	28/08/2019
PL 2521/2019 Principal	Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE)	Assegura a prioridade de marcação de consulta oftalmológica pelo Sistema Único de Saúde - SUS - para crianças de até 10 (dez) anos de idade no início de cada ano letivo e a qualquer período do ano para idosos e cidadãos que possuam renda mensal de até 2 (dois) salários mínimos.	Parecer do Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	28/08/2019
PL 2861/2019 Principal	Carla Zambelli (PSL-SP)	Institui o dia 21 de março como o Dia Nacional da Conscientização da Cefaleia em Salvas.	Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação.	Aprovado	28/08/2019
PL 2538/2019 Principal	Renata Abreu (PTN-SP)	"torna obrigatória o registro de violência contra a mulher no prontuário de atendimento médico, na forma que especifica" NOVA EMENTA: Altera a Lei nº	Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei 2538/2019, da Câmara dos Deputados.	Aprovado	03/09/2019

		10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher. (EMENDA/SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL)			
PL 4999/2016 Principal	Senado Federal - Gleisi Hoffmann (PT-PR)	Acrescenta § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o salário-maternidade devido às empregadas das microempresas e das empresas de pequeno porte seja pago diretamente pela Previdência Social.	Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela rejeição.	Rejeitado	03/09/2019
PL 10019/2018 Principal	Senado Federal - Pedro Taques (PDT-MT)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a necessidade de realização de audiência de admoestação para a soltura de agressor em caso de revogação de prisão preventiva.	Parecer do Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação deste, do PL 8320/2017, do PL 2939/2015, e do PL 3418/2019, apensados, com substitutivo.	Aprovado	03/09/2019
PL 8320/2017 Apensado	Conceição Sampaio (PP-AM)	Condiciona a revogação da prisão preventiva do autor de crime praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher à execução das medidas protetivas de urgência concedidas à ofendida. EXPLICAÇÃO: Altera a Lei nº 11.340, de 2006.		Aprovado	03/09/2019
PL 2939/2015 Apensado	Rosângela Gomes (PRB-RJ)	Cria a audiência de admoestação no processo criminal para autores de violência doméstica e familiar. EXPLICAÇÃO: Altera a Lei nº 11.340, de 2006.		Aprovado	03/09/2019
PL 3418/2019 Apensado	Heitor Freire (PSL-CE)	Altera as disposições da Lei nº 11.340, de 07 agosto de 2006, para possibilitar a decretação da prisão preventiva em casos de reincidência.		Aprovado	03/09/2019
PL 4952/2016 Principal	Aureo (SD-RJ)	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a veiculação obrigatória, em emissoras de rádio e televisão, de campanha de saúde pública em caso de epidemia.	Parecer do Relator, Dep. Ossesio Silva (PRB-PE), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	03/09/2019
PL 9273/2017 Principal	Walter Alves (PMDB-RN)	Institui a remessa de medicamentos por meio de operação postal e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela rejeição.	Rejeitado	03/09/2019
PL 9979/2018 Principal	Ricardo Izar (PP-SP)	Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para estabelecer a aplicação dos recursos do fundo no financiamento da previdência social	Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela rejeição.	Rejeitado	04/09/2019
PL 426/2019 Principal	Rubens Bueno (PPS-PR)	Acrescenta o §2º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para determinar que o número de lote e as datas de fabricação e validade dos medicamentos devem ser impressas nos rótulos e embalagens primárias e	Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	04/09/2019

		secundárias de forma visível, ostensiva e acessível para o consumidor.			
PL 1844/2019 Principal	Fernando Rodolfo (PR-PE)	Proíbe a comercialização de cigarros e de derivados do tabaco em um raio de cem metros das instituições de ensino da pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior do território nacional.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Barros (PP-PR), pela aprovação.	Aprovado	04/09/2019
PL 2821/2019 Principal	Giovani Cherini (PR-RS)	Dispõe sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir as Práticas Integrativas e Complementares no campo de atuação do SUS.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Barros (PP-PR), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	04/09/2019
PL 2056/2019 Principal	Marcelo Calero (PPS-RJ)	Aumenta a pena do crime de impedir ou embarçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.	Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação.	Aprovado	25/09/2019
PL 2434/2019 Principal	Senado Federal - Paulo Paim (PT-RS)	Institui o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson.	Parecer do Relator, Dep. Roberto de Lucena (PODE-SP), pela aprovação deste, e do PL 11043/2018, apensado, com substitutivo.	Aprovado	25/09/2019
PL 11043/2018 Apensado	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Estabelece a criação de diretrizes para a política de atenção integral aos portadores da doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências.		Aprovado	25/09/2019
PL 8046/2017 Principal	Ricardo Izar (PP-SP)	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e dá outras providências), para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do trabalhador acometido de doença crônica degenerativa; a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências), para incluir as doenças crônicas degenerativas entre as que dão direito a inexistência de prazos de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez; a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994 (que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual), para estender esse benefício aos portadores de doenças crônicas degenerativas; a Lei nº 7.713,	Parecer do Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação do PL 8046/2017, e da Emenda Adotada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com substitutivo.	Aprovado	25/09/2019

		de 22 de dezembro de 1988 (que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências), para estender aos portadores de doenças crônico degenerativas o benefício da isenção do imposto de renda sobre seus proventos de aposentadoria ou reforma; a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995 (que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências) para incluir entre os isentos as pessoas portadoras de doenças crônico degenerativas; a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991 (que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências) para estender a isenção do Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores imobiliários - IOF à pessoas com doenças crônico degenerativas;			
PL 10070/2018 Principal	Hiran Gonçalves (PP-RR)	Determina que as empresas de seguros devem destinar a percentagem de 2% do prêmio relativo a contratos de seguros de vida e de acidentes pessoais para financiar os serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).	Parecer do Relator, Dep. Juscelino Filho (DEM-MA), pela aprovação.	Aprovado	25/09/2019
PL 10070/2018 Principal	Hiran Gonçalves (PP-RR)	Determina que as empresas de seguros devem destinar a percentagem de 2% do prêmio relativo a contratos de seguros de vida e de acidentes pessoais para financiar os serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).	Parecer do Relator, Dep. Juscelino Filho (DEM-MA), pela aprovação.	Aprovado	25/09/2019
PL 9966/2018 Principal	Senado Federal - Ronaldo Caiado (DEM-GO)	Dispõe sobre a assistência ao paciente com diabetes mellitus no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	02/10/2019
PL 6891/2013 Principal	Otávio Leite (PSDB-RJ) Eduardo Barbosa (PSDB-MG) Mara Gabrilli (PSDB-SP)	Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência.	Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação deste, do PL 7430/2014, do PL 4292/2016, do PL 1922/2015, do PL 2356/2015, e do PL 9804/2018, apensados, com substitutivo.	Aprovado	02/10/2019

PL 7430/2014 Apensado	Major Fábio (PROS-PB)	Aperfeiçoa a lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, com a inclusão de artigo nº 4-A. EXPLICAÇÃO: Visa estender temporalmente e ampliar quantitativamente o incentivo fiscal de dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas em favor de ações e serviços de atenção oncológica, desenvolvidos por entidades de prevenção e combate ao câncer, bem como de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência.		Aprovado	02/10/2019
PL 1922/2015 Apensado	Rubens Bueno (PPS-PR)	Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para tornar permanente o benefício fiscal concedido a pessoas físicas e jurídicas em razão de doações ou patrocínios ao PRONON e ao PRONAS/PCD.		Aprovado	02/10/2019
PL 2356/2015 Apensado	Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para tornar permanentes os incentivos fiscais para doações e patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços apoiados pelo Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e pelo Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.		Aprovado	02/10/2019
PL 9804/2018 Apensado	Otavio Leite (PSDB-RJ); Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	Altera a Lei n.º 13.169, de 06 de outubro de 2015, que altera a Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar no 105, de 10 de janeiro de 2001; altera as Leis nos 9.808, de 20 de julho de 1999, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.484, de 31 de maio de 2007, 12.973, de 13 de maio de 2014, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e 10.865, de 30 de abril de 2004; e dá outras providências. EXPLICAÇÃO: Aumenta o prazo para dedução do imposto sobre os valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da		Aprovado	02/10/2019

		Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) do Ministério da Saúde.			
PL 4292/2016 Apensado	Carlos Henrique Gaguim (PMB-TO)	Altera a Lei n.º 12.715, de 17 de setembro de 2012, para ampliar o limite de dedução no imposto sobre a renda devido de valores correspondentes a doações e patrocínios no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - Pronon.		Aprovado	02/10/2019
PL 390/2019 Principal	Rafael Motta (PSB-RN)	Dispõe sobre a atenção integral para o tratamento da mucopolissacaridose.	Parecer, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela rejeição do PL nº 390/2019, com complementação de voto, com apresentação de Indicação ao Poder Executivo.	Rejeitado	02/10/2019
PL 715/2019 Principal	Marília Arraes (PT-PE)	Estabelece a prioridade de atendimento no serviço de assistência psicológica e social e a preferência no atendimento de cirurgia plástica reparadora, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, para mulher vítima de agressão, da qual resulte dano a sua integridade física ou estética.	Parecer do Relator, Dep. Alexandre Padilha (PT-SP), pela aprovação.	Aprovado	02/10/2019
PL 2233/2019 Principal	Rejane Dias (PT-PI)	"Dispõe sobre incentivos fiscais e registro sanitário simplificado de medicamentos órfãos. EXPLICAÇÃO: Altera as Lei nº 10.637, de 2002; 10.833, de 2003; 10.147, de 2000 e 10.865, de 2004."	Parecer do Relator, Dep. Alexandre Padilha (PT-SP), pela aprovação.	Aprovado	02/10/2019
PL 2899/2019 Principal	Otoni de Paula (PSC-RJ)	Dispõe o Programa Nacional de Conscientização e Capacitação sobre a Osteogênese Imperfeita.	Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação deste, e do PL 2900/2019, apensado, com substitutivo.	Aprovado	02/10/2019
PL 2900/2019 Apensado	Otoni de Paula (PSC-RJ)	Dispõe sobre a prioridade no atendimento de pessoas com Osteogênese Imperfeita no Sistema Único de Saúde.		Aprovado	02/10/2019
PL 5193/2016 Principal	Aureo (SD-RJ)	Acrescenta o § 2º ao art. 1º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes	Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação deste,	Aprovado	09/10/2019

		contra o sistema financeiro nacional, para que sejam aplicáveis às instituições previdenciárias.	do PL 10136/2018, e do PL 2862/2019, apensados, com substitutivo.		
PL 10136/2018 Apensado	Onyx Lorenzoni (DEM-RS)	"Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, equiparando a instituição financeira entidades de previdência complementar ou que recolham recursos de trabalhadores, aposentados e pensionistas; tipificando delitos, agravando penas, estabelecendo bloqueio de bens e valores, e responsabilizando com o patrimônio pessoal gestores ou agentes envolvidos em práticas criminosas.		Aprovado	09/10/2019
PL 2862/2019 Apensado	Carla Zambelli (PSL-SP)	Altera o Código Penal para tipificar o crime de sonegação ou omissão de informações previdenciárias do regime próprio.		Aprovado	09/10/2019
PL 10728/2018 Principal	Herculano Passos (MDB-SP)	Institui a "Semana Nacional da Adoção".	Parecer da Relatora, Dep. Flordelis (PSD-RJ), pela aprovação.	Aprovado	09/10/2019
PLP 46/2015 Principal	Erika Kokay (PT-DF)	Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal, para estabelecer a obrigatoriedade de um Anexo de Metas destinadas a Crianças e Adolescentes. EXPLICAÇÃO: Altera a Lei complementar nº 101, de 2000.	Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação.	Aprovado	23/10/2019
PL 4749/2016 Principal	Rosângela Gomes (PRB-RJ)	Tipifica a conduta do parente da vítima, consanguíneo ou por afinidade, do médico, da autoridade religiosa, do professor ou do responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos ou de abuso sexual contra criança ou adolescente, além de exacerbar a punição desses delitos caso praticados no âmbito de instituição de saúde, religiosa, educacional, de assistência social ou recreativa, públicas ou privadas. EXPLICAÇÃO: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e o Decreto-lei nº 3.689, de 1941.	Parecer com Complementação de Voto nº 02, Dep. Alan Rick (DEM-AC), pela aprovação deste, com duas emendas e pela rejeição do PL 1881/2019, apensado.	Aprovado	23/10/2019
PL 1881/2019 Apensado	José Medeiros (PODE-MT)	Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para estabelecer sanções penais para quem deixar de comunicar violência praticada contra criança ou adolescente.		Rejeitado	23/10/2019
PL 211/2019 Principal	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para promover a doação de alimentos e de remédios.	Parecer do Relator, Dep. Enéas Reis (PSL-MG), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	23/10/2019

PL 1698/2019 Principal	José Medeiros (PODE-MT)	Dispõe sobre a notificação de maus-tratos sofridas por crianças ou adolescentes, bem como violência autoprovocada.	Parecer da Relatora, Dep. Chris Tonietto (PSL-RJ), pela aprovação deste, e do PL 3277/2019, apensado, com substitutivo.	Aprovado	23/10/2019
PL 3277/2019 Apensado	Célio Studart (PV-CE)	"Determina comunicação à autoridade policial em caso de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente EXPLICAÇÃO: Altera a Lei nº 8.069, de 1990.		Aprovado	23/10/2019
PL 10433/2018 Principal	Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	Dá nova redação ao art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências." EXPLICAÇÃO: Trata de contribuições aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	23/10/2019
PL 2121/2011 Principal	Walney Rocha (PTB-RJ)	Dispõe sobre o descarte de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo nas farmácias e drogarias e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Marx Beltrão (PSD-AL), pela aprovação deste, e dos PLs nºs 2.148/2011, 2.494/2011, 5.705/2013, 6.160/2013, 7.064/2014, 5.152/2016, 1.109/2015, 8.278/2014, 893/2015, 2.674/2015, 7.251/2017, 6.776/2016, e 7.464/2017, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CDEICS.	Aprovado	29/10/2019
PL 2148/2011 Apensado	Lourival Mendes (PTdoB-MA)	Torna obrigatória a criação de pontos de coleta para recolhimento de resíduos de medicamentos nas farmácias e drogarias.		Aprovado	29/10/2019
PL 2494/2011 Apensado	Taumaturgo Lima (PT-AC)	Torna obrigatória a criação de pontos de coleta para recolhimento de resíduos de medicamentos nos condomínios residenciais, resorts, hotéis e pousadas.		Aprovado	29/10/2019
PL 5705/2013 Apensado	Onofre Santo Agostini (PSD-SC)	Dispõe sobre a participação de farmácias, drogarias e laboratórios farmacêuticos no descarte e na destinação final de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo, em todo Território Nacional, e dá outras providências.		Aprovado	29/10/2019
PL 6160/2013 Apensado	Major Fábio (DEM-PB)	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluindo os medicamentos para uso humano e animal, seus resíduos e embalagens entre os materiais a serem submetidos ao sistema de logística reversa.		Aprovado	29/10/2019
PL 7064/2014 Apensado	Alexandre Roso (PSB-RS) Paulo Foletto (PSB-ES)	Dispõe sobre o recolhimento de medicamentos vencidos e a devolução de medicamentos excedentes ainda em validade, e dá outras providências.		Aprovado	29/10/2019

PL 5152/2016 Apensado	Alfredo Nascimento (PR-AM)	Dispõe sobre responsabilidade pela destinação final de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos e saneantes deteriorados ou com prazo de validade expirado.		Aprovado	29/10/2019
PL 1109/2015 Apensado	Manoel Junior (PMDB-PB)	Altera a Lei 12.305 de 2 de Agosto de 2010 e dá outras providências EXPLICAÇÃO: Proíbe o encaminhamento de resíduos de serviço de saúde para a disposição final sem tratamento específico e autoriza os Municípios e o Distrito Federal a instituir contribuição para o custeio dos serviços de limpeza urbana.		Aprovado	29/10/2019
PL 8278/2014 Apensado	Heuler Cruvinel (PSD-GO)	Dispõe sobre a participação de farmácias, drogarias e laboratórios farmacêuticos no descarte e na destinação final de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo, em todo Território Nacional, e dá outras providências.		Aprovado	29/10/2019
PL 893/2015 Apensado	Baleia Rossi (PMDB-SP)	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para dispor sobre o descarte de medicamentos, produtos médicos e produtos para diagnóstico de uso "in vitro".		Aprovado	29/10/2019
PL 2674/2015 Apensado	Silas Brasileiro (PMDB-MG)	Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para determinar o recolhimento de produtos de uso veterinário, seus resíduos e embalagens e incluí-los entre os itens sujeitos à logística reversa.		Aprovado	29/10/2019
PL 7251/2017 Apensado	Ronaldo Martins (PRB-CE)	Acrescenta o inciso VII ao art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para submeter os medicamentos ao sistema de logística reversa previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.		Aprovado	29/10/2019
PL 6776/2016 Apensado	Mariana Carvalho (PSDB-RO)	Institui o programa de destinação dos medicamentos vencidos EXPLICAÇÃO: Altera a Lei nº 12.305, de 2010.		Aprovado	29/10/2019
PL 7464/2017 Apensado	Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO)	Acrescenta o art. 8-A à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a devolução dos medicamentos não utilizados pelo consumidor, junto às farmácias que realizaram sua dispensação, e a restituição dos valores pagos.		Aprovado	29/10/2019
PL 9990/2018 Principal	Carmen Zanotto (PPS-SC)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 para dispor sobre o direito da criança ou adolescente à visitação à mãe ou pai internados em instituição de saúde.	Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação.	Aprovado	29/10/2019
PL 10867/2018 Principal	Jerônimo Goergen (PP-RS)	Institui a Semana Nacional do Feijão e Arroz e dá outras providências.	Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação, com emenda.	Aprovado	29/10/2019

PL 267/2019 Principal	Dr. Frederico (PATRI-MG)	Dispõe sobre a oferta de medicamentos essenciais ao tratamento do paciente oncológico pelas indústrias farmacêuticas	Parecer da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PDT-RO), pela aprovação.	Aprovado	29/10/2019
PL 1605/2019 Principal	Eduardo Braide (PMN-MA)	Institui o Estatuto da Pessoa com Câncer e dá outras providências.	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Silvia Cristina (PDT-RO), pela aprovação deste, e do PL 2180/2019, apensado, com substitutivo.	Aprovado	29/10/2019
PL 2180/2019 Apensado	Rafael Motta (PSB-RN)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos de saúde que menciona.		Aprovado	29/10/2019
PL 1880/2019 Principal	José Medeiros (PODE-MT)	Dispõe sobre a garantia de proteção a agentes públicos que comuniquem casos de suspeita de violência, agressão e maus-tratos contra crianças e adolescentes.	Parecer da Relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO), pela aprovação.	Aprovado	29/10/2019
PL 2152/2019 Principal	Boca Aberta (PROS-PR)	Dispõe sobre o Programa de Inclusão Infantil no Transporte Coletivo às crianças com idade de até 10 (dez) anos, em todo território nacional e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	29/10/2019
PL 2364/2019 Principal	Loester Trutis (PSL-MS)	Institui a "Semana Nacional da Prevenção do Acidente Doméstico" a ser celebrada anualmente na segunda semana do mês de junho, e dá outras providências.	Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação.	Aprovado	29/10/2019
PL 2097/2011 Principal	Luis Tibé (PTdoB-MG)	Obriga o fornecimento de cadernos de provas impressos no sistema braile a candidatos portadores de deficiência visual inscritos em concursos públicos realizados por órgãos e entidades da Administração Pública federal.	Parecer do Relator, Dep. Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA), pela aprovação deste, do PL 2542/2011, do PL 2717/2015, do PL 3326/2015, do PL 3907/2015, do PL 10507/2018, e do PL 3958/2015, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 8113/2014, apensado.	Aprovado	30/10/2019
PL 2542/2011 Apensado	Erika Kokay (PT-DF)	Dispõe sobre a aplicação de provas, elaboradas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS nos concursos públicos e exames vestibulares.		Aprovado	30/10/2019
PL 2717/2015 Apensado	Mara Gabrilli (PSDB-SP)	Estabelece medidas visando assegurar a acessibilidade de pessoa surda ou com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público, no âmbito da administração pública federal, em igualdade de condições com os demais candidatos.		Aprovado	30/10/2019
PL 3326/2015 Apensado	Vicentinho Júnior (PSB-TO)	Estabelece critérios para a definição de deficiência auditiva aplicável aos candidatos que concorrem às vagas reservadas para pessoas com deficiência em concursos públicos.		Aprovado	30/10/2019
PL 3907/2015 Apensado	Afonso Hamm (PP-RS)	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa		Aprovado	30/10/2019

		com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para assegurar aos surdos acesso à educação e ao trabalho em igualdade de oportunidades.			
PL 10507/2018 Apensado	Danilo Cabral (PSB-PE)	Estabelece medidas para garantir o acesso, em igualdade aos demais candidatos, a concursos públicos no âmbito da adMinistração pública federal de pessoa surda ou com deficiência auditiva.		Aprovado	30/10/2019
PL 3958/2015 Apensado	Geovania de Sá (PSDB-SC)	Assegura aos portadores de surdez unilateral o direito de concorrerem às vagas reservadas a pessoas com deficiência em concursos promovidos no âmbito da adMinistração pública federal.		Aprovado	30/10/2019
PL 8113/2014 Apensado	Maria Lucia Prandi (PT-SP)	Estabelece os critérios de avaliação para as pessoas portadoras de Dislexia nos concursos de provas ou de provas e títulos para investidura em cargo ou emprego público da AdMinistração Federal direta ou indireta.		Rejeitado	30/10/2019
PL 6676/2016 Principal	Ronaldo Carletto (PP-BA)	Dispõe sobre a proibição de cobrança de quaisquer tarifas nas contas bancárias utilizadas para recebimento de benefícios pagos em decorrência de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.	Parecer do Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	30/10/2019
PL 1111/2019 Principal	Célio Studart (PV-CE)	Determina a inclusão obrigatória de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais nas equipes da Estratégia Saúde da Família.	Parecer do Relator, Dep. Eduardo Braide (PMN-MA), pela aprovação deste, e do PL 2550/2019, apensado, com substitutivo.	Aprovado	30/10/2019
PL 2550/2019 Apensado	André Ferreira (PSC-PE)	Determina que as equipes de Saúde da Família tenham em sua composição pelo menos um fisioterapeuta e um psicólogo		Aprovado	30/10/2019
PL 1764/2019 Principal	Glaustin Fokus (PSC-GO)	Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na adMinistração pública direta, indireta ou fundacional", para tratar da pena de cassação da aposentadoria no caso em que especifica.	Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	30/10/2019
PL 9987/2018 Principal	Diego Garcia (PODE-PR)	Dá nova redação ao § 2º do art. 19B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. " EXPLICAÇÃO: Estabelece que, em programa de apadrinhamento, poderão ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de dezoito anos, inscritas ou não nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa.	Parecer da Relatora, Dep. Flordelis (PSD-RJ), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	06/11/2019

PLP 29/2019 Principal	Silas Câmara (PRB-AM)	Altera o inciso I do § 1º do artigo 68 da Lei Complementar n 101/2000. EXPLICAÇÃO: Estabelece que os imóveis construídos com recursos do INSS possam ser alienados ou locados, e que as receitas provenientes destas ações sejam revertidas em favor do próprio Instituto.	Parecer do Relator, Dep. Eduardo Costa (PTB-PA), pela rejeição.	Rejeitado	06/11/2019
PL 3219/2019 Principal	Edna Henrique (PSDB-PB)	Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para obrigar os serviços de saúde a fornecerem informações, aos pais de recém-nascidos com microcefalia, deficiências e doenças raras, sobre serviços referenciais e especializados para a condição da criança.	Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela aprovação.	Aprovado	06/11/2019
PL 2123/2011 Principal	Alfredo Kaefer (PSDB-PR)	Altera o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, restabelecendo exclusão, da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física, das receitas que especifica.	Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela rejeição deste, e do PL 9252/2017, apensado.	Rejeitado	12/11/2019
PL 9252/2017 Apensado	Jerônimo Goergen (PP-RS)	Altera o arts. 25, §6º da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991. EXPLICAÇÃO: Trata de contribuição social de empregador rural e de segurado especial.		Rejeitado	12/11/2019
PL 2531/2011 Principal	Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	Obriga os estabelecimentos de saúde da rede pública e privada a notificar os casos de atendimentos que envolvam acidentes, de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos. (EMENDA/SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL)	Parecer do Relator, Dep. Darcísio Perondi (MDB-RS), pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao PL 2531/2011 da Câmara dos Deputados	Aprovado	12/11/2019
PL 5899/2009 Principal	Senado Federal - Kátia Abreu (DEM-TO)	Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, para incluir o câncer de próstata entre as doenças cujo controle e prevenção devem integrar o programa de atenção integral à saúde masculina no âmbito do Sistema Único de Saúde e assegurar o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.	Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação deste, com três emendas, e pela rejeição do PL 5924/2013, apensado.	Aprovado	12/11/2019
PL 5924/2013 Apensado	Dr. Jorge Silva (PDT-ES) Sergio Vidigal (PDT-ES)	Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que "regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências". EXPLICAÇÃO: Inclui entre as atividades básicas do SUS o controle e a prevenção do câncer de próstata.		Rejeitado	12/11/2019

PL 8251/2017 Principal	Maria do Rosário (PT-RS)	Altera a alínea "a" do inc. III do art. 136, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências para substituir a expressão serviço social por assistência social.	Parecer do Relator, Dep. Assis Carvalho (PT-PI), pela aprovação.	Aprovado	12/11/2019
PL 275/2019 Principal	Rubens Otoni (PT/GO)	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 667, de 1969, para tornar obrigatória a realização de exames psicológicos para ingresso e permanência nos quadros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiro Militar bem como nos cursos de reciclagem	Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação deste, do PL 656/2019, e do PL 1041/2019, apensados, com substitutivo.	Aprovado	12/11/2019
PL 656/2019 Apensado	Shéridan (PSDB-RR)	Estabelece a obrigatoriedade do Estado em oferecer assistência psicológica gratuita aos agentes de segurança pública ativos e inativos.		Aprovado	12/11/2019
PL 1041/2019 Apensado	Capitão Wagner (PROS-CE)	Dispõe sobre a criação de centros de atendimento biopsicossocial aos profissionais de segurança pública em todo território nacional.		Aprovado	12/11/2019
PL 912/2019 Principal	Camilo Capiberibe (PSB-AP)	Regulamenta a atividade de parteira tradicional.	Parecer do Relator, Dep. Dr. Frederico (PATRIOTA-MG), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	12/11/2019
PL 9428/2017 Principal	Senado Federal - Romário (PSB-RJ)	Institui o "Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras".	Parecer do Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação do PL 9428/2017 e do PL 1149/2019, apensado, na forma do substitutivo adotada pela Comissão de Cultura	Aprovado	19/11/2019
PL 1149/2019 Apensado	Sergio Vidigal (PDT-ES)	Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre Doenças Raras em todo País, a realizar-se anualmente, na última semana de fevereiro, e dá outras providências.		Aprovado	19/11/2019
PL 1153/2019 Principal	Senado Federal - Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé), para dividir em seções o Capítulo V – DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL e para acrescentar dispositivo relativo aos atletas de base.	Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação, com emenda.	Aprovado	19/11/2019
PL 217/2019 Principal	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Inclui § 2º no art. 107 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, para assegurar ao adolescente apreendido e a seus responsáveis a indicação de advogado ou a remessa dos autos da apreensão para a Defensoria Pública. EXPLICAÇÃO: Trata de informação à Defensoria Pública de apreensão de adolescente que não tenha condições de constituir advogado.	Parecer da Relatora, Dep. Marília Arraes (PT-PE), pela aprovação deste, e do PL 1794/2019, apensado, com substitutivo.	Aprovado	19/11/2019

PL 1794/2019 Apensado	Julian Lemos (PSL-PB)	Altera o artigo 107 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.		Aprovado	19/11/2019
PL 362/2019 Principal	Alceu Moreira (MDB-RS)	Acrescenta artigo à Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, a fim de estabelecer a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave.	Parecer da Relatora, Dep. Marília Arraes (PT-PE), pela aprovação, com emenda.	Aprovado	19/11/2019
PL 613/2019 Principal	Flávia Arruda (PR-DF)	"Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Crônicas"	Parecer da Relatora, Dep. Mariana Carvalho (PSDB-RO), pela aprovação.	Aprovado	19/11/2019
PL 1861/2019 Principal	Aline Sleutjes (PSL-PR)	Dispõe sobre o tratamento fisioterápico por eletroestimulação de pacientes com mielomeningocele no Sistema Único de Saúde	Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	19/11/2019
PL 3842/2019 Principal	Alice Portugal (PCdoB-BA)	Tipifica criminalmente a conduta, de pais ou responsáveis, de omissão ou de contraposição à vacinação de crianças ou adolescentes, incluindo artigo no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.	Parecer do Relator, Dep. Pedro Westphalen (PP-RS), pela aprovação deste, e do PL 5679/2019, apensado, com substitutivo.	Aprovado	03/12/2019
PL 5679/2019 Apensado	Dra. Soraya Manato (PSL-ES)	Torna crime a disseminação de informações falsas sobre vacina, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.		Aprovado	03/12/2019
PL 468/2019 Principal	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ)	Cria o Cartão Nacional de Vacinação On Line	Parecer do Relator, Dep. Pedro Westphalen (PP-RS), pela aprovação deste, e pela rejeição da Emenda 1/2019 da CSSF.	Aprovado	03/12/2019
PL 4155/2019 Principal	Senado Federal - Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre Alergia Alimentar.	Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.	Aprovado	03/12/2019
PL 424/2015 Principal	Jorge Solla (PT-BA)	Acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.	Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	03/12/2019
PL 9578/2018 Principal	Lobbe Neto (PSDB-SP)	Dispõe sobre a utilização de plantas aromáticas reconhecidamente repelentes de insetos em estabelecimentos públicos de ensino, de saúde ou aqueles com atendimento ao público.	Parecer do Relator, Dep. Eduardo Costa (PTB-PA), pela rejeição deste, e do PL 11044/2018, apensado e com Indicação ao Ministério da Saúde	Rejeitado	03/12/2019
PL 11044/2018 Apensado	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Dispõe sobre a utilização de plantas aromáticas que são repelentes naturais de insetos em estabelecimentos públicos de ensino, de saúde ou aqueles com atendimento ao público.		Rejeitado	03/12/2019
PL 9787/2018 Principal	Vicentinho (PT-SP)	Dispõe sobre a admissão de animais domésticos em unidades hospitalares do Sistema Único de Saúde - SUS.	Parecer do Relator, Dep. Eduardo Costa (PTB-PA), pela aprovação deste, e dos PLs nº 350/2019 e 2.070/2019, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 5.129/2019, apensado.	Aprovado	03/12/2019

PL 350/2019 Apensado	Alexandre Padilha (PT-SP)	Dispõe sobre a liberação de entrada de animais de estimação em hospitais públicos para visitas a pacientes internados e dá outras providências		Aprovado	03/12/2019
PL 2070/2019 Apensado	Célio Studart (PV-CE)	Permite o ingresso de animais domésticos e de estimação em hospitais para visitação de pacientes internados		Aprovado	03/12/2019
PL 5129/2019 Apensado	Célio Studart (PV-CE)	Dispõe sobre a permissão da entrada de animais de estimação em casas de repouso de pessoas idosas.		Rejeitado	03/12/2019
PL 533/2011 Principal	Lauriete (PSC-ES)	<p>Acrescenta os arts. 265-A, 265-B e 265-C ao Estatuto da Criança e do Adolescente. EXPLICAÇÃO: Determina a afixação de placas em rodovias e comércios, a divulgação em emissoras de rádio, televisão e Internet, com informações sobre o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes.</p> <p>Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.</p>	<p>Parecer do Relator, Dep. Gildenemyr (PL-MA), pela aprovação deste, do PL 1760/2011, do PL 4469/2012, do PL 4754/2012, do PL 4858/2012, e do PL 6405/2013, apensados, e da</p> <p>da Emenda nº 1 ao Substitutivo apresentado na CSSF, na forma do Substitutivo e pela rejeição da Emenda nº 02 ao Substitutivo apresentado na CSSF e do Substitutivo adotado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.</p>	Aprovado	17/12/2019
PL 533/2011 Principal	Lauriete (PSC-ES)	<p>"Acrescenta os arts. 265-A, 265-B e 265-C ao Estatuto da Criança e do Adolescente. EXPLICAÇÃO: Determina a afixação de placas em rodovias e comércios, a divulgação em emissoras de rádio, televisão e Internet, com informações sobre o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990."</p>	<p>Parecer do Relator, Dep. Gildenemyr (PL-MA), pela aprovação deste, do PL 1760/2011, do PL 4469/2012, do PL 4754/2012, do PL 4858/2012, e do PL 6405/2013, apensados, e da</p> <p>da Emenda nº 1 ao Substitutivo apresentado na CSSF, na forma do Substitutivo e pela rejeição da Emenda nº 02 ao Substitutivo apresentado na CSSF e do Substitutivo adotado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.</p>	Aprovado	17/12/2019
PL 1760/2011 Apensado	Aroldo de Oliveira (DEM-RJ)	Altera a Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer a obrigatoriedade de exibição de mensagens educativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na mídia eletrônica		Aprovado	17/12/2019
PL 4469/2012 Apensado	Liliam Sá (PSD-RJ)	Altera a Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007, para tratar da divulgação, no transporte público, de mensagem relativa à		Aprovado	17/12/2019

		exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes.			
PL 4754/2012 Apensado	Liliam Sá (PSD-RJ)	Determina às emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens a obrigatoriedade de divulgação de propagandas gratuitas de combate à pedofilia, violência e ao abuso e exploração sexual, e desaparecimento de crianças e adolescentes.		Aprovado	17/12/2019
PL 4858/2012 Apensado	Liliam Sá (PSD-RJ)	Acrescenta inciso ao art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, atribuindo à ANAC competência para estabelecer normas de informação aos turistas sobre exploração e turismo sexual.		Aprovado	17/12/2019
PL 6405/2013 Apensado	Arnaldo Jordy (PPS-PA)	Determina a veiculação de mensagens alusivas à exploração sexual de menores nas emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens.		Aprovado	17/12/2019
PL 6460/2016 Principal	Flavinho (PSB-SP)	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com o fim de regulamentar a concessão do benefício de auxílio-doença para dependentes químicos.	Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela rejeição.	Rejeitado	17/12/2019
PL 10776/2018 Principal	Hildo Rocha (MDB-MA)	Dá nova redação ao inciso I do art. 80 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para determinar que o Instituto Nacional do Seguro Social envie anualmente aos segurados e às empresas o extrato do recolhimento de contribuições previdenciárias.	Parecer do Relator, Dep. Olival Marques (DEM-PA), pela aprovação deste, e do PL 3.162/2019, apensado, com substitutivo.	Aprovado	17/12/2019
PL 3162/2019 Apensado	Marília Arraes (PT-PE)	Acrescenta dispositivo ao art. 80 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para obrigar o Instituto Nacional do Seguro Social a disponibilizar para o segurado do Regime Geral de Previdência Social informações sobre o recolhimento das contribuições previdenciárias patronais e aquelas descontadas do respectivo salário de contribuição.		Aprovado	17/12/2019
PL 119/2019 Principal	Renata Abreu (PODE-SP)	"Inclui a alínea ""e"" no inciso I no art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para ampliar a atuação do Sistema Único de Saúde na saúde integral da Mulher. EXPLICAÇÃO: Amplia a atuação do SUS na saúde integral da Mulher."	Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação deste, nos termos do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher	Aprovado	17/12/2019
PL 1860/2019 Principal	Aline Sleutjes (PSL-PR)	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de acrescentar parágrafo 14 ao artigo 25 no intuito de afastar o recolhimento em duplicidade da contribuição previdenciária nas ocasiões que especifica.	Parecer do Relator, Dep. Pinheirinho (PP-MG), pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado	17/12/2019
PL 2035/2019 Principal	Hiran Gonçalves (PP-RR)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir critérios de composição e ampliar a transparência da Comissão Nacional de	Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ), pela aprovação deste, e do PL 2647/2019, apensado, com substitutivo.	Aprovado	17/12/2019

		Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec).			
PL 2647/2019 Apensado	Alexandre Padilha (PT-SP)	Altera o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 que Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências e o art.. 19-Q da Lei no 12.401, de 22 de abril de 2011 que dispõe a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para dispor sobre a publicidade, participação e transparência das reuniões da Diretoria Colegiada da ANVISA e da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.		Aprovado	17/12/2019
PL 2035/2019 Principal	Hiran Gonçalves (PP-RR)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir critérios de composição e ampliar a transparência da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec).	Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ), pela aprovação deste, e do PL 2647/2019, apensado, com substitutivo.	Aprovado	17/12/2019
PL 3125/2019 Principal	Diego Garcia (PODE-PR)	Cria o Programa Nacional de Cães-Guia.	Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação deste, e do PL nº 5.344/2019, apensado, com substitutivo.	Aprovado	17/12/2019
PL 5344/2019 Apensado	Ted Conti (PSB-ES)	Institui a Política Nacional de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-Guia.		Aprovado	17/12/2019
PL 4360/2019 Apensado	Marília Arraes (PT-PE)	Acrescenta o art. 1.584-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. EXPLICAÇÃO: Trata da obrigatoriedade do comparecimento do pai e da mãe à oficina de parentalidade na dissolução da sociedade conjugal conflituosa.	Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação do PL 4360/2019 e da Emenda 1/2019	Aprovado	17/12/2019
PL 5151/2019 Principal	Darci de Matos (PSD-SC)	"Institui o Dia Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus.	Parecer da Relatora, Dep. Marina Santos (SOLIDARI-PI), pela aprovação.	Aprovado	17/12/2019

REQUERIMENTOS APRECIADOS

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
1/19	Carmen Zanotto	Requer a criação, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, de uma SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE (SUBSAÚDE) destinada a avaliar e acompanhar a Saúde no País.	27/03
2/19	Sérgio Vidigal	Requer a criação, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, de SubComissão Especial destinada a acompanhar e propor aprimoramentos legislativos ao tratamento de doenças raras pelo Sistema Único de Saúde - SUS.	27/03
3/19	Sérgio Vidigal	Requer a realização de audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família, para debater a decisão do Ministério da Saúde de suspender a distribuição e o uso do autoteste de HIV nos municípios que oferecem o produto.	27/03
4/19	Sérgio Vidigal	Requer a criação de SubComissão Especial de Obras na Área de Saúde.	27/03
5/19	Diego Garcia	Requer a criação de SubComissão Especial destinada a acompanhar e discutir Políticas voltadas para a família , em nível nacional.	27/03
6/19	Eduardo Barbosa	Requer a criação de SubComissão Permanente de Assistência Social , na Comissão de Seguridade Social e Família.	27/03
7/19	Leandre	Requer a constituição de Grupo de Trabalho para discutir o tema da violência contra brasileiras no exterior.	27/03
8/19	Jorge Solla	Requer a realização reunião de audiência pública para debater sobre a importância do CONSEA e a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.	27/03
9/19	Alexandre Serfiotis	Requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, para discutir a Resolução nº 2.227, de 2018, do Conselho Federal de Medicina, que "define e disciplina a telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias", objeto do Projeto de Decreto Legislativo - PDL nº 37, de 2019.	27/03
10/19	Assis Carvalho	Requer a realização de audiência pública com o tema: Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.	27/03

12/19	Dr. Jaziel	Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "O uso da telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias".	27/03
13/19	Dr. Jaziel	Solicita realização de Audiência Pública para discutir PEC 454/09, a criação da carreira única de Médico de Estado no âmbito do serviço público federal, estadual e municipal.	27/03
14/19	Ricardo Barros	Requer a realização de audiência pública para apresentação do Relatório do Banco Mundial "Propostas de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro" .	27/03
16/19	Dr. Luiz Antonio Teixeira Junior	Requer a criação, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, de SUBCOMISSÃO ESPECIAL destinada a discutir a Tabela SUS , bem como sua modernização e atualização buscando uma melhoria na assistência a saúde do povo brasileiro.	27/03
18/19	Flávia Morais	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com o tema " Atual panorama da pessoa com diabetes no País ".	27/03
19/19	Flávia Morais	Requer realização de Audiência Pública sobre os desafios para o novo Governo relacionados à Saúde Pública e ao Sistema Único de Saúde .	27/03
20/19	Flávia Morais	Requer que seja convidado para Reunião de Audiência Pública em conjunto com a Comissão do Esporte e Comissão de Cultura , Excelentíssimo Senhor Osmar Terra, Ministro de Estado da Cidadania , para apresentar as propostas da sua pasta a estas Comissões.	27/03
21/19	Flávia Morais	Solicita a realização de audiência pública a fim de debater os efeitos que os jogos de computador e videogames violentos podem causar sobre jovens brasileiros .	27/03
22/19	Jandira Feghali	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o tema da Alienação Parental .	27/03
25/19	Diego Garcia	Requer a criação de SubComissão Especial para tratar das doenças raras .	27/03
26/19	Erika Kokay	Requer a realização de Seminário para discutir o Projeto de Lei nº 531/2019, que "Dispõe sobre a regulamentação e fiscalização do exercício profissional da Acupuntura ".	27/03
27/19	Hiran Gonçalves	Requer a realização do VI Fórum Nacional de Oftalmologia - A Oftalmologia na Atenção Básica .	27/03

28/19	Alexandre Serfiotis	Requer seja criada SubComissão Especial para discutir o sistema de adoção no Brasil .	27/03
29/19	Marco Bertaioli	Requer seja criada SubComissão Especial para discutir o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), sua gestão, incluindo a integração entre todos os equipamentos de saúde .	27/03
30/19	Marco Bertaioli	Requer seja criada SubComissão Especial para discutir planos e seguros privados de assistência à saúde .	27/03
31/19	Geovânia de Sá	Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: " Fosfoetanolamina , fabricação, eficácia e implicações jurídicas".	27/03
32/19	Jorge Solla	Requer a realização solenidade para celebrar o Dia Mundial da Saúde e lançamento das Conferências Estaduais de Saúde, no dia 3 de abril de 2019.	27/03
33/19	Carmen Zanotto	Requer a criação, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, de uma SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE (SUBSAÚDE) destinada a avaliar e acompanhar a Saúde no País.	27/03
34/19	Juscelino Filho	Requer a criação de SubComissão Permanente da Comissão de Seguridade Social e Família destinada a tratar da Previdência Social , especificamente aos assuntos de interesse de aposentados e pensionistas.	27/03
35/19	Fernanda Melchionna	Requer a criação de SubComissão Especial da Seguridade Social da Mulher .	27/03
36/19	Fernanda Melchionna	Requer a criação de SubComissão Especial destinada a acompanhar e discutir o impacto da Emenda Constitucional 95 no orçamento da saúde nos Estados .	27/03
37/19	Fernanda Melchionna	Requer a criação de SubComissão Especial destinada a acompanhar e discutir Políticas voltadas para as famílias .	27/03
38/19	Fernanda Melchionna	Requer a criação de SubComissão Permanente destinada a acompanhar e discutir temas referentes à Previdência Social e as propostas de reforma em tramitação .	27/03
39/19	Eduardo Costa	Requer a realização de Audiência Pública , para debater a Reforma da Previdência - PEC 006/2019 .	27/03
40/19	Eduardo Costa	Requer a criação, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, de uma SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PREVIDÊNCIA destinada a avaliar e acompanhar a Previdência no País.	27/03

41/19	Alexandre Padilha	Solicita que seja convocada a Senhora Tereza Cristina, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) , a fim de prestar informações sobre a execução de políticas de responsabilidade do MAPA.	27/03
42/19	Jorge Solla	Requer realização de audiência pública para tratar sobre a nomeação dos profissionais aprovados no concurso público realizado pelo Ministério da Saúde para o cargo de Tecnologista em Gestão de Políticas Públicas .	27/03
43/19	Alexandre Padilha	Requeiro, com fundamento no artigo 32, inciso XVII, alínea a, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública com a presença do Diretor de Logística (DLOG) do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, para prestar esclarecimentos sobre a participação em reunião fora da agenda pública, em 30 de janeiro de 2019, com a empresa Green Cross para discutir o fornecimento de imunoglobulina humana ao Sistema Único de Saúde (SUS) .	03/04
44/19	Alexandre Padilha	Requer, com fundamento no artigo 32, inciso XVII, alínea a, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública com a presença da Secretária de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, para prestar esclarecimentos sobre a extinção do Programa Mais Médicos .	27/03
45/19	Alexandre Padilha	Requeiro, com fundamento no artigo 32, inciso XVII, alínea a, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública com a presença do atual Secretário de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania, Quirino Cordeiro Jr., para prestar esclarecimentos sobre a Nota Técnica Nº 11/2019, intitulada " Nova Saúde Mental ", publicada com sua assinatura pela Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, do Ministério da Saúde.	27/03
46/19	Fernanda Melchionna	Requer a Convocação do Ministro Paulo Guedes na Comissão de Seguridade Social e Família para prestar informações sobre a PEC nº 6/19 da reforma da previdência na seguridade brasileira .	20/11
48/19	Marx Beltrão	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o tema "castração de animais - cães e gatos - como saúde pública".	27/03
49/19	Geovânia de Sá	Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater a questão das doenças negligenciadas	27/03
50/19	Antonio Brito	Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater a situação da tuberculose em crianças no Brasil .	03/04
51/19	Marília Arraes	Solicita que seja convocado o Senhor Paulo Guedes , Ministro de Estado da Economia, a fim de prestar informações sobre a Medida Provisória 871/2019 .	03/04

52/19	Érika Kokay	Requer o aditamento do Requerimento nº 26/2019 para alteração de nomes de convidados para a realização de seminário para discutir o Projeto de Lei nº 531/2019, que " Dispõe sobre a regulamentação e fiscalização do exercício profissional da Acupuntura ".	27/03
53/19	Paula Belmonte e Carmen Zanotto	Requer a criação, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, de SubComissão Especial destinada a propor aprimoramentos legislativos em prol do combate a pedofilia .	27/03
54/19	Paula Belmonte e Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública para debater sobre classificação indicativa para conteúdo em vídeo na internet .	27/03
55/19	Eduardo Costa	Requer a realização de Audiência Pública , para debater a Regulamentação da Cannabis Medicinal no Brasil: Potencial Terapêutico na Imunologia, Metabologia, Neurologia, Oncologia e Psiquiatria.	27/03
57/19	Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a Portaria Nº 64, De 11 De Dezembro De 2018 que determina aos laboratórios da rede pública e rede privada, de todas as Unidades Federadas, a utilização das normas de interpretação para os testes de sensibilidade aos antimicrobianos (TSA) , tendo como base os documentos da versão brasileira do European Committee on Antimicrobial Susceptibility Testing.	27/03
58/19	Alexandre Serfiotis	Requer seja solicitado pela Comissão de Seguridade Social e Família o desarquivamento do Projeto de Lei - PL nº 5.778/2016 , de autoria daquele Colegiado, o qual foi arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD.	27/03
59/19	Alan Rick	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo sugerindo o preenchimento das vagas ociosas do Programa Mais Médicos	27/03
61/19	Fernanda Melchionna	Requer a realização de Audiência Pública para debater a permanência da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI .	27/03
62/19	Alexandre Serfiotis	Requer a criação, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, de SubComissão Especial para tratar de temas relativos à adoção , ao aprimoramento legislativo em prol do combate à pedofilia e demais políticas voltadas para a família , em nível nacional.	27/03
63/19	Ricardo Barros	Requerimento para realização de Audiência Pública na Comissão de Seguridade Social e Família para discussão do tema: "Ampliação do acesso ao diagnóstico e tratamento para a Doença de Chagas no Brasil ".	27/03
64/19	Flávia Moraes	Requer a realização de audiência pública desta Comissão, em conjunto com Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado , para debater sobre o transtorno de personalidade antissocial (sociopatia e psicopatia) , a necessidade de uma política criminal específica para os portadores desse transtorno que cometem crimes, e sobre os meios efetivos de	27/03

		punição e controle para estes indivíduos.	
65/19	Erika Kokay	Requer a criação de SubComissão Especial para elaborar diagnóstico e proposições sobre a Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas.	27/03
66/19	Eduardo Barbosa	Solicita que seja realizada audiência pública para debater a aposentadoria dos trabalhadores cujas atividades sejam exercidas em condições especiais prejudiciais à saúde frente à PEC 6/2019 , na CSSF.	27/03
67/19	Jorge Solla	Requer a realização de audiência pública para debater sobre as possíveis causas da volta do sarampo e as ações do Ministério da Saúde para elevar as taxas de imunização	03/04
68/19	Paula Belmonte	Requer a realização de Audiência Pública , com representantes de entidades públicas e com a sociedade civil organizada, para debater sobre as medidas legislativas e regulatórias necessárias para promoção do direito à alimentação adequada e saudável no Brasil no enfrentamento dos índices crescentes de obesidade infantil e das doenças crônicas não transmissíveis associadas.	03/04
69/19	Paula Belmonte	Requer o aditamento ao Requerimento nº 68/2019 , de inclusão de convidado, na realização da Audiência Pública	03/04
72/19	Chris Tonietto	Requer a realização de Audiência Pública , pela Comissão de Seguridade Social e Família, para debater sobre a proteção da vida do nascituro .	03/04
73/19	Dr. Jaziel	Solicita realização de Audiência Pública para discutir a crescente "Pejotização" dos médicos .	03/04
74/19	Flávia Morais	Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Secretaria da Mulher, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Comissão Externa de Violência Doméstica contra a Mulher para discutir a situação de violência contra brasileiras no exterior .	03/04
75/19	Fernanda Melchionna e Talíria	Requer a aprovação e encaminhamento de Moção de Apoio em favor da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI	03/04
76/19	Jorge Solla	Requer a realização de audiência pública para debater efeitos e consequências da Portaria nº 263/2019, para avaliar redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil	03/04

77/19	Jorge Solla	Requer o aditamento ao Requerimento nº 67/2019 , de inclusão de convidada na reunião de audiência pública para debater sobre as possíveis causas da volta do sarampo e as ações do Ministério da Saúde para elevar as taxas de imunização	03/04
78/19	Rodrigo Coelho	Requerimento Audiência Pública com a finalidade de discutir medidas efetivas para prevenção do suicídio de crianças e adolescentes	03/04
79/19	Alexandre Padilha	Audiência Pública , da Comissão de Seguridade Social e Família, para tratar sobre diversos aspectos do tratamento das hepatites virais no Brasil	03/04
80/19	Antonio Brito	Requer a realização de Audiência Pública para debater a instituição do Dia Nacional do Hepatologista .	03/04
81/19	Jorge Solla	Solicita que seja convocado o Senhor Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde , a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre a aquisição e fornecimento de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	03/04
82/19	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater a situação da Residência Médica no País .	03/04
83/19	Dr. Leonardo	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o valor da cobrança de contribuições adicionais para sanear um déficit de R\$ 27,7 bilhões no qual a Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras , se encontra.	10/04
84/19	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater a atualização e modernização da Tabela do SUS .	10/04
85/19	Carmen Zanotto	Requer o envio de convite à equipe técnica do Ministério da Saúde para apresentar os avanços e ações do plano de expansão da radioterapia .	10/04
86/19	Eduardo Costa	Requer a realização de Audiência Pública para debater a inclusão das pessoas com Doença Renal Crônica na Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.196 de 2015.	10/04
87/19	Pedro Westphalen	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Programa Nacional de Imunização (PNI) , promovido pelo Ministério da Saúde.	10/04
88/19	Dr. Leonardo	Requer, ouvido o plenário da Comissão de Seguridade Social e Família, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o tema Aposentadoria Especial na PEC 6/2019 - Nova Previdência .	10/04

89/19	Eduardo Costa	Requer a realização de Audiência Pública , para debater os Direitos Previdenciários dos Garimpeiros no Brasil .	10/04
90/19	Eduardo Costa	Requer a realização de Audiência Pública , para debater o processo de Revalidação de Diplomas do Curso de Medicina Expedido por Instituições de Ensino Estrangeiras no Brasil.	10/04
91/19	Alexandre Padilha	Requeiro, com fundamento no artigo 32, inciso XVII, alínea a, combinado com o artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão, com a Comissão de Educação, para tratar da carência de médicos na rede pública de saúde bem como a formação de novos profissionais no âmbito do Programa Mais Médicos , com a presença dos seguintes convidados:	16/04
92/19	Fernanda Melchionna	Requer que a audiência aprovada via Requerimento nº 61/2019 para debater a permanência da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI seja realizada em conjunto com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA, no dia 23 de maio de 2019, às 9h30.	16/04
93/19	Tereza Nelma	Requer que seja realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família Audiência Pública para debater "A Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer" .	16/04
94/19	Leandre	Requer a realização de audiência pública , em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para debater o decreto nº 9759/2019, que extingue conselhos de participação social .	16/04
95/19	Talíria Petrone	"Requer a realização de audiência pública conjunta desta Comissão, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão De Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater o Decreto Nº 9.761, de 11 de abril de 2019, que aprova a Política Nacional sobre Drogas ".	24/04
96/19	Dr. Frederico	"Requer que a Comissão de Seguridade Social e Família a realização de audiência pública para discutir o tema "Criação da semana de prevenção e combate ao câncer de pele" ".	24/04
98/19	Alexandre Padilha e Erika Kokay	"Requer a realização de seminário para discutir o Projeto de Lei nº 6.126/13, que "Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina ".	24/04
99/19	Dr. Jaziel	"Solicita inclusão de um convidado na mesa da Audiência Pública que irá discutir a crescente "Pejotização" dos médicos ".	24/04
100/19	Pastor Sargento Isidório	"Requer realização de Audiência Pública para discussão do PL 6.126/2013, que propõe alterações na Lei nº 12.842/2013, que trata da Regulamentação da Medicina ".	24/04

101/19	Jandira Feghali	"Requer a realização de Audiência Pública para discutir os cortes do orçamento para realização do Censo Demográfico 2020 ".	24/04
102/19	Flordelis	Requer a realização de Seminário para discutir o sistema da adoção no Brasil .	24/04
103/19	Flávia Moraes	Requer que seja realizada Audiência Pública , em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para discutir as políticas públicas voltadas ao tratamento e prevenção da síndrome demencial .	24/04
104/19	Hiran Gonçalves	Requer a aprovação da programação do VI Fórum Nacional de Saúde Ocular .	24/04
105/19	Fernanda Melchionna	Requer a realização do XVI Seminário LGBTI+ do Congresso Nacional .	24/04
106/19	Dr. Zacharias Calil	Requer realização de Audiência Pública para debater sobre ações para proteção e tratamento da criança com traqueostomia .	24/04
107/19	Rodrigo Coelho	Requerimento para indicação de Convidado para Audiência Pública .	24/04
108/19	Dr. Jaziel	Requer a realização de seminário para debater sobre a Situação Atual do Sistema Único de Saúde (SUS) e suas possibilidades de reformulação .	24/04
109/19	Dr. Zacharias Calil	Requer realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços para debater o processo de avaliação de patentes no Brasil .	24/04
110/19	SubComissão Esp. Da Seguridade da Mulher	Requer a realização de Eventos nos Estados Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.	24/04
111/19	Antonio Britto	Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o PRONON e o PRONAS/PCD .	24/04
112/19	Alexandre Serfiotis	Requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, para discutir a agenda proposta pelos Grupo de Especialistas da Divisão de Políticas Sociais e Desenvolvimento (DSPD) do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas - ONU, denominada "Políticas familiares e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento	08/05

		Sustentável".	
113/19	Celina Leão	Solicito a realização de Audiência Pública para discutir os danos de saúde sofridos pelos caminhoneiros durante o exercício da profissão.	08/05
114/19	Dr. Luiz Antonio Teixeira Junior	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater a proposta de redução de impostos para a indústria tabagista proposta pelo Governo Federal.	08/05
115/19	Carmen Zanotto	Requer o envio de convite ao Secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde (Audiência Pública) para debater sobre o aumento no número de casos e as mortes por dengue, assim como as ações da pasta para combater tal agravamento.	08/05
116/19	Sergio Vidigal	que "requer a realização de audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família, para debater a decisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de deferir pleitos de registro de agrotóxicos considerados altamente tóxicos e perigosos ou muito perigosos ao meio ambiente".	08/05
117/19	Adriana Ventura	(REQ 9/2019) - que "requer a inclusão de convidados em seminário "sobre o uso de Telemedicina "aprovado pelos Requerimentos nº 09/2019 e 12/2019".	08/05
118/19	Diego Garcia	que "requer a realização de Seminário conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Comissão de Seguridade Social e Família e com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sobre MÃES DE CRIANÇAS COM MICROCEFALIA: ENTENDENDO OS DESAFIOS E SUPERANDO O PRECONCEITO".	08/05
120/19	Paula Belmonte	que "solicita a realização, de Seminário no âmbito desta Comissão para discutir a aplicação os avanços e as dificuldades existentes nesses 30 anos de atuação do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA".	08/05
121/19	Alexandre Serfiotis	que "requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, para discutir a implementação da legislação sobre adoção vigente no Brasil a partir da Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017".	08/05
122/19	Jorge Solla	(PL 5278/2009) - que "requer a realização de Seminário em Salvador para debater o PL 5278/2009, que dispõe sobre o piso salarial do assistente social".	08/05
123/19	Santini	(REQ 98/2019) - Que "requer a inclusão de convidados na Audiência Pública em que será debatido o PL 6.123/2013 "Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da	15/05

		Medicina" objeto do Requerimento nº 98/2019".	
124/19	Silvia Cristina	(PL 1605/2019) - que "requer, ouvido o plenário dessa Comissão a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei 1605/2019, que "Institui o Estatuto da Pessoa com Câncer e dá outras providências"".	15/05
125/19	Alexandre Padilha	(REQ 91/2019) - que "requer a inclusão de convidado na Audiência Pública , aprovada através do Requerimento nº 91/2019, destinada a tratar da carência de médicos na rede pública de saúde bem como a formação de novos profissionais no âmbito do Programa Mais Médicos".	15/05
128/19	Antonio Brito e Carmen Zanotto	"requer a realização de Audiência Pública destinada a debater a cirurgia bariátrica e metabólica no Brasil".	15/05
130/19	Alexandre Padilha	que "requero, com fundamento no artigo 32, inciso XVII, alínea a, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para apresentação e debate sobre os resultados da investigação conjunta da Repórter Brasil, Agência Pública e a organização suíça Public Eye publicada em 15 de abril de 2019 sob o título ""Coquetel" com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios", com a presença dos(as) seguintes convidados(as): "	15/05
131/19	Sergio Vidigal	(REQ 116/2019) - que "requer o aditamento do Requerimento 116/2019 para incluir novo convidado para a audiência pública que debaterá o tema dos agrotóxicos e os registros concedidos neste ano pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento".	15/05
132/19	SubComissão Especial da Seguridade da mulher	que "requer a realização de Seminário intitulado "As Mulheres e a Previdência hoje"".	15/05
133/19	SubComissão Especial da Seguridade da mulher	"requer a realização de Seminário intitulado "Proteção Social e Mercado de Trabalho da Mulher"".	15/05
134/19	Dr. Frederico	(REQ 96/2019) - que "requerer inclusão de uma nova entidade para participação na audiência pública aprovada pelo requerimento 96, que discutirá o tema "criação da semana de prevenção e combate ao câncer de pele""	15/05

135/19	Flordelis	(REQ 102/2019) - que "requer a inclusão de convidados no Seminário "Debate sobre o Instituto da Adoção no Brasil " aprovado pelo Requerimento nº 102/2019.".	15/05
136/19	Sergio Vidigal	que "requer a realização de audiência pública destinada a discutir a situação fiscal do sistema de Previdência Social do Brasil".	15/05
137/19	Pompeo de Mattos	que "requer a convocação do Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes , para prestar pessoalmente esclarecimentos sobre a PEC nº 6/19, que modifica o sistema de previdência social brasileiro".	15/05
138/19	Pastor Sargento Isidório	(PL 6126/2013) - que "requer a inclusão de Representante do Exército Brasileiro e Representante do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria - CBOO, no Seminário para discutir o Projeto de Lei nº 6126/2013, que altera a Lei nº 12.842/2013, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da medicina".	15/05
139/19	Sergio Vidigal	que "requer a realização de Seminário no Estado do Espírito Santo/ES para discutir temas relacionados à pesquisa, desenvolvimento e uso de fármacos experimentais para tratamento de doenças raras".	15/05
140/19	Sergio Vidigal	que "requer a realização de seminário em cidade da região Sul do Brasil para discutir temas relacionados à pesquisa, desenvolvimento e uso de fármacos experimentais para tratamento de doenças raras".	15/05
141/19	Sergio Vidigal	que "requer a realização de seminário em cidade da região Centro-Oeste do Brasil para discutir temas relacionados à pesquisa, desenvolvimento e uso de fármacos experimentais para tratamento de doenças raras".	15/05
142/19	Sergio Vidigal	que "requer a realização de seminário em cidade da região Nordeste do Brasil para discutir temas relacionados à pesquisa, desenvolvimento e uso de fármacos experimentais para tratamento de doenças raras".	15/05
143/19	Sergio Vidigal	"requer a realização de seminário em cidade da região Sudeste do Brasil para discutir temas relacionados à pesquisa, desenvolvimento e uso de fármacos experimentais para tratamento de doenças raras".	15/05
144/19	Sergio Vidigal	"requer a realização de seminário em cidade da região Norte do Brasil para discutir temas relacionados à pesquisa, desenvolvimento e uso de fármacos experimentais para tratamento de doenças raras".	15/05
145/19	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	que "requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater o desabastecimento de medicamentos na rede pública de saúde".	15/05

146/19	Paula Belmonte	(PL 4815/2009) - que "requer a realização de audiência pública para debater sobre a comercialização de brinquedos associados à aquisição de alimentos e bebidas para o público infantil".	15/05
147/19	Eduardo Barbosa	que "requer a realização audiência pública para debater a Política de Assistência Social no Brasil, pela SubComissão Permanente de Assistência Social - CSSF".	15/05
148/19	Carmen Zanotto	que "requer a realização de reunião com o sr. Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado de Saúde , e os Secretários do Ministério da saúde para debater sobre as propostas constantes das prioridades da pasta em consonância com os eixos temáticos que definimos dentro do plano de trabalho da subComissão Permanente da Saúde".	15/05
149/19	Flordelis	(REQ 102/2019) - que "requer a inclusão de convidada no Seminário "Debate sobre o Instituto da Adoção no Brasil" aprovado pelo Requerimento nº 102/2019".	15/05
150/19	Carmen Zanotto	que "solicita realização de Seminário para discutir sobre " Políticas Públicas para o Câncer de Cabeça e Pescoço ".	15/05
151/19	SubComissão Permanente da Previdência Social	que "requer a realização de Audiência Pública , para debater a Previdência Social dos Estados e Municípios no Brasil".	15/05
152/19	SubComissão Permanente da Previdência Social	"requer a realização de Audiência Pública , para debater o Déficit da Previdência Social no Brasil".	15/05
153/19	SubComissão Permanente da Previdência Social	que "requer a realização de Audiência Pública , para debater sobre a Transparência dos Dados de Arrecadação das Contribuições e das Despesas - Semelhanças e Diferenças entre os Regimes - Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no Brasil".	15/05
154/19	SubComissão Permanente da Previdência Social	Que "requer realização de Audiência Pública para discutir a reforma previdenciária, com o envolvimento das entidades federativas descentralizadas".	15/05
155/19	SubComissão Permanente da Previdência Social	que "requer realização de Audiência Pública para discutir a reforma previdenciária, com o envolvimento das entidades federativas descentralizadas".	15/05
156/19	Diego Garcia	que "requer realização de audiência pública para debater a situação dos médicos cubanos que participavam do Programa Mais Médicos e permaneceram no Brasil após a saída de Cuba do Programa".	22/05

157/19	Pompeo de Mattos	(PL 7082/2017) - que "requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei n.º 7.082, de 2017, que dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com seres humanos".	22/05
158/19	Roberto de Lucena	que "requer a realização de audiência pública destinada a debater o desemprego no Brasil e seus impactos sobre as contas da Previdência".	22/05
159/19	Marília Arraes	que "requer a inclusão de Representante da Federação Nacional das Entidades de Empresas Prestadoras de Serviços de Fisioterapia no Seminário para discutir o Projeto de Lei nº 6126/2013, que altera a Lei nº 12.842/2013, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da medicina".	22/05
160/19	Jandira Feghali	que "requer a realização de Audiência Pública para discutir a abolição do termo "violência obstétrica", por parte do Ministério da Saúde".	22/05
161/19	Carmen Zanotto e Leandre	que "requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater sobre a consolidação dos consórcios públicos intermunicipais como estratégia para o desenvolvimento não apenas dos Municípios envolvidos, mas de todo o entorno regional, oportunizando planejamento, implementação e gestão compartilhada de políticas públicas".	22/05
162/19	Carmen Zanotto	que "requer a realização de audiência pública para debater sobre Política Nacional sobre Drogas com foco nas comunidades terapêuticas".	22/05
163/19	Adriana Ventura e Rodrigo Coelho	(REQ 146/2019) - que "requer a inclusão de convidados em audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 146/2019 , que trata de realização de audiência pública para debater sobre a comercialização de brinquedos associados à aquisição de alimentos e bebidas para o público infantil."".	22/05
164/19	Erika Kokay	que "requer o aditamento ao Requerimento nº 146/2019 , que "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a comercialização de brinquedos associados à aquisição de alimentos e bebida para o público infantil"".	22/05
165/19	Jorge Solla	"requer a participação de comitiva da CSSF no VIII Fórum Social Mundial da Saúde e Seguridade Social, em Bogotá, Colômbia ".	22/05
166/19	Fernanda Melchionna	que "requer a Convocação do Ministro Paulo Guedes na Comissão de Seguridade Social e Família para prestar informações sobre regime de capitalização e demais propostas do governo para a Seguridade Social".	18/06
167/19	Liziane Bayer	que "requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debater a Nefrologia e Doenças Renais no Brasil".	12/06

168/19	Eduardo Barbosa e Daniela do Waguinho	que "requer a realização de audiência pública conjunta para discussão da iminente interrupção do fluxo de recursos para pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC)".	12/06
169/19	Flordelis	que "requer aprovação de Moção de Repúdio ao evento "Adoção na Passarela" realizado no Pantanal Shopping, Cuiabá - MT".	12/06
171/19	Fernanda Melchionna	que "requer a realização de Audiência Pública intitulada "Situação das políticas públicas para HIV/aids no Brasil"".	12/06
172/19	Chico D'Angelo	que "requer a realização de audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família para debater o decreto 9.795/19 que passa o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais passa a se chamar "Departamento de doenças de Condições Crônicas e Infecções sexualmente transmissíveis".	12/06
173/19	Hiran Gonçalves	que "requer realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços para debater o processo de avaliação de patentes de medicamentos no Brasil e a importância do acesso às novas tecnologias".	12/06
175/19	Fernanda Melchionna	(REQ 105/2019) - que "requer aditamento ao REQ nº 105/2019 , que "requer a realização do XVI Seminário LGBTI+ do Congresso Nacional" para que o evento tenha realização conjunta entre diversas comissões desta Casa".	12/06
176/19	Antonio Brito	que " aditamento ao Requerimento nº 111/2019 , aprovado no dia 24 de abril de 2019, para incluir convidados para a audiência pública destinada a debater o PRONON e o PRONAS/PCD".	12/06
177/19	Alexandre Padilha e Professora Rosa Neide	que "requer informações ao Ministro da Saúde sobre a atual situação da política de atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil ".	12/06
178/19	Jorge Solla e Alexandre Padilha	que "solicita que seja convocado o Senhor Paulo Guedes , Ministro de Estado da Economia, a fim de prestar informações o impacto da Emenda Constitucional 95, de 2016, na Seguridade Social".	12/06
179/19	Sergio Vidigal	que "requer a realização de audiência pública desta Comissão para debater sobre a extinção do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)".	12/06
180/19	Silvia Cristina	que "requer, ouvido o plenário dessa Comissão a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o tema "Desnutrição do Paciente Oncológico: ações e políticas para sobre a importância da nutrição hospitalar"".	12/06

181/19	Dr. Leonardo e Eli Borges	"requer a realização de Audiência Pública para discutir a instituição do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Visual Monocular".	12/06
182/19	Liziane Bayer	"requer a realização de Seminário para tratar da complexidade que envolve o tema do suicídio no Estado do Rio Grande do Sul".	12/06
183/19	Zé Vitor	"requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debater a universalização do acesso a ações e serviços de saúde das populações do campo, floresta e águas	12/06
184/19	SubComissão Especial de Adoção, Pedofilia e Família	que "requer a realização de Audiência Pública para discussão sobre aprimoramentos legislativos em prol do combate a pedofilia e o abuso sexual de menores".	12/06
185/19	Liziane Bayer	que "requer a realização de Audiência Pública para debater a prevenção ao suicídio e a valorização da vida, a ser realizada no mês de setembro".	12/06
186/19	Liziane Bayer	"requer a realização de audiência pública para discutir a relevância da criação, por meio de lei, do Dia Nacional do Rim, a ser celebrado, anualmente, na segunda quinta-feira do mês de março".	12/06
187/19	Liziane Bayer	"requer a realização de Audiência Pública para discutir os impactos da internet na vida, no desenvolvimento da criança, do adolescente, no jovem e na família".	12/06
189/19	Chris Tonietto	"requer Aditamento ao Requerimento nº 72/2019 , relativo à realização de Audiência Pública, pela Comissão de Seguridade Social e Família, para debater sobre a proteção da vida do nascituro".	12/06
190/19	Alexandre Padilha	Requeiro, com fundamento no artigo 32, inciso XVII, alínea a, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para que representantes do governo apresentem esclarecimentos referentes ao posicionamento do governo brasileiro na Assembleia Mundial de Saúde em relação aos vários temas da Assembleia, como também sobre a resolução da Organização Mundial da Saúde (OMS) que defende medidas para garantir acesso aos serviços de saúde aos palestinos que vivem sob ocupação israelense.	18/06
191/19	Alexandre Padilha	Requer a realização de visita técnica para averiguar e acompanhar a situação da população das áreas desassistidas pelo Programa Mais Médicos .	12/06
192/19	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública , em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com a finalidade de discutir sobre a formulação de uma política nacional de reabilitação das anomalias craniofaciais e a situação das pessoas com fissura Labiopalatina e Fenda	12/06

		Palatina no Brasil a fim acolher sugestões para a transformação do cenário futuro no tratamento de nascidos com malformação congênita.	
193/19	Carmen Zanotto	Requer o aditamento ao Requerimento 167/19 CSSF de autoria da Deputada Liziane Bayer - que "Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debater a Nefrologia e Doenças Renais no Brasil".	12/06
194/19	Liziane Bayer	"requer a realização de a realização de audiência pública conjunta para tratar sobre o Cadastro Nacional de Adoção - principais resultados e desafios deste Sistema".	12/06
195/19	Chico D'Angelo	"requer a realização de audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família para discutir o atual quadro das crianças infectadas pela Síndrome Congênita do Zika Vírus".	12/06
196/19	Eduardo Costa	"requer a realização de Audiência Pública debater a universalização do acesso ao saneamento".	12/06
197/19	Policial Katia Sastre	"requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, para discussão sobre a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental".	12/06
198/19	Alexandre Serfiotis	"requer seja aprovada Moção de Contrariedade da Comissão de Seguridade Social e Família ao evento "Adoção na Passarela", realizado em shopping center de Cuiabá - MT, com crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, aptos a serem adotados".	12/06
199/19	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Viação e Transportes - CVT, para debater o Projeto de Lei nº 3267/2019, do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997".	12/06
200/19	Heitor Schuch	Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública desta Comissão, que irá debater sobre a Portaria 263/2019 que estuda a redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil.	12/06
201/19	Juscelino Filho	Requer a realização de Seminário Internacional sobre a Longevidade Humana e Seguridade Social, a ser realizada no dia vinte e seis de junho do corrente ano.	12/06
202/19	Érika Kokay	Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 7.082, de 2017, que "Dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos".	18/06
203/19	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater o aumento abusivo nos reajustes de planos de saúde.	18/06

204/19	Policial Katia Sastre	Requer o aditamento aos Requerimentos 184/2019 de autoria da SubComissão Especial para tratar de temas relativos à adoção, ao aprimoramento legislativo em prol do combate à pedofilia e demais políticas voltadas para a família, e 185/2019 de autoria da Deputada Liziane Bayer - que requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debater a prevenção ao suicídio e a valorização da vida, para incluir convidados.	18/06
205/19	Sóstenes Cavalcante	Requer a realização de Audiência Pública , em data a ser designada, com a finalidade de esclarecer denúncias de irregularidades na Fundação GEAP, AUTOGESTÃO EM SAÚDE.	03/07
206/19	Dr. Luiz Ovando	que "requer a realização de Audiência Pública sobre a implantação de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro com intuito de doação de células ou tecidos para utilização terapêutica em irmão".	18/06
207/19	Santini	(PL 5414/2016) - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir os Projetos de Lei nºs. 5.414, de 2016, 6.858, de 2017 e 7.121, de 2017".	18/06
208/19	Leandre	(REQ 111/2019) - que "requer a inclusão de participante convidado para audiência pública referente ao Requerimento nº 111/2019, aprovado nesta Comissão, que "requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o PRONON e o PRONAS/PCD."	18/06
209/19	Leandre	"requer a realização de audiência pública para apresentação do relatório "Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil", elaborado pela Unicef, e discussão acerca da pobreza infantil multidimensional".	18/06
210/19	Eduardo Costa	Requer a realização de Audiência Pública sobre as medidas protetivas para prevenção de acidentes por vazamento de substâncias tóxicas domésticas e empresariais.	26/06
211/19	Pedro Westphalen	Aditamento ao requerimento nº. 87/2019 de realização de Audiência Pública para debater o Programa Nacional de Imunização (PNI), promovido pelo Ministério da Saúde.	26/06
213/19	SubComissão Permanente da Saúde	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a Portaria nº 233, de 15 de abril de 2019, da STN do Ministério da Economia , que "estabelece regra transitória em razão da necessidade de definição de rotinas e contas contábeis, bem como classificações orçamentárias para operacionalização do item 04.01.02.01 (3) da 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 389, de 14 de junho de 2018".	26/06
214/19	SubComissão Permanente da Saúde	Requer que seja realizada audiência pública conjunta , no âmbito desta Comissão, com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para debater a concessão de órteses e próteses e meios de locomoção das pessoas com deficiência, no âmbito da Rede de Atenção a Pessoa com	26.06

		Deficiência.	
215/19	SubComissão Especial destinada a acompanhar e propor aprimoramentos legislativos ao tratamento de doenças raras pelo Sistema Único de Saúde - SUS	Requer a realização de audiência pública no âmbito da SubComissão Especial de Doenças Raras para debater a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras .	26.06
216/19	Santini	Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do Requerimento nº 207/2019, destinada a discutir os Projetos de Lei nºs. 5.414, de 2016, 6.858, de 2017 e 7.121, de 2017 que tratam da proibição do incentivo e do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde .	26.06
217/19	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater o exercício ilegal da medicina .	26/06
218/19	Fernanda Melchionna e Talíria Petrone	Requer a realização de audiência pública conjunta Comissão de Seguridade Social e Família e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher acerca dos fluxos de atendimento em casos de interrupção da gravidez .	26/06
219/19	Carmen Zanotto e Adriana Ventura	Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 10.106/2018, que "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) ", e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade AdMinistrativa), para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade adMinistrativa e os Projetos de Lei do Senado 192/2018 e 140/2017 que alteram a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar prazo máximo para agendamento para realização de consulta, exame ou procedimento no SUS, conforme lista pública de ampla divulgação para controle social.	26/06
220/19	Antonio Brito	Requer a impressão de 100 (cem) exemplares da Edição Especial do Jornal Plenário 07 da Comissão de Seguridade Social e Família	26/06

221/19	Rodrigo Coelho	Requer Audiência Pública com a finalidade de discutir o PL nº 2518/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas aéreas de manter desfibrilador cardíaco e dá outras providências.	03/07
222/19	Pinheirinho	Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública , objeto do Requerimento nº 207/2019, para discutir os Projetos de Lei nºs. 5.414, de 2016; 6.858, de 2017 e 7.121, de 2017, que tratam de ensino na modalidade à distância de educação continuada .	03/07
223/19	Eduardo Costa	Requer aditamento na Audiência Pública que debaterá a Regulamentação da Cannabis Medicinal no Brasil : Potencial Terapêutico na Imunologia, Metabologia, Neurologia, Oncologia e Psiquiatria.	03/07
224/19	Fernanda Melchionna	Requer a realização de Audiência Pública intitulada " Situação de pessoas LGBTI+ nos presídios brasileiros ".	03/07
225/19	Darcísio Perondi	Requer a realização de audiência pública , a fim de debater a Emenda Constitucional nº 95/2016, que limita o teto dos gastos .	03/07
226/19	Rejane Dias	Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para debater a influência da internet e das redes sociais na automutilação e no suicídio de jovens .	03/07
227/19	Fernanda Melchionna	Requer Audiência Pública para debater o Decreto nº 9.795/19 no tocante a Saúde dos Povos Indígenas .	03/07
228/19	Fernanda Melchionna	Requer o comparecimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil Sr. Ernesto Araújo para prestar, pessoalmente, informações sobre as recentes instruções dadas ao corpo diplomático no sentido de vetar nos textos e resoluções da ONU uma série de expressões relativas a gênero, feminismo e saúde reprodutiva .	03/07
229/19	Adriana Ventura	Requer ADITAMENTO ao Requerimento 219/19 CSSF de autoria das Deputadas Carmen Zanotto e Adriana Ventura - que "Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 10.106/2018, que "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) , e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade AdMinistrativa), para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade adMinistrativa e os Projetos de Lei do Senado 192/2018 e 140/2017 que alteram a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar prazo máximo para agendamento para realização de consulta, exame ou procedimento no SUS, conforme lista pública de ampla divulgação para controle social".	03/07

230/19	Talíria Petrone	Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública destinada a debater os fluxos de atendimento em casos de interrupção da gravidez .	03/07
231/19	Darcísio Perondi	Requer a realização de audiência pública , a fim de debater a Emendas Parlamentares da Saúde .	10/07
232/19	Pedro Westphalen	Requer a criação , nesta Comissão de Seguridade Social e Família, de GRUPO DE TRABALHO destinado a discutir a imunização e cobertura vacinal no País .	10/07
233/19	Jorge Solla	Requer o aditamento ao Requerimento nº 225/2019, para incluir o Ministro Paulo Guedes na Audiência Pública para debater a EC nº 95/2016 .	10/07
234/19	Dr. Luiz Ovando	Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública para discutir os Projetos de Lei nºs. 5.414, de 2016; 6.858, de 2017 e 7.121, de 2017, objeto do Requerimento nº 207/2019 .	10/07
235/19	Dr. Zacharias Calil	Requer realização de Audiência Pública para debater sobre o PL 1.171/19 e PL 1.549/19 que tratam sobre educação a distância nas graduações dos cursos da saúde e da engenharia civil e agrônômica .	10/07
237/19	Jorge Solla	Requer o aditamento ao Requerimento nº 205/2019 , para incluir representantes dos beneficiários do Plano de Saúde GEAP.	14/08
238/19	Alexandre Padilha	Requer realização de audiência pública , conjunta, com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para debater o Projeto de Lei nº 3.635/2019, que "Garante à gestante a possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal" .	14/08
239/19	Dr. Luiz Ovando	Requer a realização de Audiência Pública para debater a valorização do Clínico e seu impacto resolutivo na atenção básica de saúde .	14/08
240/19	Dr. Luiz Ovando	Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública sobre a implantação de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro com intuito de doação de células ou tecidos para utilização terapêutica em irmão .	14/08
241/19	Silvia Cristina	Requer, ouvido o plenário dessa Comissão a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o tema "Pessoas Desaparecidas no estado de Rondônia e no Brasil" .	14/08
243/19	Chris Tonietto	Requer a realização, na Comissão de Seguridade Social e Família, de Seminário de Valorização da Família no Congresso Nacional .	14/08

245/19	Chico D'Angelo	Solicita seja convidado a Sr., Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde , a fim de prestar esclarecimentos sobre as medidas tomadas pela pasta para conter o avanço do Sarampo no Brasil.	21/08
246/19	Chris Tonietto	Requer aditamento ao Requerimento nº 243/2019, relativo à realização, pela Comissão de Seguridade Social e Família, de Seminário de Valorização da Família no Congresso Nacional.	14/08
247/19	Leandre	Requer a realização de missão oficial às cidades de Boa Vista e Pacaraima , no Estado de Roraima, com o objetivo de conhecer a situação dos refugiados e avaliar o atendimento de saúde realizado pelo governo brasileiro, em especial às crianças na fase da primeira infância.	14/08
248/19	Eduardo Costa	Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater a liberação indiscriminada de agrotóxicos no Brasil e os Impactos à Saúde da Sociedade.	14/08
249/19	Eduardo Costa	Requer a realização de audiência pública para discutir a relevância da criação, por meio de lei, do Dia da Conscientização da Afasia.	14/08
250/19	SubComissão Permanente da Saúde	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para discutir o financiamento da saúde pelos entes federados.	14/08
251/19	SubComissão Permanente da Saúde	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para discutir a revisão de instrumentos de gestão do SUS.	14/08
252/19	SubComissão Permanente da Saúde	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para discutir a regionalização, consórcios públicos de saúde , hierarquização de procedimentos e a informatização da atenção no SUS.	14/08
253/19	SubComissão Permanente da Saúde	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para discutir a avaliação de instrumentos de planejamento federais na saúde e a criação de plano decenal da saúde.	14/08
254/19	SubComissão Permanente da Saúde	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para discutir a situação assistência farmacêutica no País.	14/08
255/19	Carmen Zanotto	Requer o aditamento ao Requerimento 57/19 de autoria da Deputada Carmen Zanotto - que "Requer a realização de audiência pública para debater sobre a Portaria Nº 64, De 11 De Dezembro De 2018 que	14/08

		determina aos laboratórios da rede pública e rede privada, de todas as Unidades Federadas, a utilização das normas de interpretação para os testes de sensibilidade aos antimicrobianos (TSA), tendo como base os documentos da versão brasileira do European Committee on Antimicrobial Susceptibility Testing".	
256/19	Eduardo Costa	Requer a realização de audiência pública para discutir o PL 2121/2011 que versa sobre o descarte de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo.	14/08
257/19	Eduardo Costa	Requer a realização de seminário para debater a aplicação da Lei 13.019, de 2014, no âmbito da SubComissão Permanente de Assistência Social.	14/08
258/19	Diego Garcia	Requer a realização de Audiência Pública para debate sobre a Hemofilia.	14/08
259/19	Liziane Bayer	Requer a conversão do Requerimento 185/2019 aprovado nesta Comissão em Simpósio conjunto com a Frente Parlamentar em Combate ao Suicídio e Automutilação.	14/08
260/19	Dr. Zacharias Calil	Requer a inclusão de convidado na audiência pública, que tramita sob o Requerimento nº 235/2019, que "Requer audiência pública para debater o PL 1171/19 e o PL 1549/19 que tratam sobre educação a distância nas graduações dos cursos da saúde e da engenharia civil e agrônoma."	14/08
261/19	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer a realização de Visita Técnica às instalações do Hospital de Amor (Hospital de Câncer de Barretos).	14/08
262/19	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater a criação do Programa Médicos Pelo Brasil , bem como outras mudanças implementadas pelo atual governo na atenção primária à saúde em nosso País.	14/08
263/19	Flávia Moraes	Requer a realização de audiência pública desta Comissão para debater sobre a prática da teleconsulta ou consulta médica remota.	21/08
264/19	Enéias Reis	Requer a realização de Audiência Pública para debater a Agenda 2030 e as Metas do Objetivo 3. Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.	21/08
265/19	Darcísio Perondi	Requer o aditamento ao Requerimento nº 238/2019, de autoria do Deputado Alexandre Padilha, que requer a realização de audiência pública , conjunta, com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para debater o PL 3.635/2019.	21/08

266/19	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Programa Nacional de Atenção Integral as Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias.	21/08
267/19	Pedro Westphalen	Requer a realização de Reuniões Técnicas do Grupo de Trabalho de Imunização e Cobertura Vacinal no País , no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família.	21/08
268/19	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater as perspectivas e o futuro da Ortopedia no País.	21/08
269/19	Alice Portugal	"Requer a inclusão da Sra. Zilamar Costa Fernandes , do Conselho Federal de Farmácia, como debatedora na Audiência Pública da CSSF que discutirá o Ensino à Distância nos cursos da área de saúde. "	21/08
270/19	Flávia Arruda	Requer a realização de Audiência Pública para colher subsídios para a elaboração do relatório do Projeto de Lei no. 597, de 2019, que Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, " institui normas básicas sobre alimentos ", para dispor sobre alimentos integrais.	21/08
271/19	Antonio Brito	Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater a aplicação da Lei Arbitragem e seus avanços para o País.	21/08
272/19	Talíria Petrone	Requer a realização de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família sobre a situação dos hospitais e Institutos federais do Estado do Rio de Janeiro.	28/08
273/19	Leandre	Requer a realização do VII Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância , em parceria com a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância e a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.	28/08
274/19	Alexandre Serfiotis e Liziane Bayer	Requer realização de Seminário da Comissão de Seguridade Social e Família, com o tema " Família e Desenvolvimento Social ", com foco no equilíbrio trabalho-família, maternidade e primeira infância.	28/08
276/19	Flávia Moraes	Requer realização de audiência pública para discutir a forma de financiamento e organização da política de oncologia do Brasil.	28/08
277/19	Flávia Moraes	Requer o aditamento do Requerimento nº 263/2019, para incluir convidado para a audiência pública que debaterá sobre a prática da teleconsulta ou consulta médica remota.	28/08
278/19	Diego Garcia	Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 10.027/2018 , sobre utilizar o nome afetivo durante a guarda provisória de crianças e adolescentes.	28/08

279/18	Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública para avaliar os impactos das Portarias MS/SAS nº 1.253/2013 e MS/GM 15/2018, que redefiniu a forma de financiamento das momografias de rastreamento conforme Lei de 11.664 de 2008, que " Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS ", conforme art. 2º , III, que dispõe sobre a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade.	28/08
280/19	Flávia Moraes	Requer o aditamento do Requerimento nº 276/2019 , para incluir convidados para a audiência pública que debaterá a forma de financiamento e organização da política de oncologia do Brasil.	04/09
281/19	Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública sobre Câncer de Pênis , a ser realizada em novembro durante a Campanha Novembro Azul.	04/09
282/19	Carmen Zanotto	Requer que seja realizado Seminário com o tema: " GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: PARA ALÉM DE DIREITOS, UMA QUESTÃO DE DESENVOLVIMENTO ", em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.	04/09
283/19	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para discussão do PDC 1008/2018 sobre os avanços e pontos mais polêmicos da Resolução Anvisa RDC nº 222 , de 28 de março de 2018.	04/09
284/19	Adriana Ventura	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar sobre o uso nocivo do álcool e seus impactos na sociedade brasileira .	04/09
285/19	Santini	Requer a realização de Audiência Pública a fim de debater o Projeto de Lei nº 571, de 2011, e seus apensos, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para autorizar o maior de 16 anos desde que emancipado, a obter habilitação de motorista .	18/09
286/19	Tereza Nelma	Apresentação do Requerimento n. 286/2019, pela Deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), que: "Requer que seja acrescentado convidado para a audiência pública no âmbito desta Comissão , para debater o PL 1.171/19 e PL 1.549/19 que tratam sobre educação a distância nas graduações dos cursos da saúde e da engenharia civil e agrônoma ".	18/09
287/19	Alexandre Padilha	Requeiro, com fundamento no artigo 32, inciso XVII, alínea a, combinado com o artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater o novo financiamento da Atenção Básica e a "Carteira de Serviços da Atenção Primária" propostos pelo Ministério da Saúde.	18/09

288/19	Leandre	Requer, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, a realização de Seminário Internacional sobre Sistema de Cuidados para Pessoas Idosas.	18/09
289/19	Sergio Vidigal	Requer a realização do XII Fórum de Atenção Integral à Saúde do Homem.	18/09
290/19	Pedro Westphalen	Requer a indicação de convidados à Reunião Técnica do Grupo de Trabalho de Imunização e Cobertura Vacinal no País , no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).	18/09
291/19	Fernanda Melchionna	Propõe a adição de nomes a serem convidados para participar da Audiência Pública sobre a situação das políticas públicas para HIV/aids no Brasil.	18/09
292/19	Jorge Solla	Requer a realização de audiência pública para debater sobre o tema "Alimentação Saudável nas Escolas" , e sugere que possa acontecer entre 15 a 17 de outubro	18/09
293/19	Jorge Solla e Eduardo Barbosa	Requer que a manifestação técnica da Comissão de Seguridade Social e Família seja encaminhada para a Comissão de Finanças e Tributação para compor o avulso do PDL nº 219, de 2019 , que "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Portaria STN nº 233, de 15 de abril de 2019, e do Item 04.01.02.01(3) da 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 389, de 14 de junho de 2018".	18/09
294/19	Dr. Leonardo	Requer Audiência Pública para discutir a correlação entre a contaminação da água por cianobactérias e o aumento de números de casos de microcefalia , com o objetivo de levantar subsídios para o estabelecimento de um novo marco regulatório para determinar a quantidade segura de cianobactérias na água	18/09
295/19	Roberto de Lucena	que "requer a realização de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família destinada a debater a criação de animais de estimação e suas consequências para a saúde e bem estar dos animais ".	25/09
296/19	Dr. Leonardo	que "requer a realização de Audiência Pública para tratar o tema da gravidez na adolescência no Brasil ".	25/09
297/19	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	que "requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater a utilização do zika vírus no tratamento dos tumores cerebrais ".	25/09
298/19	Sergio Vidigal	que "requer a realização de Audiência Pública a ser realizada na SubComissão Doenças Raras da Comissão Seguridade Social , para ouvir a sociedade civil sobre "Doenças Raras" ".	25/09

299/19	Sergio Vidigal	que "requer a realização de Audiência Pública a ser realizada na Comissão de Seguridade Social e Família tendo como tema o " CANABIDIOL ".	25/09
300/19	Paula Belmonte	"solicita a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para discutir a proposta de criação da Comissão Permanente de Políticas Públicas no âmbito do Conanda".	25/09
301/19	Ossesio Silva e outros	que "requer a realização de Seminário para discutir o " Abuso Sexual Infantil e a Família ".	25/09
302/19	Paula Belmonte	(REQ 120/2019) - que "requer o aditamento ao Requerimento nº120/2019 , de inclusão de convidados , na realização do Seminário destinado a discutir sobre a aplicação os avanços e as dificuldades existentes nesses 30 anos de atuação do Estatuto da Criança e do Adolescente ".	25/09
303/19	Alexandre Padilha	que "requer a realização, no âmbito desta Comissão, de Seminário sobre a história do HIV e da AIDS no Brasil ".	25/09
304/19	Carmen Zanotto	(REQ 192/2019) - que "requer ADITAMENTO ao Requerimento 191/19 CPD de autoria da Deputada Carmen Zanotto - que "Requer a realização de Audiência Pública , em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com a finalidade de discutir sobre a formulação de uma política nacional de reabilitação das anomalias craniofaciais e a situação das pessoas com fissura Labiopalatina e Fenda Palatina no Brasil a fim acolher sugestões para a transformação do cenário futuro no tratamento de nascidos com malformação congênita. "	25/09
305/19	Dr. Luiz Ovando	(REQ 206/2019) - que "requer a inclusão de convidado na Audiência Pública sobre a implantação de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro com intuito de doação de células ou tecidos para utilização terapêutica em irmão ".	02/10
306/19	Adriana Ventura	que "requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar sobre Telemedicina, Novas Tecnologias e Inovação em Saúde ".	02/10
307/19	Paula Belmonte	(REQ 300/2019) - que "requer o aditamento do Requerimento nº 300/2019 CSSF (aprovado) para incluir como tema da Audiência Pública a ser realizada a importância de destinação específica de recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente para políticas públicas voltadas à Primeira Infância ".	02/10
308/19	Diego Garcia	que "requer a realização de Audiência Pública para escutar os representantes dos centros de referência em doenças raras ".	02/10

309/19	Alexandre Padilha e Alencar Santana Braga	que "requer a realização de audiência pública conjunta, desta Comissão de Seguridade Social e Família com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática , destinada a debater a privatização da Fundação para o Remédio Popular "Chopin Tavares de Lima" - FURP ".	02/10
310/19	Pedro Westphalen	que "requer que sejam convidados diversas autoridades para participarem de Reunião Técnica do Grupo de Trabalho de Imunização e Cobertura Vacinal no País , no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)".	02/10
311/19	Carmen Zanotto	que "requer a aprovação de visita técnica dos membros da Subcomissão Permanente de saúde à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa- CONEP "	02/10
312/19	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência , com a finalidade de discutir sobre "triagem neonatal para AME no SUS" .	09/10
313/19	Talíria Petrone	Requer a realização conjunta de Seminário , com o tema "30 anos da Política de Redução de Danos" .	09/10
314/19	Alexandre Serfiotis	que "requer realização de Audiência Pública para debater sobre alteração na Lei nº 8.080, de 1990, para disciplinar a dispensação de medicamentos biossimilares pelo SUS ".	09/10
315/19	Darcísio Perondi	que "requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o PL 3997/2012 .	09/10
316/19	Eduardo Barbosa	que "requer a realização de audiência pública para debater a Resolução CNAS nº 109, de 2009, no âmbito da Subcomissão Permanente de Assistência Social ".	09/10
317/19	Alexandre Padilha	(REQ 309/2019) - que "requer a inclusão de convidado na Audiência Pública, aprovada através do Requerimento nº 309/2019 , destinada a debater a privatização da Fundação para o Remédio Popular "Chopin Tavares de Lima" - FURP ".	09/10
318/19	Professora Dorinha Seabra Rezende	(REQ 267/2019) - que "solicita inclusão de convidado na Audiência Pública que irá discutir a temática "PDP"s - Perspectivas a curto, médio e longo prazo."	09/10
319/19	Pedro Westphalen	(REQ 310/2019) - que "requer a indicação de convidado à Reunião Técnica do Grupo de Trabalho de Imunização e Cobertura Vacinal no País , no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)".	09/10

320/19	Otoni de Paula	que "requer a realização de Encontro Regional, no Rio de Janeiro, da Subcomissão de Adoção, Pedofilia e Família ".	09/10
321/19	Adriana Ventura	(REQ 284/2019) - que "requer a inclusão de convidada em Audiência Pública para debater o uso nocivo do álcool e seus impactos na sociedade brasileira, aprovada pelo Requerimento nº 284/2019 ".	16/10
322/19	Carmen Zanotto	que "requer o envio de convite ao Senhor Nelson Antoniosi, coordenador da pesquisa do laboratório de Química da Universidade Federal de Goiás, para apresentar o estudo que identificou 27 substâncias que, se estiverem presentes na cera do ouvido, indicam a existência de câncer em alguma parte do corpo ".	16/10
323/19	Daniela do Waguinho	que "requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, com o tema " Monitoramento da Implementação do Marco Legal da Primeira Infância no Brasil ", em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e a Comissão de Educação".	16/10
324/19	Dra. Soraya Manato	(PL 2383/2019) - que "requer realização de Audiência Pública para discussão do PL nº 2.383/2019, que propõe alterações na Lei Orgânica da Saúde em relação ao Programa de Estratégia de Saúde da Família (ESF) ".	16/10
325/19	Alexandre Padilha	(REQ 309/2019) - que "requer a inclusão de convidado na Audiência Pública, aprovada através do Requerimento nº 309/2019 , que requer a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Seguridade Social e Família com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática destina da debater a privatização da Fundação para o Remédio popular " Chopin Tavares de Lima - FURP ".	23/10
326/19	Marx Beltrão	(REQ 48/2019) - que "requer a inclusão de convidados na Audiência Pública, aprovada através do Requerimento n.º 48/2019 , que " Requer a realização de Audiência Pública para discutir o tema "castração de animais - cães e gatos - como saúde pública" ".	23/10
327/19	Alexandre Padilha	que "requer a realização de seminário, na Cidade de São Paulo - SP, conjunto com as seguintes comissões: Comissão de Seguridade Social e Família, Comissão de Educação e a Comissão de Cultura, para debatermos a venda de terrenos públicos na Cidade de São Paulo, inclusive em áreas onde estão localizadas escolas públicas municipais e equipamentos sociais para crianças e adolescentes ".	23/10
328/19	Carmen Zanotto	que "requer a realização de ato alusivo à Campanha do Dia Mundial da Prematuridade, a ser realizado no dia 06 de novembro ".	23/10

329/19	Pedro Westphalen	que "requer a realização de seminário no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família juntamente com a Comissão de Saúde do MERCOSUL, para debater a importância da vacinação entre Brasil e Países vizinhos ".	23/10
330/19	Jorge Solla e Erika Kokay	(PL 1755/2007) - que "requer que a Comissão de Seguridade Social e Família solicite a inclusão do PL 1755/2007, que "dispõe sobre a proibição da venda de refrigerantes em escolas de educação básica", na Ordem do Dia do Plenário ".	23/10
331/19	Jorge Solla e Erika Kokay	que "requer seja enviada à ANVISA Moção de Apoio à rotulagem frontal das embalagens de alimentos".	23/10
332/19	Carmen Zanotto	que "requer a realização de ato alusivo à "Campanha do Dia Nacional de Conscientização da Psoríase", a ser realizado nos dias 29 e 30 de outubro. "	23/10
333/19	Jéssica Sales e outras	que "requer a realização de Audiência Pública para apresentação do resultado dos estudos realizados pelo do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - USP, sobre as manifestações psicogênicas após vacinação contra HPV no Estado do Acre ".	30/10
335/19	Alexandre Padilha	que "requer a realização do Seminário "ÀS IST, DO HIV/AIDS E DAS HEPATITES VIRAIS" ".	30/10
336/19	Dr. Luiz Ovando	(PL 11164/2018) - que "requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o PL 11164/2018, que "Institui incentivo fiscal para os médicos e odontólogos contratados pelos municípios com até vinte mil habitantes para a prestação de serviços de saúde à população" ".	30/10
337/19	Rejane Dias	Requer a realização de Audiência Pública para debater a participação da família na prevenção do suicídio entre jovens.	06/11
338/19	Jorge Solla	Requer a realização de Seminário em Salvador para debater o novo modelo de financiamento da Atenção Básica da Saúde.	06/11
339/19	Alexandre Padilha	Requer à Comissão de Seguridade Social e Família a aprovação e encaminhamento ao Ministério da Saúde de Moção de Apoio à carta apresentada pelo Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente de Trabalho - PPGSAT/FMB/UFBA, que solicita a Declaração de estado de emergência em Saúde Pública para controle dos riscos decorrentes do derramamento de óleo na costa brasileira.	06/11

340/19	Dra. Soraia Manato	Requeiro que seja realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com a finalidade de debater a inclusão de exames fisiológicos não invasivos de triagem cardioneurometabólica na Rede Pública de Saúde.	06/11
341/19	Diego Garcia	Requer a realização de Audiência Pública para debater a participação da família na prevenção do suicídio entre jovens .	06/11
342/19	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública, conjunta , desta Comissão de Seguridade Social e Família, com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , acerca da importância das doenças das válvulas cardíacas .	06/11
343/19	Fernanda Melchionna	Requer a adição de nomes à mesa da Audiência Pública intitulada " Situação de pessoas LGBTI+ nos presídios brasileiros ".	06/11
344/19	Fernanda Melchionna	Requer a convocação do Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes , para comparecer a esta Comissão de Seguridade Social e Família para audiência conjunta a fim de explicar e debater os possíveis impactos fiscais para a Seguridade Social das propostas de emendas constitucionais encaminhadas ou em vias de ser encaminhadas ao Congresso Nacional .	06/11
346/19	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer a realização de Seminário na cidade do Rio de Janeiro , com vistas a discutir a nova proposta de financiamento da Atenção Básica da Saúde apresentada pelo Governo Federal .	20/11
347/19	Alexandre Padilha	Requer que seja enviado ao Ministro de Estado da Saúde, Requerimento de Informação , em anexo, solicitando informações sobre a interrupção no fornecimento de produto químico de combate ao Aedes Aegypti .	20/11
348/19	Marco Bertaiolli	Requer à Comissão de Seguridade Social e Família, aprovação de Moção de Aplauso e Reconhecimento ao Hospital de Base de São José do Rio Preto/SP pela colocação de destaque no HospiRank, criado pela Global Health Intelligence (GHI) .	20/11
349/19	Marco Bertaiolli	Requer à Comissão de Seguridade Social e Família, aprovação de Moção de Aplauso e Reconhecimento a Equipe do Centro de Terapia Celular (CTC-Fapesp-USP) do Hemocentro do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto/SP .	20/11
350/19	Carmen Zanotto	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa ao aperfeiçoamento da ação da Força Nacional do SUS .	20/11

351/2019	Alexandre Padilha	Requer a realização de Seminários Estaduais , a fim de debater a Portaria nº 2.979/2019, do Ministério da Saúde , que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária .	20/11
352/2019	Professora Dorinha Seabra Rezende	- Requer a realização de audiência pública pela Comissão de Seguridade Social e Família conjunta com a Comissão de Educação, para debater a relação entre horários escolares, a qualidade do sono e o aprendizado escolar.	20/11
353/2019	Adriana Ventura	Requer a inclusão de convidado em Audiência Pública para debater o uso da telemedicina e inovação em saúde aprovada pelo Requerimento nº 306/2019.	20/11
354/2019	Adriana Ventura	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar sobre a regulação do álcool e seu impacto no mercado brasileiro.	20/11
355/2019	Fernanda Melchionna	Requer a adição de nomes à mesa da Audiência Pública intitulada "Situação de pessoas LGBTI+ nos presídios brasileiros".	20/11
356/2019	Marina Santos	Requer a realização de audiência pública "A IMPORTÂNCIA DO LICENCIAMENTO COMPULSÓRIO NO ACESSO DE MEDICAMENTOS NO BRASIL".	20/11
357/2019	Chris Tonietto	Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o PL nº 6.022/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.	20/11
358/2019	Carmen Zanotto	Requer a realização de Fórum como atividade dos "16 Dias de Ativismo" com a finalidade de debater a violência contra a mulher com deficiência.	20/11
359/2019	Pompeo de Mattos	Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei n.º 8.248, de 2017, que acrescenta o parágrafo quinto ao art. 11 ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que "institui normas básicas sobre alimentos", para dispor sobre alimentos", para dispor sobre a rotulagem de alimentos que contenham risco de asfixia.	20/11

EVENTOS REALIZADOS

Data	Audiências Públicas	Audiências Públicas Conjuntas	Audiências Ministros	Seminários /Fóruns	Tema	Reuniões deliberativas	Reuniões de Subcomissões	Reuniões de Grupos de Trabalho
13/mar					Instalação	1		
20/abr			1		Presença Ministro Mandetta			
27/abr					Presença Sec. Esp. Previdência e trabalho - Rogério Marinho	1		
03/abr					Presença Presidente CNS Fernando Pigatto	1		
04/abr	1				Proposta de Reforma do SUS			
09/abr		1	1		Liberação registro agrotóxicos - Min. Tereza Cristina. CMADS com a participação da CDC e da CSSF.			
09/abr	1				Alienação Parental			
09/abr					Reunião Técnica GTSUS			1
10/abr					Presença Diretor-Presidente ANVISA William Dib	1		
16/abr			1		Presença Ministro Osmar Terra			
16/abr	1				Importância do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA			
23/abr					GTSUS - Atualização e Modernização da Tabela SUS			1
23/abr		1			Política criminal em casos de transtornos de personalidade (sociopatia e psicopatia). CSPCCO com participação da CSSF.			
23/abr					SubComissão Especial da Adoção, Combate à Pedofilia e da Família		1	
23/abr					SubComissão Permanente da Previdência Social		1	
24/abr					Lançamento do Livro ANFIP e presença parlamentares de Moçambique	1		
24/abr					SubComissão Especial da Seguridade da Mulher		1	
25/abr	1				Tratamento das Hepatites Virais no Brasil			
07/mai					SubSaúde - Deliberação do Plano de Trabalho		1	
07/mai					SubAssoc - Deliberação do Plano de Trabalho		1	
07/mai					Reunião Técnica GTSUS			1
08/mai			1		Presença Ministro Mandetta			
08/mai					SubRaras - Deliberação do Plano de Trabalho		1	

09/mai	1				Prevenção do suicídio de crianças e adolescentes			
13/mai				1	Piso Salarial Assistentes Sociais			
14/mai					SubSaúde - Definição do Plano de Metas		1	
14/mai		1			Decreto 9.759/2019 e a Continuidade do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa			
14/mai					Reunião Deliberativa da SubPrevi		1	
15/mai					Deliberativa	1		
16/mai	1				Reforma da Previdência - PEC 6/2019			
19/mai					Reunião Técnica GTSUS			1
20/mai		1			Mães de Crianças com Microcefalia CPD com a participação da CSSF, CDHM E CMULHER			
21/mai				1	Instituto da Adoção no Brasil		1	
21/mai					SubSaúde Reunião Deliberativa Ordinária		1	
21/mai					SubAssoc -Reunião de Trabalho		1	
22/mai					Plano de Expansão da Radioterapia do MS	1		
22/mai	1				Agenda da ONU - Políticas Familiares para o Desenvolvimento Sustentável			
23/mai	1				Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer			
28/mai					Reunião Técnica GTSUS			1
28/mai	1				Tuberculose em Crianças no Brasil			
29/mai					Presença Dep. Marcelo Ramos - Pres. Da Comissão Especial da Reforma da Previdência	1		
04/jun	1				Tratamento da Doença de Chagas no Brasil			
05/jun			1		Presença Min. Da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves			
10/jun					SUBPREV - Reforma Previdenciária nos entes federativos		1	
11/jun					Reunião Técnica GTSUS			1
11/jun					SUBBRARAS - Escolha do Relator Setorial		1	
12/jun					Presença Presidente do Conasems	1		
12/jun				1	Fórum Nacional de Saúde Ocular			

13/jun		1			Programa Mais Médicos CE com a participação da CSSF			
18/jun					Reunião Deliberativa	1		
18/jun					SUBSAUDE - Discussão e Deliberação de Requerimentos		1	
18/jun	1				Proteção da Vida do Nascituro			
18/jun					SUBRARAS - Deliberação de Requerimento e Definição de data das audiências públicas		1	
25Jun				1	Seminário da CIDOSO com a participação da CLP, da CCULT, da CDHM, da CSSF, da CE, da CMULHER e da CTASP - Memória, Verdade e Justiça- 50 anos de luta LGBTI			
25/jun					Reunião Técnica GTSUS			1
25/jun	1				Panorama da Pessoa com Diabetes no País			
26/jun					Reunião Deliberativa - Presidente do CONASS	1		
26/jun		1			Cidoso - Políticas Públicas voltadas para Síndrome Demencial			
26/jun					SubAssoc - Reunião com a Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social		1	
26/jun	1				Situação de violência contra mulheres brasileiras no exterior"			
02/jul	1				Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde			
02/jul	1				Os efeitos que os jogos de computador e videogames violentos podem causar sobre jovens brasileiros			
03/jul					Reunião Deliberativa - Emendas LDO	1		
03/jul					SubMulh - Reunião Ordinária Deliberativa		1	
04/jul	1				Situação fiscal do Sistema de Previdência Social do Brasil			
04/jul					Reunião da SubComissão da Saúde		1	
08/jul				1	Seminário de enfrentamento do suicídio na infância e na adolescência			
09/jul	1				PL 10106/18 e PLS 192/18 e 140/17			
09/jul	1				Regulamentação da Cannabis Medicinal no Brasil			
10/jul					Reunião Deliberativa Ordinária	1		
11/jul	1				Criação da Semana de Prevenção e Combate ao Câncer de Pele			
11/jul	1				Câncer de cabeça e pescoço			

07/ago			1		Ministro de Relações Exteriores - Ernesto Araújo			
07/ago					SubSaúde - Reunião Ordinária Deliberativa		1	
08/ago					SubSaúde - Reunião Técnica com MS		1	
08/ago	1				Tratamento da criança com traqueostomia			
13/ago	1				Reunião do GTSUS com especialistas			
13/ago	1				Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras			
13/ago					Reunião Técnica GTSUS			1
14/ago					Reunião Ordinária Deliberativa	1		
15/ago					SubSaúde - Financiamento da Saúde pelos Entes Federados		1	
20/ago	1				Residência Médica no Brasil			
21/ago					Reunião Deliberativa - Prêmio Nise da Silveira	1		
22/ago	1				Debater o PL 1.605/2019 - Institui o Estatuto da Pessoa com Câncer			
22/ago	1				SubSaúde - Revisão de Instrumentos de Gestão do SUS			
27/ago					Calendário Nacional de Imunização e Cobertura Vacinal no País			1
27/ago					SubPed - Reunião de Trabalho		1	
27/ago	1				Ensino à distância na saúde			
28/ago					Presença do Senhor ERNO HARZHEIN, Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde	1		
29/ago				1	Universalização do acesso ao saneamento			
29/ago	1				Situação da Assistência Farmacêutica no País			
03/set	1				Parto Cesariana			
03/set					Reunião Deliberativa Ordinária	1		
04/set					Reunião Deliberativa Ordinária	1		
05/set	1				Órteses, Próteses e Meios de Locomoção das Pessoas com Deficiência			
10/set				1	Cmulher - Simpósio de Prevenção ao Suicídio e Automutilação			
10/set					Planejamento Federal na Saúde e criação Plano Decenal da Saúde - SubSaúde		1	
10/set					Reunião Técnica GTSUS			1

11/set			1		Deliberativa - Presença do Ministro da Saúde			
11/set				1	Seminário Conjunto Cmulher e CSSF Gravidez na adolescência			
12/set	1				SubSaúde - Regionalização, Consórcios Públicos de Saúde			
12/set	1				SubAssoc - Política de Assistência Social no Brasil			
13/set				1	SubRaras - Política de Atenção a Doenças Raras			
17/set	1				Futuro da Ortopedia no País			
17/set	1				SubSaúde - Reunião Técnica de Trabalho			
18/set					Presença do Setor Hospitalar Brasileiro	1		
18/set	1				Lei da Arbitragem			
19/set	1				Nome Afetivo na guarda provisória			
24/set	1				Interrupção na Gravidez			
25/set					Presença Liliana Chopitea - Chefe de Políticas Sociais do UNICEF	1		
25/set					SubRaras - Reunião Deliberativa		1	
26/set					GTImunização - Aquisição e abastecimento de vacinas			1
01/out	1				Carteira de Serviço da Atenção Primária			
02/out					Angela Gandra - Chefe de Políticas Sociais UNICEF	1		
02/out				1	Anomalias Craniofaciais, Fissura Labiopalatina e Fenda Palatina			
03/out	1				Educação à Distância			
03/out					SubPed - resultados preliminares		1	
08/out	1				Situação HIV/Aids no Brasil			
08/out	1				Cirurgia Bariátrica			
09/out					Deliberativa - Consórcio Nordeste	1		
10/out					GTImunização - PDP's			1
10/out	1				Doenças Raras com a Sociedade Civil			
15/out	1				Exercício Ilegal da Medicina			
15/out					SubSaúde - Relatórios dos Eixos Temáticos		1	
15/out	1				Desnutrição do Paciente Oncológico			
16/out					Emendas LOA e PPA	1		
17/out	1				Alimentação Saudável nas Escolas			

22/out	1				Forma de financiamento das mamografias de rastreamento			
22/out					Reunião Técnica GTSUS			1
23/out					Deliberativa e votação LOA e PPA	1		
23/out	1				Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme			
24/out		1			Cadastro Nacional de Adoção Conjunta com a CTASP			
29/out				1	Família e Desenvolvimento Social			
29/out	1				Castração de animais como saúde pública			
29/out					Deliberativa	1		
30/out					Deliberativa	1		
31/out	1				Implantação de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro			
05/nov	1				Uso da telemedicina			
05/nov	1				Alimentação Adequada e Saudável no Brasil			
05/nov					Sub Saúde		1	
05/nov					Sub Raras		1	
06/nov					Deliberativa	1		
07/nov	1				Uso Nocivo do álcool e seus impactos na sociedade brasileira			
07/nov				1	30 anos da Política de Redução de Danos			
07/nov				1	Importância da FURP na produção, pesquisa, desenvolvimento e distribuição de medicamentos populares			
11/nov	1				Contaminação da água e aumento dos casos de microcefalia			
12/nov	1				Debater sobre a resolução CNAS 109, de 2019			
12/nov					Deliberativa	1		
12/nov					Sub Raras - Coordenador Geral de Sangue e Hemoderivados		1	
19/nov	1				Prevenção e combate à pedofilia e ao abuso sexual			
19/nov					SubSaúde - Deliberação do Relatório Geral		1	
19/nov					Deliberativa	1		
20/nov					Deliberativa	1		
20/nov	1				Manifestações psicogênicas após vacinação HPV no Acre			

26/nov	1				Situação das pessoas LGBTI nos presídios brasileiros			
26/nov				1	XII Fórum Atenção Integral à Saúde do Homem			
26/nov					Sub Seguridade Mulher - Relatório Final		1	
27/nov		1			Audiência. Conjunta CIDOSO - Exames Fisiológicos não invasivos de triagem cardionerometabólica			
27/nov					SubRaras - Deliberação Relatório Final		1	
27/nov				1	Importância da vacinação entre Brasil e Países vizinhos			
28/nov	1				Telemedicina, novas tecnologias e inovação em saúde			
03/dez					Reunião Deliberativa	1		
04/dez					Reunião Deliberativa	1		
04/dez	1				Audiência Conjunta CIDOSO - Doenças sobre válvulas cardíacas e formas de mitigá-las			
10/dez					Relatório Final - SubPedofilia		1	
10/dez				1	Aplicação, avanços e dificuldades existentes nos 30 anos ECA			
11/dez					Deliberativa	1		
11/dez					Relatório Final - SubAssistência		1	
17/dez					Deliberativa	1		
18/dez					Reunião Deliberativa SubPrevi - Discussão do Relatório Final		1	
SOMA	59	8	0	5		34	35	13
TOTAL	155							

